

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**Criação e Inserção de Expostos da Roda de Lisboa na  
Comarca de Torres Vedras no Tempo da Monarquia  
Constitucional: Identidades e Percursos de Vida**

**José Francisco Damas Antunes**

Mestrado em História, especialidade de História Moderna e  
Contemporânea

2014



**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**Criação e Inserção de Expostos da Roda de Lisboa na  
Comarca de Torres Vedras no Tempo da Monarquia  
Constitucional: Identidades e Percursos de Vida**

**Dissertação Orientada pela**

**Prof<sup>a</sup> Doutora Maria de Fátima Reis**

**José Francisco Damas Antunes**

Mestrado em História, especialidade de História Moderna e  
Contemporânea

2014



## Resumo

Este trabalho pretende estudar o percurso de vida dos expostos da Roda de Lisboa que foram criados numa área geográfica nos limites dos Concelhos de Torres Vedras e de Lourinhã, compreendida nas freguesias de Campelos, e de Miragaia, no tempo da Monarquia Constitucional. A observação privilegia o período de maior entrega de expostos a amas de leite residentes naquela área, que decorreu entre 1850 e 1870, procurando sempre que possível acompanhar a vida destes expostos até à sua morte, mas também de outros expostos que viveram nesta área. A análise incide essencialmente sobre os expostos que sobreviveram, casaram e constituíram família, seguindo o percurso de vida destas pessoas, ao nível da sua inserção na sociedade.

No estudo analisamos o impacto demográfico e económico que a vinda destas crianças provenientes da Roda de Lisboa teve nesta área. Estudamos sobretudo os expostos já adultos, dando a conhecer o percurso de vida dalguns sobreviventes, olhando para a sua integração social.

Observamos como estes enjeitados pela família foram acolhidos e integrados na sociedade, e, como em alguns casos, contribuíram para o desenvolvimento dessa mesma sociedade onde se inseriram.

Palavras chave – expostos, enjeitados, Roda dos expostos, amas de leite, casamentos de expostos, descendentes de expostos.

### Abstract:

This work intends to study the life of the foundlings from Roda de Lisboa (Lisbon's foundling wheel), raised on the outskirts of Torres Vedras and Lourinhã municipalities, specifically Campelos and Miragaia villages/parishes/townships during the Portuguese Constitutional Monarchy. The observation focus on the period between 1850 and 1870, when the wet nurses (amas de leite) received a higher number of foundlings, trying to, whenever possible, track their entire life, but also track other foundlings in the same geographical area. This essay focus primarily on foundlings that survived, got married and set up family, studying their social integration.

The study analyse the demographic and economical impact these children from Lisbon's foundling wheel had in this area, studying the adult foundlings lives and how they got integrated in the society they live.

The observation focus on how the foundlings got integrated by their new families in the society and how they contributed to it's development.

keywords: Foundlings, foundling wheel, wet nurses, foundling marriage, foundlings offspring, foundling homes/hospital



# Índice

<b>ÍNDICE</b> .....	<b>7</b>
<b>Índice de Figuras, Gráficos, Imagens, e Anexos</b> .....	<b>9</b>
<b>Siglas:</b> .....	<b>11</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>17</b>
<b>1.1 O Espaço</b> .....	<b>17</b>
<b>1.2 O Povoamento</b> .....	<b>21</b>
<b>1.3 A freguesia de Campelos nos Censos Populacionais:</b> .....	<b>29</b>
<b>1.4 Campelos, Memória e História</b> .....	<b>33</b>
1.4.1 A memória coletiva de Campelos.....	33
1.4.2 Topónimo Campelo .....	37
1.4.2.1 Campelo, Figueiró dos Vinhos.....	37
1.4.2.2 Campelos, Torres Vedras .....	38
<b>2. O ABANDONO DE CRIANÇAS: PERSPECTIVA HISTÓRICA</b> .....	<b>45</b>
<b>2.1 Enquadramento do abandono e da Roda dos Expostos em Portugal</b> .....	<b>45</b>
<b>2.2 Panorama da Assistência aos Expostos em Lisboa</b> .....	<b>50</b>
<b>2.3 Os Enjeitados em Torres Vedras</b> .....	<b>64</b>
2.3.1 Antes da criação da Roda .....	64
2.3.2 A Casa da Roda e o acolhimento de Expostos.....	66
2.3.3 A criação dos Expostos: Receitas e Despesas.....	78
2.3.4 Vidas de alguns expostos sobreviventes .....	80
2.3.5 Expostos da Roda da Lourinhã .....	83
2.3.6 Expostos de outras Rodas que viveram nesta área.....	84
2.3.7 Henriques Nogueira e os órfãos.....	84

<b>2.4 Os Expostos de Lisboa em Campelos e Terras Próximas .....</b>	<b>85</b>
2.4.1 Alguns dos primeiros expostos nesta área em estudo.....	86
2.4.2 Pagamento de soldada a Exposto .....	90
2.4.3 Dote a órfãs.....	90
2.4.4 Recepção e Baptismos das crianças .....	91
2.4.5 Assistência a Crianças Desvalidas.....	116
<b>3. AS AMAS EXTERNAS E A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS.....</b>	<b>117</b>
<b>3.1 Amas: Responsabilidade e negligência .....</b>	<b>120</b>
<b>3.2 Ofício de Amas .....</b>	<b>122</b>
<b>3.3 O Salário das Amas.....</b>	<b>129</b>
<b>3.4 As Amas: Caracterização e Cuidados .....</b>	<b>132</b>
<b>4. INSERÇÃO DE EXPOSTOS NA REGIÃO: IMPACTO DEMOGRÁFICO .</b>	<b>140</b>
<b>4.1 Distribuição dos Expostos de Lisboa e os Censos Populacionais de 1864.....</b>	<b>140</b>
<b>4.2 Quantos descendentes de expostos .....</b>	<b>146</b>
<b>5. FILHOS DA RODA: PERCURSOS DE VIDA, EXPOSTOS DE LISBOA ....</b>	<b>146</b>
<b>5.1 - Os Apelidos dos expostos.....</b>	<b>146</b>
<b>5.2 Dos expostos que foram criados na área do estudo .....</b>	<b>147</b>
<b>5.3 Expostos não criados na zona, mas que aqui viveram .....</b>	<b>160</b>
<b>5.4 Outros expostos de Lisboa, .....</b>	<b>169</b>
<b>6. EXPOSTOS: ESTIGMA OU EXCLUSÃO SOCIAL? .....</b>	<b>179</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>183</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>186</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>196</b>

## Índice de Figuras, Gráficos, Imagens, e Anexos

### Figuras

Figura 1 - Implantação dos lugares dos dois concelhos, com base nos censos de 2011. ....	19
Figura 2 - Baptismos, de nascidos na actual área da freguesia de Campelos (Sec. XVII) .....	25
Figura 3 - Estimativa da evolução populacional .....	27
Figura 4 - Total da população residente no Oeste, e concelho de Torres Vedras, Censos de 1991 a 2011, com variação de população, entre censos. ....	29
Figura 5 – Mapa freguesias do concelho de Torres Vedras, antes da Reorganização.....	30
Figura 6 - População Residente, Concelho de Torres Vedras, Freguesias de Santa Maria e Campelos, e a variação populacional entre censos, em percentagem, do ano de 1864 a 2011. ..	31
Figura 7 - População Residente nos lugares da freguesia, nos censos de 1911 a 2011.....	32
Figura 8 - Lugares e habitantes nos censos de 1960 .....	32
Figura 9 - Mapa dos Expostos, entrados na Casa da Roda de Torres Vedras, entre 1808 e 1817, Como vem no Jornal de Coimbra.....	75
Figura 10 - Despesa com os expostos da roda da Vila em 1835 .....	79
Figura 11- Expostos do século XVIII que vieram para a área em estudo. ....	89
Figura 12 - Nomes de Baptismo das Meninas e Nomes nos Escritos .....	93
Figura 13 - Nomes de Baptismo dos Meninos e nomes nos Escritos.....	95
Figura 14 – Expostos entregues aos pais.....	105
Figura 15 – Expostos que chegaram a adultos .....	111
Figura 16 – Expostos que chegaram pelo menos aos 10 anos.....	112
Figura 17 – Expostos entre 1895 e 1915, que passaram para Amas de outros lugares. ....	115
Figura 18 – A Ama Rosa Joaquina.....	122
Figura 19 – A Ama Joana Maria .....	123
Figura 20 - A Ama Maria Emília .....	124
Figura 21 - Ana da Conceição.....	124
Figura 22 - A Ama Maria da Conceição .....	125
Figura 23 – A Ama Maria Helena.....	126
Figura 24– A Ama Maria Gertrudes .....	126
Figura 25 – A Ama Luiza Maria .....	127
Figura 26 – Resumo das Irregularidades detectadas pelas Inspeções.....	135
Figura 27 – Irregularidades na Inspeção das Caldas, em expostos da área em estudo .....	136
Figura 28 - Percentagem de Expostos de Lisboa, por concelho, no ano de 1864. ....	141

## Gráficos

Gráfico 1 - Nascimentos na área, e expostos que para aqui vieram, sem Ribeira de Palheiros. 101	
Gráfico 2 – População e Expostos, área das Inspeções de Sobral e Caldas, ano de 1864. ....	142
Gráfico 3 – População por concelho, ano de 1864. ....	143
Gráfico 4 – Percentagem de expostos de Lisboa, até aos 10 anos, por concelho, ano de 1864. 144	
Gráfico 5 – População dos concelhos de Lourinhã e Torres Vedras, ano de 1864 .....	145

## Imagens

Imagem 1 – Registo de Entrada da Exposta Dona Maria Fabiana. ....	86
Imagem 2 – Sinal que é uma Guia de entrada de criança, enviada pelo Hospital. ....	97
Imagem 3 – Sinal de entrada do exposto Gregório, com fita de têxtil. ....	98
Imagem 4 – Sinal de Entrada da exposta Caetana. ....	99
Imagem 5 – Sinal e contra sinal do exposto José dos Santos, ano de 1854. ....	106
Imagem 6 – Registo de Baptismo de Zeferino .....	154
Imagem 7 – Sinal de Entrada do exposto Carlos dos Santos .....	165
Imagem 8 - Ascendentes dos Gémeos Santos .....	181

## Anexos

<b>Anexo 1 – Autorização do culto religioso na Igreja de S. Lourenço dos Francos .....</b>	<b>196</b>
Anexo 2 - Testemunhos orais recolhidos, sobre Gaspar Campello .....	197
Anexo 3 – Total de crianças Abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa .....	199
Anexo 4 - Jornal de Coimbra, nº 71, Parte I, p.165 .....	200
Anexo 5 - Jorna, em Torres Vedras, 1814. ....	201
Anexo 6 - Registo de casamento de Gracia Lopes, 1666. ....	202
Anexo 7 - Casamento de Joana Maria, dotada da Misericórdia de Lisboa. ....	203
Anexo 8 – Sinal da exposta Zita, nº 2050, do ano de 1862, Carta escrita em Braga. ....	204
Anexo 9 – Certificado, com os Deveres e Penas a que as Amas estavam sujeitas. ....	205
Anexo 10 - Termos de Vestir de Zeferino .....	206
Anexo 11 - Organograma da Valouro .....	207
Anexo 12 – Currículo de José António Santos, cedido pelo próprio .....	208

## **Siglas:**

**A.D.L., Arquivo Distrital de Leiria.**

**A.H.S.C.M.L., Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.**

**A.H.T.C., Arquivo Histórico do Tribunal de Contas.**

**A.M.T.V., Arquivo Municipal de Torres Vedras.**

**A.N.T.T., Arquivo Nacional Torre do Tombo.**

**A.S.C.M.T.V., Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.**

**I.N.E., Instituto Nacional de Estatística.**

**Nº., número.**

***Op. cit.*, Obra citada.**

**[s.n.] sem nome da editora.**

**[s.d.] sem data publicação.**

**[s.l.] sem local publicação.**

**Séc., - Século.**

**v., - verso.**

**vol., volume.**

**vols., volumes.**



## Agradecimentos

Este trabalho tem contributos de pesquisas iniciadas há cerca de 30 anos, ainda a Torre do Tombo estava no Palácio de S. Bento, onde tudo se fazia manualmente, sem os computadores no apoio. É impossível agradecer a todas as pessoas que ao longo deste já longo percurso nos ajudaram nas investigações.

Começo por agradecer aos habitantes de Campelos, minha terra natal, que mantiveram viva a memória colectiva, e a foram passando de geração em geração durante 400 anos. Foi esta memória recebida que me incutiu a vontade de buscar a sua confirmação histórica, e, conforme a memória se ia confirmando em história mais o alento crescia para continuação das pesquisas.

À Eugénia Maria, minha mãe, pelo enorme sacrifício que fez para criar os filhos, na adversidade de ter ficado viúva aos 30 anos, com três filhos a cargo.

Aos meus irmãos Manuel e Isália, pelo apoio que sempre me transmitiram na continuidade dos estudos.

A minha família foi uma das grandes sacrificadas, sobretudo a minha esposa Fernanda, os filhos Samuel, Alexandre e Cristiana, com as minhas frequentes ausências continuadas, privando-os de mais tempo de vida em conjunto. Meses consecutivos houve em que todos os sábados de manhã eram passados na Torre do Tombo, e noites consecutivas debruçado sobre estas questões da história. A eles o meu enorme agradecimento.

Ao Município de Torres Vedras, pela permissão das pesquisas no arquivo, mesmo antes deste estar organizado como Arquivo Histórico.

À Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, por permitir pesquisar nos seus arquivos.

Ao Padre Carlos Branco pela permissão de acesso aos registos paroquiais de Miragaia, referentes à primeira metade do século vinte, e igualmente aos Párcos da Cidade de Torres Vedras pela permissão da consulta dos livros referentes a Santa Maria do Castelo.

Aos funcionários do Arquivo da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional, do Arquivo do Tribunal de Contas.

Nesta última e mais intensa fase do mestrado o meu primeiro agradecimento é para o Dr. Carlos Guardado da Silva, pela sempre pronta colaboração sobre a história de Torres Vedras, nas pesquisas do Arquivo Municipal, e, pelo incentivo para fazer o mestrado em história.

Aos Professores João Cosme e Sérgio Campos Matos agradeço os ensinamentos e orientações nos Seminários, que muito contribuíram para a elaboração do capítulo do Enquadramento Geográfico e Administrativo.

Ao Director e a todos os funcionários do Arquivo Histórico da Santa Casa da

Misericórdia de Lisboa, o nosso agradecimento pela pronta disponibilidade e facilidade com que fomos recebidos nas pesquisas ali efectuadas.

Por último, por ser a mais importante, o agradecimento especial à Professora Fátima Reis pelo modo como me cativou e orientou na elaboração deste trabalho sobre os Expostos, e o constante incentivo na elaboração do mesmo.

## Introdução

O interesse pela investigação histórica sobre a freguesia de Campelos despertou com o envolvimento pessoal nas comemorações dos quarenta anos da criação desta freguesia do concelho de Torres Vedras, no ano de 1985. Desde essa data com maior ou menor intensidade, fomos pesquisando em Arquivos locais e Nacionais.

Recolheram-se também testemunhos sobre a memória que foi passando de geração em geração, que se revelaram de extrema importância orientando-nos as pesquisas, permitindo confirmar documentalmente muito do que a oralidade conservou.

Alguns dos resultados das pesquisas foram sendo publicados em jornais locais, em pequenas brochuras temáticas, e no livro “Memória e História da Paróquia de Campelos”.

A leitura dos registos paroquiais iniciou-se antes da vulgarização dos computadores, tendo-se elaborado uma ficha para cada tipologia, baptismos, casamentos e óbitos. Estes levantamentos permitiram-nos perceber a evolução social das pessoas, o surgimento crescimento e desaparecimento de lugares habitados. Desta primeira fase, em que os registos disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo eram só até meados do Século XIX, teremos recolhido dados de cerca de 5.000 indivíduos.

Para encontrar os registos dos antepassados dos habitantes da freguesia de Campelos, tivemos de procurar em várias paróquias, em mais de um concelho, pois é uma área de fronteira municipal. Vivia-se e pertencia-se ao de Torres Vedras, mas a prática religiosa era no da Lourinhã, com conhecimento e consentimento da paróquia respectiva.

Esta situação levou a que pessoalmente traçasse o objectivo de recolher numa base de dados os registos de baptismos, casamentos e óbitos dos residentes na actual área geográfica da freguesia de Campelos, desde os mais antigos, (Sec XVI) até à criação da freguesia, em 1945. Chegamos a esta fase com cerca de 9.500 indivíduos.

Não sendo fácil trabalhar esta informação em suporte de papel frequentou-se um curso de genealogia, onde a procura da melhor ferramenta informática era um dos objectivos, e escolhemos o programa informático *The Master Genealogist*, para construir a base de dados. Com o acesso online, via “digitarq” (Direcção Geral dos Arquivos), de todos os Registos Paroquiais do concelho de Torres Vedras, e mais recentemente também os do concelho da Lourinhã, fomos continuando as pesquisas, fazendo as ligações com as pessoas já constantes da base de dados, hoje são mais de 16 200 indivíduos.

O reunir todos os registos paroquiais das pessoas que vivem ou viveram na área geográfica da freguesia de Campelos, até à sua constituição, permite fazer alguns estudos sobre esta sociedade, e não é nossa intenção guardar esta investigação, por isso a decisão de adquirir

mais conhecimentos e competências, levou à inscrição no mestrado em História, e a seleccionar os enjeitados ou expostos para a elaboração da tese.

Na recolha dos registos paroquiais encontrámos, sobretudo nos casamentos, 145 expostos sobreviventes, 116 dos quais oriundos de Lisboa, e dos outros 29, são 16 expostos da Roda de Torres Vedras, e os restantes de outros lugares.

Procurámos efectuar o percurso no sentido inverso ao que inicialmente os expostos fizeram, partindo dos sobreviventes que viveram na nossa área em estudo, pesquisando a sua entrada na Roda de Lisboa.

Não conseguimos a identificação de todos, tarefa mais difícil quando o nome do exposto era mais vulgar, agravada quando desconhecíamos a sua idade.

Pretendemos com este trabalho ir além da análise sobre o funcionamento da Roda, as entradas dos expostos, e tudo o que se relaciona enquanto eles são crianças, onde já há vários trabalhos publicados, um pouco de Norte a Sul do País.

Neste estudo analisaremos o impacto demográfico e económico que a vinda destas crianças provenientes da Roda de Lisboa terá tido nesta área; queremos saber mais sobre os expostos adultos, e, dar a conhecer o percurso de vida de alguns sobreviventes, olhando para a sua integração social. Interessa-nos sobretudo ver como os enjeitados foram acolhidos e integrados na sociedade, e, como em alguns casos, contribuíram para o desenvolvimento dessa mesma sociedade onde se inseriram.

# 1. Enquadramento Geográfico e Administrativo

## 1.1 O Espaço

Este nosso estudo histórico incide numa área dividida entre os concelhos de Torres Vedras e o da Lourinhã, localizados no Oeste de Portugal, Distrito de Lisboa.

Em Portugal a divisão administrativa não é única, vai variando consoante os vários poderes instituídos, não há uma só estrutura, tornando-se por vezes complexa, e, em alguns temas de difícil identidade para o cidadão comum. Não é uma questão recente, vem-se arrastando ao longo dos séculos.

Mesmo no seio dos sucessivos Governos a organização territorial dos Ministérios vai variando, actualmente continua a ser fácil verificar que os Serviços Regionais de um Ministério não coincidem com a área geográfica dos Serviços Regionais de outro Ministério.

São mais evidentes e mais tradicionais as diferenças entre as estruturas administrativas do Governo e dos Tribunais, dois dos Órgãos de Soberania consagrados na Constituição da República Portuguesa.

É no seio destas confusões que alguns autores incluíram na Comarca de Torres Vedras 18 Vilas, mas que o autor torriense Madeira Torres, em 1819, esclarece quando escreveu sobre a monografia de Torres Vedras <sup>1</sup>.As Vilas que faziam parte eram: Torres Vedras, Mafra, Cascais, Colares, Belas, Ericeira, Enxara dos Cavaleiros, Sobral de Monte Agraço, Vila Verde dos Francos, Lourinhã, mais o Julgado da Ribaldeira, os Reguengos de Carvoeira, Gradil, e Fanga da Fé. As vilas de Cadaval, Alverca, Castanheira, Povos, Cheleiros, eram só para a Provedoria. Alhandra, Vila Franca de Xira, e Arruda, também chegaram a ser área da Corregedoria, mas só também para questões das Ordens ou da Fazenda Real<sup>2</sup>.

Em 1861, na segunda edição do livro os editores anotaram alterações entretanto ocorridas, com a criação da Comarca de Mafra saíram da Comarca de Torres Vedras: Mafra, Cascais, Colares, Belas, Ericeira, Enxara dos Cavaleiros, os Reguengos de Carvoeira, Gradil, e Fanga da Fé (Encarnação). Também saíram da Comarca: Cadaval, Vila Verde dos Francos, e, Sobral de Monte Agraço<sup>3</sup>.

Esta área foi sempre pertencendo à Província da Estremadura, cujos limites variaram ao longo dos tempos, consoante as alterações que foram ocorrendo na organização administrativa. No principal período temporal (1850-1870) do nosso estudo já vigorava a divisão administrativa

---

<sup>1</sup> MADEIRA TORRES, Manuel Agostinho. *Descrição Historica e Económica da Vila de Torres Vedras*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861, pp.40-41

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*

assente em Distritos, pertencendo esta parcela do território ao Distrito de Lisboa.

Os Distritos são divididos em concelhos, e estes em freguesias. Actualmente ainda se mantém esta divisão para alguns fins.

A actual Constituição da República estabelece que o País se divide em Regiões Administrativas e Regiões Autónomas; na prática tal não se verifica uma vez que as primeiras nunca foram criadas, permanecendo a divisão administrativa com base nos Distritos.

Para fins estatísticos e na relação com a União Europeia Portugal Continental está dividido em cinco regiões NUTS, que foram aceites a nível comunitário pela União Europeia, temos as NUTS II, denominadas: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, e, Algarve, e estas divididas em NUT III, em regra coincidentes com as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais<sup>4</sup>.

Situando a área deste estudo, vemos que tanto à época como agora Campelos e os lugares mais próximos localizam-se no Distrito de Lisboa, concelhos de Torres Vedras e de Lourinhã.

As freguesias eram no século XIX as de Santa Maria do Castelo, no Concelho de Torres Vedras, e de S. Lourenço dos Francos, no concelho da Lourinhã. Mais tarde as freguesias de Campelos em Torres Vedras, e de Miragaia e Marteleira no concelho da Lourinhã.

Desde Outubro de 2013, com as agregações de freguesias são a União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, em Torres Vedras, e a União das Freguesias de Miragaia e Marteleira no concelho da Lourinhã.

Estas freguesias pertencem administrativamente ao Distrito de Lisboa e para fins estatísticos e comunitários fazem parte da NUT III – Oeste, incluída na NUT II – Centro.

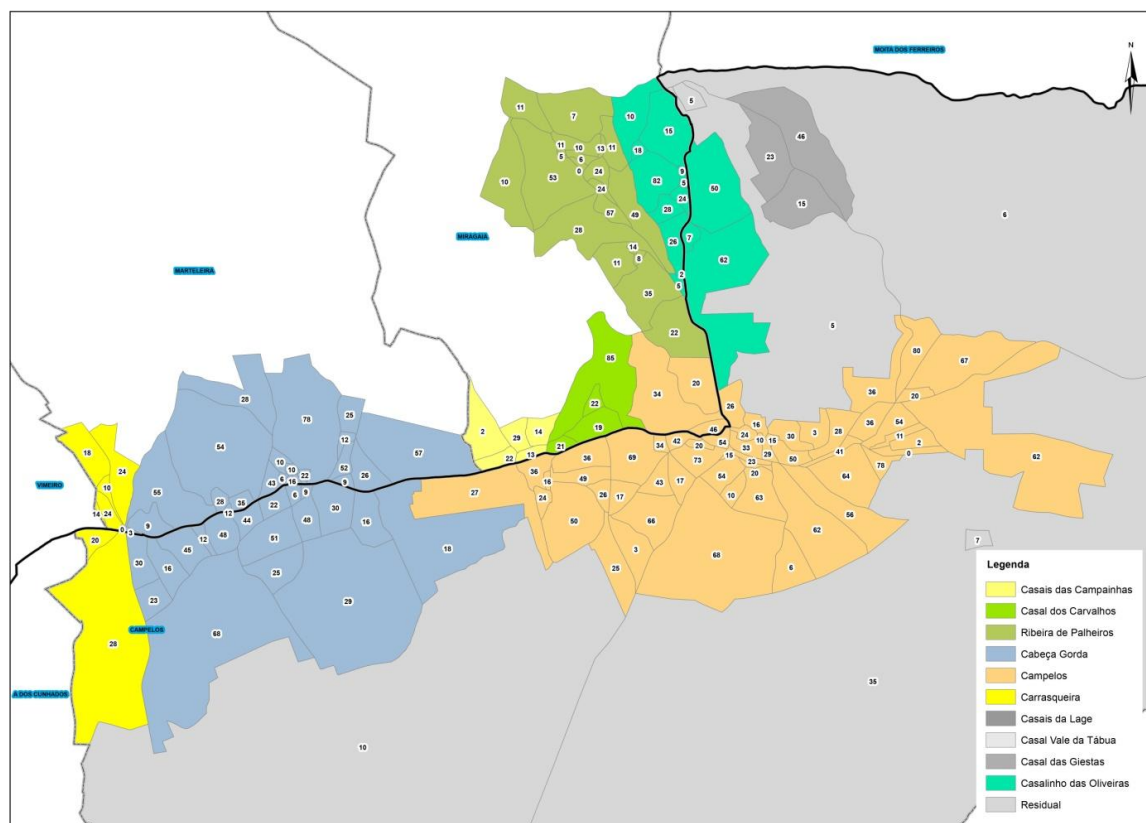
O nosso estudo vai incidir sobre a antiga freguesia de Campelos, antes da agregação de 2013.

A freguesia partilha vários lugares com as freguesias de Miragaia e de Marteleira, do concelho da Lourinhã, os lugares pertencentes aos dois municípios são: Cabeça Gorda; Campelos; Carrasqueira; e Casalinho das Oliveiras, para melhor visualização apresenta-se a Figura1.

---

<sup>4</sup> Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro.

**Figura 1 - Implantação dos lugares dos dois concelhos, com base nos censos de 2011.**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Base Geográfica de Referência da Informação (2011).

No “mapa” acima, a linha mais escura é a delimitação dos concelhos de Lourinhã (com as freguesias de: Vimeiro, Marteleira, Miragaia e, Moita dos Ferreiros) e Torres Vedras (com as freguesias de: A dos Cunhados e, Campelos). Os lugares divididos pelos dois concelhos são: Carrasqueira (amarelo); Cabeça Gorda (azul); Campelos (laranja); e Casalinho das Oliveiras (verde). Os lugares de Casais das Campainhas (amarelo, mancha mais pequena), Casais dos Carvalhos (verde, mancha mais pequena), do concelho da Lourinhã e, Casais do Rijo no concelho de Torres Vedras, são também contíguos, sendo que este último está desde 1991 incluído no lugar de Campelos. Em conjunto este “aglomerado urbano”, onde incluímos a Ribeira de Palheiros (verde seco), tem cerca de 4.300 habitantes.

Como a base da recolha de informação é os registos paroquiais, não é possível trabalhá-la por freguesia, ou paróquia, pois os habitantes desta área geográfica residentes no concelho de Torres Vedras faziam os seus actos religiosos e consequentes registos na Igreja de S. Lourenço dos Francos, no concelho da Lourinhã, por razões de proximidade. Alguns registos fazem a diferenciação da freguesia, ou do concelho, mas são em número reduzido, assim como em alguns casos há a repetição do registo na paróquia de Santa Maria do Castelo.

Há razões para que estes residentes, de então, assim procederem:

- A igreja de S. Lourenço dos Francos está a 3 – 3,5 km dos principais lugares da actual

freguesia de Campelos, enquanto que a igreja da sede a que pertenciam, Santa Maria, distava cerca de 20 km, esta proximidade a S. Lourenço levou esta população a praticar o culto nesta igreja, numa prática não isenta de conflitos com o seu Prior, onde há autorizações pontuais, e uma mais abrangente, em 1709, percebendo-se que já existira outra anteriormente, pois naquele documento é referido “[...]a que novamente anexamos[...]”, vide Anexo 1.

- Este mesmo princípio de proximidade foi praticado por famílias residentes em Casais isolados, mais próximos de outras igrejas, nomeadamente, as de Moita dos Ferreiros, A dos Cunhados e Ramalhal.

- Só a partir de finais do Sec. XIX a generalidade dos actos religiosos são praticados na sede da freguesia de Santa Maria.

- A construção, entre 1905 e 1910, de igreja em Campelos, e o envolvimento das pessoas nessa construção, terá reforçado a aproximação à paróquia de Santa Maria, e com a criação da freguesia em 1945, mesmo não sendo paróquia foram permitidos nesta igreja, os baptismos e casamentos. Os funerais já aqui se realizavam desde 1934, data da construção do cemitério.

Campelos é o lugar sede da recém criada União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, duas das freguesias agregadas desde as últimas eleições autárquicas, de Setembro de 2013, é uma das actuais 13 freguesias, do concelho de Torres Vedras, e a que está mais a norte, fazendo fronteira com os municípios da Lourinhã, e o do Cadaval.

Confronta a Norte com a União das freguesias de Marteleira e Miragaia, freguesia de Moita dos Ferreiros, a Este com a União das freguesias de Cadaval e Pero Moniz, a Sul com a do Ramalhal, e a Oeste com a freguesia do Vimeiro e a União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira.

A freguesia civil de Campelos foi criada em 24 de Novembro de 1945, e a Paróquia (religiosa), coincidente com a área da freguesia, só em 7 de Outubro de 1964<sup>5</sup>, tendo pertencido até então à freguesia e paróquia de Santa Maria, sediada na Vila de Torres Vedras, sem continuidade geográfica e com uma distância de cerca de 20 km.

Uma das razões para esta tardia constituição da freguesia deverá dever-se à posse de terras pelo Convento da Graça, que possuía pelo menos metade da quinta do Campelo, desde o século XVII, e até à extinção das ordens religiosas em 1834<sup>6</sup>, não encontramos outra justificação para as freguesias confinantes, ao constituírem-se nos séculos XVI e XVII não terem integrado também esta área.

A freguesia tem a tipologia – Área Medianamente Urbana, (AMU), por preencher o 1º requisito definido pelo Conselho Superior de Estatística<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> ANTUNES, José Damas. *Memória e História da Paróquia de Campelos*, Campelos-Torres Vedras, Fábrica da Igreja de Santo António de Campelos, 2006, p. 57.

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*, p.15.

<sup>7</sup> I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística. Designação: Área Medianamente Urbana (AMU).

## 1.2 O Povoamento

A área hoje vulgarmente conhecida como Oeste foi designada durante séculos por Estremadura, uma área muito mais vasta, que terá sido tardiamente povoada, nomeadamente esta área entre Óbidos e Torres Vedras será, como escreve Manuela Silva, de uma «*ocupação pós-Reconquista da zona aparentemente mais despovoada da Região da Estremadura Portuguesa*»<sup>8</sup>, ou como escreveu Pedro Barbosa:

«A minha opinião reforça-se com o facto de constatarmos que a colonização franca se faz a norte de Torres , no grande espaço ermo ou semi-ermado que se situava entre o rio Alcabrichel e Óbidos (...) Mas é necessário ter cautela»<sup>9</sup>.

Data de 1309 o documento mais antigo, que conhecemos, com a primeira referência a um dos lugares da actual área da freguesia de Campelos, e a merecer algumas dúvidas, estamos perante uma inquirição mandada efectuar pelo Bispo de Lisboa, no território de Torres Vedras, para delimitar a área das quatro igrejas paroquias, sediadas naquela Vila. Seguindo o percurso dos clérigos, (um de cada igreja), que iniciaram a inquirição no sudoeste da actual freguesia de A dos Cunhados, caminhando para nordeste, entre duas pessoas de Vila Facaia aparece:

«(...)Pero lourenço e Petro annes e Domingos ioanis, da Ameeyra dos pobres a par de a Ribeira dalca/brichel ham hj herdamento que rende ij modios de pam/ (...).Pero Lourenço da Ameeira há Erdamento nas ferrarias de que colheria ijjes quarteiros de pam e ijjes/ puçaaes de vinho/(...)»<sup>10</sup>.

---

«Definição: Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%».

<sup>8</sup> SILVA, Manuela Santos, *Galegos e Minhotos à Conquista do Litoral do Centro de Portugal, vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos*. publicado em Carlos Alberto Ferreira de Almeida, in *memorium*, Volume II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto , 1999, pp. 397-407.

<sup>9</sup> BARBOSA, Pedro Gomes, *A Ocupação do Espaço Torriense Sec. XII-XIII*, in *Turres Veteras I Actas de História Medieval*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, 2000, p.50.

<sup>10</sup> JOHNSON Jr, Harold B., *Para a História Social de Torres Vedras Um Documento Eclesiástico do ano de 1309*, in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, nº 73-74, pp. 53-175, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1970, p. 62.

Na proximidade de Vila Facaia existiu durante séculos um Casal da Amieira, de que hoje só restam vestígios, mas que encontramos nos primeiros livros de registos paroquiais de A dos Cunhados, no século XVII, e já constando como um dos lugares a integrarem na criação desta freguesia, em 1581, nesta data com três vizinhos, que foram reclamados por pertencerem à freguesia de Santa Maria do Castelo <sup>11</sup>, onde permaneceram e posteriormente na freguesia de Campelos, quando esta se desanexou daquela<sup>12</sup>.

Outro Casal, que deu origem à actual Quinta das Albergarias, onde habitaram famílias desde que há registos paroquiais em S. Lourenço dos Francos, até à década de 70 do século passado, deverá ter pertencido a um morgado que terá sido instituído por Álvaro de Brito, fidalgo da casa Del-Rei, que teve de solicitar a D. Manuel I, em 28 de Maio de 1490, «*confirmação de uma carta de D. Afonso V, datada de 1464, na qual lhe outorga uma terra de morgado a que chamavam Albergaria, situada entre os termos de Óbidos e de Torres Vedras, demarcada e divisada, e que sempre fora possuída por ele Alvaro Barreto*» <sup>13</sup>. Mais uma vez, por exclusão de partes, não se conhecendo nesta área mais nenhum topónimo Albergaria, julgamos que é da actual área da freguesia de Campelos.

Por estas terras da Albergaria, ou muito próximo, terá passado o nosso Rei D. Pedro I, quando ia ao encontro da sua amada D. Inês de Castro, em Moledo, Lourinhã:

«(...) D. Pedro atravessava, numa corrida ansiosa, caminhos escarpados e mal trilhados de Lisboa até ali, contornando a Lourinhã, passava sempre pelo actual Casal das Quintas, onde ainda há pouco existia uma ponte, feita em 1360, conhecida pela Ponte de D. Pedro ou Ponte do Rei (...)»<sup>14</sup>.

Este deveria ser um atalho criado ou explorado pelo Rei, derivando de outras estradas. Junto à Albergaria, pelo menos desde o final da idade Média, sabe-se que por aqui passava uma das principais estradas de Portugal, a que ligava Lisboa a Óbidos, passando por Torres Vedras, Ramalhal <sup>15</sup>, seguia para norte, no território da actual freguesia de Campelos.

Esta Estrada Real manteve-se activa até finais do século XIX, a ela voltaremos mais à frente.

No início do século XVI esta é ainda uma área pouco povoada, daquele aglomerado

---

<sup>11</sup> LUIS, Maria dos Anjos, *A dos Cunhados no Antigo Regime (séculos XVI a XVIII)*, in *A dos Cunhados, Itinerários de Memória, A dos Cunhados, Pró-Memória – Associação Cultural e Etnográfica de A dos Cunhados*, 2002, p. 105.

<sup>12</sup> Para memória do local, construíram em 2009, um pequeno monumento, como comemoração dos 700 anos deste Casal da Amieira, mais conhecido no século XX, como Amieira Grande, em contraponto com a Amieira Pequena, que também existia não muito longe. Em séculos anteriores é Casal do João Lopes, pois de geração em geração ficava de pais para filhos o Casal, e também o nome.

<sup>13</sup> A.N.T.T. Chancelaria de D. Manuel I, liv.20, fl. 32v.

<sup>14</sup> VARELA, José de Sousa, *Notas sobre a Lourinhã e seu Concelho*, Torres Vedras, Sociedade Progresso Industrial, 1937, p. 10.

<sup>15</sup> MANTAS, Vasco Gil, *A Rede Viária Romana e Medieval da Região de Torres Vedras*, in *Turres Veteras I, Actas de História Medieval*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector da Cultura e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, 2000, pp.22-23.

urbano da Figura 1, só a Aldeia da Ribeira é referida no Numeramento de 1527, com 4 vizinhos, e na restante área da freguesia de Campelos, admitimos, que a *Amixieira* seja Amieira, a mesma supra referida, próximo de Vila Facaia, que no termo de Torres Vedras foi assim agrupada: «*Aldea de Vila Faqai e Amixieira e casaes – 16 vizinhos*»<sup>16</sup>.

O Numeramento de 1527, ordenado por D. João III, para conhecer melhor o seu reino e quantificar os moradores, importante para o monarca saber dos meios humanos, recrutáveis para algum conflito, mas também para os tributar, constitui hoje uma fonte de valia para estimativas demográficas. A Torres Vedras veio Jorge Fernandez,

«(...)aos 15 dias de Setembro do ano de Nosso Senhor Jhesu Christo, e na casa da Camara me informey do cõtheudo na carta del Rey nosso Senhor, presēte o juiz e vereadores e escrivão da Camara, e achey o seguinte: (...)»<sup>17</sup>.

A contagem do numeramento foi de vizinhos, o que não é o mesmo que habitantes, vizinho era o chefe de família, vários autores têm discutido o valor do coeficiente a usar para converter a um número de pessoas por agregado familiar, é aceite o valor entre 4 e 5<sup>18</sup>, passando quase a ser regra o valor de 4,5. Mesmo usando este coeficiente não temos dados mais reais para a freguesia, pois a possível Amieira está junto com outros Casais, só poderemos estimar para a Ribeira, que seriam 18 habitantes.

No concelho de Torres Vedras, neste mesmo numeramento, a densidade de vizinhos por km<sup>2</sup> variava entre os 0 a 1,5, e os 6,1 a >, Campelos estava no grupo menor<sup>19</sup>.

Cerca de meio século depois, ou um pouco antes, já havia algumas famílias a residir por estes locais, são somente três os casamentos em S. Lourenço dos Francos, igreja mais próxima:

6/11/1585, casou Fernão Frz, filho de Diogo Frz, de Quatro Sobreiros, com Maria, filha de Fernão de Anes, de Papagouvas<sup>20</sup>.

3/11/ 1591, casamento de Lopo Gil, do termo de Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, filho de Diogo Fz e de Violante Lopez, com Isabel Dias, de Ribamar- Lourinhã, filha de Joam Alvrs e de Maria Alvrs<sup>21</sup>.

15/4/1596, de João Gomes, de Alboraria, Freguês de Santa Maria, com Inez Miz, de Miragaia<sup>22</sup>.

---

<sup>16</sup> BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo, *Archivo Histórico Portuguez Vol VI*, Lisboa, Of. Tip. 1908, pp.253-254.

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, p. 254.

<sup>18</sup> RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008, p.144.

<sup>19</sup> MATOS, Venerando António, *Torres Vedras no Antigo Regime*, in Torres Vedras – Passado e Presente, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996, p.99.

<sup>20</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais. Lourinhã, Miragaia, Misto 1.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

O primeiro Baptismo do século XVI do aglomerado urbano supra referido, é de 3/2/1585 *Domingos filho de João Manoel e de Maria Lopez, da Ribeira de Palheiros*.

Da freguesia de Campelos só surgem no século XVII, o mais antigo é de Casais dos Rijos, em 9/1/1600 - *Violante, filha de Lopo Gil e de Maria Alvares, moradores em Quatro Sobreiros*<sup>23</sup>, assim denominado nos registos da Igreja de S. Lourenço dos Francos, mas correspondente a Casais dos Rijos da freguesia de Santa Maria do Castelo, Torres Vedras, onde já nessa altura pertencia, verifica-se isso inclusive com este Lopo Gil.

Só em 11 de Agosto 1641 surge o primeiro registo do lugar de Campelos, um baptismo da Quinta do Campello, de: *Domingos, filho de Manuel Fernandes e de Maria Garcia, realizado na Igreja de S. Lourenço dos Francos*<sup>24</sup>.

Dez anos depois um baptismo do Casal Novo junto à Quinta do Campello indicia ser fora da quinta, e, é só no século XIX que os registos passam a referir “lugar de Campello”<sup>25</sup>.

Há algumas lacunas nos registos de casamentos, felizmente é muito reduzido nos baptismos.

Uma outra dificuldade é a existência de lugares divididos entre os dois concelhos, como acima já referimos, e pela prática corrente dos habitantes pertencentes à freguesia de Santa Maria, por estarem mais próximos da Igreja de S. Lourenço dos Francos praticarem o culto nesta igreja. Foi uma prática consentida com alguns conflitos entre os respectivos Piores, que necessitou de intervenções do Bispo como a de 1709, percebendo-se que já existira outra anteriormente, pois naquele documento é referido «(...) a que novamente anexamos(...)»<sup>26</sup>.

Encontramos duplicações do mesmo registo de baptismo nos livros das duas freguesias, que uma leitura atenta vai identificando; dessa leitura dos Registos Paroquiais de S. Lourenço dos Francos e de Santa Maria do Castelo, ressalvando-se que nos lugares de Cabeça Gorda, Carrasqueira, Casal das Oliveiras e Casal do Grilo, não conseguimos identificar qual a freguesia a que as crianças pertencem, resumimos assim os 174 baptismos do Séc. XVII<sup>27</sup>:

---

<sup>23</sup> *Ibidem*.

<sup>24</sup> *Ibidem*, Misto 2.

<sup>25</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria.

<sup>26</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, Baptismos 2, fl.145.

<sup>27</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, e Torres Vedras, Santa Maria do Castelo.

**Figura 2 - Baptismos, de nascidos na actual área da freguesia de Campelos (Sec. XVII)**

CAMPELOS	28	CASAL DAS GIESTAS	7
CABEÇA GORDA	15	AMIEIRA DO CALDEIRA	13
CASAIS DOS RIJOS	50	AMIEIRA GRANDE	12
ALBERGARIAS	39	AMIEIRA PEQUENA	5
CASAL DAS OLIVEIRAS	1	CASAL das QUINTAS	1
S. GIÃO	3		

Fonte: A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras; e S. Lourenço dos Francos, Lourinhã.

Da listagem constante na Figura 2, por diversas razões, alguns destes lugares ou Casais, foram abandonados, com os últimos habitantes, ou os seus descendentes a irem residir para os lugares de Campelos ou Cabeça Gorda. Curiosamente eram dos Casais mais antigos da freguesia, Albergarias, S. Gião, Amieira Grande, Amieira do Caldeira, e, talvez mais recente a Amieira Pequena.

Uma das razões desta migração deve-se à alteração da rede viária. Pelo que a memória transmitiu o S. Gião terá sido o Casal mais afectado, pois vivia muito à base do tráfego que passava, mas também, embora que em menor escala, os Casais do Rocio e os das Amieiras Grande e da Caldeira.

Pelo Casal da Amieira Grande passava a estrada que ligava Torres a Peniche, vindo de Vila Facaia. Pelo Casal da Amieira da Caldeira passava uma estrada que ia ligar à anterior, e derivava de outra que ligava Torres ao norte, vindo da Quinta da Bogalheira. Nos Casais do Rocio e do S. Gião passava a estrada que ligava Torres Vedras a Caldas da Rainha, que era também uma das opções de Lisboa ao Porto.

O S. Gião, referenciado como S. Gião dos Matos, na maioria dos registos de baptismos realizados na freguesia de Santa Maria do Castelo, situava-se na propriedade da Quinta do Bom Sucesso, e relativamente próximo do edifício principal da mesma Quinta, localizado no limite da freguesia de Campelos, mas do outro lado do rio, já freguesia de Moita dos Ferreiros, não havendo presentemente vestígios deste lugar onde chegaram a viver 20 pessoas.

Neste S. Gião parece que havia uma taberna, e talvez fosse também lugar de muda de cavalos. Por estar no lado sul do Rio Grande, ganhava importância nos mais rigorosos dias de inverno, pelas dificuldades no atravessamento do rio, mesmo com a ponte, havia dias em que as águas extravasavam o seu leito e obrigariam a abrigo. Localizava-se junto a uma das estradas principais, identificadas no *Mappa de Portugal*, do Padre João Bautista de Castro, publicado em 1763:

«(...) Roteiros traversos de Torres Vedras para as principais terras circunvizinhas, e principalmente para a Vila das Caldas, em que se contam seis léguas ao Norte<sup>28</sup>:

De Torres ao Ramalhal – 1; do Ramalhal ao S. Gião – 1; A N. S. da Misericórdia – 1; Á Roliça – 1; Á Vila de Óbidos – 1; Ás Caldas – 1(...)»<sup>29</sup>.

Também para o percurso de Lisboa a Caldas, que eram 14 léguas, está indicado que de Torres a S. Gião são duas léguas<sup>30</sup>.

Em 1 de Junho de 1852, passou por esta estrada a família real portuguesa, a Rainha D. Maria II, o marido D. Fernando e os Príncipes D. Pedro e D. Luís, que regressavam do norte. O Casal do Rocio terá vivido mais intensamente um dia inesquecível para quem presenciou; aqui sinalizou a Câmara de Torres Vedras as boas vindas ao concelho, com a colocação de um arco festivo, de recepção à passagem da comitiva real; outros arcos havia, noutros locais, mas este foi o primeiro<sup>31</sup>.

O prior da freguesia de Santa Maria do Castelo, na resposta ao inquérito enviado pelo Marquês de Pombal, após o terramoto de 1755, conhecido por Memórias Paroquiais de 1758, no ponto a descrever os lugares da freguesia, não sendo muito pormenorizado escreveu:

«(...)dentro do seu distrito tem somente um lugar, chamado urgeiriça que lhe fica ao sul, a caminho de Lisboa, e várias quintas e casais, em mais juntos, como os das Casas Novas da Alfaiata, e outros totalmente dispersos e separados entre si, e alguns com tanta distância desta freguesia, que entermeam duas léguas, como o S. Gião, e as Amieiras do Caldeira para cima da quinta da Bogalheira a parte norte, outros légua e meia, como as ditas Casas Novas, que ficam à parte poente metendo-se freguesias inteiras de permeio, como são nesta a freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> da Conceição da Ponte do Rol, e naqueles S. Lourenço do Ramalhal (...)»<sup>32</sup>.

Uma outra fonte com informação sobre população e as famílias são os Róis de Confessados, uma lista organizada anualmente, por lugares, e por fogo, com todos os residentes da freguesia, com idade superior a sete anos, realizada pelo Prior, ou outro clérigo, para durante a Quaresma poder conferir se todos cumpriam a sua desobriga, ou seja confessar e comungar, pelo menos uma vez por ano, e neste período de calendário religioso.

Felizmente, de Santa Maria chegaram até nós algumas destas listagens, com datas limites de 1783 a 1858, com a composição das famílias, em anos consecutivos, incluindo os criados, o que nos permite perceber a importância social de algumas. Continuamos a ter a

---

<sup>28</sup> CASTRO, João Bautista, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763, p.X «No sistema do Engenheiro mor deve-se computar a légua por uma hora de caminho a passo cheio, e ordinário, dando a cada légua três mil passos geométricos, (...) A milha antiga Romana tinha mil passos, (...) Saiba-se porém ter-se observado, que um correio ordinário indo a pé caminha em vinte e quatro horas de verão catorze léguas, e de inverno treze, e indo pela posta, ou a cavalo anda nas vinte e quatro horas trinta léguas de inverno, e trinta e sete de verão».

<sup>29</sup> Idem *ibidem*, p.18.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 22.

<sup>31</sup> MADEIRA TORRES, Manuel Agostinho, *op. cit.*, p. 54.

<sup>32</sup> A.N.T.T., Memórias Paroquiais, 1758, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo.

mesma dificuldade de não estarem todas as famílias, pela envolvimento com a freguesia de S. Lourenço dos Francos.

Baseado em meras estimativas, usando o mesmo coeficiente utilizado para vizinhos, calculámos os habitantes, para os anos em que obtivemos informação, com excepção dos anos de 1783 e 1830 que são dos Róis de confessados e nestes está só a contagem, sem qualquer coeficiente para corrigir a falta dos menores de 7 anos.

**Figura 3 - Estimativa da evolução populacional**

Lugares/ano	1309	1527	1670	1764	1783	1830	1858
Albergarias			18	18			
Amieira do Caldeira				4	6		
Amieira Grande	16	4	18	4	8		6
Amieira Pequena				4	5		
Campelos			9	36			107
Casais dos Rijos			9	22	3		57
Casal da Lage						4	6
Casal do Rocio				4	5		6
Casal Oliveiras				9			11
Casal das Giestas				4			
S. Gião			9	4	17		2
<b>Total</b>	16	4	63	109	44	72	195

Notas/Fontes:

- a) 1309 – Inquirição, sobre divisão da paróquias de Torres Vedras<sup>33</sup>.
- b) 1527 – Numeramento, consideramos um vizinho, da Amixieira, como sendo a Amieira<sup>34</sup>.
- c) 1670 – Livro de sizas de Torres Vedras, Vintena de Vila Facaia<sup>35</sup>.
- d) 1764 – Décima, vintena de Vila Facaia<sup>36</sup>.
- e) 1783 – Róis de confessados de Santa Maria<sup>37</sup>.
- f) 1830 - Décima, vintena de Vila Facaia<sup>38</sup>.
- g) 1858 - Róis de confessados de Santa Maria<sup>39</sup>.

<sup>33</sup> JOHNSON Jr, Harold B., *op. cit.*, p.53.

<sup>34</sup> BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo, *op. cit.*, p. 16.

<sup>35</sup> A.M.T.V. Livro de Sizas de 1670, pp.137v-138.

<sup>36</sup> A.H.T.C. décima 1764, Torres Vedras, Vintena de Vila Facaia.

<sup>37</sup> A.M.T.V. Paróquia Santa Maria, Róis de Confessados.

<sup>38</sup> A.H.T.C. décima 1830, Torres Vedras, Vintena de Vila Facaia.

<sup>39</sup> A.M.T.V. Paróquia de Santa Maria, Róis de Confessados.

A ausência mais notada na Figura 3 é o lugar de Cabeça Gorda, não aparece em nenhum daqueles anos, será que só a partir do século XIX se estabelecem residentes no lado de Torres Vedras? Temos dúvidas, nos censos populacionais de 1911, o primeiro com desagregação por lugares, a Cabeça Gorda tem 16 habitantes.

Somos mais da opinião que pelo menos no século XIX já haveria habitantes no lado de Torres Vedras; mas a prática corrente daqueles habitantes tratarem de todas as questões legais e também de culto religioso, no concelho da Lourinhã, pela sua proximidade e afinidade, mesmo residindo no concelho de Torres Vedras, (só tem um arruamento a separá-los), distorce a informação.

Genericamente, pelo que fomos recolhendo da leitura dos registos paroquiais e dos róis de confessados, esta sociedade era relativamente homogénea, haveria pobreza, mas não havia nobreza, ou famílias muito ricas economicamente, poucos proprietários, essencialmente agricultores com terras de foro, ou arrendadas, havendo, como é natural, algumas diferenças, com famílias onde se percebe haver mais abastança; destacando-se o Casal da Amieira Grande, ou do João Lopes, onde era vulgar haver mais criados, chegaram a ser seis, para três pessoas da família. O S. Gião, o Rocio e a Amieira do Caldeira também têm quase sempre um a dois criados, assim como a família do António Luis após a compra da Quinta do Campelo, e, só mais uma a duas famílias por ano se pode dar a esses “luxos”<sup>40</sup>.

O crescimento populacional em muito se deve às famílias numerosas, muitas com dez ou mais filhos, merecendo destaque a família Severiano, um patronímico, derivado de Severiano dos Santos, natural de Aldeia Galega, Alenquer, cujo filho Manuel Severiano, ou Manuel Santos veio morar para Campelos, onde casou, desta união há pelo menos cinco filhos.

Um desses filhos, o Joaquim Severiano, nascido em 1849, de profissão logista, casou três vezes, em 1876, 82, e 91. Destes casamentos nasceram 24 filhos, quatro dos quais no ano de 1890, trigêmeos da Maria da Luz, e outro, já da que iria ser a sua última esposa, a Justiniana da Piedade. Dos trigêmeos duas meninas e um menino, este morreu com 6 meses, a Antónia com 6 anos e só chegou a adulta a Palmira da Luz, que casou em 1917 com Jerónimo Augusto Franco.

Este Joaquim foi pai do primeiro filho aos 27 e do último aos 57 anos<sup>41</sup>.

Encontrámos doze dos seus filhos casados e com descendência, é pois natural a família dos Severianos ser muito grande, e bom contribuinte para o aumento da população da freguesia de Campelos<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, Baptismos e Casamentos.

<sup>42</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria; Lourinhã, Miragaia.

### 1.3 A freguesia de Campelos nos Censos Populacionais:

Em Portugal só a partir de 1864 se realiza o primeiro censo da época moderna, consoante as regras aprovadas internacionalmente, com o recenseamento geral da população.

Para um enquadramento regional podemos observar, na Figura 4, os dados mais recentes do Oeste - NUT III onde nos inserimos, e do concelho de Torres Vedras.

**Figura 4 - Total da população residente no Oeste, e concelho de Torres Vedras, Censos de 1991 a 2011, com variação de população, entre censos<sup>43</sup>.**

Ano	Oeste		Torres Vedras	
	População Residente	%	População Residente	%
1991	315699		67185	3,3
2001	338711	7,3	72250	7,5
2011	362535	7,0	79465	7,5

Fonte: I.N.E., Censos Populacionais.

A freguesia de Campelos tem uma área de 24,18 km<sup>2</sup>, o que representa 5,19% da área total do concelho, e, em ordem de grandeza, ocupa o 9º lugar. Em população, nos censos de 2011, os seus 2827 habitantes representam 3,6% da população total do concelho de Torres Vedras<sup>44</sup>.

Em relação à freguesia de Campelos, só há dados da mesma a partir dos censos de 1950, o primeiro realizado após a criação da freguesia em 1945, que nesta data segundo o Decreto-Lei da sua criação teria cerca de mil habitantes. Antes desta data estava inserido na freguesia de Santa Maria do Castelo; na Figura 6 pode-se observar os resultados dos Censos até à actualidade.

O concelho de Torres Vedras tinha 20 freguesias, que passaram a ser 13, por agregação resultante da Reorganização administrativa do território das freguesias, constante na Lei nº 11-A/2013, de 22 de Janeiro de 2013.

<sup>43</sup> TORRES VEDRAS, Câmara Municipal de, *Torres Vedras em Números*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2006, p. 32. e I.N.E., Censos 2011.

<sup>44</sup> TORRES VEDRAS, *op. cit.*, p. 22.

Figura 5 – Mapa freguesias do concelho de Torres Vedras, antes da Reorganização.



Fonte: INE, URL: [http://www.ine.pt/img/rau2012/1113\\_f.pdf](http://www.ine.pt/img/rau2012/1113_f.pdf)

O concelho de Torres Vedras, na última década teve um crescimento populacional de 7,5%, o maior aumento foi na freguesia de Santa Maria, na Cidade, com 31,7 %, seguida de duas das freguesias do litoral Silveira com 31,3 % e A dos Cunhados com 22%, Campelos com os 4,4% é uma das restantes nove com crescimento. No sentido inverso, com maior decréscimo temos a freguesia de Matacães com 11%, Outeiro da Cabeça com 9,9% e Maxial, com 7,1 %.

**Figura 6 - População Residente, Concelho de Torres Vedras, Freguesias de Santa Maria e Campelos, e a variação populacional entre censos, em percentagem, do ano de 1864 a 2011<sup>45</sup>.**

Ano	Concelho		Santa Maria e S. Miguel		Campelos	
	População Residente	%	População Residente	%	População Residente	%
1864	24268		1616			
1878	27746	14,3	1984	22,8		
1890	32269	16,3	2613	31,7		
1900	35726	10,7	3077	17,8		
1911	38993	9,1	3452	12,2		
1920	41790	7,2	3704	7,3		
1930	47917	14,7	4516	21,9		
1940	52143	8,8	5196	15,1		
1950	56514	8,4	5189	-0,1	1809	
1960	58837	4,1	5096	-1,8	2083	15,1
1970	57850	-1,7	2165	-57,5	1980	-4,9
1981	65039	12,4	3695	70,7	2401	21,3
1991	67185	3,3	4526	22,5	2624	9,3
2001	72250	7,5	5061	11,8	2708	3,2
2011	79465	7,5	6665	31,7	2827	4,4

Fonte: I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censos Populacionais.

Desde que é freguesia só nos censos de 1970 se verifica uma diminuição da população, foi a década da emigração também aqui verificada.

Dos anos em que se conseguiu a desagregação por lugares, elaborou-se o Figura 7

<sup>45</sup> TORRES VEDRAS, *op .cit.*, p. 34, e I.N.E., Censos 2011.

**Figura 7 - População Residente nos lugares da freguesia, nos censos de 1911 a 2011.**

Lugares/ano	1911 <sup>1</sup>	1940 <sup>1</sup>	1960 <sup>2</sup>	1970 <sup>1</sup>	1991	2001	2011
Albergarias			13	13			
Amieira Grande	17						
Cabeça Gorda	16	160	419	414	541	547	540
Campelos	492	890	1177	1191	1718	1713	1919
Carrasqueira					32	56	48
Casais dos Rijo	95	137	168	171			
Casal da Lage	12	36	35	31	27	27	29
Casal das Oliveiras	20	45	44	74	103	107	119
Casal Val da Tábua			32	30	26	26	15
Casal das Giestas	10	33	85	90	86	91	84
<b>Total da freguesia</b>	<b>662</b>	<b>1301</b>	<b>2083</b>	<b>2006</b>	<b>2624</b>	<b>2708</b>	<b>2827</b>

Fonte: I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censos Populacionais

Notas:

<sup>1</sup> Para os anos de 1911, 1940, 1960 e 1970 agregaram-se para o lugar de Campelos, os Casais dos Fornos, dos Lopes, dos Pinheirinhos, do Samoqueiro, do Vale Pereiro, do Neto, dos Poços, e das Malhadinhas, pois hoje estão totalmente integrados no mesmo lugar.

<sup>2</sup> Nos censos de 1960 aos habitantes de Cabeça Gorda juntámos os dos Casais de S. Miguel, do Seixo, e do Grilo, como estão presentemente integrados naquele lugar.

<sup>3</sup> Desde os censos de 1991 os Casais do Rijo passaram a estar incluídos no lugar de Campelos.

Nos Censos de 1960 há uma desagregação pormenorizada de todos os lugares e Casais, hoje muitos deles só fazem parte da toponímia, alguns nem isso, e irão perder-se as referências exactas das localizações, na Figura 8 transcrevemos a denominação e habitantes desses lugares.

**Figura 8 - Lugares e habitantes nos censos de 1960**

Cabeça Gorda	190	Casal Novo da Amieira	102
Campelos	930	Casal dos Pinheirinhos	44
Casais do Rijo	168	Casal do Samouqueiro	37
Casais de São Miguel	10	Casal do Seixo	79
Casal do Carregado	18	Casal do Vale da Tábua	32
Casal dos Fornos	31	Casal Vale Pereiro	116
Casal das Giestas	85	Casal do Vale da Quinta	10
Casal do Grilo	38	Casalinho das Oliveiras	44
Casal da Laje	35	Quinta das Albergarias	13
Casal dos Lopes	19		

Fonte: I.N.E. Instituto Nacional de Estatística.

Nota: no censo de 1940 vem Casal do Neto (hoje Rua dos Netos).

A Vila de Campelos, sede da freguesia com o mesmo nome, já foi nos censos de 1940, e, é consecutivamente nos últimos quatro Recenseamentos Populacionais, desde os censos de 1981, o segundo maior lugar do Concelho de Torres Vedras, logo a seguir à cidade. Nem sempre este facto é reconhecido, pois confunde-se muitas vezes a dimensão e população das freguesias, e pouco se olha para esta dimensão das localidades, estamos perante definições diferentes que não comparáveis.

Considerando a fixação da primeira família no lugar de Campelos, por volta de 1640, e com as quatro pessoas que eventualmente a poderiam compor, passados 370 anos residirem nesse mesmo lugar mais de 1900 pessoas, e ser, em população, o segundo maior lugar do concelho, é um facto digno de realçar.

Julgamos poder afirmar que um dos factores de crescimento populacional terá sido a posse plena das terras, uma boa parte a supra referida metade da quinta do Campelo, desde meados do século XIX, após a extinção das ordens religiosas, e mais tarde uma parte dos terrenos que a população iniciara a exploração por aforamento, e adquiriu as terras no contexto da revolução do 25 de Abril de 1974. Esta posse das terras criava condições para que as pessoas aqui nascidas e as que para aqui vinham residir pudessem continuar a exploração da terra e daí tirar o rendimento para irem vivendo.

O outro dos factores que eventualmente poderá ter também contribuído para o crescimento populacional poderá ter sido a vinda de crianças da Roda de expostos de Lisboa e de outras localidades, mais mão de obra a trabalhar, mais casamentos fora das famílias relacionadas por consanguinidade, menor endogamia.

## **1.4 Campelos, Memória e História**

Foi sobretudo a memória colectiva dos habitantes do lugar de Campelos que despoletou o interesse em pesquisar informações ou fontes, que pudessem confirmar o que foi sendo transmitido, por várias gerações, que, sabemos hoje, serem acontecimentos ocorridos há mais de 400 anos. Passaram de boca em boca, o que sabiam sobre a pessoa a quem, segundo eles, se deve o nome do lugar onde habitam. No Anexo 2 há um resumo dos testemunhos orais recolhidos.

### **1.4.1 A memória coletiva de Campelos**

Os anciãos da localidade de Campelos ouviram dos seus antepassados, com algum misticismo, a informação de que Campelos fora fundado por Gaspar Campelo.

Esta memória foi passando, mantendo no essencial, esta fundação pelo Gaspar Campello.

Da recolha de testemunhos orais realizada pelos escuteiros, em meados da década de 80 do século XX, sob a minha coordenação, ficou um bom resumo dos testemunhos recolhidos

«(...) Gaspar Campello, diz a lenda que fundou Campelos, dizem uns que andava sempre fugido porque roubou o cunho do Rei de fazer moedas e que vivia com a esposa, Jacinta da Cunha no Stº António, onde existia uma capela, que só teve um filho que foi frade, daí isto ter ficado ao abandono. Dizem outros que o Campello vivia ali perto do “lugar de baixo”, e que no “Stº António” vivia o António da Cunha com a mulher Jacinta da Cunha, e estes é que tinham roubado o cunho do Rei. Alguns ainda se recordam de vestígios de edificações no Stº António, outros que foram buscar pedras para alicerces da sua casa, há ainda pelo meio um cálice de ouro entregue ou oferecido à Igreja de S. Lourenço dos Francos, uns túneis, e outros rendilhados. (...)»<sup>46</sup>.

Na memória manteve-se inclusive a referência ao local onde o Gaspar Campello terá vivido, e é assim que quando a Junta de Freguesia de Campelos, em 1978, inicia a toponímia dos arruamentos denomina o actual arruamento onde se situa essa habitação, por Rua Gaspar Campelos, com base exclusivamente em testemunhos orais.

Só em 1985, na recolha e preparação de uma exposição sobre o 40º aniversário da freguesia de Campelos, organizada por um grupo de pessoas deste mesmo lugar (onde me incluo) começam a surgir alguns dados que indiciam a possibilidade de partes da memória oral sobre o Gaspar Campello poderem ser confirmadas documentalmente; o primeiro documento encontrou-se na leitura do livro do historiador torriense Madeira Torres, ao lermos que em «*31 de Janeiro de 1573 servia em Torres Vedras, como juiz de Fora, Gaspar Campello*»<sup>47</sup>.

Julgando ser um nome pouco vulgar somos levados a pensar na possível veracidade da memória das pessoas de Campelos, e na necessidade de ir em busca de mais informação documental, partindo assim da memória, para chegar à história.

A memória colectiva local, a que por vezes chamámos lenda é um ponto de partida, mesmo com conhecimentos e competências muito reduzidas sobre história, sabíamos que a transmissão oral tem muitas probabilidades de ter falhas, e, é muitas vezes corrompida, tínhamos presente o ditado – *quem conta um conto acrescenta um ponto*.

Memória e história têm algo em comum, ambas falam do passado, mas fazem-no de modo diferente, a primeira não tem regras, vai-se transformando e perdendo, a segunda tem métodos, e deve sempre questionar as suas fontes. A discussão sobre estes dois temas ocorre há muitos anos nos meios académicos, sem consensos.

Muitos historiadores mantêm um certo desprezo para com os escritores de memórias,

---

<sup>46</sup> ESCUTEIROS DE CAMPELOS *Um Século de Notícias da Zona de Campelos, Recortes de Imprensa Regional de 1885 a 1985*, Campelos, Agrupamento de Escuteiros do CNE, nº 648, 1987, pp. 2-3.

<sup>47</sup> MADEIRA TORRES, Manuel Agostinho, *op. cit.*, p. 215.

mas estes tiveram, e talvez ainda tenham, alguns aspectos positivos, como o reconheceu Sérgio Campos Matos:

«(...) Ao longo da segunda, metade do século XIX a história local afirmou-se como género diferenciado, cultivado por autodidactas, amadores e alguns eruditos que assim fixaram por escrito uma memória que, de outro modo, correria o risco de se perder (...)»<sup>48</sup>.

Parece ser consensual atribuir a Maurice Halbwachs (1877-1945) o retomar o tema da memória, para ele a memória individual é composta pelas experiências vividas por cada um, mas influenciada pela memória colectiva, e, quem pertence a mais de um grupo, é influenciado pelas várias relações sociais dos diferentes grupos onde o individuo se insere. A memória é uma função colectiva<sup>49</sup>. E estabeleceu uma comparação entre memória histórica e memória colectiva, que ultimamente questiona-se, para Catroga:

«(...)O reconhecimento da existência de características comuns à memória e à historiografia não pretende negar a especificidade de ambas as narrações sobre o passado (...) a historiografia tem de igualmente ser inserida na continuidade das grandes narrações orais, exercendo, na sua especificidade própria, funções análogas às demais práticas de recordação, incluindo as do culto dos mortos, prática que, para muitos, fez do homem, ao contrário do animal, o primeiro construtor de “documentos” históricos. (...)»<sup>50</sup>.

Dum modo sintético Sérgio Campos Matos diz que a memória colectiva é o que resta na nossa memória, e memória histórica, é a que é produzida pelos estudiosos. Mas persiste a confusão entre ambas, para ele a memória dos historiadores deverá esclarecer a memória colectiva, e pôr à prova a memória, com a exigência de provas documentais. Também os historiadores se baseiam na memória, assim talvez não sejam tão incompatíveis, há uma relação dinâmica<sup>51</sup>.

Mais seguros do caminho a trilhar, na senda da legitimação da memória colectiva de Campelos, vamos aproveitar a “recomendação” de Catroga:

«(...) a memória limitar-se-á ao *verossímil*, pois a sua retrospectiva não põe entre parênteses as paixões, emoções e afectos do sujeito evocador. Por outro lado, o seu critério de prova convoca mais uma fiabilidade assente no reconhecimento de boa fé do narrador – que, em última análise, certifica a fidelidade do testemunho – do que uma argumentação racional, característica dominante das estratégias de convencimento usadas pelo discurso historiográfico (...)»<sup>52</sup>.

Este mesmo autor coloca o alargamento do uso da escrita a contribuir para a

---

<sup>48</sup> MATOS, Sergio Campos, *História Nacional e História Local no Portugal Oitocentista*, in *Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector da Cultura e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, 2000, p.16.

<sup>49</sup> HALBWACHS, Maurice, *La Mémoire Collective*, 2ª edição, Paris, Presses Universitaires de France, 1967. Edição electrónica de 2001.

<sup>50</sup> CATROGA, Fernando, *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo, Memória e o Fim do Fim da História*, Coimbra, Edições Almedina, 2009, p.35.

<sup>51</sup> MATOS, Sergio Campos, *História e Memória: um debate em aberto*, in conferência realizada em Sobral de Monte Agraço, Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 29 de Setembro de 2012.

<sup>52</sup> CATROGA, Fernando, *op. cit.*, pp.40-41.

desmemorização, o que por estas e por outras razões nos leva a fazer uma breve caracterização da população de Campelos.

Estamos perante uma população rural, dum estrato social baixo e muito pouco diferenciado, com um modo de vida dedicado à actividade agrícola, que até aos anos sessenta do Sec. XX tinha como únicos meios neste labor a mão de obra humana e o apoio dos animais nos transportes, nas mobilizações do solo, e nos trabalhos da eira, diariamente de sol a sol, e só com o Domingo como dia de descanso.

Se juntarmos a este enquadramento ser regra o analfabetismo, a tardia chegada da energia eléctrica, só em 1968, a quase inexistência de viaturas motorizadas, transportes públicos com uma única carreira a ligar à sede concelho, partindo de manhã e regressando à noite, estudantes que fossem além da primária são excepção até finais da década acima referida, só com a guerra do ultramar se terão intensificado as saídas de maior permanência, e outras vivências.

Nestas situações percebe-se melhor que houve condições favoráveis para que durante séculos a memória sobre o Gaspar Campelo fosse passando de geração em geração, as famílias juntavam-se à volta da mesma luz, e as histórias iam-se transmitindo.

Há ainda uma outra razão para manter viva a memória, os indícios da existência de ruínas no início do século XIX, e talvez até à remição do foro em 1851.

Esta é uma aldeia, em que todos se conhecem e falam com frequência, Paul Connerton retrata muito bem, o que suporta e constrói uma memória local

«(...) o que mantém este espaço unido é a bisbilhotice. A maior parte daquilo que acontece numa aldeia durante o dia será contado por alguém antes que o dia acabe, sendo estes relatos baseados na observação directa ou em informações em primeira mão. A bisbilhotice aldeã compõe-se destes relatos diários, combinados com as familiaridades mútuas de toda uma vida. Uma aldeia constrói, por este meio informal, uma história comunal continua de si própria: uma história em que todos retratam, em que todos são retratados, e na qual o acto de retratar nunca tem fim. Isto deixa pouco ou nenhum espaço para a representação do eu na vida quotidiana, porque em grande medida os indivíduos recordam em comum. (...)»<sup>53</sup>.

As aldeias conservavam mais as suas tradições e memórias, é um contexto diferente do meio urbano, como refere o mesmo autor:

«(...) como acontece com a vida numa aldeia, as falhas na memória partilhada são muito menos numerosas e mais pequenas. (...)»<sup>54</sup>.

Como já dissemos este confronto entre a memória e a sua confrontação com documentos iniciou-se há cerca de três décadas, parte já foi publicada, no jornal regional

---

<sup>53</sup> CONNERTON, Paul, *Como as Sociedades Recordam*, tradução de Maria Manuela Rocha, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 20.

<sup>54</sup> Idem, *Ibidem*, p.19.

*Badaladas*, e num livro que editei <sup>55</sup>, mas não poderemos deixar de recuperar alguns aspectos determinantes para os assuntos a tratar.

### 1.4.2 Topónimo Campelo

Em Portugal há três freguesias com os nomes Campelo, e Campelos, como este último ainda no Séc. XIX se denominava Campello, originalmente só existia no singular.

Uma das freguesias é no Concelho de Baião, a mais antiga, outra no Concelho de Figueiró dos Vinhos, e por último no de Torres Vedras, havendo mais uma dezena de terras com um destes nomes.

Em Espanha, sobretudo na Galiza há muitas aldeias, lugares e uma praia com este nome, sendo o maior na Catalunha, El Campello, com mais de 5.000 habitantes.

Noutros países também encontramos lugares, ou somente bairros com o nome Campelo, em Itália, Suíça, EUA e Brasil.

Este motivo não é nenhuma razão extraordinária, pois se procurarmos nomes a repetirem-se, encontraremos muitas situações semelhantes a esta.

Mas neste caso algo as une. Em comum têm o nome Campelo, em duas das freguesias supra referidas atribui-se a origem do topónimo Campelo a Gaspar Campello, e este apelido é originário da freguesia de Baião.

#### 1.4.2.1 Campelo, Figueiró dos Vinhos

No sítio do Município de Figueiró dos Vinhos, sobre a freguesia de Campelo, podemos ler que a alteração do nome da terra se ficou a dever a Gaspar Campelo:

« (...) No século XII criou-se a Paróquia de Alge (...). Por influência de Frei Gaspar de Campelo, mestre de noviços carmelitas, foi autorizada a construção de uma igreja (...). Frei Gaspar de Campelo benzeu a nova igreja e ofereceu a imagem de Nossa Senhora da Graça, passando a ser a Padroeira. Pensa-se que foi por esta razão e também por vontade dos Condes de Miranda, que o nome da terra foi mudado de Casal da Ponte para Campelo. (...) »<sup>56</sup>.

Este Campelo nasceu em Lisboa no ano de 1567, e morreu no Convento do Carmo em 1662<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> ANTUNES, Jose Damas, *op. cit.*.

<sup>56</sup> FIGUEIRÓ dos VINHOS, Câmara Municipal de, Junta de Freguesia de Campelo, consulta online.

<sup>57</sup> ENCICLOPÉDIA, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Volume 5, Lisboa - Rio de Janeiro, 1936-1960, p 642v : *Campêlo (Frei) Gaspar Carmelita*, nasceu em Lisboa, em 1567, morreu no convento do Carmo em 1662, onde professara. Desempenhou os cargos de organista e mestre de noviços, e foi prior de vários conventos da sua ordem, secretário do Bispo D. Frei Tomé de Faria, definidor no capítulo

## ***Gaspar Campello***

Estamos perante uma única pessoa, ou, embora com o mesmo nome serão duas pessoas diferentes?

Numa pesquisa no ANTT, nos livros de Chancelaria, encontramos referências a Gaspar Campello desde o reinado de D. João III ao de D. João IV; ficamos pois a saber que há várias pessoas, de semelhante importância, com nome igual.

Mas não restam dúvidas, são pessoas diferentes: uma foi frade e o outro Gaspar Campello, o que mais nos interessa, era Juiz de Fora em 1573. É provável que sejam da mesma família, mas essa é uma incógnita que permanece.

### **1.4.2.2 Campelos, Torres Vedras**

#### ***A ligação do Juiz Gaspar Campello à actual área da freguesia de Campelos***

O primeiro e principal documento que liga o Gaspar Campello à hipótese de ter fundado Campelos, que ainda no início do Séc. XX tinha como topónimo Campello, está no ANTT, Colegiada de Santa Maria. Este documento já é uma transcrição do início do Séc. XIX, (a data de início do maço é de 1806), de um documento original datado de Julho de 1587, e que resume como uma “obrigação do Dr. Gaspar Campello para com a Ermida de Nossa Senhora da Paz, para cuja Fabrica dão 3000 reis, impostos na sua Quinta chamada do Campello”.

Pela sua importância na transição da memória para a história, transcreve-se na integra o documento, deixando a grafia de então

*«17 de Julho de 1587 = N<sup>o</sup> = 54 = He obrigação do Dr. Gaspar Campello = Diz que em Lisboa, nas cazas do Dr. Gaspar Campello estando ele ahi presente, e Jacinta da Cunha sua mulher, por eles foi ditto ser verdade que tem huma Quinta no Termo desta Villa aonde Xamão o Vale de Sacarias, em que elles tem huma Ermida, com invocação de Nossa Senhora da Paz, que eles fizeram e agora pedem ao Sr. Arcebispo lhe desse licensa para nella se dizer a Missa. Sendo despaxado que obrigasem huma Propriedade que rendeu 3000 reis cada anno para a fábrica della; disserão que por este instromento, e protecção, e obrigão e aos dittos 3000 reis de renda cada hum anno. Sendo necessário a dita sua Quinta, que dicerão valer 5 mil cruzados, e que sendo vendida fique sempre com a ditta obrigação. Nas costas diz que hoje está derribada e que he Nossa Senhora da Paz; e em huma Nota dentro diz que esta Quinta se xama hoje do Campello =»<sup>58</sup>.*

---

celebrado em Moura em 1598, etc. Escreveu: *Pressionarium Ordinis Carmelitarum, Provinciae Lusitaniae*, 1610. Foi notável musico e latinista.

<sup>58</sup> A.N.T.T. Colegiada de Santa Maria, Volume 32, maço 23.

A quinta é no termo de Torres Vedras, veio mais tarde a chamar-se quinta do Campello, e não existindo na área geográfica deste concelho outro topónimo igual, ou semelhante, pode concluir-se ser aqui, na sede da actual freguesia de Campelos, que se localizava esta quinta. Da memória que algumas testemunhas orais nos transmitiram, com esta fonte podemos confirmar: o nome de Gaspar Campello, o de Jacinta da Cunha, e a existência de uma capela. Esta família Campello viveu, em alguns períodos, nesta sua quinta, pois há vários registos nos livros da paróquia de S. Lourenço dos Francos, actual freguesia de Miragaia, concelho de Lourinhã, igreja a cerca de 3 km de Campelos, que durante alguns séculos foi o templo de culto para os habitantes de Campelos e lugares próximos.

O Gaspar Campello foi nesta igreja padrinho de baptismos e casamentos em 21 de Março de 1589, 12 de Novembro de 1606, 16 de Janeiro de 1608, e 9 de Outubro de 1608<sup>59</sup>.

### ***Dúvidas no nome da esposa***

Nestes registos paroquiais de S. Lourenço dos Francos, o de 20 de Outubro de 1585<sup>60</sup>, cria um enigma, ainda não decifrado, com a madrinha “Vicência da Cunha mulher do doutor Gaspar Campello, juiz do crime de Lisboa”, começamos por admitir ser um primeiro casamento, mas em 27 de Maio de 1601<sup>61</sup>, encontramos novamente Vicência da Cunha a ser madrinha, e referida como mulher de Gaspar Campello, ora confrontando com o documento de obrigação da ermida de N. Sr<sup>a</sup> da Paz datado de 1587, surge a dúvida se a mulher do Campello usava ambos os nomes Jacinta da Cunha, e Vicência da Cunha, ou se haverá erro na transcrição do documento.

O enigma cresce quando na mesma igreja encontramos Jacinta da Cunha também como madrinha em 9 de Outubro de 1608, 20 de Fevereiro de 1611, e 12 de Maio de 1613<sup>62</sup>, embora em nenhum destes registos haja referência ao Gaspar Campello, seria Jacinta da Cunha filha deste? Poderá ser, já que em 20 Novembro de 1610<sup>63</sup> nos óbitos, da mesma igreja de S. Lourenço encontramos o óbito de Gaspar da Cunha, neto de Gaspar Campello, sepultado na igreja de S. Lourenço dos Francos.

Nos nobiliários genealógicos consultados, só em Felgueiras Gaio, há o nome da esposa, Isabel Fernandes<sup>64</sup>, que não coincide com nenhum dos anteriores, mas tendo o neto o apelido Cunha, poderá estar relacionado com o lado materno, o que não é invulgar à época.

---

<sup>59</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Mistos 1, Lourinhã, Miragaia.

<sup>60</sup> *Ibidem.*

<sup>61</sup> *Ibidem.*

<sup>62</sup> *Ibidem.*

<sup>63</sup> *Ibidem.*

<sup>64</sup> GAIO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol, VIII, Braga, Oficinas Gráficas da PAX, 1938-1941, p. 108.

## *Que sabemos do Gaspar*

Gaspar Campello terá nascido por volta de 1517, se seguiu a idade habitual para a época de iniciarem os estudos com 16 anos <sup>65</sup>. Como sabemos que ele viveu até pelo menos 1605 <sup>66</sup>, temos um homem com uma vida de 88 anos, uma boa longevidade.

Em 27 de Maio de 1536, na Universidade de Salamanca, é bacharel em Leis, com o doutor António Gomes, não se conhecendo a sua naturalidade, mas Joaquim Veríssimo Serrão diz ser possível que seja natural de Braga, por um quase certo familiar, Ambrósio Campelo, (que em 1541 é bacharel artista, na mesma universidade) ser natural daquela cidade<sup>67</sup>.

Em 1573 ocupava o lugar de Juiz de Fora de Torres Vedras, e, segundo Margaça Veiga ele não foi reconduzido neste cargo por ter caído nas desgraças da Infanta D<sup>a</sup> Maria, (filha de D. Manuel e da sua terceira esposa, Leonor de Habsburgo) então donatária de Torres Vedras<sup>68</sup>.

Em 1578 já era Juiz do Crime de Lisboa, e é um dos intervenientes nas cerimónias fúnebres de D. Sebastião, a 27 de Agosto, levando, e partindo, um escudo negro, como descreve Miguel de Moura:

«(...)forão athe ao meio da Rua Nova, aonde logo alevantou outro o Licenciado Gaspar Campello, Juiz do Crime, que levou athe ao Rocio, nas escadas do Hospital, aonde o quebrou com as mesmas palavras e cerimónias dos outros (...) chorai, senhores, chorai, cidadãos, chorai, chorai, povo, a morte do vosso Rei D. Sebastião (...)» <sup>69</sup>.

Por 1582 e 1583, permanece por Lisboa; são os registos de baptismo, de Santa Justa, Lisboa<sup>70</sup>, que nos dão essa informação, encontramos-lo como padrinho, mas somente referido como Juiz.

Em 20 de Outubro de 1585 <sup>71</sup>, já o vimos como Juiz do crime de Lisboa, no registo de baptismo supra, em que Vicência da Cunha foi madrinha, também em 25 de Março de 1587 <sup>72</sup>; é o próprio, ao ser padrinho em Santo Estevão, Lisboa, pelo que já o seria quando pediu para dizer missa na sua quinta, citada em cima.

Em 1588 continuava a ser Juiz do Crime, há uma consulta, em 22 de Fevereiro desse ano “*sobre as pessoas que se nomeão para tomarem residência aos dous Corregedores do*

---

<sup>65</sup> BANDEIRA, Ana Maria, *Percurso Académico na Universidade de Coimbra, nos séculos XVI a XIX (orientações para pesquisa)* p. 11. Consulta online.

<sup>66</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Mistos 1, Lourinhã, Miragaia.

<sup>67</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, Lisboa, J.V. Serrão, 1962, p. 315.

<sup>68</sup> VEIGA, Carlos Margaça, *A Vivência Quotidiana Municipal Torriense no Século XVI*, em conferência “Chás de Pedra”, Santa Cruz, Câmara Municipal de Torres Vedras, 20 de Julho de 2012.

<sup>69</sup> MOURA, Miguel (1840) *Chronica do Cardeal. Rei D. Henrique e a vida de Miguel de Moura, escrita por ele mesmo*, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840, pp. 16, 19-21, 168.

<sup>70</sup> A.N.T.T. Registos Paroquias, baptismo 1, Lisboa, Santa Justa.

<sup>71</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, misto 1, Lourinhã, Miragaia.

<sup>72</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, baptismo 1, Lisboa, Santo Estêvão.

*Crime desta cidade e ao Juiz do Crime o Licenciado Gaspar Campello*”<sup>73</sup>.

Ter-se-á mantido em funções depois de apoiar D. António? Pensamos que não, pois é mais frequente a partir de 1589 encontrá-lo como padrinho nos registos paroquiais da Lourinhã e em Torres Vedras.

### ***Há uma parte negra na vida do Gaspar Campello?***

Pela memória chegou-nos ao conhecimento que o Campello andava em fuga, tinha roubado o cunho com que o rei fazia as moedas, era um fugitivo, há pois uma associação negativa ao homem.

Parece-nos, com as informações entretanto recolhidas, que haverá alguma verdade no rasto da memória, e possivelmente o Gaspar Campello era mesmo um fugitivo, mas talvez não seja por ter roubado, mas sim por se ter envolvido com D. António Prior do Crato, nomeadamente na sua última tentativa de chegar a Rei.

D. António, com o apoio da Rainha de Inglaterra, Isabel I, vem na que é conhecida por armada Inglesa, partindo de Plymouth, em 18 de Abril de 1589, desembarcam em Peniche no dia 23 de Maio, e seguem com destino a Lisboa, Francisco Caeiro escreveu:

«(...) os invasores caminharam pela Lourinhã em direcção a Torres Vedras, onde já estavam a 29 de Maio, e seguiram depois por Loures a Alvalade (Campo Grande). A maior parte da população fugira; ficaram quase só os que não tinham que perder, sendo estes afinal, os que pelo caminho iam recebendo D. António com maior curiosidade e simpatia, mas ao que parece, sem entusiasmo. Alguns como o juiz Gaspar Campello, obrigado ao desempenho das funções de almotacé-mor, parece que o fizeram por coacção (...).»<sup>74</sup>.

No mesmo sentido, dum envolvimento “forçado”, ou de pouco entusiasmo, poder-se-á depreender da leitura que Veríssimo Serrão, fez numa fonte manuscrita, onde verifica haver engano, de alguns autores, numa confusão entre “Gaspare” em privilégios atribuídos por D. António, numa nota de rodapé, ele corrige esse erro, escrevendo que: « (...)Gaspar Camelo de Melo, vem cit. como “Gaspar Campello” no “rol dos amigos” (...) »<sup>75</sup>, ficamos assim a saber que o Gaspar Campello estava fora da esfera das pessoas mais próximas de D. António.

Na nossa opinião há uma adesão e empenhamento do Gaspar Campello na defesa de D. António, pode não ter sido logo após a morte de D. Sebastião, mas nesta última tentativa de 1589, julgamos que esteve em pleno e de coração, são vários os documentos que o indiciam,

<sup>73</sup> REGO, A. da Silva, *Manuscritos da Ajuda (guia)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1866, p.97.

<sup>74</sup> CAEIRO, Francisco, *O Arcebispo Alberto de Áustria, Vice-Rei e Inquisidor-Mor de Portugal, Cardeal Legado do Papa, Governador e depois Soberano dos Países Baixos, História e Arte*, Lisboa, Edição de Autor, 1961, p. 178.

<sup>75</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo, *O Reinado D. António Prior do Crato, Volume I (1580-1582)*, Coimbra, Instituto da Alta Cultura, 1956, p. 326, nota (16).

onde destacamos um escrito da época, de André Falcão de Resende, que também foi Juiz de Fora de Torres Vedras, entre 1577 e 1579, ele terá sido um apoiante de livre vontade, «(...) tomando muitas cargas que lhes mandava Gaspar Campello negociara com D. António a entrega de mantimentos às tropas luso-inglesas, como tinha sido Juiz em Torres Vedras e era muito conhecido nesta comarca, forçava a gente fraca, com nome de almotacel moor para trazerem mantimentos aos ingleses (...)»<sup>76</sup>.

O mesmo nos sugere um outro documento transcrito por Paulo Drumond Braga, ao estudar o crime, castigo e perdão em Torres Vedras, no Reinado de D. Filipe II, encontrou “alguns torrienses acusados de terem apoiado D. António, Prior do Crato”, e alguns perdões, e num deles com referência a Gaspar Campello:

« (...)Em 1590, foram perdoados Paulo de Faria, pelo crime de “ yr a dom antonio que foi prior do Crato quando veyo com os Ingrezes a este Reino e acompanhar gaspar campello que ho seruja”, bem como Manuel Pires, da Ribaldeira, de “culpa que teue na ocasião pasada dos Ingrezes e dom antonio”. Menos explicitas são as cartas de perdoam João Pereira, em 1591, e João de Miranda, em 1593 »<sup>77</sup>.

Torres Vedras acolheu D. António, Prior do Crato que “encaminhou-se, por terra, para Lisboa, achando-se, a 28, em Torres Vedras. Esta entregou-lhe o castelo, ofereceu-lhe as chaves da vila e fê-lo desfilar sob pálio”<sup>78</sup>, aposentou-se nas casas do Prior de St<sup>a</sup> Maria; muitos dos habitantes tinham fugido, o alcaide D. Martinho Soares de Alarcão, já tinha avistado as tropas de D. António, que eram em número muito elevado, recuando até Enxara dos Cavaleiros<sup>79</sup>. Há, assim, um forte envolvimento de vários habitantes da região nesta última tentativa de D. António reclamar o trono de Portugal.

Derrotadas as tropas inglesas, e a partida de D. António, o rei compensa apoiantes, como foi o caso do alcaide D. Martinho, a quem agraciou como Conde de Torres Vedras, e, “*no dizer colorido de um dos mais ricos cronistas dos acontecimentos, Pero Rodrigues Soares,*

«desde Peniche ate ca Como en cascais e no termo de lix<sup>a</sup>, e nesta cidade prendendo a destro e a sinistro en todos não se Reuoluendo m<sup>10</sup> Tempo menistros portugueses senaõ en fazer Iust<sup>a</sup> nos tais mandando enforçar asoutar degradar tomar fazendas»<sup>80</sup>.

É neste quadro de perseguição aos apoiantes de D. António que deve ter levado o Gaspar Campello a fazer alterações na sua vida, julgamos que a partir desta data se refugiou na sua quinta no termo de Torres, dado que a partir de 1589 não voltamos a encontra-lo nos registos das paróquias de Lisboa, e em contraponto surge com maior frequência (5 vezes), nos

---

<sup>76</sup> A.N.T.T. Manuscritos da Livraria, cota 1147.

<sup>77</sup> DRUMOND BRAGA, Paulo, *Torres Vedras no Reinado de Filipe II, Crime, Castigo e Perdão*, Lisboa, Colibri e Câmara Municipal de Torres Vedras, 2009, p. 48.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, p.20.

<sup>79</sup> MATOS, Venerando Antonio, *Prior do Crato em Torres Vedras*, consulta online, [Vedrografias2blogsopt.pt](http://Vedrografias2blogsopt.pt), 29 de Maio de 2009.

<sup>80</sup> DRUMOND BRAGA, Paulo, *op. cit.*, p. 48.

registos de S. Lourenço dos Francos; a última das quais em 1605 e uma vez na Vila de Torres Vedras (1603).

Parece assim encontrada a justificação para andar escondido e em fuga, como algumas testemunhas disseram.

Terá sido assassinado em Patameira, lugar a sul de Torres Vedras, próximo da serra do Socorro? Não sabemos, mas uma das nossas testemunhas contou-nos que até havia um chafariz nessa localidade, com azulejos em memória deste acto.

### ***Filhos de Gaspar Campello***

Os filhos de Gaspar Campello, parece terem sido quatro; só há referências a António Campello, que terá sido religioso. Felgueiras Gayo refere-o como eremita <sup>81</sup>, Manso Lima diz ter sido Frade Agostinho, e que doou prazo, em Braga a sua prima Leonor Campello, por escritura em Évora, em 3 de Março de 1634, e terá morrido em 1650.

Nazareno Campello, no final do século XIX, escreve que este “Frei António Campello, foi religioso da Ordem de Stº Agostinho, e sendo prelado do seu Mosteiro de Torres Vedras fez doação de um prazo a Estevão Falcão”, como este não o satisfez, doou o mesmo prazo a sua prima Leonor, na data supra referida <sup>82</sup>.

Uma das testemunhas orais <sup>83</sup>, que recebeu a memória dos seus antepassados disse-nos que ele tinha tido um filho chamado António e que fora frade, é mais uma confirmação ao encontro da memória desta população.

Estamos a considerar, como filhos, no campo das hipóteses, a Jacinta da Cunha, o Nicolau da Cunha, a Filipa da Cunha, e o supra referido António Campello.

A Jacinta da Cunha é várias vezes madrinha nos registos paroquiais de S. Lourenço dos Francos, entre 1608 e 1613, esta última data começa a ser um pouco tardia, se partirmos do princípio que as idades do Gaspar e da sua mulher eram próximas.

O Nicolau da Cunha várias vezes padrinho em baptismos na mesma igreja, e, por duas vezes, em 1608 e em 1611 como pai, mas em nenhum deles há o nome da mãe das crianças.

A Filipa da Cunha, casou com Lourenço da Silveira e tiveram pelo menos uma filha, a Maria da Cunha que casou em S. Lourenço dos Francos, em 14 de Maio de 1592 com António de Gouveia, e suspeitamos, pelo registo de baptismo de 21 de Março de 1611, de Nicolau, filho de Nicolau da Cunha, que deve ser esta Maria, (embora esteja como Maria da Silveira), que esta como sobrinha do Nicolau.

---

<sup>81</sup> GAIO, Felgueiras, *op. cit.*, p. 108.

<sup>82</sup> CAMPELLO, João Nazareno, *Notas Genealógicas, organizadas e escritas por João Nazareno Carneiro Campello, 1899-1900*, consulta onlie, [www.4shared.com](http://www.4shared.com), p. 15.

<sup>83</sup> Vide Anexo 1.

## *Considerações sobre a memória e o Gaspar Campello*

Esta memória de Campelos não foi construída artificialmente para os habitantes se valorizarem, se tal tivesse acontecido duvidamos muito que se mantivesse a ela associado um lado moralmente condenável, o do Gaspar ter roubado o cunho do rei e andar em fuga constante. A memória que nos chegou é uma memória próxima da verdade, e pouco mistificada.

Do que chegou da memória até nós muito já se confirmou documentalmente, e quanto à questão de fundo não restam dúvidas, a Vila de Campelos deve o seu nome ao Juiz Gaspar Campello.

Os avanços das investigações têm vindo a aproximar a memória à história, fundamentada e documentada, o que nos permite conjecturar, e colocar como hipótese que o falado cunho do rei, de fazer moedas, possa ter ficado para trás, com a partida forçada e rápida do D. António, em 1589, ou ainda, ter ficado à guarda do Gaspar Campello.

A informação já recolhida sobre o Gaspar Campelo pode ser base de partida para uma futura biografia deste, mas isso sai fora do presente estudo.

Haverá um longo caminho a percorrer, que poderá não dar as respostas suficientes e desejadas, para suprir os enigmas em aberto.

Por fim uma antiga e persistente preocupação: como este há muitos e mais lugares deste país em que ainda há memória colectiva local, possível de resgatar. Mas por pouco tempo mais.

É urgente a recolha destas memórias, que como vemos neste caso em estudo, podem dar contributos importantes para se chegar a uma história documentada nas fontes, senão vão perder-se irremediavelmente.

Não é nenhuma novidade, este estudo só vem dar força ao provérbio árabe: *cada velho que morre é uma biblioteca que arde*.

## *Como chegaram as terras à posse dos habitantes de Campelos*

Foi a memória que nos deu as pistas, e nos conduziu a muitos dos documentos que confirmam grande parte daquelas, como a de haver património na posse do Convento da Graça.

Não conseguimos saber como, nem quando, metade da quinta do Campelo entrou na posse do Convento da Graça, mas há uma nota de tabeliães, datada de 1632 “*Arrendamento de Manuel Vieira Cardoso, da ilha 3ª da sua metade da quinta do Campello, em Torres Vedras, e declara ser a outra metade dos frades da Graça, por partilhas em 19 de Outubro*”<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, *Subsídios para a Investigação Histórica em Portugal, Index das Notas de Vários Tabeliães em Lisboa, entre os anos de 1580 e 1747*, Tomo 3º, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1944, p. 218.

Em 1764 confirma-se o pagamento de foro àquele convento, por Manuel Esteves, por 20 alqueires de trigo e 20 de cevada <sup>85</sup>.

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, os usufrutuários do foro, António Luís, e sua mulher Custódia Maria, redimiram o foro, recorrendo a um empréstimo, no montante de 300.000 reis, junto da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, em Agosto de 1851.

Transcreve-se parte desse documento a parte do pagamento do foro *“foi dito pelos referidos António Luís e sua mulher que eles são senhores e possuidores do domínio útil de hum prazo denominado o prazo da Graça, por Ter sido foreiro do extinto convento da Graça desta villa em 40 alqueires de pão meado trigo sevada 3 carradas de sepa, 4 feixes de junco e 4 frangos, e hoje se pagão este foro à Fazenda Nacional, com menos a redução da quarta parte, segundo a disposição da Lei”* <sup>86</sup>.

Hoje esta propriedade está fragmentada, pelas sucessivas heranças dos descendentes daquela família, uma das mais numerosas em Campelos.

## **2. O Abandono de Crianças: Perspectiva Histórica**

### **2.1 Enquadramento do abandono e da Roda dos Expostos em Portugal**

O abandono de crianças em locais públicos, ou à porta de famílias com mais condições económicas, praticava-se em Portugal e noutros países, será, em principio a prática mais antiga e que prevaleceu mesmo depois de haver instituições com locais próprios para receber crianças abandonadas.

Isabel Guimarães Sá refere encontrarem-se testemunhos de enjeitados desde inícios do século XVI, em testamentos senhoriais, e que este abandono estaria em crescendo no reinado de D. Manuel I, o que o terá levado a legislar sobre a quem competia a sua criação <sup>87</sup>.

O que hoje vivenciamos ou conhecemos na relação entre a mãe e o bebé, é “um processo de interação ao longo do qual a mãe entra em comunicação com o bebé enviando-lhe certas mensagens, enquanto por sua vez o bebé responde à mãe pelos seus próprios meios, em

---

<sup>85</sup> A.H.T.C., Décima de 1764, Vintena de Vila Facaia.

<sup>86</sup> A.S.C.M.T.V. Misericórdia de Torres Vedras.

<sup>87</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, As Idades da Misericórdia de Lisboa: Velhos e Novos Pobres, in *Catálogo da Exposição Visitação*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014, p. 155.

que as palavras são muitas vezes substituídas por mensagens extra verbais: gestos, vocalizações, sorrisos, etc”. É uma abordagem recente com poucas dezenas de anos <sup>88</sup>.

Hoje custa-nos entender a vulgaridade desta prática, o que Fátima Reis ao escrever sobre este tema ajuda-nos no enquadramento vivencial à época:

O anterior sistema familiar marcava-se pela curta esperança de vida da criança e, conseqüentemente, pelo reduzido investimento sentimental e monetário depositado na sua educação. O convívio com a doença conferia ao nascimento, espontaneamente, a ideia de vida e de perda, assumindo a morte uma resignação aceite. Aceita-se a ideia “O que Deus dá, Deus tira”, tínhamos uma sociedade marcada pela abundância de crianças, estas seriam, certamente, menos preciosas do que na nossa sociedade contraceptiva, pelo que a negligência deve ser compreendida como factor cultural <sup>89</sup>.

O abandono era socialmente aceite, era normal, se uma família não tinha condições para criar o filho, era preferível abandonar, ou dar, do que deixá-lo morrer, à fome ou até provocar infanticídio.

(...) O abandono era legal desde que não colocasse a vida da criança em perigo; em contrapartida, o infanticídio, quando se pudesse comprovar, a vontade de o suprimir, era severamente punido porque era considerado crime de homicídio (...) <sup>90</sup>.

Desde o Séc. XIII, que em Portugal há hospitais para cuidar de crianças abandonadas ou órfãos, o primeiro foi construído em Lisboa por ordem de D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, o segundo foi em Santarém por volta de 1321 <sup>91</sup>.

Devia pertencer a este primeiro hospital o rendimento que em 1309 o “espital das Meninas (?) há herdamento disserom que Rendra VIII módios de pam” numa propriedade em Mouguelas, actualmente freguesia de Dois Portos, do concelho de Torres Vedras <sup>92</sup>.

D. Manuel I, cometeu às Câmaras Municipais cuidar dos expostos, e criando também privilégios para as amas, sucessivas regulamentações se seguiram, mantendo e melhorando estes princípios <sup>93</sup>.

Pelas “Ordenações Manuelinas” a obrigação das Câmaras pela criação dos enjeitados ficava sob a sua responsabilidade, quando a mesma não era assumida pelos progenitores ou outros familiares, e na ausência de hospitais ou albergarias com bens para essa sustentação. E se

---

<sup>88</sup> DIAS, Ana Rita B. Menezes, *O Abandono de Crianças na Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Século XVIII e XIX*, Lisboa, dissertação de Mestrado, Repositório do ISPA, 2007, p. 42.

<sup>89</sup> REIS, Maria de Fátima, *Os Expostos em Santarém, A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 53-56.

<sup>90</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *Abandono de Crianças, Identidade e Lotaria: reflexões em torno de um inventário*, in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p. XI.

<sup>91</sup> REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, pp. 67-68.

<sup>92</sup> JOHNSON Jr, Harold B., *op. cit.*, p.98.

<sup>93</sup> GOODOLPHIM, Costa, *As Misericórdias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p.82-83.

o concelho não tivesse rendas suficientes para custear a sustentação dos enjeitados poderia lançar finta para obter a receita necessária<sup>94</sup>. Este princípio manteve-se ao longo dos séculos.

Onde havia Misericórdias as Câmaras tentavam deixar para estas os encargos com a criação destas crianças abandonadas<sup>95</sup>.

Esta responsabilidade das Câmaras, para com a criação dos enjeitados, foi reforçada e intimada à sua assunção plena, por Ordem da Intendência Geral da Policia, em 1783.

Gouveia Pinto foi um autor que exerceu o apoio e escreveu sobre os expostos, deixando-nos a diferenciação ou conceitos sobre enjeitados e abandonados:

O **exposto, ou enjeitado** é o filho ilegítimo, desconhecido, ou nascido de pais incógnitos, ou ainda de pais legítimos, mas desconhecidos, que é exposto nas rodas para isso destinadas, nas ruas, e portas de particulares, recém nascido, e fora do estado de se poder conduzir, com o fim de se descarregarem da sua criação, e sustento os pais, ou para evitar a vergonha que lhes pode causar seu nascimento.

**Abandonado** é aquele que, pertencendo a pais conhecidos, se acha em desamparo, entregue à comiserção pública, ou em razão de morte de seus pais, da sua ausência, doença, ou detenção nas prisões públicas, ou em razão de suma pobreza, desnude, etc.<sup>96</sup>.

As Rodas inicialmente existiam nos conventos de clausura como forma de deixar produtos para alimentação dos seus habitantes, de modo que estes não contactassem com os depositantes.

A Roda era um cilindro giratório de madeira, eixo vertical, dividido ao meio, e aberto dos dois lados, ou com portas para o abrir, inserida numa parede da Casa, com acesso externo. O mais semelhante hoje existente são as portas rotativas em portas de hotéis, ou outros estabelecimentos.

As Rodas estavam em casas preparadas para receber as crianças, sempre com uma mulher, conhecida por Rodeira, preparada para receber e cuidar do bebé, depositando-a na Roda, tocava-se a sineta e do outro lado vinham recolhe-la, mantendo-se o total anonimato.

Cada Casa da Roda tinha os seus procedimentos, e regulamentos, que definiam o seu funcionamento, sob regras e orientações emanadas do Rei ou dos seus Governantes, que passaram a ser muito mais claras após a publicação do primeiro Código Administrativo de 1836.

Para muitos pais a entrega dos filhos na Roda não era um abandono, mas uma entrega temporária, assim o escreviam nos escritos que acompanhavam as crianças, mas devido à mortalidade e à continuidade das dificuldades de vida esse desejo fica muitas vezes por realizar.

---

<sup>94</sup> *Ordenações Manuelinas*. Livro I, título 67, nº 10.

<sup>95</sup> LOPES, Maria Antónia, "As Misericórdias de D. José ao final do século XX", in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Volume I, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p.91.

<sup>96</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *Exame Critico e Historico Sobre os Direitos Estabelecidos pela Legislação Antiga, e Moderna, Tanto Patria, Como Subsidiaria, e das Nações Mais Vizinhas e Cultas, Relativamente aos Expostos, ou Enjeitados*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Ciências, 1828, p.16.

Entre as justificações para a existência das Rodas estavam o combate ao infanticídio, e a conservação da honra das mulheres solteiras, socialmente penalizador para quem tinha filhos fora do casamento, e, a incapacidade económica dos pais na sua criação.

Muitos “historiadores atribuem esta escalada do abandono entre os séculos XVI e XIX a uma combinação entre miséria e ilegitimidade”, e também porque as populações viam nas rodas um serviço financiado pelo Estado <sup>97</sup>.

No final do século XVIII desenvolve-se na Europa um “recoo na amamentação das mães às crianças (...) verifica-se um recurso em grande número a amas, prática que as classes mais altas já vinham realizando desde o século passado” <sup>98</sup>.

Em Portugal como na Europa no século XVIII o número de expostos atinge “proporções gigantescas, que se prolonga por grande parte do século XIX” <sup>99</sup>.

Este crescimento desmesurado acarreta consigo uma despesa insuportável para as contas públicas; decaí a capacidade de resposta para se cuidar devidamente destas crianças, e, há também, entre outras, as questões morais. A exposição de crianças tinha-se tornado num acto rotineiro após a oficialização de 1783, começando-se pouco depois a questionar a existência destas instituições, até que ponto a oferta fácil, seria incrementadora de desembaraços, temporário ou definitivo de crianças legítimas ou ilegítimas.

Na impossibilidade de recuperar aqui os diversos estudos que mais recentemente se têm feito em Portugal sobre a matéria, diremos apenas que é notório um interesse por esta temática a partir da década de 80 do século XX, e com significativos estudos que cobrem praticamente todo o país, e que Maria Antónia Lopes identificou <sup>100</sup>.

---

<sup>97</sup> SÁ, Isabel Guimarães, *As Idades da Misericórdia de Lisboa [...]*; *op. cit.*, pp. 155-156.

<sup>98</sup> DIAS, Ana Rita B. Menezes, *op. cit.*, p. 15.

<sup>99</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *Abandono de Crianças, Identidade e Lotaria [...]*, *op. cit.*, p. XV.

<sup>100</sup> LOPES, Maria Antónia, *As mulheres e as Famílias na Assistência aos Expostos, Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839*, in Caderno Espaço Feminino Vol. 26.nº 2, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Documentação e Pesquisa em História., 2013, pp.290-322. Nota: A bibliografia sobre expostos é vasta. Veja-se, entre outros, para o caso português, João Lourenço ROQUE, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*, Coimbra, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 1982, p. 708-754; 869-901; Maria Antónia LOPES, “Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866)”, *Revista Portuguesa de História*, 21, Coimbra, 1984, p. 119-176; Isabel dos Guimarães SÁ, “Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas”, *Penélope*, 8, Lisboa, 1992, p. 75-89; Isabel dos Guimarães SÁ; Nuno CORTES, “Assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados”, *Cadernos do Noroeste*, 5, Braga, 1992, p. 179-190; Maria Antónia LOPES, “Os pobres e a assistência pública” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal* 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 501-506; Isabel dos Guimarães SÁ, “Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da Roda do Porto no século XVIII”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII, 2/3, 1994, p. 233-250; Isabel dos Guimarães SÁ, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Gulbenkian, 1995; PÉREZ Moreda, Vicente (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica*, Porto, Afrontamento, 1996; Maria Antónia LOPES, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, cit., p. 170-332; Maria de Fátima REIS, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Cosmos, 2001; Maria Antónia LOPES, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, p. 75-82;

A Roda é vista como uma boa solução de combate ao abandono, melhorava a protecção à criança, já não ficavam entregues às condições climatéricas adversas, e outros perigos externos, foram alguns dos argumentos para a oficialização das Rodas <sup>101</sup>.

No século XIX assistimos a uma alteração dos valores e hábitos, a família organiza-se mais em volta da criança. Os médicos tomam consciência da especificidade da criança e, surge o termo “pediatria” bem como esta especialidade no fim do século. O Estado interessa-se cada vez mais pela criança vítima, pobre ou delinquente <sup>102</sup>.

Após alguns anos de debate sobre esta matéria, e elaboração de relatórios, em 1867, por Decreto o Governo aprova o regulamento de criação de Hospícios para a criação dos expostos, terminando assim o abandono anónimo. A partir desta data seriam os pais, ou outras pessoas a apresentarem as crianças, e passa a existir apoio às mães carenciadas para a lactação.

Poucos anos antes da extinção das Rodas, para o ano de 1863-1864, em Portugal, “estavam ao encargo destas instituições 37.414 expostos, tendo entrado nesse ano 15.417 expostos, o que correspondia a 1 exposto para 109 habitantes, e uma exposição para cada nascimento” <sup>103</sup>.

Os enjeitados em Lisboa, pela sua antiguidade de acolhimento institucional, por ser a Capital do Reino, pela sua dimensão, foram muitas vezes pioneiros no modo de pagamento. Ao longo dos séculos foram muitas as decisões Reais, dos Governos e da própria Mesa da Santa Casa da Misericórdia, e, como escreveu Marta Lobo de Araújo “as Misericórdias tinham como polo dinamizador a Misericórdia de Lisboa, por onde passavam os assuntos das Misericórdias do Império para as suas congéneres do continente” <sup>104</sup>, pelo que optámos por tentar reunir numa súmula histórica as deliberações efectuadas em relação aos expostos de Lisboa.

---

155-161; 193-202; Leonor Rocha DINIS, *A protecção à infância abandonada em tempos de conflito: os expostos em Trancoso (1803-1825)*, Coimbra, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011; Isabel Drumond BRAGA, “Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: Os Expostos Pretos e Pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11.1, Coimbra, 2011, p. 223-247; Isabel Drumond BRAGA, “Criar por Devoção e Amor de Deus: as Senhoras da Corte e os Expostos da Misericórdia de Lisboa (1778-1851)”, *Caderno Espaço Feminino*, 24.2, Uberlândia, 2011, p. 519-535; Milene Gonçalves ALVES, *A Real Casa dos Expostos de Lisboa e a aprendizagem de ofícios (1777-1812)*, Lisboa, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

<sup>101</sup> REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 90.

<sup>102</sup> DIAS, Ana Rita B. Menezes, *op. cit.*, p. 19.

<sup>103</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *No Limiar da Honra e da Pobreza :A Infância Desvalida e Abandono no Alto Minho (1698-1924)*, Universidade do Minho, Repositório de Teses de Doutoramento, 2004, p. 128.

<sup>104</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000) *Dar aos Pobres e Emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima, (Séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000, p. 21.

## 2.2 Panorama da Assistência aos Expostos em Lisboa

Segundo Gouveia Pinto a primeira referência à criação dos enjeitados em Lisboa está na Carta de D. Manuel I, de 31 de Maio de 1501 concedendo privilégios “aos amos dos enjeitados, que os levassem ao Hospital de Todos os Santos, e os criassem”<sup>105</sup>. Esta Carta Régia é daquele dia e mês, mas do ano seguinte, 1502<sup>106</sup>.

Estes privilégios devem ter sido “uma resposta às queixas apresentadas nos capítulos gerais das Cortes de Lisboa, em 25 de Fevereiro de 1498, que reclamavam contra a falta de protecção de quem criava os enjeitados”<sup>107</sup>.

No Regulamento do Hospital de Todos os Santos, do ano de 1504, no que se refere aos expostos, um excerto:

*...E acabados os ditos 3 anos (de 1ª criação) dessa criação, serão trazidos ao Esprital e hi serão manteúdos de seu comer, e vestir, e servirem até que sejam de hidade para deverem ser dados à soldada, ou os porem a alguns officios, como adiante em seu Capitulo será declarado...<sup>108</sup>.*

“As amas contratadas pelo Hospital de Todos os Santos auferiam, anualmente, 1.200 reais em 1515 e 1.500 reais em 1518, recebiam cueiros e camisas para as crianças e, durante o primeiro ano, eram-lhes dado mais 200 reais para mel e farinha”<sup>109</sup>.

Em 1518 o Provedor do mesmo Hospital “dá conta das muitas dificuldades que o hospital sentia em encontrar amas para as crianças, apesar de «nas pregações em muytas jgrejas mandamos amostrar que quem quysesse cryar menynos que nos lhos daryamos e não vem tantas quantas avemos myster para os que nos engeytam»”<sup>110</sup>.

Alguns diferendos ocorreram entre o Hospital e a Misericórdia, um deles passou-se em 1518, quando esta última instituição é abeirada para receber uma criança órfã, por uma mulher disposta a criá-la, se fosse remunerada, decidiram enviar para o Hospital de Todos os Santos solicitando que este suportasse os custos, ao que foi respondido que o regimento do Hospital só o “obrigava a cuidar das crianças que nele eram enjeitadas e que a Misericórdia dispunha de meios e dinheiro para resolver aquela questão”<sup>111</sup>.

---

<sup>105</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 131.

<sup>106</sup> PAIVA, José Pedro, et al., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* - volume 3, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004, pp.258-259.

<sup>107</sup> ABREU, Laurinda, *As crianças Abandonadas no Contexto da Institucionalização das Práticas de Caridade e Assistência, em Portugal, no Século XVI*, Braga, Barbosa e Xavier, 2008, p. 32.

<sup>108</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p. 287.

<sup>109</sup> MACHADO, Maria de Fátima, *Os Órfãos e Enjeitados da Cidade e do Termo do Porto (1500-1580)*, Tese de Doutoramento, Porto, Repositório Aberto da Universidade do Porto, 2010, p.113.

<sup>110</sup> ABREU, Laurinda, *op. cit.*, p. 42.

<sup>111</sup> MACHADO, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 98.

Por Carta Régia de 14 de Março de 1543 o Rei recomenda à Misericórdia, que tomasse conta dos enjeitados que estavam a cargo do Hospital de Todos os Santos <sup>112</sup>, tendo aquela Instituição tomado posse de todos os bens do Hospital e, por conseguinte, a gestão plena do mesmo, em 29 de Junho de 1564, mas a gestão só a partir de 1768 passou a ser exercida directamente pela Mesa da Santa Casa <sup>113</sup>.

O Hospital mandava criar os recém nascidos que diariamente apareciam depositados à sua porta, nos adros das igrejas e outros lugares da cidade, havia mulheres encarregadas de efectuar estas exposições e o Hospital pagava mensalmente os salários às amas que se encarregavam da criação dos míseros enjeitados <sup>114</sup>.

(...) A admissão das crianças realizava-se, normalmente, através da introdução da criança na Roda. Esta era recolhida no interior do edifício pela rodeira, a qual recebia as crianças e lhes prestava os primeiros cuidados alimentação e higiene.

As crianças eram imediatamente baptizadas, realizando-se o assento da sua entrada. Aí era registado o nome que lhe era atribuído: *nome do escrito* quando vinha baptizado ou era indicado no sinal que acompanhava a criança; *nome da roda* quando era transmitido pelo condutor da criança; *nome da casa*, sempre que era escolhido na Casa da Roda (...) <sup>115</sup>.

Sabe-se que em 1584 o Hospital de todos os Santos *tem mais um criandario ou hospicio de crianças enjeitadas e das casualmente abandonadas, que ali são amamentadas por amas pagas; e depois quando chegam à idade adulta são entregues a vários mestres ou mulheres para lhes ensinarem algum officio ou mister* <sup>116</sup>.

Como entre os primitivos encargos da Misericórdia não se contavam o de criar os enjeitados, o provedor, na qualidade de administrador do Hospital de Todos os Santos pediu e obteve em 16 de Janeiro de 1595 a confirmação deste privilégio <sup>117</sup>.

Em 1616 entraram 200 enjeitados no criandário estabelecido na parte do grande edifício que dava para a Rua da Betesga; a Roda era num Beco à esquerda nesta mesma Rua, onde hoje começa a Rua dos Fanqueiros <sup>118</sup>.

No compromisso da Irmandade de 1618 há um Capítulo dedicado aos expostos, cujo título é: “*De como se hão de acudir aos meninos desamparados*”, onde se começa por referir

---

<sup>112</sup> RIBEIRO, Vitor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua historia) 1498-1898: Instituição, vida historica, estado presente e seu futuro*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Ciências, 1902, p. 394.

<sup>113</sup> MANOEL, Francisco d’Orey, “Os Expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa”, in *Revista Cidade Solidária*, nº2, ano II, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1999, p. 40-42.

<sup>114</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 392-393.

<sup>115</sup> MANOEL, Francisco d’Orey, *op. cit.*, p. 40-42

<sup>116</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 394.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*, p. 391.

<sup>118</sup> Idem, *ibidem*, p. 394.

que a Misericórdia não costuma encarregar-se dos enjeitados, mas sim pelo Hospital, mas nunca deram por desamparo às crianças de pouca idade cujos pais não podem cuidar delas <sup>119</sup>.

Em 1634 surgiam dificuldades com a criação dos expostos, a ponto de haver em 13 de Setembro um Decreto a pedir à Mesa “*informações sobre a forma de acudir à criação e sustento dos enjeitados*” e, no ano seguinte a Duquesa de Mântua ordenava à Câmara de Lisboa que cumprisse a sua obrigação para com os encargos que tinha para com a criação dos expostos, seguindo-se um período de discussão sobre esta assunto, só concluído em 1637, assumindo a Câmara contribuir com uma verba anual, para a criação de expostos <sup>120</sup>. Mas em 1646 volta-se a colocar a hipótese da Câmara de Lisboa tomar conta dos expostos, pois era insuficiente a prestação de 600.000 Réis com que esta contribuía <sup>121</sup>.

Vem das “Ordenações Manuelinas” a obrigação das Câmaras pela criação dos enjeitados ficava sob a sua responsabilidade, quando a mesma não era assumida pelos progenitores ou outros familiares, e na ausência de hospitais ou albergarias com bens para essa sustentação <sup>122</sup>. Este princípio manteve-se ao longo dos séculos.

Por Alvará de 29 de Agosto de 1654, aumentam os privilégios para os maridos e filhos das amas que criam enjeitados do Hospital de Todos os Santos de Lisboa, isentando-os da milícia, durante o tempo da criação dos enjeitados, volta a haver confirmação destes privilégios em 1696 <sup>123</sup>.

Em 1657 é criada a Mesa dos Enjeitados, ou dos Santos Inocentes, sita no Hospital Real de Todos Santos <sup>124</sup>.

As dificuldades económicas devem ter-se acentuado, levando em 1659 a Mesa a reduzir de 800 para 600 Réis as mensalidades pagas às Amas <sup>125</sup>.

Em 1668 há um Decreto a incumbir a Câmara de Lisboa a pagar uma verba anual para os expostos <sup>126</sup>.

O Breve Pontifício de 1676 determina a entrega de montantes por parte da Mesa Episcopal de Lisboa destinado aos expostos <sup>127</sup>.

Pelo ano de 1689 continuam as dificuldades, com a despesa total dos enjeitados a atingir o montante de 10.598 cruzados, e a receita somente de 7.791 cruzados; neste ano entraram pela

---

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*, p. 395.

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*, p. 116.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, p. 397.

<sup>122</sup> *Ordenações Manuelinas*. Livro I, título 67, nº 10.

<sup>123</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *Colectânea Legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p. 11.

<sup>124</sup> SERRÃO, Joaquim Verisimo, Nos 5 Séculos da Misericórdia de Lisboa: Um Percurso na História, in *Revista Oceanos* nº 35, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 17.

<sup>125</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 397.

<sup>126</sup> MANOUEL, Francisco d’ Orey, Visita a 516 Anos de Ação por Boas Causas, in *Catálogo da Exposição Visitação*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014, p. 139.

<sup>127</sup> Idem, *ibidem*, p. 140.

roda e porta 506 crianças, já havia 502, faleceram 436, ficando 572 no fim da ano. Deram 391 a criar para o termo da cidade e para as 4 visitas deram 181 <sup>128</sup>.

A Misericórdia de Lisboa, pela leitura dos livros *Conhecimento de Amas*, entre o período de 1670-1775, agrupou em cinco as tipologias e variantes das entregas dos expostos às Amas, do seguinte modo <sup>129</sup>:

Tipo 1 – entrega a ama sem determinar tempo de criação.

Tipo 2 – entrega a ama, geralmente criação de leite, determinando que a partir de certa idade a criação já não seria paga.

Tipo 3 – entrega a ama (o) para criar gratuitamente, até ter idade de lhe dar “estado”

Tipo 4 – entrega a ama (o) para ensinar ofício.

Tipo 5 – entrega a amas por ordem de outras confrarias, irmãos da Casa, ou entidades diversas que se obrigam a criação dos expostos por sua ordem.

Em 1695 publica-se um Alvará que concede aos filhos das amas dos enjeitados do Hospital de Todos os Santos os privilégios de isenção dos encargos da guerra, reconfirmado estes e outros privilégios anteriores, no ano de 1701 <sup>130</sup>.

Em 1708 era grande a dívida às amas, por falta de meios para essa despesa <sup>131</sup>.

No ano de 1719 a Mesa tomou algumas providências para com os expostos, sobretudo para evitar o descaminho que se verificava para com as expostas <sup>132</sup>.

Para angariação de fundos a favor dos enjeitados, é criada uma lotaria em 1720 <sup>133</sup>.

Ocorria o ano de 1754 quando deflagra um Incêndio no Hospital de Todos os Santos, onde estavam os expostos, obrigando à transferência de amas e crianças para umas casas particulares <sup>134</sup>.

Segue-se a tragédia do terramoto de 1 de Novembro de 1755, onde os edifícios da Misericórdia e do Hospital de Todos os Santos foram dos mais atingidos com o terramoto e o incêndio que se seguiu, reduzindo tudo a cinzas <sup>135</sup>.

Foram vários os edifícios alugados ou emprestados por onde passou a Santa Casa, para poder exercer as suas actividades, até receber por Carta Régia de 6 de Fevereiro de 1768 a doação da Igreja e casa de S. Roque à Misericórdia, para onde passou a Roda e outros apoios aos expostos foram concedidos em 1 de Julho do mesmo ano <sup>136</sup>. No entanto, em Julho de 1771

---

<sup>128</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 397.

<sup>129</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, p. 165-167.

<sup>130</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 13.

<sup>131</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 398.

<sup>132</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 132.

<sup>133</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 14.

<sup>134</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo, *Nos 5 séculos da Misericórdia de Lisboa [...]*, p. 17.

<sup>135</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>136</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, 119-122.

“ainda as crianças se conservavam numa barraca de madeira, aberta, sujeita ao ardor do sol”<sup>137</sup>.

1768 foi o ano em que se aboliu a Mesa dos Enjeitados, ficando a Mesa da Santa Casa como única administradora, sabe-se que neste ano havia 38 amas para 105 crianças, muita mortalidade, por falta de alimentação, o que levou a Mesa a decidir chamar amas de fora, com esta e outras medidas esta administração reduziu significativamente o número de expostos falecidos <sup>138</sup>.

1775 é um ano de boa memória para a Misericórdia de Lisboa, no documento conhecido como da *Restauração e Nova Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* <sup>139</sup>, o Marquês de Pombal em 31 de Janeiro concedeu muito boas concessões que em bens com e sem rendimentos se calcularam em 208.884.869 Réis. Um segundo Diploma define regras sobre distribuição de rendimentos para as três instituições geridas pela Santa Casa, a Misericórdia, o Hospital dos Enfermos e o Hospital dos Expostos. Um terceiro Diploma coagia a Câmara de Lisboa a contribuir com 2.000.000 Réis para o sustento dos expostos. Por último, um “*Alvará a regulamentar a criação, entrega e educação dos enjeitados do Hospital de Lisboa*”<sup>140</sup>.

Deste Regulamento destacamos:

Criação de leite até aos 18 meses, os expostos são dados a criar até aos 7 anos, passados os quais não se lhe contribui com mais coisa alguma. Determina como são entregues às pessoas que os querem levar e como são apresentados ao Juiz dos Órfãos que lhes deve dar tutor. Só vencem soldada a partir dos 12 anos, até aí só se lhes dá educação, sustento e vestido. Passados os 7 anos perdem os privilégios dos expostos e ficam somente com os dos órfãos. Devem ser postos a aprender os ofícios para que tiverem inclinação. Emancipam-se aos 20 anos completos <sup>141</sup>.

A referência expressa claramente sobre o limite dos 7 anos impõe-se, pelos excessivos gastos suportados pela Casa com os mais crescidos, diminuindo os meios financeiros para acudir melhor aos mais vulneráveis. Fora detectado que a Misericórdia suportava a criação dos expostos até aos 9 anos, chegando aos mais de 4.000 nestas circunstâncias, a que acrescia a frequência da reentrada dos enjeitados que regressavam e lá permaneciam em ociosidade <sup>142</sup>.

Entre os “muitos perniciosos abusos” encontrados em 1779 aponta-se o contorno ao estipulado em 1775 sobre o limite dos sete anos, onde a Misericórdia se substituíra ao Juiz dos Órfãos na colocação dos expostos no mundo do trabalho, e o desgoverno para com os “ex-

---

<sup>137</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique, Um Reformador no Portugal das Luzes*, Lisboa, Gradiva Publicações S.A., 2013, p. 241.

<sup>138</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, pp. 122-124.

<sup>139</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique [...]*, p. 241.

<sup>140</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p.127.

<sup>141</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 18.

<sup>142</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique [...]*, p. 241.

expostos” abusavam os embarcações, nos seus regressos e as raparigas que serviam como criadas, alojadas na Casa <sup>143</sup>.

Este limite dos sete anos pela responsabilidade para com a criação dos expostos deve ter sido sempre desrespeitado em Lisboa. Gouveia Pinto, cinquenta anos mais tarde, reafirma este desrespeito, nessa data (1828) a mesa cuidava dos expostos até aos 12 anos <sup>144</sup>.

Em 1779 é denunciada a facilidade permitida pela Casa dos expostos ao deixar sair enjeitados “pretos e pardos” para serem vendidos como escravos, acontecendo também com outros entregues a amos e mestres <sup>145</sup>.

Por ser corrente a recepção de crianças vindas de concelhos onde não havia Roda, algumas de distâncias consideráveis, em 1780 a Misericórdia pede para as câmaras de fora do termo de Lisboa ajudarem nas despesas com os expostos, sendo crescente as exposições vindas de fora da cidade <sup>146</sup>.

1783 é o ano da grande reforma portuguesa no combate ao infanticídio e no apoio às crianças expostas ou abandonadas. Uma Ordem do Intendente da Polícia, datada de 10 de Maio desse ano é enviada para todo o Reino, ordenando aos Provedores para lembrarem a incumbência há muito atribuída às Câmaras de cuidarem dessas crianças, determinando a criação de Rodas em todas as Cidades ou Vilas onde não as houvesse, em casa com local onde se possa expor crianças sem que se conheça quem as leva, e onde haja uma pessoa para as receber a qualquer hora do dia ou da noite, a qual dará logo parte ao magistrado para a fazer baptizar e criar por amas à custa do rendimento das Câmaras <sup>147</sup>.

A oficialização da Roda transformou a exposição num exercício rotineiro aumentando esta prática <sup>148</sup>.

Para responder a um pedido de informação da Rainha a Mesa pediu pareceres a vários médicos, sobre as moléstias de que os expostos sofriam. Nesse relatório de 1787 os médicos que visitaram a “Casa dos Expostos” concluíram *pelo deplorável estado do edificio e da saúde dos seus residentes, dominados pelas aftas e pela sarna, que se repercutia numa mortalidade diária aterradora. Instalações húmidas, e pouco ventiladas, sobreocupação dos quartos, amontoando-se oito e dez crianças, sadias e doentes (3 e 4 por berço), a má alimentação das amas, excessivo número de expostos por ama...* <sup>149</sup>.

O relatório recomendava que não fosse admitida como ama-de-leite nenhuma mulher que tivesse mais de dois anos de criação, idealmente deveriam situar-se entre os 18 e os 34 anos e serem *“bem formadas e conformadas de corpo, alegres, asseadas, modestas e de bons*

---

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*, p. 242.

<sup>144</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 140-141.

<sup>145</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique [...]*, pp. 241-242.

<sup>146</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 401.

<sup>147</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique [...]*, pp. 245-250.

<sup>148</sup> REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 82.

<sup>149</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique [...]*, pp. 243-244.

*costumes, peitos proporcionados, não devem ser primíparas à exceção do leite se achar puro e bem elaborado, devem ter as criações vivas e robustas, não devem ter menos de dois meses, nem mais de dez depois do parto, devem ter boa saúde, isentas de toda a qualidade contagiosa (...) Não devem ser menstruadas só abundando em tanto sangue que se lhes não ache vicio”<sup>150</sup>. É também defendido as vantagens da utilização do leite de cabra para suprir a ausência de amas, que se sabe não ter aceitação no Hospital dos Expostos de Lisboa<sup>151</sup>.*

Deve ter sido na sequência deste relatório que a Mesa resolveu nesse mesmo ano passar a Roda, com uma parte da família da Casa para uns prédios na Rua Direita da Fabrica das Sedas, ficando os expostos de mais idade no edifício de S. Roque.

No ano de 1787 publica-se um Decreto que isenta de recrutamento os maridos e filhos das amas dos expostos de Lisboa<sup>152</sup>, e às amas de leite davam 1.600 réis e às de fora 500 réis, como andam com eles a mendigar aumentaram para 800 réis<sup>153</sup>.

Quatro anos depois, em 1791 torna público, sob a forma de edital, que para facilitar a exposição de crianças que nascem ao desamparo, determina-se estabelecer pelos subúrbios de Lisboa vários lugares de roda aonde com menor risco possam ser entregues as ditas crianças<sup>154</sup>,

Em 1790 a Santa Casa tinha sob sua responsabilidade 10.319 crianças, 6.786 entregues a amas de fora, 323 a aprender ofícios, 445 em poder de diversas pessoas, sem qualquer pagamento, 825 com pessoas que se responsabilizaram pelo fim da sua criação, 1781 serviam à soldada, 45 residiam em Seminários ou casas de Recolhimento, 75 expostas “maiores” estavam em casas da Santa Casa, doentes ou ao serviço delas e 37 aprendiam a ler e escrever<sup>155</sup>.

Pelo ano de 1796 verificam-se atrasos nos recebimentos dos juros reais, tenças e rendas, o atraso nestas cobranças impedia o pagamento às amas, as quais por falta de pagamento com prontidão os sacrificam à morte, entregando-os na Casa da Roda quando, por vezes a saúde dos meninos era de molde a correr perigo de morte<sup>156</sup>.

É provável que esta situação se tenha arrastado, e tenha sido um dos motivos que conduziu ao desleixo em que a Mesa no início do Sec. XIX deixou chegar a Instituição, onde os *expostos, cujo número crescia sempre, eram vitimas indefesas da desorganização em que vivia a Confraria*<sup>157</sup>.

Nesse ano de 1796 a Intendência Geral da Policia promove um inquérito identificando um número reduzido de amas nos Bairros de Lisboa, levando esta Instituição a enviar uma

---

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, p. 267.

<sup>151</sup> Idem, *ibidem*, pp. 277-280.

<sup>152</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 21.

<sup>153</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, pp. 415-416.

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, p. 401.

<sup>155</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique [...]*, pp. 239-240.

<sup>156</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 288.

<sup>157</sup> Idem, *ibidem*, pp. 132-133.

ordem escrita a todas as freguesias da Cidade, no sentido de serem conduzidas à Casa da Roda, no “sitio do Rato” as mulheres que tiverem leite e que costumavam encarregar-se da criação de expostos, com a promessa de pagarem prontamente, bem como a incumbência de encontrarem mulheres em condições de “dar leite a enjeitados”. Estas visitas tiveram um retorno positivo, pois em 24 horas apresentaram-se 502 amas das 40 freguesias da cidade e 42 do seu termo. Gerou-se discordância entre a Intendência e a Misericórdia, porque era a esta que incumbia o pagamento, levando à intervenção superior a recriminar a actuação do Intendente<sup>158</sup>.

Houve também para este período, pelo menos entre 1787 e 1804, a criação com Privilégio, em que os expostos eram entregues às amas, para criação sem ordenado, com privilégios, e no fim do tempo acordado para criação entregavam ou faziam novo termo, com referência a fiador<sup>159</sup>.

A 4 de Novembro de 1801 foi criada a “Real Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel”, cujos estatutos só foram aprovados em 1804, era composta pela família Real e por mais 26 Damas Nobres, que tinha como principal actividade o apoio aos expostos, que já se vinha praticando antes de uma forma informal, em alguns casos assumindo os custos da criação de expostos<sup>160</sup>.

A 11 de Setembro de 1802, é publicado Alvará para que guardem e se divulguem todos os privilégios a favor dos maridos e filhos das amas que criam as crianças enjeitadas<sup>161</sup>.

Em 1804 era angustiosa a situação dos expostos. A mesa denuncia e apela à Coroa urgência de uma ajuda; havia risco de falência, pedem a continuidade de duas lotarias anuais para equilíbrio financeiro<sup>162</sup>.

Um Alvará de 10 de Outubro de 1806 determina que as Casas de Misericórdia das Cidades e Vilas do Reino e seus domínios, hospitais de expostos e mendigos, se regulem pelo compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Determina-se também que os Juizes de Vintena ficam encarregados de fazer chegar às rodas os enjeitados; dá-se preferência às pessoas que criarem os expostos, de os conservarem e reterem, e reforça-se que os lavradores que os educarem e criarem gratuitamente serão livres do serviço de tropa de linha tanto filhos como os expostos que estiveram criando<sup>163</sup>.

A terceira invasão francesa a Portugal, em 1810, levou milhares de pessoas a refugiarem-se em Lisboa, o que entre outras das muitas dificuldades para acudir a esta multidão,

---

<sup>158</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique*, pp. 272-276.

<sup>159</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, p. 172.

<sup>160</sup> DRUMOMD BRAGA, Isabel Mendes, *Criar por Devoção e Amor de Deus: As Senhoras da Corte e os Expostos da Misericórdia de Lisboa (1778-1851)*, in *Caderno Espaço Feminino* volume 24, nº 2, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2011, pp. 519-535.

<sup>161</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 24.

<sup>162</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo, *A Misericórdia de Lisboa Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 301.

<sup>163</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 25.

aumentou o número de expostos a entrarem na Roda, no último trimestre deste ano, agravando a situação económica da Santa Casa, a que acresce a obrigação de também pagar a nova contribuição para a defesa<sup>164</sup>.

Com elevadas mortalidades dos expostos a Mesa convoca em 1812 um Congresso de professores de Medicina para discutir a mortalidade dos expostos e, provavelmente, na sequência deste a Mesa terá decidido e mandado afixar por edital em 12/6/1812 atribuir prémios de 2.400 réis às amas de fora da casa que apresentassem as crianças mais bem criadas e tratadas ao cabo de 6 meses, e de 3.600 réis às amas que igualmente as apresentassem desmamadas, bem criadas e tratadas, no final da criação de leite, aos treze meses<sup>165</sup>.

Em 12 de Maio de 1813 a Mesa ao verificar que os prémios atribuídos são insuficientes para captar mais amas de fora, delibera aumentar para os 2.000 réis o salário das amas de leite<sup>166</sup>.

As medidas então tomadas não terão sido suficientes, pois um visitante de Lisboa declara em 1814 ter ficado “pessimamente impressionado” com o que viu e lhe relataram sobre os expostos, censurando a prática de entregar os expostos a recoveiras provincianas, que transportavam as crianças em ceirões, e conta o caso de um grave crime praticado por uma destas recoveiras, que degolava as crianças para ir recebendo dinheiro<sup>167</sup>.

Um Despacho da Mesa, de 1 de Janeiro de 1819, define as obrigações do Capelão dos Baptismos da Real Casa dos Expostos<sup>168</sup>.

No início de 1823 publica-se um Decreto autorizando todas as Comarcas do Reino a multar em uma parte do salário (retirando salário) às amas, ou pessoas, em cujo poder morrerem os expostos por negligência no seu tratamento; e a premiar, com o produto destas multas, as amas que conservarem as crianças em melhor estado<sup>169</sup>.

Em Fevereiro de 1827 o Ministério de Reino pede informações à Misericórdia sobre a administração dos expostos, por determinação da Câmara dos Deputados. Pretendia-se saber informações dos últimos três anos, desejava-se saber dados de todo o País, quantos haviam entrado, quantos falecidos, quantos entregues, e os saídos por fim de criação<sup>170</sup>.

António de Gouveia Pinto visita a roda de Lisboa e descreve o que vê<sup>171</sup>, no seu livro editado em 1828:

Para o governo da Casa dos Expostos há uma Regente da Casa da roda, que obedece às ordens dos Mordomos da mesma, há duas rodeiras que estão junto à Roda, alternando de dia ou de

---

<sup>164</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo, *A Misericórdia de Lisboa*, pp. 309-310.

<sup>165</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 149.

<sup>166</sup> MISERICÓRDA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, p. 177.

<sup>167</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 133.

<sup>168</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, *Inventário da Criação dos Expostos*, p. 31.

<sup>169</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op.cit.*, p. 31.

<sup>170</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo, *A Misericórdia de Lisboa*, p. 372.

<sup>171</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 402.

noite, recolhendo as crianças e entregando-as, consoante a idade da criança recebida, a uma das 40 a 60 amas de leite ou à de seco, que em regra estavam na Casa.

As amas de leite recebiam 2.400 réis mensais e 1.200 réis para ajuda da criação do seu próprio filho, acrescido de 12.000 réis anuais para vestimenta, tem direito a comer três vezes ao dia, cama e roupa lavada, e merenda se o médico recomendar. Tem obrigação de amamentar dois expostos, por vezes três e quatro, e lavar a roupa destes.

Quando não há amas suficientes, ou em caso de alguma doença que possa ser infecciosa, recorre-se ao leite de cabra ou de vaca, até se entregar a uma ama externa.

As amas de fora recebem 2.000 réis para os primeiros treze meses de vida da criança, e o mesmo por mais dois meses, para o desmame. As crianças são entregues com roupas novas, e aos seis meses se a criança estiver bem tratada levam outra muda, e colocam uma verba no bilhete da ama e no livro de criação de leite, assinado pelo Mordomo Nobre.

Dos 15 meses aos três anos, já como amas de seco recebem 1.200 réis, e dos 3 aos 7 anos 500 réis, desta idade aos 11 anos 300 réis mensais, e no último ano somente 500 réis<sup>172</sup>.

Em Julho de 1832 a Mesa solicita parecer aos médicos e cirurgiões da Santa Casa que se pronunciem sobre o tempo de criação de leite, uma vez que as criações de fora são por um ano e os expostos na Casa, em Lisboa são por 3 meses, do que veio a deliberar em Abril de 1834, que a criação de leite fique reduzido a um ano<sup>173</sup>.

A meados de 1833 é criada uma Comissão para organizar um regimento em que se compreenda um sistema completo de providências para a administração dos expostos do Reino<sup>174</sup>, e porque se agravava a situação dos enjeitados, no início de 34 um Decreto nomeia uma Comissão para examinar o estado e administração da Misericórdia e do Hospital de S. José<sup>175</sup>.

Em Agosto de 1834 é dissolvida a Mesa da Misericórdia, com base num relatório elaborado pelo Ministro dos Negócios do Reino, com base em inspecção realizada para apurar o estado “deplorável” da Misericórdia de Lisboa. “O Hospital dos Expostos e o Recolhimento das Órfãs da Santa Casa serão administrados e regidos por um administrador Geral”<sup>176</sup>.

O relatório supra referido diz que “às amas de fora nada ou quase nada se pagava, com quanto viessem de longes terras cobrar uma dívida que de alguma sorte se pode chamar sagrada”, e mais á frente refere que: “as amas de dentro foram plenamente satisfeitas; às de fora pagou-se boa parte do que se lhes devia; estabeleceram-se para os expostos as comodidades

---

<sup>172</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, pp. 141-143.

<sup>173</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, p. 177.

<sup>174</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 33.

<sup>175</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo. *Nos 5 Séculos da Misericórdia de Lisboa*, p. 20.

<sup>176</sup> PAIVA, José Pedro, et al., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* – volume 8, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2010, p. 10.

mais indispensáveis, na conservação da saúde e da vida, na educação, e, finalmente conseguiu diminuir a mortalidade dos expostos de nove para quatro décimos”<sup>177</sup>.

A nova Comissão Administrativa da Misericórdia no seu primeiro relatório em Junho de 1835, aponta o pouco espaço no edifício para os expostos, a falta de asseio, o atraso nos pagamentos às amas residentes, em cinco meses e há mais meses para com as amas de fora, falta alimento para as crianças, tendo a nova gerência efectuado os pagamentos às amas, e assim aumentar a afluência destas para cuidar dos recém entrados, procederam a muitas melhorias nas instalações, e, “estabeleceu-se o uso de um colar ao pescoço com um selo numerado, a fim de não serem trocados e para melhor fiscalização”<sup>178</sup>. Este colar com a chapa de chumbo, onde era registado o número sequencial foi substituído no século seguinte por pulseira de prata, onde esse número também era inscrito<sup>179</sup>. O uso deste modo de identificação foi abolido em 1925<sup>180</sup>.

Não há notícia de que em Portugal se tenha utilizado o processo que foi introduzido (no Séc. XVII) em Veneza ou na Sicília e que consistia em marcar os enjeitados através de uma pequena tatuagem ou empregando ferro em brasa. Vide Casimira Grandi. – P come pietà<sup>181</sup>.

No final do ano a Mesa aprovou um documento, com instruções para os Párcos acerca da Inspeção dos Expostos, com 37 artigos, essencialmente para poderem acompanhar e informar melhor sobre as amas e os cuidados que estas têm com os expostos, e suas obrigações. Dos pagamentos e recomendações aos muitos reverendos párcos, incluindo os “Formulários dos Atestados”<sup>182</sup>. E deve ser desta data também a criação de certificado com os “Deveres das Amas dos Expostos, e Penas a que Ficam Sujeitas por Falta de Cumprimento D’Eles”<sup>183</sup>.

Resumo das instruções para servirem de guia aos muitos Reverendos Párcos, na inspeção dos Expostos a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Acta da sessão da Comissão Administrativa, de 2/12/1835):

- divide-se a criação dos expostos em 3 periodos:
  - 1º - a criação de leite
  - 2º - criação de seco
  - 3º - obrigação de vestir, calçar, sustentar , e educar
- o tempo de criação de leite num ano, ou menos, conforme a idade do exposto quando entregue à ama;
- as condições para se ser ama de leite: ser casada ou viúva, ter bom leite, o seu filho não ter mais de um ano, ou ter falecido, ter comportamento de uma mãe digna;

---

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*, p. 50.

<sup>178</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, pp. 142-143.

<sup>179</sup> MANOEL, Francisco d’Orey, et al., Para Além dos Silêncios dos Arquivos, Acervo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Investigação Historiográfica in *Revista Cidade Solidária*, nº 24, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p. 181.

<sup>180</sup> MANOEL, Francisco d’Orey, *Os Expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa*, p. 45.

<sup>181</sup> Apud, MANOEL, Francisco d’Orey, et al., *Para Além dos Silêncios dos Arquivos [...]*, p. 181.

<sup>182</sup> BRANDÃO, Elvira, et al. *Op. cit.*, p. 37.

<sup>183</sup> Vide anexo 9.

- que reunindo a ama estas condições, o pároco da sua residência lhe passará o atestado sujeitando-se a ama a que o seu leite seja examinado pelos Facultativos da Santa Casa, para ser aprovado em qualidade, pois só assim lhe será confiado o exposto;
- quando a ama acabar a criação do exposto de leite e depois de lhe fazer termo de seco, poderá levar outro exposto de leite, se o pároco declarar que ela é capaz de continuar nova criação;
- a ama pode levar outro exposto de leite tendo-lhe falecido o primeiro, se provar ter cumprido os seus deveres, e o pároco atestar que reúne as condições para a segunda criação;
- a criação de seco divide-se em 3 períodos:
  - 1º - de 1 a 3 anos
  - 2º - de 3 a 7 anos
  - 3º - de 7 a 10 anos

Estabelecendo-se salários diferentes para os vários períodos e benefícios às amas que continuem a primeira criação de seco, tendo-o criado de leite, ou então quando os expostos a seu cargo são doentes.

Indica-se também quais as condições para ser ama de seco: ter meios suficientes de subsistência, e bom comportamento para poder dar ao exposto uma educação regular, tanto religiosa como civil;

- depois de 10 anos em que as amas ganham com os expostos (e algumas vezes antes) podem ficar com eles ou vir busca-los com a obrigação de os vestir, calçar, sustentar e educar na religião cristã, e no trabalho civil próprio do seu sexo, até à idade de 16 anos;
- As amas ou amos para esta época de criação devem ser escolhidos com particular cuidado; é preciso que tenham além de meios de subsistência, um comportamento exemplar, e muita caridade<sup>184</sup>.

Um Decreto de 19 de Setembro de 1836 impõe aos Distritos e aos Concelhos os encargos com a criação dos Enjeitados, conforme as quotas fixadas pelo Chefe Superior do Distrito, e uma semana depois é publicada uma Portaria com providências a bem da manutenção dos expostos, e pedindo informações sobre receitas e despesas nas Rodas do Distrito de Lisboa<sup>185</sup>.

A partir de 1836 saem definitivamente da alçada das Misericórdias o socorro aos expostos, em todo o país, com excepção para Lisboa, onde se mantém aquela entidade<sup>186</sup>.

Há ainda outra Portaria de 13 de Outubro do mesmo ano que pede à administração da Misericórdia de Lisboa a compilação de um novo Compromisso, que não chegou a ser executado<sup>187</sup>.

Em 1839 saiu uma Portaria a isentar os expostos de pagamento dos baptismos e funerais<sup>188</sup>.

<sup>184</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, pp. 163, 178, 215, 288.

<sup>185</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 38.

<sup>186</sup> PAIVA, José Pedro, et al., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* - vol. 8, p.22.

<sup>187</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, pp. 145-147.

<sup>188</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 41.

Em 1849 publica-se um Decreto suprimindo alguns empregados da Misericórdia, e redefiniram-se as funções do Administrador Geral dos Expostos<sup>189</sup>.

Em Outubro de 1851 é criado o lugar de Director do Hospital dos Expostos e Recolhimento das Órfãs da Misericórdia de Lisboa<sup>190</sup>.

O Decreto de 26 de Novembro de 1851 reforma o antigo compromisso da Misericórdia, passando a Mesa Administrativa e o Provedor a ser de nomeação Régia, nomeação que veio a acontecer em 2 de Dezembro<sup>191</sup>, e assim continuou, ainda hoje é nomeado pelo Governo.

O Provedor em 1853 enviou uma circular aos padres fora da capital sobre procedimentos para com os expostos, “*os pais deviam ser alertados para o crime que representava o abandono dos seus filhos, que passavam a viver da caridade das instituições*”, e, *deve-se exigir das amas uma boa criação dos infelizes*. Intensifica-se a crítica contra as rodas, incentiva-se desde já a devolução de expostos à família<sup>192</sup>.

Continuam a aumentar a ritmos preocupantes as entradas de expostos na Roda de Lisboa, desde 1856 superior a 2500 por ano, e em crescendo nos anos seguintes<sup>193</sup>. Estes crescimentos verificam-se no resto do País, sendo igualmente preocupante a mortalidade destas crianças, reinavam as epidemias, acumulavam-se as crianças e a falta de amas para as criar, as Juntas e os Governadores pediam ao Governo que actuasse<sup>194</sup>.

Em 1862 foi nomeada uma Comissão para estudar o assunto dos expostos, e perante o relatório por esta elaborado, por Decreto de 16 de Novembro de 1863 é ordenado à Junta Geral do Distrito de Lisboa que “*estudasse os regulamentos necessários para o serviço dos expostos*” e onde já era apontado como caminho a supressão das Rodas e a sua substituição pela admissão justificada e documentada, das crianças. Este movimento de extinção das exposições nas rodas, é fortemente defendido pela Misericórdia de Lisboa<sup>195</sup>.

O assunto alcançou debate nacional, de que os periódicos da época são boa expressão.

Em 1863 foram expostas nas Rodas do Continente e Ilhas 16.294 crianças, e sustentavam-se 36.753, o que dá um exposto por cada 109 habitantes, e um exposto para cada 8 nascimentos, e uma elevada mortalidade, a Junta Geral é convocada para estudar um novo regulamento para expostos<sup>196</sup>.

---

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>190</sup> PAIVA, José Pedro, et al., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* - vol. 8, pp. 73-74.

<sup>191</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, pp. 148-149.

<sup>192</sup> SERRÃO, Joaquim Verissimo, *A Misericórdia de Lisboa*, pp. 440-444.

<sup>193</sup> PAULINO, Joana Catarina Vieira (2014) *Os Expostos em Números, Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)*, in Atas do IX Encontro Nacional dos Estudantes de História, Porto, Universidade do Porto, Biblioteca Digital, ebook, 2014, p.190. Vide Anexo 3.

<sup>194</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 149.

<sup>195</sup> Idem, *ibidem*, p. 150.

<sup>196</sup> Idem, *ibidem*, p. 149-150.

As Câmaras de Angra do Heroísmo e do Porto alteraram as regras de admissão das crianças, deixando de ser anónimo, mas em Lisboa a Junta do Distrito manteve tudo igual, e até criou mais algumas Rodas, para desencanto de alguns membros da Mesa da Misericórdia<sup>197</sup>.

Pelo ano de 1866 a “concorrência das mães desnaturadas e de recoveiras de crianças era pasmosa ,acumulavam-se às centenas as crianças, nas salas da Misericórdia, já não havia amas que chegassem, e recorria-se à amamentação artificial, a tudo isto acrescia a crise financeira da Misericórdia”<sup>198</sup>.

21 de Novembro de 1867 é uma outra data de importante referência, é quando foi decretada a extinção das Rodas, na forma de exposição anónima, com o Decreto a regulamentar a criação dos Hospícios, e a recepção dos expostos, só mesmo em casos de real necessidade e com identificação de um dos progenitores, ou de quem entrega<sup>199</sup>.

Em Lisboa só em 1 de Dezembro de 1870 o Provedor fecha a Roda de Lisboa. A Misericórdia cria um novo regulamento do serviço da Roda devido aos abusos que se vinham verificando, tentando refrear o número de entrada de expostos, concedendo também *subsídios de lactação* às mães que tinham leite para amamentar os seus filhos, o que levou muitos progenitores a reclamarem crianças que já tinham dado entrada no Hospital. Com estas medidas diminuiu drasticamente o número de exposições de crianças<sup>200</sup>.

Após este regulamento de admissão, as crianças passaram a ser expostos no interior da Casa da Roda, a um encarregado, apenas durante o dia. Este registava o nome dos pais ou da pessoa que o trazia, recolhendo outras informações, relativas à causa da exposição, aplicava-se também a<sup>201</sup>:

- *Abandonados na rua, sobre os quais não tinha sido possível descobrir a respectiva filiação;*
- *Filhos de mães falecidas no Hospital e que não possuíam mais familiares;*
- *Filhos de condenados pela justiça;*
- *Filhos de mães em decadência moral.*

A 1 de Outubro de 1873 a administração da Misericórdia regulamenta o serviço de inspecção dos expostos e dos visitantes, reformulando o Regulamento Provisório de 1861<sup>202</sup>.

Em 1873-74 a Mesa nomeia um Inspector Geral dos expostos e elabora a formulação de uma estatística completa do estado em que foram encontrados os expostos quando se procede às visitas<sup>203</sup>.

A partir de 1882 os salários das amas passam a ser os seguintes:

1º ano, período de amamentação 1.800 réis,

---

<sup>197</sup> Idem, *ibidem*, p. 151..

<sup>198</sup> Idem, *ibidem*, p. 152.

<sup>199</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 57-58.

<sup>200</sup> MANOEL, Francisco d’Orey, *Os Expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa*, p. 44.

<sup>201</sup> MANOEL, Francisco d’Orey, *A Voz dos Sinais*, p. 83.

<sup>202</sup> MANOEL, Francisco d’Orey, *Os Expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa*, p. 45

<sup>203</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 156

2º e 3ºano 1.200 réis, dos 3 aos 6 anos 800 réis, dos 6 aos 10 anos 500 réis.

Podendo ainda receber mais 500 réis se matricularem os expostos na escola, acrescem os abonos para os transportes, os bónus de 50% para as passagens de caminho de ferro, e um “prémio de 9.000 réis quando a ama apresentar certidão de exame, feito pelo Exposto, com aprovação, no 1º grau de instrução primária, e de igual quantia pelo exame do 2º grau”<sup>204</sup>.

A 23 de Fevereiro de 1887 publica-se um Decreto a regular a atribuição de subsídios de lactação e com o serviço de expostos e crianças desvalidas ou abandonadas, e seguiram-se uma Portaria, outro Decreto e um Regulamento a afinar estas regras<sup>205</sup>.

Volta a haver alterações a partir de 1922, com a criação de estabelecimentos com outras modalidades de assistência à infância, contrariando definitivamente o abandono das crianças<sup>206</sup>.

## 2.3 Os Enjeitados em Torres Vedras

### 2.3.1 Antes da criação da Roda

O abandono de crianças em Torres Vedras seria uma realidade semelhante ao resto de Portugal.

S. Lourenço dos Francos sendo uma paróquia da Lourinhã é o principal foco deste estudo, por nela se efectuarem neste século a maioria dos actos religiosos dos habitantes desta área, vemos que para o século XVII são poucos os casos de enjeitados encontrados nas leituras de Registos Paroquiais, os primeiros foram:

A 2 de Abril de 1606 baptizei um menino por nome Antonio, de que se não sabe pai nem mãe, e foram padrinhos Jorge Gomes, de Vale de Lobos, e Joana Francisca, sua mulher, e por ser verdade me assinei<sup>207</sup>.

Maria, enjeitada, pus os óleos a 1 de Junho de 1609, Jorge Gomes, padrinho<sup>208</sup>.

Neste século XVII só encontrámos mais cinco baptismos de enjeitados, ou filhos de pais incógnitos. No de Mariana em 15 de Junho de 1691, julgamos que o padrinho seria o pai, “*os pais se não podiam descobrir*”, e o padre declara que o padrinho “*não contraia parentesco*”, a criança é da Lourinhã, mas foi baptizada em S. Lourenço, indiciando a intenção de esconder este nascimento<sup>209</sup>.

No século seguinte somente sete crianças abandonadas, cinco das quais entre 1741 e

---

<sup>204</sup> Idem, *ibidem*, p. 411.

<sup>205</sup> BRANDÃO, Elvira, et al., *op. cit.*, p. 62.

<sup>206</sup> MANOEL, Francisco d'Orey, *Os Expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa*, p.45.

<sup>207</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 1, p. 35v.

<sup>208</sup> *Ibidem*, 39v.

<sup>209</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismo 1, p. 78.

1748, o que nos leva a colocar como hipótese de estes anos terem sido de crise económica e portanto de maiores dificuldades para as famílias, levando-as a abandonar os filhos. Seis foram abandonadas à porta de famílias, três na Carrasqueira, duas no Casal do Prior e uma nas Papagouvas, tudo freguesia de S. Lourenço dos Francos, e uma nas Albergarias, freguesia de Santa Maria do Castelo.

“Joam”, baptizado em 28/6/1742, fora deixado à porta de Lourenço Henriques, morador no Casal da Carrasqueira, S. Lourenço dos Francos, e ficou como ama da criança a mulher deste, Maria Rodrigues<sup>210</sup>.

Este casal tinha uma filha com ano e meio, provavelmente quem deixou a criança à porta deles sabia que havia condições económicas e de amamentação.

Duas das outras crianças expostas à porta de Manuel Rodrigues, casado com Maria da Conceição, moradores na Carrasqueira, em 1743 e 1748, no primeiro caso, o José, ela já estava grávida do primeiro filho, que nasceu só cinco meses depois, é provável que não tenha sido recebido nesta família, o registo não diz a quem foi entregue. No segundo, o António, também não há referência à ama, mas haveria condições desta criança ser amamentada, pois a Maria da Conceição tinha sido mãe a última vez dezassete meses antes.

Em 1779, há o baptismo de uma criança abandonada, que foi enviada para o Hospital Real de Lisboa, por ordem do Juiz da Lourinhã, para ser criada à custa da Roda da Capital, e que infra descrevemos mais em pormenor.

Para Torres Vedras, não tendo informação para todo o concelho, fizemos uma breve busca nas quatro paróquias da Vila; para o século XVI o único livro que lemos por inteiro foi o Misto um de Santiago, por sabermos que o “Misto dois” é só para os registos de expostos.

No livro Misto 1 (1600-1644) dos registos paroquiais, só encontramos duas crianças ,a Domingas, baptizada a 28/9/1611, filha de pais desconhecidos, e a Sebastiana, baptizada em 27/1/1614 que foi enjeitada na casa da mina desta Vila de Torres Vedras<sup>211</sup>.

Nas outras paróquias procurámos saber como era antes da criação da Casa da Roda, para também por esta via podermos confirmar o início do funcionamento desta. Na Vila encontramos no ano de 1787 sete enjeitados e no ano seguinte doze.

Antes da criação da Casa da Roda em Torres Vedras já a Camara assumia custos com a criação de enjeitados; fê-lo em Setembro de 1787, com Mateus, e em Abril de 1788 com Luís.<sup>212</sup>

É provável e quase certo que há mais casos, e em datas anteriores.

---

<sup>210</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 3, p.60v.

<sup>211</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Santiago, Torres Vedras, Mistos 1.

<sup>212</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Santa Maria do Castelo, Torres Vedras, Baptismos 4, p. 42v, e 47.

### 2.3.2 A Casa da Roda e o acolhimento de Expostos

A fundação da Roda dos Expostos em Torres Vedras, ocorreu após o Aviso de 10 de Maio de 1783, no reinado de D. Maria I, assinada por Pina Manique, enquanto Intendente Geral da Policia. Sabe-se que o referido Aviso foi enviado nesse mesmo dia ao Provedor de Torres Vedras, dando ordem para ir a cada vila da comarca, para “nela se estabelecer uma casa em que haja um lugar onde se possam expor as crianças sem que se conheça quem as leva”<sup>213</sup>. Diga-se que no livro de Acórdãos da Câmara, referente a este ano, nada encontramos sobre aquele Alvará, ou sobre expostos<sup>214</sup>.

Torres Vedras não aplicou de imediato aquela Ordem de Pina Manique, e terá mantido a prática que deveria existir, o de levar os expostos para Lisboa. É isso que se infere do ofício que o Intendente enviou ao Marquês de Angeja, a 30 de Outubro do mesmo ano, em que inicia assim o ofício:

“Conhecendo esta Intendência a desumanidade e pouca piedade com que são conduzidos os expostos da Comarca de Setúbal, Abrantes e Torres Vedras para a Roda dos Enjeitados desta Corte, vindo em canastras aos seis, cinco e quatro Inocentes juntos, e a maior parte deles mortos, constando-me igualmente que muitos destes miseráveis chegavam a perecer pelas Terras das mesmas comarcas, morreram de andarem expondo-os de uma a outra Terra”<sup>215</sup>.

Desconhecemos se era uma prática muito usual, mas conhecemos dois casos nesta Comarca, em que se comprova o encaminhamento para a Roda de Lisboa:

No Baptismo de Maria, em 1773, na Igreja de Santiago, em Torres Vedras:

“pus os Santos óleos a Maria menina exposta que ia para o ospital Real trazida por Maria Roza mulher de Teotónio Francisco desta Vila”<sup>216</sup>.

No Baptismo de Maria, em 7 de Março de 1779, realizado em S. Lourenço dos Francos, a criança foi encontrada à porta de José Luís das Papagouvas, da mesma freguesia:

“envolta em pobres panos e sem escrito de que estava baptizada, e fiz entrega por ordem do Juiz da Vila da Lourinhã, a Joana Maria, de Miragaia, para a levar Hospital da Cidade de Lisboa”<sup>217</sup>.

A Joana Maria demorou alguns dias a chegar a Lisboa, a criança só entrou na Roda no dia 11 de Março, deve ter ido a pé, pensamos que três dias seriam suficientes, como o Baptismo foi num domingo, talvez tenha partido só no dia seguinte e se levou o seu filho João, então com 19 meses<sup>218</sup>, é natural que fosse uma viagem morosa. Vejamos o registo de entrada da Maria:

<sup>213</sup> ABREU, Laurinda, *Pina Manique [...]*, p.257.

<sup>214</sup> A.M.T.V. Livro de Acórdãos nº 22.

<sup>215</sup> A.N.T.T. Intendência Geral da Policia, Livro nº 2, p.30-31v.

<sup>216</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santiago, Torres Vedras, Baptismos 4, p. 144.

<sup>217</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 5, p.3v.

<sup>218</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 4, p. 84.

Na Roda deste Hospital dos Expostos entrou pelo Jantar do presente dia uma menina, com duas certidões, uma do Baptismo solene, com o nome de Maria, pelo Pároco da Igreja de São Lourenço dos Francos, e outra da Câmara da Vila da Lourinhã, envolta em dois coeiros, um de baeta parda, outro de dedroga de riscas de cores, atados com um ourelo de baeta encarnada, manquita de baeta verde<sup>219</sup>.

No dia seguinte a Maria foi entregue a Joana Maria, casada com José Henriques, moradores em Miragaia, freguesia de S. Lourenço dos Francos, para criar de leite, por ano e meio, vencendo 1.600 réis por mês. Deu conhecimento desta Ama Gregório Duarte, do Regimento de Peniche. A Maria reentrou na Casa em 24 de Novembro de 1780.

Ainda pensámos que a Joana Maria poderia ser a mãe da Maria, mas com a sua entrega e posterior ida para outro lugar mais distante colocamos essa hipótese de lado, ela fê-lo, em princípio, por razões meramente económicas.

Esta Enjeitada “Maria” passou para Ama de Alvorninha, Escolástica Maria, que fez um primeiro contrato por cinco anos e meio e renovou por mais cinco, tendo recebido salário a última vez em 12 de Julho de 1791.

Quanto a Torres Vedras, a situação manteve-se igual durante mais uns anos, uma vez que o Intendente, em 14/1/1786 solicita a este Vila e a outras Terras, o envio dos mapas com os dados sobre os expostos<sup>220</sup>.

É na Vereação de 24 de Maio de 1788, sob a Presidência do Juiz de Fora Dr. José da Cunha Fialho, três anos depois daquele Aviso, que se decide a instalação e funcionamento da Casa da Roda, e que pela sua importância aqui transcrevemos:

E na presente vereação foi porposto por mim escrivam hum requerimento no qual deduzi ao dito ministro o dezemparo em que se achavam os mezaraveis expostos que frequentemente apareciam as portas e ruas desta villa, achando-se alguns em çitios taes que com facilidade podiam ser cometidos de animaes pellas oras das noutes em que erão achados, sendo o motivo do imcomodo destes inuçentes a falta do Etabeleçimento de Roda já anteriormente mandada por nesta villa por ordem do Intendente Geral da Polia (sic) expedida ao Porvedor da Comarca para nas villas della a fazer executar, sendo também por mim escrivam no mesmo requerimento emformado ao dito ministro da enpiadade com que alguns parechos desta villa se portavam nos batismos dos mesmos expostos a quem duvidavam lavar os perçizos asentos e quando a grandes rogos os batizavam pasavam en fe de seus batismos vergunhosas certidoens as quaes eu escrivam na mesma vereação apresentei depois do que o dito ministro e mais vereadores primeiramente posederam no estabelecimento e numeação de Rodeira na forma seguinte.

#### **Creação e elleição de Ama Rodeira nesta villa para os expostos**

Nomiarão para Ama Rodeira a Luiza Caetana de Miranda desta villa a qual se lhe deferiçe o

---

<sup>219</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Entrada e Baptismo de Expostos, nº 4, fl 381, nº 317.

<sup>220</sup> A.N.T.T. Intendência Geral da Policia livro nº94, p. 314v-315v.

juramento para que bem e caritativamente se empregasse com zelo e desvelo na limpeza dos ditos expostos, observando tudo quanto lhe era encarregado pela ordem expedida da Entendência Geral da Policia, a qual lhe seria lida por mim escrivam. Me arbitravam de ordenado mil e duzentos por mês pagos pelo dinheiro aplicado para pagamento da criasam dos expostos e três mil e duzentos para alugueis de cazas todos os annos.

E ordenarão que se puzeça a Roda, que ja se achava a muntos tempos feita, nas cazas de morada da dita Luiza Tereza de Miranda que ao presente são contíguas a igreja de São Tiago, rua que acharão ser remota para semelhante fim cuja roda ficase de forma tal que bem se podese lançar as crianças expostas ficando logo ao pe desta huma campainha para por ella se chamar a dita rodeira que nunca ira fora da terra sem que o de a saber para que sendo a cauza justa se lhe de licença e se lhe eprmita interinamente outra rodeira em seu lugar e adevertindo que três mil e duzentos hera insignificantemente parsella para a Renda da Caza lhe arbitravam quatro mil e oitocentos reis anuaes alem dos mil e duzentos de salário por mes.

Ordenaram que eu escrivam sem perda de tempo dese parte ao vigário da vara desta villa para dar as porvidências porporçionadas a tanta dezordem como era a que esperementavam os mezaraveis expostos, que Sua Magestade fideleçima tanto recomendava sendo aquellas athe pellas leys da humanidade clerical abandonados o que era de admirar. E logo <sup>12</sup> logo que da data deste acordam em deante nam fosem pasadas as çertidoens coriais com todas as clarezas perçizas constando destas ficar os assentos dos batismos nos livros das respetivas freguezias e quaes os padrinhos e madrinhas seus dumesilios, qual a pesoa que o apresenta e se foi sulenemente batizado com os santos olios, se levava algum escrito o exposto e do que continha, Eu escrivam sem estes requezitos alem de outros **sencear** (?) não aseitase certidam alguma não e dase logo parte para se darem as porvedencias. E por nam haver mais que porver deram esta por finda de que se gravou. Miguel Germano Barretto de Pina o escrevi.

Joze da Cunha Fialho Joze Cezar de Faro e Vasconcellos Antonio da Franca e Horta<sup>221</sup>.

Os primeiros registos de baptismos de crianças dadas como entradas na Roda da de Torres Vedras efectuados na Vila, foram:

22 de Junho de 1788, Paróquia de Santiago, de Maria:

“Exposta na Roda desta Vila, e a trouxe a baptizar, Anna Joaquina, molher de José Francisco, Oleiro, moradores em Serra, da Vila (...) e esta mesma a fica a criando de leite”<sup>222</sup>.

4 de Setembro de 1788, Paroquia de Santa Maria, Roza:

“e pus os Santos óleos a Roza filha de pais incógnitos, que tinha sido exposta na roda desta vila no dia quatro deste mesmo, pelas onze horas da noite, a qual me apresentou por mandado do Escrivão da Camara, Miguel Germano, a Chatarina Maria, mulher de João Alves, moradores no lugar de Bonaval, freguesia de S. Mamede da Ventosa, deste termo”<sup>223</sup>.

3 de Outubro de 1788, Paroquia de S. Miguel, Justina:

<sup>221</sup> A.M.T.V. Câmara Municipal: Acórdãos. Liv. n.º 23A, f. 10v-12.

<sup>222</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Santiago, Torres Vedras, Baptismos 5, p. 2v.

<sup>223</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Santa Maria do Castelo, Torres Vedras, Baptismos 4, p. 50v.

“a Justina exposta na roda dos enjeitados desta Villa, e declararam ter nascido a os vinte e sete dias do mês de Setembro do dito ano”<sup>224</sup>.

30 de Dezembro de 1788, Paróquia de S. Pedro, João:

“baptizei solenemente e pus os Santos óleos em João que me apresentou Maria Caetana, casada com Vital Francisco do Lugar do Varatojo, cujo foi lançado na Roda dos enjeitados”<sup>225</sup>.

Estranhámos e interrogamo-nos porque não terá o Provedor de Torres Vedras denunciado ao Intendente, em 1787, a não existência da Casa da Roda nesta Vila, quando nesta data denunciou o Juiz de Fora de Mafra, dando-lhe conta da falta de execução da ordem para o estabelecimento da Roda dos Enjeitados neste último concelho<sup>226</sup>. Será pelo facto de já se ter iniciado o processo com a construção da Roda? uma vez que a acta da Câmara de 1788 refere que esta “já se achava a muitos tempos feita”, parece ser a única explicação.

O livro de registo de entradas de expostos existente no Arquivo Municipal de Torres Vedras, é datado de 1788, e está numerado com o nº 2, iniciando-se em Novembro deste ano, donde se conclui que só faltam os registos ocorridos entre Maio e Novembro de 1788.

O primeiro registo encontrado desta Roda na nossa área de estudo é no ano de 1789. O escrivão da Câmara de Torres Vedras escrevia então no livro de entradas dos expostos:

Aos dezanove dias do mês de Julho de mil setecentos e oitenta e nove anos, nesta Vila de Torres Vedras, no meu escritório apareceu Maria Quitéria, do lugar do Campello, termo desta vila, casada com José Rodrigues, e por ela me foi dito que na noite que amanheceu no dia quinze do dito mês se achara um menino exposto a porta de José Gomes, Lavrador do Casal dos Rijos, cujo menino com efeito me apresentou a mim escrivão, declarando que os sinais com que fora achado foram os seguintes, achar-se dentro em uma canastra com uma cama de fetos embrulhado com um coeiro de pano escuro com um debrum encarnado com uma camisa de linho melhor e com um escrito que diz esta baptizado chama-se, José sem outro algum sinal, pedindo-me e requerendo-me que por virtude das ordens se Sua Majestade ofereça baptizar e dar-lhe Ama para sua criação o que tudo fiz praticar na forma que o adiante se vê <sup>227</sup>.

Manuel Germano Barreto de Pina

O mesmo escrivão mandou baptizá-lo ao Cura de Santa Maria, e a Maria Quitéria ficou como ama, paga pela Roda, desde esta data, e, foi durante sete anos, até 19 de Julho de 1796. A criação de Leite foi de um ano e meio, até 19/1/1791. Esta Ama tinha sido mãe de Domingas em Março de 1788, estava pois em condições de amamentar o exposto José, e fê-lo com sucesso, esta criança sobreviveu, casando como José Martins, viveu em Campelos, daremos mais

<sup>224</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, S. Miguel, Torres Vedras, Baptismos 4, p. 105.

<sup>225</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, S. Pedro, Torres Vedras, Baptismos 5, p. 130v.

<sup>226</sup> A.N.T.T. Intendência Geral da Policia livro nº95, pp. 108v-109v.

<sup>227</sup> A.M.T.V. Livro Entrada de Expostos, ano 1789, nº 13.

informação sobre o mesmo, onde abordamos percursos de vida de expostos.

Encontrámos na Igreja de S. Lourenço dos Francos um registo de baptismo de um exposto no “Hospital de Torres Vedras, filho de pais incógnitos”, datado de 28 de Abril de 1806, Francisco, “baptizado em casa porque tinha estado em perigo de vida como se demonstra”, padrinhos Manuel Ferreira, solteiro, e Rosa Maria, casada com Faustino José, do Casal do Grilo. Fica a dúvida se os custos com a criação deste exposto e de outros desta Roda encontrados nos registos de óbitos que estavam a ser criados naquela freguesia, entre 1813 e 1816, serão pagos pela Câmara de Torres Vedras?

Convém dizer que a Roda de Torres Vedras recebia expostos de Vilas vizinhas<sup>228</sup>, das que não tinham a Roda de Expostos a funcionar, nomeadamente encontrámos vindos da Ericeira, em 1823.

A principal reforma ao funcionamento da Roda dos Expostos de Torres Vedras, deve ter sido a realizada a partir de 1814, pelo Juiz de Fora desta Vila, o Dr. Antonio Joaquim de Gouveia Pinto. A esta causa terá dedicado muito do seu empenho e saber, durante todo o tempo que ocupou este cargo, desde 12 de Outubro de 1813 a Junho de 1818<sup>229</sup>, e com muita cooperação do médico do Hospital civil e dos expostos desta Vila, o Dr José Joaquim Durão<sup>230</sup>.

Este médico já vinha alertando para o mau funcionamento da Casa dos Expostos, desde Fevereiro de 1813, demonstrando as suas preocupações e evidenciando que era necessário intervir

“(…) só poderemos chamar Casa de Expostos a casa de uma Rodeira, a qual recebe, e conserva os expostos até que apareça uma ama que os leve. Mas não poderá acontecer que esta Rodeira não tendo leite para um só exposto seja forçada pelas circunstâncias a reter três, ou mais inocentes, os quais (desgraçados) ou hão-de necessariamente perecer, ou quando forem entregues às amas, deverão já estar no estado mais deplorável, e por isso insusceptíveis de poderem continuar a viver (...)”<sup>231</sup>.

Para a rápida actuação do Juiz Gouveia Pinto para com a Roda de Expostos de Torres Vedras terão contribuído as notícias supra referidas e as péssimas condições em que estava a Casa da Roda, a ponto de passados vários anos ter sentido a necessidade de descrever, no seu livro, o estado deplorável em que a encontrou:

---

<sup>228</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 180.

<sup>229</sup> MADEIRA TORRES, Manuel Agostinho, *op. cit.*, p. 219.

<sup>230</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 208.

<sup>231</sup> DURÃO, José Joaquim, Conta Médica de José Joaquim Durão, Médico do Partido da Câmara Municipal da Vila de Torres Vedras, pertencente ao mês de Janeiro de 1813, in *Jornal de Coimbra*, nº 28, Coimbra, Jornal de Coimbra, 1814, p.240.

“(…) quando tomei posse daquele lugar nos fins de 1813, tive o dissabor de encontrar em huma Villa de cabeça de Comarca a Casa da Roda, não só no sitio mais baixo, húmido e doentio da Villa, (pois até de inverno lhe entrava dentro a cheia das aguas do rio repetidas vezes) mas era huma casa, onde se estava criando hum porco juntamente, lançando por isso ao entrar nela, hum cheiro tão hediondo, e pestilente, que me não atrevi a passar da porta para ver aquelle tristíssimo, e desgraçado receptaculo dos expostos daqueles contornos, onde morria a maior parte deles logo que entravão alli, não tendo quem os alimentasse”<sup>232</sup>.

Descreve ainda que quando entrava um exposto a rodeira, maior de idade, comunicava ao Magistrado e ao Escrivão de câmara e só então se procurava uma ama, que era obrigada a recebê-lo. Isso levava a que por vezes as crianças estivessem dois dias sem comer e, por outro lado, como as amas eram obrigadas, muitas vezes contribuíam para a morte dos expostos, dados os menores cuidados prestados<sup>233</sup>.

Perante este péssimo cenário Gouveia Pinto actuou de imediato, a administração alugou outras instalações e mudou a Casa da Roda “(…) em bom sitio, bem arejadas, e reparadas por vidraças, com huma ama efectiva de leite, e outra sêca, que serve a Casa, com os berços necessários ao numero de crianças, que costumão entrar, provido tudo de roupas necessárias; e com o aumento do salário das amas passando de 1.200 réis a 1.600 réis (…)”<sup>234</sup>.

A mudança referida, e nomeadamente o aumento do salário pago às amas, ter-se-á difundido rapidamente pela população, pois logo passou a haver “um aluvião de amas”, permitindo escolher as mais capazes, levando-as a competir entre si, no bom tratamento dos expostos, e lutando por futuras recepções de novos expostos. Houve uma alteração radical e exemplar, no acolhimento e tratamento dos expostos<sup>235</sup>.

Nos livros de Acórdãos da Câmara Municipal não há, nesta data, referências a estas alterações, tanto em relação à nova casa da roda, ou a outras alterações referidas por Gouveia Pinto.

Permanece a dúvida quanto ao local da Casa da Roda. Sabemos que houve mudança de local, por volta de 1814. A última monografia sobre Torres Vedras aponta para a proximidade à Igreja de Santiago, e o facto dos registos de baptismo do livro Misto 2 (1817-1835), desta Paróquia ser exclusivamente de registo de expostos dele daremos algumas notas mais à frente, parece confirmar esta hipótese.

O Médico ajudava a seleccionar as Amas. Encontrámos uma declaração assinada por esse médico, em que a mulher ficava com um documento para poder levar um exposto;

26 de Maio de 1820 – Ponte do Rol

---

<sup>232</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim. *Op. cit.*, pp. 208-209.

<sup>233</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>234</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>235</sup> Idem, *ibidem*.

Maria do Espirito Santo poderá levar algum exposto com obrigação de o vir apresentar no fim de dez dias<sup>236</sup>.

No *Jornal de Coimbra* os médicos de vários concelhos vinham discutindo o tema dos expostos, e a necessidade de melhorar este serviço de apoio social, podendo-se tirar a ilacção de que outras Casas da Roda funcionavam mal, razão pela qual o médico da Vila de Torres Vedras, já referido, entendeu escrever mais uma vez sobre o assunto, para servir de bom exemplo e divulgar o novo Regulamento da Roda dos Expostos, onde enaltece o trabalho realizado por Gouveia Pinto, enquanto Juiz de Fora.

Pela sua importância transcrevemos o Regulamento da Roda de Expostos de Torres Vedras, escrito para o *Jornal de Coimbra*, pelo Médico José Joaquim Durão, em finais de 1817, e por isso com alguns comentários do que já acontecera<sup>237</sup>:

§ 1º - A casa da Roda existente em uma loja pequena, escura e húmida, será transferida (e foi transferida) para uma casa de sobrado, espaçosa, e bem ventilada por boas janelas envidraçadas. Escolher-se-á (e foi escolhida) para Rodeira uma moça casada, fecunda, bem constituída, bem morigerada, cuidadosa, e asseada, a qual será conservada, enquanto possível for, e na falta do menor requisito será substituída por outra igual, (e já assim sucedeu). Esta Rodeira terá, (como tem) o usufruto da casa, boa cama e 3.200 réis, de ordenado por mês, além de 1.600 mensais, que receberá daquele exposto, que ela quiser lactar juntamente com o seu, ou quando o seu estiver desmamado, podendo ainda receber outro tanto, por cada um daqueles expostos, que, estando já de seco ela quiser conservar. Haverá (como há) uma Criada da Roda (somente para estar pronta nos casos de urgência, e cúmulo de expostos), a qual vencerá 1.800 réis, de ordenado mensal, e terá boa cama, e esta, devendo pro excelência ser lactífera, indispensavelmente o será durante a gravidação da Rodeira. A Criada poderá ter (e já tem tido), também o seu ou os seus expostos. O marido da Rodeira, que deverá ter o seu ordenado, (goza *ad interim* de suas gratificações), será o Andador e Procurador da Administração, indo aos lugares buscar Amas, mandando fazer, e lavar as roupas, indo à Botica, a casa do Médico, etc.

§ 2º - Cada pessoa, que vier trazer à Casa da Roda um exposto receberá um prémio proporcionado à distância, (recebem desde 400 a 1.200 réis), e se for mulher lactífera, e apta, levará o exposto. O exposto, que vencerá 1.600 réis mensais até completar 7 anos em vez de 1.200 anteriormente orçados, será, e é, logo matriculado em um Livro Mestre, pençado, vestido, baptizado, e sepultado, quando morra, pelo seu Pároco privativo, o Rev. Prior da Freguesia de S. Tiago, que por isso fica recebendo 12.000 réis anuais. Desde logo principia a ser lactado pela Rodeira, ou Criada, e para isso há na Casa vários, e bons berços com xergões, colchões,

---

<sup>236</sup> A.M.T.V. Livros de Expostos.

<sup>237</sup> DURÃO, Jose Joaquim, Conta Médica dos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1817. in *Jornal de Coimbra* nº 60, Coimbra, Jornal de Coimbra, 1818, pp. 340-344.

travesseiros, lençóis, e cobertores, até que seja entregue a uma Ama. Se porém os expostos afluírem a ponto de não bastarem as duas lactantes, e não aparecerem amas (tem sucedido momentaneamente), as lactantes da Vila, ainda que abastadas, serão obrigadas<sup>238</sup> ou a levarem a cada uma seu exposto, ou a irem à Roda lactá-los em horas marcadas, e nestas urgências o leite mulébre é alternativamente exibido com o caprino.

§ 3º Cada Ama, que leva um exposto, vem á casa do Médico para ser miudamente inspecionada, de quem, sendo aprovada<sup>239</sup>, leva um bilhete, que ficará apenso ao Livro de matrícula<sup>240</sup>. O exposto vai bem vestido, e pelo decurso de sua lactação ainda recebe alguma roupa, se assim exigem as circunstâncias. Esta Ama deverá em períodos marcados apresentar o seu exposto ao Dr. Juiz de Fora, e ao Médico, o qual positivamente lhos designa, se é guiado por alguma desconfiança, e se a Ama falta, será chamada por Oficial, cujo caminho pagará.

Apenas ela conheça a sua criança enferma deve logo traze-la, ou vir participar ao Médico, que receita para a Botica, e principia a dirigir a moléstia. Se porém ela, sem dar esse passo, o vier trazer morto, ou moribundo, ou se trouxer certidão de óbito, sem que prove o imprevisto, e repentino falecimento, será presa (já se exemplificou), e perderá a mortalha (que também a Administração paga) e o salario do tempo vencido.

§ 4º O Médico tira as crianças às Amas, e fá-las conduzir à Casa da Roda (a cada passo têm-no praticado), quando as acha mal tratadas, participando por escrito ao Escrivão da Câmara, que serve de Administrador, a fim de que sendo ciente o seu Director, que é o Dr Juiz de Fora, este providencie, e puna a incorrente. Então os expostos recolhidos aí são curados, e alimentados até adquirirem vigor apto para seguramente se confiarem a outra Ama, que em tal caso deve ser da Vila, ou maior proximidade. Neste número também se incluem aqueles, cujas enfermidades exigem medicamentos incompatíveis com a sua residência em casa das Amas, v. g. águas férreas, termais, etc. sendo a desconfiança do zelo das mesmas uma concausa deste procedimento. Às vezes chegam, ou poderão chegar à Casa da Roda alguns mais adultos já de

---

<sup>238</sup> Nota do autor, inserida no texto: Julgo dever neste lugar responder ao que com justiça se alega como a 1ª e 2ª causa da mortandade dos Expostos no J. de C. Num. L. Parte I. pag. 76. São tantas as Amas, que todos os dias com empenhos infrutíferos (no caso de Incapacidade) me vêm pedi crianças, que elas chegarão para o triplo das que aparecem. Destas excludo mais de metade, que desgraçadamente caminhando para Lisboa, voltarão servidas. Se uma ou outra vez se violenta uma mulher, esta violência só dura duas horas, ou dias, e assim mesmo é adoçada por louvores, promessas, e discursos caridosos, e religiosos ao mesmo tempo que se lhe lembra o castigo, que poderia induzir o descuido, ou mau trato, filho de vingança. Nestes casos de repente se visita a violentada, e fazem-se tentativas, que possam indicar, se a criança está farta, ou famélica, ou sólida, e proibitivamente alimentada, e por esta razão em tais casos as mulheres da Vila são convocadas.

<sup>239</sup> Nota do autor, inserida no texto: Entre os muitos requisitos, que o Médico deve encontrar na Ama lactante, inclui-se a maior proximidade possível da Vila, sendo excluídas as de grande distância, e diferente Termo, no que fica muito minorada a 6ª causa de mortandade (lugar citado do J. de C. Num. L.).

<sup>240</sup> Nota do autor, inserida no texto: Assim é impraticável a 9ª causa (lugar citado) ficando a Ama escriturada, e só ela responsável; mas ainda ela pode concluir aquele tráfico; e então só será por uma vez, e de um Exposto; porque logo é conhecido (já sucedeu) e o exemplo da punição mais amplo, e público, por serem duas as culpadas.

seco com enfermidade, e então ai serão curados, e o Médico passará bilhete para carne, pão, arroz, leite, e vinho, como com efeito.

§ 5º Para alguns expostos já adultos, que tenham excedido a idade de 7 anos, e que, por muito ligados, e bem tratados por seus pais putativos, recusem ir para o Hospital na sua moléstia, não só a Casa fornecerá remédios, e assistência do Médico, ou Cirurgião, mas até adiantará remédios, e assistência pelo atestado do Médico (já por vezes realizado) o salário mensal, quando eles se achem valetudinários, débeis, e atrasados no desenvolvimento de suas forças, e organização, por quanto “já mais será possível, que uma época filha do nosso arbítrio possa marcar o vigor físico, e moral dos indivíduos”. A Casa acode fazendo criar *ad tempus*, ou *in perpetuum* todo o inocente, cuja mãe adoeceu <sup>241</sup> sem meios de o continuar a criar, ou faleceu nas mesmas circunstâncias sendo viúva, visto que tais inocentes em nada diferem dos expostos.

§ 6º O nosso Juiz de Fora, o Dr. Antonio Joaquim de Gouveia Pinto, digno de estar á testa de qualquer novo Estabelecimento pelo seu zelo, actividade, e requisitos necessários em tais casos, até que as coisas se ponham em via de regra, visita, e inspeciona a Casa da Roda, assim como o Escrivão da Câmara, e o Médico, que dirige therapeuticamente. Este Juiz de Fora além das continuadas e individuias inspecções dos expostos, como acima referi, faz muitas gerais, onde generosamente do seu bolso gratifica aquelas Amas, qua apresentam os seus expostos bem tratados (e o mesmo tem feito o Médico, quando alguma Ama entrega um enfermo exposto, que requer cuidados, e impertinências).

Para comprovar a eficiência das alterações ocorridas no modo de funcionamento da Casa dos Expostos, o Dr. Durão escreve mais uma vez sobre o tema, no mesmo jornal, publicando um “mapa” elaborado por Gouveia Pinto<sup>242</sup>, com o movimento dos expostos, onde evidencia o efeito das alterações introduzidas, analisando o que se passou numa década, comparando os primeiros 4 anos com os restantes<sup>243</sup>:

---

<sup>241</sup> Nota do autor, inserida no texto: O M. Ver. Dr. Desembargador Manuel Agostinho Madeira, Prior da Igreja de Santa Maria do Castelo, desta Vila manda criar a todos, a cuja mãe passa atestado, e isto enquanto durarem restos de um conto de réis de donativo Britânico, dos quais, a instâncias do nosso Juiz de Fora, se applicarão 200.000 réis para os Expostos.

<sup>242</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 210.

<sup>243</sup> DURÃO, José Joaquim, Conta Médica dos meses de Janeiro e Fevereiro de 1818; por José Joaquim Durão, Formado em Filosofia e Medicina, e Médico da Câmara, Hospital Civil e Expostos da Vila de Torres Vedras, in *Jornal de Coimbra*, nº 71, Coimbra, Jornal de Coimbra, 1818, p. 165.

**Figura 9 - Mapa dos Expostos, entrados na Casa da Roda de Torres Vedras, entre 1808 e 1817, Como vem no Jornal de Coimbra.**

anos de entrada	Entradas			mortes	existem hoje, Dezembro 1817			anos de idade	entregues	Existem no fim do ano
	Total	Varões	Fêmeas		hoje	varões	Fêmeas			
1808	28	16	12	15	4	1	3	10		13
1809	36	15	21	19	6	1	5	9		30
1810	28	18	10	28	7	5	2	8	1	30
1811	8	4	4	12	3	2	1	7		26
primeiros 4 anos	100	53	47	74	20	9	11		1	99
1812	27	15	12	16	4	1	3	6		37
1813	34	22	12	33	7	5	2	5		38
1814	49	26	23	27	15	9	6	4	1	60
1815	67	30	37	31	27	10	17	3	2	96
1816	44	20	24	24	25	12	13	2	2	116
1817	37	18	19	17	31	13	18	1	1	136
segundos 6 anos	258	131	127	148	109	50	59		6	483
Total	358	184	174	222	129	59	70	0	7	582

N.B. Distribuíram-se 17 por excederem 7 anos, entregaram-se 7. Ora  $17+7+112=136$

Fonte: Jornal de Coimbra nº 71, p.163

Não entendemos o porquê do modo de agrupamento para análise, julgamos que teria feito sentido separar o antes e o depois do início da intervenção profunda praticada por Gouveia Pinto, ou seja, antes e depois de 1814.

O autor faz análises comparando os primeiros quatro anos, com os seis seguintes, que poderá ser lido no Anexo 4, nós preferimos evidenciar as significativas alterações que se verificam a partir de 1814, quando aumenta o número de entradas de expostos, e diminuem os falecimentos no primeiro ano de vida das crianças, nomeadamente em 1816, com 23%, e 1817 somente 16%, uma baixa taxa de mortalidade para a época.

O autor não refere, mas a Figura 9 demonstra o efeito da Guerra Peninsular, nomeadamente a implicação da Terceira Invasão Francesa. O facto de Torres Vedras estar no centro das operações das Linhas de Torres, as dificuldades e doenças que grassaram na região nos anos de 1810 e 1811. “Grassava na Vila, e muito mais nas suas vizinhanças um contágio, que foi quase geral (...) contaram-se tantos mortos que foi preciso designar-se um amplo cemitério (...) e ainda este teve de ampliar-se além dos primeiros limites”<sup>244</sup>, não sendo pois de

<sup>244</sup> MADEIRA TORRES, Manuel Agostinho, *op. cit.*, p. 179

estranhar a quantidade reduzida de expostos entrados em 1811 e as taxas de mortalidade verificadas.

A implementação das alterações ao funcionamento desta Roda, foi possivelmente uma das bases de apoio para o livro que Gouveia Pinto escreveu, “*Exame Critico e Histórico Sobre os Direitos Estabelecidos Pela Legislação Antiga, e Moderna, Tanto Pátria, Como Subsidiaria, e das Nações mais Vizinhas, e Cultas, Relativamente aos Expostos, ou Enjeitados*”, editado em 1828, mas como o escreveu em 1819<sup>245</sup>, e, em 1817, é apresentado o Regulamento da Roda de Torres Vedras, que vinha sendo aperfeiçoado desde 1814, foram anos de importantes experiências e de corrente diálogo com o médico José Joaquim Durão, que decerto contribuíram para o pensamento e escrita daquele livro<sup>246</sup>.

### ***Alguma informação sobre os Expostos entrados na Casa da Roda***

Para além dos dados da Figura 9, a investigação leva à conclusão que nos anos seguintes à Roda de Torres Vedras chegavam muitas crianças que tinham sido abandonadas *à porta de alguém*, mesmo depois da implantação daquela Instituição. Na década de vinte do século XIX, nos registos de baptismo de expostos num total de 390 entre 1820 e 1829, 7,7% das crianças foram *deixada à porta de....*, e uma outra parte 8,7%, *era conduzida por...*<sup>247</sup>. Seriam possivelmente transportadas pelas recoveiras, pessoas que como o regulamento da Roda previa, recebiam dinheiro pelo transporte das crianças, que era proporcional à distância percorrida.

Encontrámos um documento que atesta isso, pensamos que escrito e assinado pelo escrivão do Julgado da Ribaldeira, datado de 25 de Abril de 1820:

Maria da Piedade deste Lugar da Ribaldeira vai conduzir um exposto que se deitou a Porta de José Caetano, da Ribeira de Maria Afonso, na noite de 23 para 24 do corrente Abril, pela uma hora da noite, à Real Casa dos Expostos da Vila de Torres Vedras e leva uma camisa de linho, um cueiro de chita pintada, dois ditos de Baeta verde, um vestido de chita, digo uma saia de chita pintada, tudo já usado e umas roupinhas de chita novas, um bobedouro, e um lenço na cabeça velho e em volta de pianinho velho, e vai vencendo o salário de seiscentos réis, que deverá lá ser pago<sup>248</sup>.

---

<sup>245</sup> RIBEIRO, José Silvério, *Resoluções do Conselho de Estado, na Secção do Contencioso Administrativo, Coligidas e Explicadas Tomo X*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p. 240.

<sup>246</sup> DURÃO, José Joaquim, *Jornal de Coimbra*, nº 60, p.340.

<sup>247</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de S. Tiago, Torres Vedras, Livro Misto 2.

<sup>248</sup> A.M.T.V. Livros de Expostos.

Estas crianças assim abandonadas podem significar que nos meios pequenos ainda era maior a vergonha de uma gravidez ilegítima? Provavelmente mantida no máximo de segredo e, em que uma ida à Vila traria desconfianças? Ou seriam as próprias dificuldades de deslocação, que eram na maioria a pé?

Gouveia Pinto conta um caso do abandono de uma criança, em 1814:

“apareceu uma criança exposta em um rocio fora da Vila, junto a uma ribeira de água, no tempo mais frio de Inverno; e estando já cercada de formigas, parecia não ser recente a exposição; mandando porém tratar dela com desvelo, viveu”<sup>249</sup>.

Na supra referida década ascende a 50% a referência ao nome do lugar de onde as crianças são provenientes, só 2,6% vinha baptizada, e 5,9% trazia um escrito, raramente com sinal, e poucas vezes, 0,8%, com enxoval, havendo um, em 1820, que *trazia um bom enxoval, em um pedaço de pano de linho a letra M feita em linha azul*<sup>250</sup>.

Dos 197 com identificação da origem, mais de metade (112) são de 22 lugares com a seguinte distribuição:

Ponte do Rol e Turcifal – 10 cada; Ameal, Ramalhal e Ribaldeira – 7 cada; Ereira, Gradil, Maceira, Serra da Vila e Serra de S. Gião – 6 cada; Caixaria, Casalinhos de Alfaiate, Encarnação, Matacães e Runa – 4 cada; Curvel, Dois Portos, Folgarosa, Melroeira, Mugideira, Panasqueira e Zibreira – 3 cada lugar<sup>251</sup>.

Três foram enviados por Juízes, 2 do Julgado da Ribaldeira, e outro pelo Juiz de Fora. Só entraram gémeos duas vezes, no ano de 1826, e é também neste ano que deixaram à porta de Ermitoas, uma da Ermida de Santo Amaro, outra da Ermitoa Maria do Espírito Santo, da Ermida de N. Sr<sup>a</sup> do Ameal, e no ano seguinte outra, a Laureana das Dores Ermitoa em St<sup>a</sup> Isabel, do Turcifal, trazia outra criança à Roda<sup>252</sup>.

Também a 26/2/1826 entrou uma exposta de Campelos, a Claudina, deixada à porta de Margarida Rosa, que a conduziu e ficou como ama, e que faleceu mês e meio depois, a 15 de Abril<sup>253</sup>. No mesmo ano a 11 de Abril entrou Emídia, que veio de Vale Paxis, e que por despacho do Sr. Arcebispo em 8/2/1828 procedeu ao reconhecimento de Emídia como filha legítima de Joaquim Torcato Franco Júnior e de sua mulher Mariana Angelica Ventura Franco, ambos desta freguesia de Santiago<sup>254</sup>.

---

<sup>249</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p.68.

<sup>250</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de S. Tiago, Torres Vedras, Livro Misto 2.

<sup>251</sup> *Ibidem.*

<sup>252</sup> *Ibidem.*

<sup>253</sup> *Ibidem.*

<sup>254</sup> *Ibidem.*

Na mesma década há registo de 123 óbitos, o que nos parece ser reduzido, havendo decerto registos noutras paróquias com posterior comprovativo trazido à Casa da Roda pelas amas. Destes registos 8 não têm referência à morada do exposto, 10 faleceram na casa da Roda, e do total 24 % moravam na Vila, os restantes eram dos arredores ou de lugares mais distantes, alguns a mais de 10 km, nomeadamente Aldeia Grande, ou A da Rainha. Como a maioria dos expostos entrados já vinha de fora da Vila e em muitos casos voltava para os lugares de origem é, pois, normal que a maioria não habite na Vila.

Entre 1851 e 1861 entraram na Roda de Expostos de Torres Vedras 106 crianças, somando com os que já lá estavam (464), temos nesta década 570 crianças. Faleceram 73<sup>255</sup>, o que equivale a uma mortalidade de 13%; média baixa se comparada com outros lugares do País. Em Meda a taxa de mortalidade era de 59,2% (1838-1866) dos entrados na Roda, em Coimbra entre 1844 e 1870 atinge os 58,9%<sup>256</sup>, e no Distrito de Viana foi variando dos 30% aos 17,5%, entre os anos de 1854 a 1863<sup>257</sup>.

Outra informação interessante, porque aparentemente menos vulgar, nos estudos de especialidade, o número de crianças reclamadas e entregues foi no mesmo período de 69<sup>258</sup>, ou seja, 12% do total de crianças.

### 2.3.3 A criação dos Expostos: Receitas e Despesas

Gouveia Pinto e o médico José Durão estiveram sempre na primeira linha da defesa dos expostos, com preocupações e experiências baseadas na da defesa da vida das crianças abandonadas. Exemplo disso é a adesão às recomendações de Pina Manique criando condições para a existência de um quarto, na Casa dos Expostos, destinado a receber mulheres que ali quisessem *ter os seus partos em segredo* esta é inclusive uma recomendação de Gouveia Pinto para outras Vilas imitarem<sup>259</sup>.

Estas melhorias nas condições de acolhimento e cuidados com a criação dos expostos aumentaram os custos suportados pela Câmara na sua criação dos expostos, o que terá levado Gouveia Pinto, enquanto Juiz de Fora em Torres Vedras, a empenhar-se na arrecadação da siza dos bens de raiz, para que todos pagassem e assim aumentar a receita destinada à criação dos

---

<sup>255</sup> CATARINO, Maria Manuela, *Assistência no Seculo XIX*, in *Torres Vedras, Passado e Presente*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996, p. 315.

<sup>256</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866) Subsídios para o seu estudo*, in *Revista Portuguesa de História XXI*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, p. 152.

<sup>257</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *op. cit.*, p. 273.

<sup>258</sup> CATARINO, Maria Manuela, *op. cit.*, p. 315.

<sup>259</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, p. 78.

expostos, “enviando editais pelas vintenas, ameaçando com a Lei os infractores della, o resultado foi o entrar no cofre voluntariamente, e sem coacção perto de quatro contos de réis; e muito mais entraria, se continuasse ali a servir e pusesse em pratica o plano que tinha formado de ir pessoalmente por todas as vintenas inquirir sobre este objecto”<sup>260</sup>.

Este esforço na arrecadação de receita está patente na deliberação de Câmara de 22 de Fevereiro de 1817, em que decidiram intimar o recebedor das Sizas para que o dinheiro que fosse recebendo de pagamentos de anos atrasados se destinasse a “ir pagando as amas dos expostos”<sup>261</sup>.

Em finais de 1817 o médico Durão orçamenta a despesa no montante anual de 2.600.000 réis, em que 2.150.000 era a despesa com 112 expostos, a que se somam 450.000, para custos “com vestuário, rodeira, casa, criada, mortalha, remédios e prémios”<sup>262</sup>.

Segundo Madeira Torres, em 1831 “a folha da despesa com os expostos da roda desta Vila, segundo o máximo dos anos anteriores, importa até 1.800.000 réis”<sup>263</sup>.

Em 1835 atingiu o montante de 1.756.000 réis, repartido do seguinte modo<sup>264</sup>:

**Figura 10 - Despesa com os expostos da roda da Vila em 1835**

FINALIDADE	QUANTIA (em réis)
Criação efectiva de 83 expostos de leite, ordenados das amas (1.600/mês)	1.593.600
Gratificação ao Prior de Santiago pelos baptismos e óbitos	12.000
Ordenado da Rodeira, obrigada a ter na Roda uma mulher de leite	57.600
Ao rodeiro por ir procurar amas para a criação dos expostos	4.800
Custo dos enxovais para os expostos da Casa da Roda	48.000
Receituário para os expostos enfermos	40.000
Total	1.756.000

Fonte: CATARINO, Maria Manuela, Assistência no século XIX, in *Torres Vedras Passado e Presente*, p.308.

Era uma despesa elevada, temos para referência uma deliberação da Câmara, em 18 de Junho de 1814, presidida por Gouveia Pinto, em que estabeleceu como salário máximo de jorna

<sup>260</sup> Idem, *ibidem*, pp. 179-180.

<sup>261</sup> A.M.T.V. Livro de Acórdãos da Câmara de Torres Vedras, nº 25 (1812-1818), p. 127v.

<sup>262</sup> DURÃO, José Joaquim, *Jornal de Coimbra*, nº 71, Parte I, p.165.

<sup>263</sup> MADEIRA TORRES, Manuel Agostinho, *op. cit.*, p.270.

<sup>264</sup> CATARINO, Maria Manuela, *op. cit.*, p. 308.

diária o montante de 400 réis a seco, e de 200 réis com comer, trabalho de Sol a Sol, com uma pena de 6.000 réis, pagos de cadeia, para quem incumprisse, aplicável ao trabalhador e ao fazendeiro que incumprisse<sup>265</sup>. Outra comparação pode ser feita com os preços em réis, de alguns produtos, em 1814: alqueire de trigo – 700; frango – 200; almude vinho – 800; dúzia de ovos – 120<sup>266</sup>.

Em 1844 a Câmara Municipal solicitou a intervenção do Governo para o levantamento de uma penhora aplicada em consequência de dívidas antigas, estando em causa entre outras dificuldades, a sustentação dos expostos, o Governo disse que “cumpria à Câmara interpor os devidos recursos dos despachos judiciais que haviam ordenado as penhoras nas contribuições municipais indirectas, expressamente votadas para expostos”. Terminava o texto ordenando à Câmara a inclusão nos seus orçamentos a receita indispensável para satisfazer as dívidas exigíveis<sup>267</sup>.

### 2.3.4 Vidas de alguns expostos sobreviventes

A atenção recentemente concedida à história da gente “pouco importante” leva-nos a querer conhecer o percurso de vida de alguns expostos sobreviventes. Histórias de vidas que podem contribuir para a História da própria região

Na nossa base de dados temos 16 expostos da Roda de Torres Vedras, com nascimentos entre 1832 e 1881, 10 deles com fortes ligações à área do nosso estudo, dos quais sabemos terem nascido pelo menos 34 filhos.

**José Martins** é o exposto supra referido, que em 1789 foi encontrado à porta de José Gomes, dos Casais do Rijo e que a Câmara de Torres Vedras entregou à Ama Maria Quitéria, dos Campelos. Casou em primeiras núpcias em Janeiro de 1816, com Luiza da Conceição, dos Casais dos Rijos, que faleceu em Fevereiro do ano seguinte, voltando a casar com Luiza Maria, natural do Casal das Quintas, em Janeiro de 1819, ficando a viver em Campelos.

Deste casamento nasceram em Campelos pelo menos 7 filhos, entre 1821 e 1833, dos quais pelo menos três casaram nas proximidades, donde há pelo menos 20 netos.

Temos 485 descendentes deste José.

O seu neto José Martins Nunes, nascido no Bombarral em 1858, casou com **Justina Rosa**, também ela exposta da Roda de Torres Vedras, em Fevereiro de 1889, na Igreja de Santa Maria do Castelo, a noiva tinha 18 anos. Foram pais de 11 filhos, nascidos em Campelos, entre 1899 e 1914, donde descendem pelo menos 33 netos todos nascidos na mesma localidade<sup>268</sup>.

---

<sup>265</sup> A.M.T.V. Livro de Acórdãos da Câmara de Torres Vedras, nº 25 (1812-1818), p. 57, vide Anexo 5.

<sup>266</sup> A.M.T.V. Livro de Acórdãos da Câmara de Torres Vedras, nº 25, Agosto de 1814.

<sup>267</sup> RIBEIRO, José Silvério, *op. cit.*, p. 175.

<sup>268</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria do Castelo, Torres Vedras.

**Maria Domitilde** terá nascido em 1836, casou a 20 de Novembro de 1873, em Santa Maria, com José Faustino, natural de Campelos, e deste casamento nasceram três filhos, só uma chegou a adulto e casou, dando-lhe 5 netos<sup>269</sup>.

**Manuel dos Santos** terá nascido em 1848, exposto baptizado na freguesia do Maxial, casou em S. Lourenço dos Francos em 20/2/1882, com Catarina Maria, viúva, natural da Serra de El Rei, e nesta data legitimaram a filha Elvira já baptizada em 1880, tiveram uma outra filha em 1882, ambas nascidas em Ribeira de Palheiros. A Catarina já tinha pelo menos 6 filhos do anterior casamento e vivia no Casal das Quintas, próximo da Ribeira<sup>270</sup>.

**Delfina Maria da Conceição**, é referida em vários registos como exposta de Torres Vedras, umas como tendo sido baptizada em St<sup>a</sup> Maria, outras no Turcifal, mas não encontrámos o seu registo de baptismo. No casamento com Francisco Henriques realizado na Moita dos Ferreiros, em 5/2/1861, tinha 17 anos, diz que era exposta, mas depois recolhida pela mãe. Ficou a viver naquela freguesia, e teve pelo menos 7 filhos<sup>271</sup>.

**Salvador Martins** terá nascido em 1867, filho de Maria Felícia, apresentado no Hospício da Vila, casou a 10/2/1897, em Santa Maria, com Maria Gertrudes, nascida em Casal dos Rijos, do qual nasceu um filho nesta localidade, que temos sem qualquer outro dado. O Salvador faleceu em Casais dos Rijos em 1941, viúvo desde 1926<sup>272</sup>.

A **Ângela da Conceição** terá nascido em 1875, morava no Casal do Carregado, Campelos, foi mãe de Rosalina em Abril de 1899, casou em Dezembro desse ano com Joaquim Fernandes da Aldeia Grande, Maxial, e não temos mais informação<sup>273</sup>.

**Joana Maria** que terá nascido em 1878, casou com 19 anos, a 19/10/1897, com José Antunes, natural de Campelos, viúvo de Luiza Maria, de quem tinha 4 filhos, não se conhece filhos da Maria Joana<sup>274</sup>.

Outra **Joana Maria**, nascida por volta de 1881, desconhecemos a data de casamento com José Francisco Antunes, natural de A dos Cunhados, viveram em Campelos, e tiveram pelo menos 5 filhos, 3 faleceram em crianças, o Raul casou e viveu no mesmo lugar, foi pai de 6 filhos, a Maria teve um filho em Campelos e casou em Castelo de Paiva<sup>275</sup>.

**Romão dos Santos** sabemos que era pastor, e foi pai de 2 filhos nascidos na Ribeira de Palheiros, um por volta de 1907, de uma mãe que tem pelo menos mais dois filhos gémeos com outra paternidade<sup>276</sup>.

Como em relação aos expostos de Torres Vedras só quisemos fazer uma breve

---

<sup>269</sup> *Ibidem*.

<sup>270</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria do Castelo, Torres Vedras, e de Miragaia, Lourinhã.

<sup>271</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Moita dos Ferreiros, Lourinhã.

<sup>272</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria do Castelo, Torres Vedras.

<sup>273</sup> *Ibidem*.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

<sup>275</sup> *Ibidem*.

<sup>276</sup> A.N.T.T. Paroquia de Miragaia, Registos de Baptismos.

abordagem, só encontrámos mais um baptismo de um dos expostos da base de dados, o de **Benedito Aniceto**, cuja ligação é com as proximidades da área do nosso estudo, com Marteleira e com Papagovas, ambos os lugares pertencentes à freguesia de Miragaia.

O Benedito foi baptizado a 30/3/1832, na Igreja de S. Tiago, tinha entrado na Roda pelas 8 horas da noite, foram padrinhos Jerónimo Pereira, Tesoureiro, e Maria Joaquina, ajudante da Roda. Não temos dúvidas sobre esta identidade porque felizmente o pároco da Carvoeira, no registo do seu casamento, em 3/2/1858 escreveu: “filho da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, baptizado na Freguesia de Santiago aos 30 de Março de 1832, consta do livro primeiro dos expostos a f. 95, casou com Violante dos Santos, natural de Almagra, Carvoeira, para onde foram residir”<sup>277</sup>. Ele já deveria trabalhar para o Marquês do Lavradio, na sua Quinta da Conceição, próximo daquele lugar, pois a filha Gertrudes nasceu nesta Quinta em Setembro de 1860, e nesta data era pastor de ovelhas. Sabemos de mais três filhos dois deles nascidos em Gibraltar, freguesia de Ponte do Rol, um em 1866 e outro em 1878, a família mudou de residência, a filha Gertrudes casou na Ponte do Rol, e teve pelo menos 3 filhos, o filho Maximiano casou na Vila da Lourinhã, e a filha Margarida casou com Francisco Dias Sarreira em Agosto de 1899, na Igreja de S. Lourenço dos Francos, ambos naturais da Ponte do Rol, mas ele morava na Marteleira, onde era lojista, aqui viveram e tiveram só dois filhos, porque o marido morreu em 1905<sup>278</sup>.

Outra área que também poderá conter mais informação sobre os expostos são os dotes, dados em vida ou nos testamentos, deixamos um atribuído por Inácio Ferreira Campello, advogado, em Torres Vedras, no seu testamento feito em 3 de Outubro de 1854, deixou um dote para uma exposta, nos seguintes termos:

“(…)Estes meus legatários ficam obrigados a dar à Exposta Catarina, que foi criada em casa da minha vizinha Joana, viúva de Bento a quantia de cem mil réis quando ela se casar ou emancipar (...)”<sup>279</sup>.

No Arquivo Municipal de Torres Vedras há 25 livros de Registos de Expostos, desta Vila, da de Mafra e da de Lourinhã, e muitos outros documentos de pagamentos a Amas, à espera de um estudo aprofundado, com datas limites de 1788 a 1888.

Só essa investigação poderá permitir perceber se a Roda esteve sem funcionar algum tempo, como parece ter ocorrido, pela notícia escrita por Vitor Ribeiro, em que refere que em 1865 a Junta Distrital aprovou a criação de algumas Rodas, entre elas uma em Torres Vedras<sup>280</sup>.

Há muito por investigar e estudar sobre os expostos de Torres Vedras, não sendo objectivo do nosso trabalho analisar a temática nas mais multivariadas dimensões, deixámos

---

<sup>277</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Carvoeira, livro Casamentos nº 5, assento 2 de 1858, p. 21v.

<sup>278</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Ponte do Rol e de Dois Portos, Torres Vedras, e Miragaia, Lourinhã.

<sup>279</sup> O testamento diz que está registado no Liv. Nº 44 dos testamentos, pp. 43v-47, em 6/11/1854.

<sup>280</sup> RIBEIRO, Vitor, *op. cit.*, p. 151.

pelo menos este pequeno apontamento, na expectativa de motivar possíveis interessados em efectuar pesquisas aprofundadas.

### 2.3.5 Expostos da Roda da Lourinhã

Terá ou não havido Casa da Roda de Expostos na Vila da Lourinhã? Pelo que encontrámos, nas leituras dos registos da paróquia de S. Lourenço dos Francos, julgamos que não, e como dos livros de expostos do Arquivo Histórico de Torres Vedras o livro nº25 é só de expostos da Lourinhã, havendo ainda outro também com alguns deste concelho, admite-se que seria a Roda de Torres a servir as crianças enjeitadas daquele concelho, e noutros casos a Câmara assumiu os custos, mesmo sem Roda em funcionamento, dois registos referem “exposto da Câmara da Lourinhã”.

O livro de entrada de expostos, nº 25, a abrir tem escrito:

Seve este livro para registo dos expostos a cargo deste Municipio. Lourinhã, 7 de Julho de 1863.

O Vice-Presidente da Câmara, Clemente José dos Reis Teixeira Viçoso.

O livro só tem registo de entrada de oito crianças, entre 29 de setembro de 1863 e 6 de Dezembro de 1865, todos foram deixados à porta de alguém, razão mais forte para se depreender pela não existência de local para recepção das crianças enjeitadas.

Destas oito entradas cinco faleceram com menos de dois anos, dois foram entregues às mães, já após a extinção nacional das Rodas. Temos o percurso de um deles:

Florentino foi encontrado em 15 de Julho de 1864 à porta de José Gonçalo, morador em S. Bartolomeu, no dia seguinte foi entregue à ama Luiza Maria, casada com Joaquim José, moradores em Miragaia, em 21 de Novembro de 1864 passou para a ama Maria José casada com Joaquim Leitão, moradores em Sobral. Tem termo de entrega em 21 de Novembro de 1875, a sua mãe Maria Magdalena, viúva de José Luís, moradora em Fontelas<sup>281</sup>.

Temos três sobreviventes expostos oriundos da Lourinhã, todos casados em S. Lourenço dos Francos:

**Bruno da Silva**, “trabalhador, exposto da Câmara da Lourinhã”<sup>282</sup>, terá nascido por volta de 1843, porque no seu casamento, em Janeiro de 1882, tinha 32 anos. Casou com Luísa da Piedade, de 25 anos, natural de Campelos, filha de Lourenço Martins e de Gertrudes Luísa. Viveram em Campelos e foram pais de pelo menos quatro filhos, dois faleceram em criança e a mais velha casou e viveu nos Casais dos Rijos, continuando a descendência. Sabemos de 9 descendentes do Bruno.

---

<sup>281</sup> A.M.T.V. Livro de Entradas de Expostos, nº 25.

<sup>282</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 5, p. 12.

**Norberto**, “jornaleiro, exposto da Misericórdia da Lourinhã”, casou com Maria, natural de Miragaia, em Abril de 1944, faleceu dez anos depois <sup>283</sup>.

**Roza Maria**, “exposta da Câmara da Lourinhã”, casou com 23 anos, em Setembro de 1862 <sup>284</sup>, com José Ferreira, natural de Miragaia, onde ficaram a viver e foram pais de pelo menos quatro filhos. Esta família recebeu dois expostos de Lisboa, em 1866. Pelo menos três dos filhos casaram e viveram em Miragaia, sabendo-se de pelo menos de 22 netos. A Roza faleceu em 1888.

### 2.3.6 Expostos de outras Rodas que viveram nesta área

São dois os expostos que viveram na área e não vieram das Roda de Torres Vedras ou da de Lisboa:

**Elisiário dos Santos**, “de 35 anos, solteiro, exposto da Roda dos expostos da Vila de Caminha, Concelho de Vieira do Minho, morador no lugar de Vermelha, concelho do Cadaval”, casou na Igreja de Santa Maria do Castelo, em 29 de Janeiro de 1876, com Luísa da Conceição, de 27 anos, natural de Campelos, filha de José Esteves e de Catarina Maria <sup>285</sup>. A noiva já tinha sido mãe de Maria três anos antes, cujo pai era incógnito.

**Patrício dos Santos**, “segundo cabo da terceira Companhia da Guarda Municipal de Lisboa, de 29 anos, exposto da freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, das Caldas da Rainha”, casou na Igreja dos Anjos, em Lisboa, em 11 de Julho de 1900, com Emília da Conceição Ferreira, natural de Santa Isabel, Lisboa <sup>286</sup>. Viveram na Cabeça Gorda, e foram pais de pelo menos sete filhos, nascidos entre 1901 e 1918, dos quais sabemos de pelo menos 19 descendentes.

### 2.3.7 Henriques Nogueira e os órfãos

José Félix Henriques Nogueira nasceu na Bulegueira, freguesia de Dois Portos, do concelho de Torres Vedras, aqui foi agricultor, mas também um homem de letras, com textos publicadas em jornais e almanaques, e dois livros: “Estudos sobre a Reforma de Portugal”, em 1851 e “O Município no Século XIX”, em 1856.

Por ser Torriense e por no seu pensamento abordar este tema, pareceu- nos ser interessante repescar o que então escreveu.

---

<sup>283</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 32, p. 34v.

<sup>284</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 3, p. 16.

<sup>285</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Santa Maria, Torres Vedras, Casamentos 4, p. 52.

<sup>286</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Anjos, Lisboa, Casamentos 24, p. 33v.

No seu “Estudos sobre a Reforma em Portugal” explana o seu pensamento sobre a “Beneficência”, onde defendia que todas as valências de apoio social e de saúde existiriam em cada município num edifício “assas vasto para conter todas as instituições de beneficência directa, enfermarias, e asilos para os órfãos e para os inválidos, e penitenciárias para os corrigendos”<sup>287</sup>.

E sobre as crianças órfãs defende:

Instituam-se *asilos para órfãos*, em que estas inocentes criaturas, que a miséria, a imoralidade e a falsa civilização atiram para o regaço da caridade pública, sejam acolhidos como objectos valiosos e não como fardos; em que encontrem verdadeira protecção e não o desprezo e a morte. É a nossa intima convicção que as crianças devem ser amamentadas e educadas dentro do estabelecimento, e por nenhuma forma entregues a amas externas. Razões ponderosas nos levam a emitir esta opinião. Estamos convencidos que o leite dos animais domésticos que mais se aproxima do da mulher, combinado com as substâncias delicadas e nutrientes, pode ser e é para as crianças excelente regime alimentar, que subministrado com abundância e regularidade e junto a um vestuário acomodado às estações, a um escrupuloso asseio, a um exercício moderado, a um folguedo vivido, daria transcendentales resultados de salubridade e de economia<sup>288</sup>.

Este ilustre filho de Torres Vedras não presenciou, porque faleceu precocemente em 1858, mas esteve, também neste campo, na vanguarda da defesa do que viria a acontecer anos mais tarde, em Novembro de 1867 quando se extinguem as Rodas dos expostos e se Decreta a regulamentação para a criação de hospícios; das creches; das enfermarias de maternidade; e das comissões de beneficência popular<sup>289</sup>.

## 2.4 Os Expostos de Lisboa em Campelos e Terras Próximas

Ao estudarmos os expostos de Lisboa, uma das expectativas que podia ser colocada era a de encontrar pistas que indiciassem haver algum filho da nobreza, uma ideia relativamente vulgar existente de uma parte dos expostos serem filhos bastardos dos grandes senhores da época; não íamos com essa expectativa, e não há casos que levantem essa suspeita.

Mas porque nas pesquisas que fizemos “cruzámo-nos” com o registo de duas crianças que pelos seus nomes, nos levam a pensar, poderem ser filhos de pais Nobres, deixamos aqui, como mera curiosidade, são elas:

Em 3 de Maio de 1699 veio para a Roda uma menina...baptizou-se com o nome de D. Maria

---

<sup>287</sup> HENRIQUES NOGUEIRA, José Félix, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Lisboa, Typografia Social, 1851, pp. 156-157.

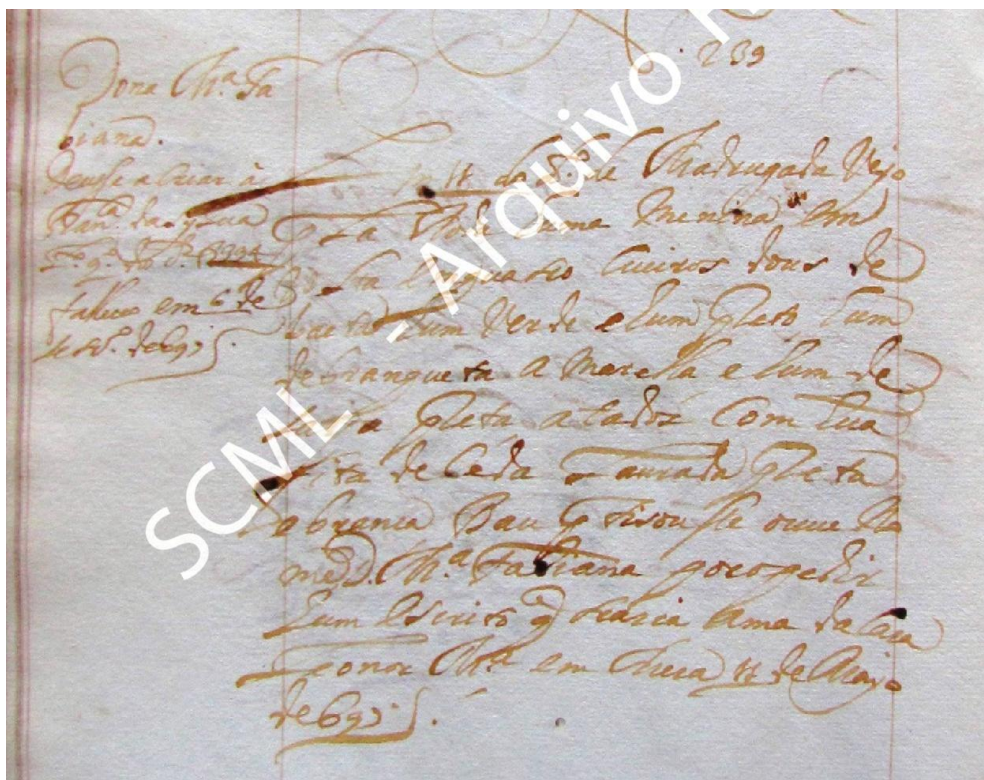
<sup>288</sup> Idem, *ibidem*, pp. 157-158.

<sup>289</sup> BRANDÃO, et al., *op. cit.*, pp. 56-57.

Fabiana, nome de escrito<sup>290</sup>.

A 12 de Janeiro de 1719 uma Ama da Batalha levou a criar D. Lopo de Almeida, que entrara na Roda dois dias antes<sup>291</sup>.

### Imagem 1 – Registo de Entrada da Exposta Dona Maria Fabiana.



Fonte: A.H.S.C.M.L., Entrada de Expostos, livro 15, p. 411v.

#### 2.4.1 Alguns dos primeiros expostos nesta área em estudo

Conforme já referimos, na nossa pesquisa, baseada nos Registos Paroquias da área em estudo, encontramos 145 expostos sobreviventes, 116 dos quais são oriundos de Lisboa, da Santa Casa, ou do Hospital de Todos os Santos, também referenciado, no caso, com Real Hospital dos Expostos.

Estes registos surgem essencialmente nos casamentos, e permitem acompanhar o percurso de vida destas pessoas, bem como a sua inserção na sociedade.

Entre 1790 e 1870 foram entregues na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa cerca de

<sup>290</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Entradas, nº 15, p. 411v.

<sup>291</sup> A.H.S.C.M.L. Livro Conhecimento de Amas nº 16, p. 131.

163.000 crianças que terão entrado no Hospital ou na Roda de Lisboa<sup>292</sup>, de que felizmente há muito espólio no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo pois necessário limitar e definir as pesquisas a realizar.

A nossa ideia de partida foi a de efectuar o percurso no sentido inverso ao que inicialmente os expostos fizeram, ou seja, partir dos que sobreviveram, e viveram na nossa área em estudo, na maioria casados, e pesquisar a sua entrada na Roda de Lisboa, acompanhando o melhor possível o seu percurso de vida.

Não esperávamos uma tarefa fácil, nem o foi: por vezes tivemos o sentimento de procurar “agulha em palheiro”, tornando-se tanto mais difícil quanto mais vulgar fosse o nome do exposto, a que acresce o facto de muitas das vezes não sabermos a idade dele, nomeadamente nos registos mais antigos, no século XVII e até às primeiras décadas do XIX.

As nossas pesquisas poderiam ser realizadas por dois caminhos: os livros de Inventário dos Expostos compostos pelos Registos de Entradas e Baptismos, com incidência anual e sequencial, entre 1657 e 1926, ou os Registos de Entregas a Amas, compostos pelos livros onde se registam estas entregas, que vão de 1670 a 1942, repartidos em Criação de Leite e Criação de Seco.

Optámos pelo último caminho o registo de Entrega às Amas, e condicionada aos documentos separados por áreas geográficas.

As investigações incidiram na Secção Criação dos Expostos, e nesta as únicas séries documentais que lemos por inteiro foram:

Da Subsecção Entrega de Expostos a Amas, na subsubsecção Criação de Leite – na Série 02: Criação de Leite – Por Comarcas: a subsérie 02/05- Comarca de Torres Vedras (1775-1786) – 5 livros<sup>293</sup>.

Da Subsecção Registo de Amas – a Série 06: Registo de Amas por Concelho (1851-1935) – 70 gavetas. Somente as fichas individuais das freguesias de Santa Maria do Castelo, do Concelho de Torres Vedras, donde retirámos os dados das amas residentes na nossa área; e da freguesia de S. Lourenço dos Francos, do Concelho da Lourinhã, donde recolhemos toda a informação, mas depois só desenvolvemos o que dizia respeito às amas que eram da nossa área em estudo<sup>294</sup>.

Da Subsecção: Inspecção às Amas dos Expostos – a Série 03: Inspecção de Caldas da Rainha; e a Série 04: Inspecção de Sobral de Monte Agraço<sup>295</sup>.

Como tal não investigámos desde os primeiros registos dos expostos da Misericórdia de Lisboa. A pesquisa de registos anteriores a 1851, (data do início das fichas com os registos de

---

<sup>292</sup> SOROMENHO, Ana, Sinais que Ardem, *Revista do jornal Expresso* nº 2174, Lisboa, Jornal Expresso, 2014, p. 15.

<sup>293</sup> A.H.S.C.M.L. Fundo SCML, Criação dos Expostos .

<sup>294</sup> *Ibidem*.

<sup>295</sup> *Ibidem*.

amas constantes nas gavetas), foi somente direcionada na pesquisa de alguns expostos sobreviventes que já tínhamos na base de dados, o que nos permitiu identificar alguns desses expostos, e por mero acaso encontrar outros nossos desconhecidos, mas que foram entregues a amas desta área.

O mais antigo assento por nós encontrado, nos registos paroquiais, de um exposto de Lisboa, foi o da **Gracia Lopes**, moradora na Marteleira, no seu casamento com António da Silveira, viúvo, escravo de Jacinta Simoa, natural e morador na Vila da Lourinhã, ainda século XVII, no ano de 1666, realizado na Igreja Paroquial de S. Lourenço dos Francos<sup>296</sup>. Nada mais sabemos sobre esta exposta.

Há uma particularidade invulgar neste registo de casamento, as quatro testemunhas nomeadas eram todas estudantes “hora moradores no lugar da Marteleira”, o que nos leva a colocar diversas interrogações, que eventualmente uma pesquisa mais aprofundada poderá ajudar a esclarecer, seriam estes estudantes daqui, ou não, e estavam aqui de férias? Haveria alguma relação destes estudantes com a Ama que poderá ter criado aquela exposta?, ou a relação será com o noivo? Haveria assim tantos estudantes daqui nesta data? O registo anterior foi no mês de Março, e, embora não referindo as testemunhas como estudantes, duas delas são comuns, e o facto da outra também ter assinado indiciam a possibilidade de também ser estudante, ou, no mínimo bem letrada, pelo tipo de assinatura, seria interessante, numa outra pesquisa, que não esta, aprofundar este assunto.

No final século XVII já seria relativamente vulgar a vinda de expostos para a freguesia de S. Lourenço dos Francos. Pelos óbitos de crianças que aqui estavam a ser criadas, temos a certeza de quatro terem vindo do “Hospital d’El Rey, da Cidade de Lisboa”, mas há mais cinco enjeitados sem referência da sua proveniência, que julgamos terem a mesma origem, sobretudo quando na mesma família falece uma em Maio e outra em Agosto de 1690.

Com a certeza de serem de Lisboa são quatro os enjeitados falecidos entre 1686 e 1697<sup>297</sup>. Se a taxa de mortalidade for na casa dos 50%, teriam vindo nesta década pelo menos oito expostos.

E no século seguinte continua a ser constante a vinda de crianças do Hospital ou da Roda de Lisboa, não temos o levantamento, mas continuam a haver registos de óbitos, até 1742 são 28 os expostos falecidos que viviam na freguesia de S. Lourenço dos Francos. Depois desta data o facto de serem raros os registos de óbitos de expostos de Lisboa, não sabemos se deixaram de vir crianças para aqui ou se será pela alteração do pároco e com este a não efectuar estes registos, só uma pesquisa mais aprofundada permitirá tirar alguma conclusão.

Felizmente encontrámos no arquivo da Santa Casa informação sobre o nosso exposto mais antigo com descendentes, residente nesta área em estudo, que constava num registo de

---

<sup>296</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 2, p. 141, Vide Anexo 6

<sup>297</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 3.

casamento do início do século XVIII, o **Simão Francisco**, que vimos ter entrado na Casa a 28 de Outubro de 1689, no dia seguinte foi para a Ama Isabel Francisca, casada com António Francisco, lavrador, moradores no Casal do Prior (Marteleira), S. Lourenço dos Francos<sup>298</sup>.

Ainda do mesmo século o **Luís Francisco** entrou na Casa em 26 de Fevereiro de 1714, e dois dias depois entregue à Ama Maria Fernandes, casada com Manuel Jorge, lavrador, moradores em Moledo, Lourinhã<sup>299</sup>.

O que nos levou a identificar este exposto, que não viera inicialmente para a área deste nosso estudo, foi o facto de o padrinho de casamento ser o Bartolomeu Martins, morador também nas Albergarias, que era natural da freguesia de Reguengo Grande, e Moledo ser ali mesmo ao lado.

Conseguimos encontrar a entrada na Casa de mais dois dos expostos que tínhamos na nossa base de dados, o Luciano da Costa e o Ponciano Filipe, e que no capítulo do percurso de vida dos expostos melhor damos a conhecer.

Neste período encontrámos nove expostos que vieram para esta área do estudo.

**Figura 11- Expostos do século XVIII que vieram para a área em estudo.**

Entrada			Exposto	Entrega			Familia	
Ano	Mês	dia		Ano	Mês	Dia	Ama	Lugar
1748	11	2	Barbara	1748	11	21	Vicência Pereira	C. Albergarias
			Idem	1750	6	10	Catarina Gomes, viúva	C. Bom Sucesso
1749	3	12	Domingos	1751	1	4	Maria Henriques	Marteleira
1749	3	20	Lino	1749	3	31	Sebastiana Maria	Casais dos Rijos
1750	1	16	Brázia	1750	2	28	Joana Maria	Casais do Rijo
1750	10	8	Dionizio	1750	10	15	Maria Vieira	Ribeira de Palheiros
			Ana	1750	10	15	Luiza Ribeira	Vale de Lobos
			Maria	1750	10	15	Joana Andrade	Vale de Lobos
1750	12	26	Luiza	1751	1	9	Maria da Conceição	Marteleira
1751	12	14	Jacinto	1751	12	17	Gabriela da Conceição	Casal das Oliveiras

Fonte: A.H.S.C.M.L., Livros Conhecimento das Amas.

Catarina Gomes, em relação à exposta Barbara “*obrigou-se a criar por amor de Deus, como se fosse sua filha, e de como se obrigava ao referido, com sua pessoa e bens*”<sup>300</sup>.

Realça-se a vinda de 3 expostos no mesmo dia, em 15 de Outubro de 1750, o que mantém a dúvida quanto às amas irem em grupo a Lisboa, ou de serem Recoveiras a fazerem o transporte.

<sup>298</sup> A.H.S.C.M.L. Entrada de Expostos, livro nº 12, p.301, nº423.

<sup>299</sup> A.H.S.C.M.L. Entrada de Expostos, livro nº 20, p. 691, nº 128.

<sup>300</sup> A.H.S.C.M.L. Entrada de Expostos, livro nº 34, p. 315, n 842.

## 2.4.2 Pagamento de soldada a Exposto

Um dos princípios teóricos exigidos pela Santa Casa era o de após os períodos acordados para a criação dos expostos, os Amos, nos anos a seguir, pagarem soldada (salário) aos expostos, duvidamos que essa prática fosse usual, mas abordamos este assunto para relatar o caso de um exposto que fez questão de registar em como o Amo nada lhe devia:

Este exposto Domingos veio em pessoa a esta Mesa dizer e confessou que estava pago de todas as soldadas que João Reis lhe devia dos anos que o tinha servido e que para descargo do seu Pai que o criou queria que se pusesse verba de como estava pago e tinha recebido doze mil réis como constava da quitação que fica neste livro com todos e reconhecida. Mesa 25 de Outubro de 1769 <sup>301</sup>.

Este exposto Domingos entrou na Roda a 25 de Setembro de 1749, foi dois dias depois entregue à Ama Antónia Ferreira, casada com João dos Reis, lavrador, moradores no Casal das Covas, Dois Portos, Torres Vedras, que o levou a criar por Amor de Deus, (mas recebeu 480 réis) pelo tempo de seis anos, e a trata-lo como seu filho. Foi fiador Francisco Luís, pedreiro na obra d'El Rei neste Hospital.

Deve ter havido uma razão objectiva, que desconhecemos, para este homem com 20 anos registar este recebimento da sua soldada.

## 2.4.3 Dote a órfãs

Para este período encontrámos dois casos de crianças que terão ficado órfãs, e que foram “dotadas” pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Não eram expostos, foram noivas que receberam dote para o seu casamento, era também um encargo desta Misericórdia, apesar de haver uma Instituição semelhante na Lourinhã, onde os casamentos se realizaram, e num deles o próprio Provedor e outro Mesário foram testemunhas do casamento.

Ambos os casos estão relatados nos seus registos de casamentos, um na Lourinhã em 1704<sup>302</sup>, e outro em S. Lourenço dos Francos, em 1725, e neste último confirmámos o nascimento, cujo baptismo se realizou em 15 de Janeiro de 1704, <sup>303</sup>de Joana Maria, que se casou em 24 de Fevereiro de 1725 <sup>304</sup>, era apenas órfã de pai, que falecera quando ela tinha 13 anos.

---

<sup>301</sup> A.H.S.C.M.L. Livros Conhecimento de Amas, nº 45, p.121.

<sup>302</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 1, p.44.

<sup>303</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Baptismos 1, p. 108.

<sup>304</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Casamentos 1, p. 62, vide Anexo 7.

A Misericórdia de Lisboa sorteava anualmente dotes de casamento, a que concorriam centenas de raparigas órfãs pobres, com recurso a doações que tinham sido efectuadas com aquela finalidade. No século XVIII anualmente cerca de 150 raparigas recebiam este dote. Havia muitas Misericórdias com este serviço, um pouco por todo o País<sup>305</sup>.

#### 2.4.4 Recepção e Baptismos das crianças

O nosso estudo, em relação aos expostos de Lisboa centra-se essencialmente nestas fichas de Amas, pela facilidade em identificar as crianças que vieram para os lugares e as amas que os recebem, interligando esta informação com a recolhida nos Registos Paroquiais, permitem perceber a integração das crianças nas famílias que as acolhem, e acompanhar o percurso de vida das crianças aqui a viver.

As datas limite são entre 1851, com algumas excepções, e 1915, mas pelo modo de funcionamento, e pela frequência é entre 1851 e 1870 que está o foco do estudo.

A leitura das fichas individuais das Amas, constantes nas gavetas da “Subsecção Registo de Amas – a Série 06: Registo de Amas por Concelho (1851-1935)” permitem identificar em que livros estão registados os expostos que elas recebiam<sup>306</sup>.

Seleccionámos as amas da nossa área em estudo e passámos à leitura dos livros de Matrículas de Varões e de Fêmeas (1847-1942), são 349 livros que fazem parte da Série 02: Matrículas dos Expostos, que faz parte da Subsubsecção das Matrículas<sup>307</sup>.

Estes livros de matrículas iniciam-se na sequência do Regulamento provisório, 30 de Junho de 1847, para a fiscalização da despesa da criação dos expostos, consta dos Despachos e Ordens da Comissão Administrativa, e, aplica-se aos expostos que entraram ou que se encontrem na Casa depois de 1 de Julho de 1847, data em que o regulamento entrou em vigor<sup>308</sup>.

Neste livros registam-se todos os movimentos relacionados com o exposto, e com as amas que os criaram.

Das fichas das amas consultadas nas Gavetas das amas de leite, no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, recolhemos:

- Na Freguesia de Santa Maria do Castelo, Torres Vedras – de um total de 234 Amas, 60, equivalente a 25%, eram de lugares da actual freguesia de Campelos, quase todas do lugar do mesmo nome, com as datas limites da recepção dos expostos entre 1849 a 1915.
- Na freguesia de S. Lourenço dos Francos, Lourinhã – de um total de 347 Amas, 105

<sup>305</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Idades da Misericórdia de Lisboa: Velhos e Novos Pobres*, p. 158

<sup>306</sup> A.H.S.C.M.L. Fundo SCML, SC: Criação dos Expostos (CE).

<sup>307</sup> *Ibidem*.

<sup>308</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, p.243.

eram da área em estudo, com as datas limites de recepção dos expostos entre 1848 a 1915.

Apesar da data de entrada dos expostos ser desde 1848, a entrega às amas desta nossa área em estudo, nesta série documental das fichas das amas, só se iniciou a 27/8/1851. Desde esta data até 1915 temos um total de 165 entregas de expostos a amas.

Os expostos recebidos foram 148, pois alguns passaram por mais de uma Ama, 73 do sexo masculino e 75 do sexo feminino.

### *Os nomes de Baptismo*

Uma das prioridades para com os expostos assim que entravam era o seu Baptismo, para os livrar do pecado original, os nomes por vezes eram muito invulgares, e nem sempre respeitavam o que os escritos que os acompanhavam indicavam, ou solicitavam. Nos 75 nomes femininos Maria é o dominante, surge 11 vezes, Adelaide e Mariana 2 vezes cada, sendo a lista completa a seguinte:

Adelaide	Guilhermina	Maria Rosa
Adelaide da Conceição	Herminda	Mariana
Afra	Honorata	Mariana
Alice	Ignacia	Martiniana
Amelia	Irene	Materna
Ana	Jacinta	Mónica
Angelica	Josuina	Palmira
Augusta	Joviana	Ricarda
Benvinda	Júlia	Rigoberta
Bonifácia	Justina	Romana
Caetana	Leandra	Sebastiana
Carolina	Leocádia	Senhorinha
Conceição	Leonarda	Simplicia
Emerenciana	Maria Costa Ferreira	Sofia
Emília	Maria das Dores Silva	Solange
Escoliástica	Marcolina	Tarquinia
Euchária	Margarida	Theobalda
Eulalia	Maria	Theodomira
Eustachia	Maria	Thereza Emilia
Faustina	Maria	Triphina
Felícia	Maria	Valentiniana
Filipa	Maria	Vicência da Conceição
Flaviana	Maria	Victoria
Gabriela	Maria Ambrozia	Virgínia
Germana	Maria dos Reis	Zita

Das 75 expostas entradas, em 27 havia um escrito a acompanhar sugerindo um nome, só em 11 vezes foi aceite esse nome, isto verifica-se na primeira década, entre 1848 e 1861. Na segunda década entre 1863 e 1872, não há uma única aceitação dos nomes sugeridos, ou solicitados nos escritos, por quem entregou a criança, deve ter havido alguma razão para esta alteração, mas não sabemos qual.

**Figura 12 - Nomes de Baptismo das Meninas e Nomes nos Escritos**

Ano	Nome de Baptismo	Nome sugerido no escrito
1848	Virginia	Mathildes de Oliveira
1853	Maria dos Reis	Maria dos Reis
1853	Maria	Maria
1853	Maria Ambrozia	Maria Ambrozia
1856	Vicencia da Conceição	Vicencia da Conceição
1857	Adelaide	Adelaide
1858	Palmira	Palmira
1858	Maria	Maria
1859	Monica	Monica Adelaide
1859	Adelaide da Conceição	Adelaide da Conceição
1861	Maria	Maria Margarinha
1861	Jacinta	Jacinta
1861	Eustachia	Emilia
1863	Caetana	Florinda Augusta da Silva Lobato
1864	Afra	Catharina
1864	Emerenciana	Maria Amelia
1864	Filipa	Elisa
1864	Flaviana	Luiza
1864	Eucharía	Emilia
1865	Leonarda	Joaquina Maria da Conceição
1865	Martiniana	Eugenia da Conceição Neves
1865	Herminda	Roberta M <sup>a</sup> Santos
1867	Theodomira	Mathilde
1867	Materna	Amelia
1867	Triphina	Marcelina Rosa Avelina
1870	Felicia	Adelaide
1872	Rigoberta	Adelaide Roza

Fonte: A.H.S.C.M.L., Livros de Matriculas de Fêmeas, e Sinais de Entrada.

Nos 73 nomes varões, ou masculinos, o José surge 5 vezes, João e Manuel 3, e duas vezes Daniel, Paulino e Vicente:

Alfredo	Filipe	Manuel Alves
Amaro	Florentino	Manuel Marques
André	Francisco	Marcelino
Arnaldo	Gabriel	Marcos
Arnaldo	Gregório	Martiniano
Atanagildo	Heitor	Mathias
Augusto	Hugobaldo	Mauro
Bento	João	Nicolau
Caetano	João	Oseas
Ceciliano	João Ricardo	Patrício
César	Joaquim	Paulino
Clarimundo	José	Paulino
Conrado	José	Pedro
Dagoberto	José	Pérsio
Daniel	José	Raul Ribeiro
Daniel	José dos Santos	Revocato
Deniz	Júlio	Roque
Digno	Justino	Rufino
Dinis	Ladislau	Tibúrcio
Domingos	Leopoldo	Vicente
Duarte	Libório	Vicente
Ernesto	Lucas	Victor
Eusébio	Ludovino	Zeferino
Felício	Luiz António	
Fernando Jorge	Manuel	

Para os 73 nomes masculinos foram sugeridos nos escritos 26 nomes, mas só 7 foram aceites, e também é sobretudo na primeira década, ocorreram somente entre 1853 e 1859, são os seguintes nomes:

**Figura 13 - Nomes de Baptismo dos Meninos e nomes nos Escritos.**

Ano	Nome de Baptismo	Nome sugerido no escrito
1853	Luiz António	Luiz António
1853	Daniel	Daniel
1854	Gabriel	Gabriel
1854	Júlio	Júlio
1857	João	Artur Severo Vasconcelos
1857	João Ricardo	João Ricardo
1857	Manuel Marques	Manuel Marques
1859	Gregório	Fialho
1859	José	José Maria
1860	André	Manuel dos Santos
1861	Ceciliano	Domingos António
1862	Caetano	Manuel
1862	Mauro	Pedro Luiz
1863	Dagoberto	Francisco
1864	César	Francisco
1864	Hugobaldo	Joaquim
1865	Martiniano	José Maria Ribeiro
1865	Conrado	António do Nascimento
1866	Eusébio	Eduardo Anastácio
1866	Libório	Júlio
1867	Filipe	José Viegas
1867	Manuel Alves	Manuel Alves
1868	Roque	Mathias
1868	Clarimundo	Carlos
1868	Tibúrcio	José
1870	Atanagildo	Manuel Maria

Fonte: A.H.S.C.M.L., Livros de Matriculas de Varões, e Sinais de Entrada.

Os responsáveis pelos baptismos nem sempre eram fáceis de convencer a aceitar o nome sugerido pelos escritos, nem mesmo pedidos como este, que foi baptizado com o nome de Atanagildo:

*Dezembro de 1870*

*aqui vai este menino que nasceu as 11 horas da manha leva por cinal uma camiza branca uma fralda branca um coeiro de bastilha branca um roupão de chita com pintinhas, no braço esquerdo uma fita labrada amarela, pede sua mãe pelo amor de Deus que lhe ponha o nome de*

*Manuel Maria*<sup>309</sup>.

A atribuição de nomes invulgares a expostos é comum a outras instituições, e, é visto como um dos modos de identificar e acompanhar as vidas dessas crianças, podendo até ser este um certo estigma para os próprios.

### ***Os Sinais dos Expostos***

Os materiais deixados junto das crianças expostas na Roda são denominados “sinais de expostos”, a maioria são textos manuscritos em papel, com informações sobre as crianças, se está ou não baptizada, roupas que acompanham, possível intenção de o recolher, e outras descrições que serviam como marcas para tornar possível a identificação e futura recuperação dessa criança, por quem a entregou. Alguns dos escritos são recortados de modo especial, ou vão acompanhados de peças diversas, com a mesma preocupação de marcas associadas a essa criança<sup>310</sup>.

Para Maria Antónia Lopes estes sinais são uma demonstração de que a criança “não é totalmente abandonada, daí o cuidado em identificá-la com certa precisão e protegê-la com o baptismo”<sup>311</sup>.

Num estudo da especialidade de Psicologia Clínica e Psicopatologia, referente também a expostos de Lisboa que pretendeu avaliar os sentimentos e emoções contidos nos sinais dos expostos uma das conclusões é de que “tristeza e culpabilidade traduzem o sentimento principal dos familiares que expunham a criança na Roda, associados a ansiedade, desgosto, cólera e vergonha”<sup>312</sup>.

Em Lisboa a Santa Casa classificou como “Sinais de Entrada”, e tem documentos desde 1790 a 1926, num total aproximado de 87. 000 sinais<sup>313</sup>.

Neste nosso estudo 86 dos 148 expostos entregues às amas chegaram à Roda com um escrito, alguns destes eram enviados pelo Hospital.

São 32 os expostos com escritos, entre 1849 e 1860, sendo 11 guias enviadas pelos Hospitais, em que só um veio do Desterro e os restantes de S. José. Como são 72 os expostos entregues nesta “década”, concluímos que é de 44% os que eram acompanhados de escrito, e, que passa para 34% se excluirmos os oriundos dos hospitais. Esta percentagem é semelhante à Roda de Santarém, no período estudado por Fátima Reis, 1691-1710, que era de um terço

---

<sup>309</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, Exposto Atanagildo, ano de 1870 nº 2811.

<sup>310</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, p. 103.

<sup>311</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os Expostos do Concelho de Meda [...]*, p. 137.

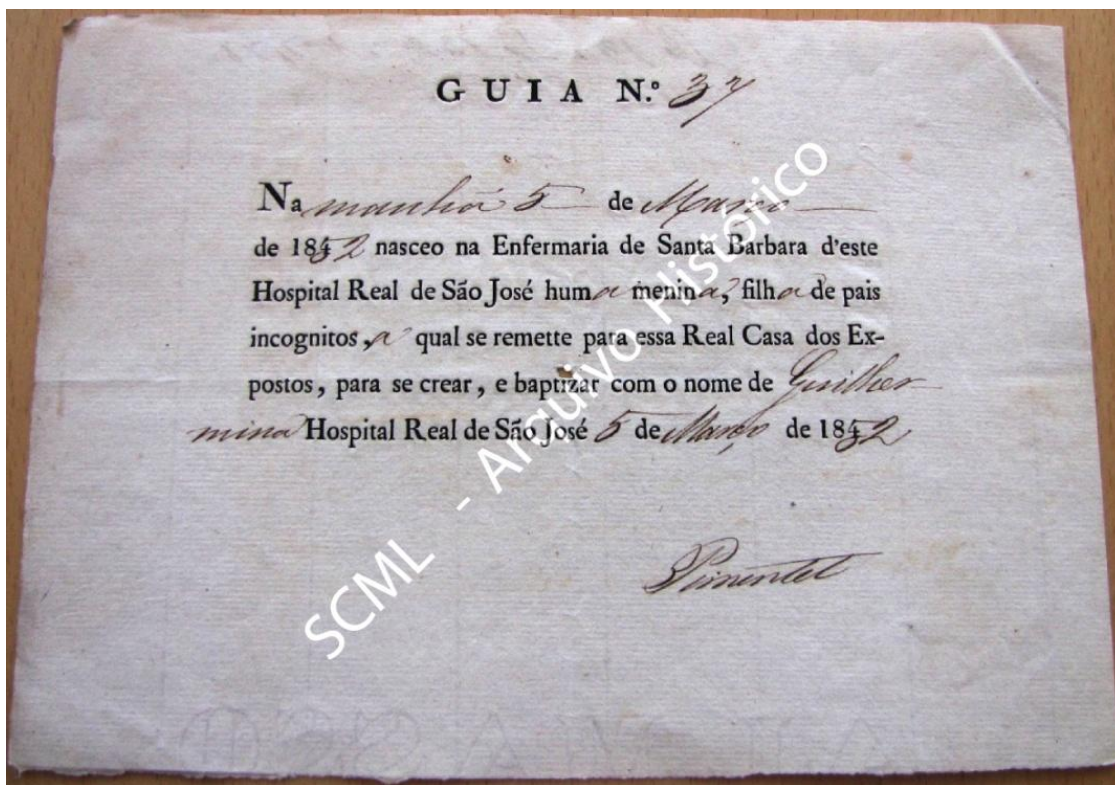
<sup>312</sup> DIAS, Ana Rita Menezes, *op. cit.*, p. 76.

<sup>313</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos*, p. 71.

relativamente ao total das crianças entradas<sup>314</sup>.

Na década seguinte 1861-1870 foram 37 os expostos que entraram acompanhados de um escrito, e só um enviado pelo hospital; é uma taxa de 66%, bem mais elevada, os que vêm com esta informação.

**Imagem 2 – Sinal que é uma Guia de entrada de criança, enviada pelo Hospital.**



Fonte: A.H.S.C.M.L., Sinais de Entrada, ano de 1852, exposto n.º 478.

No último grupo com entradas entre 1895 e 1915, 17 dos 20 expostos traziam escrito, todos certidões enviadas do Hospital de S. José; já estávamos na fase posterior ao encerramento do funcionamento da Roda.

Só em cinco dos escritos é manifestada a intenção de os ir buscar ou tirar, destes, três faleceram, e as outras duas meninas, não foram resgatadas pelos pais, a Maria que tinha entrado em Março de 1861 esteve nesta região até Novembro de 1863, passou para Ama de Juncal, Porto de Mós e depois para outra de Alpedriz, Alcobça. A Bonifácia veio inicialmente para Ama daqui onde esteve até 1872, passando para Ama de Brejos, Azeitão.

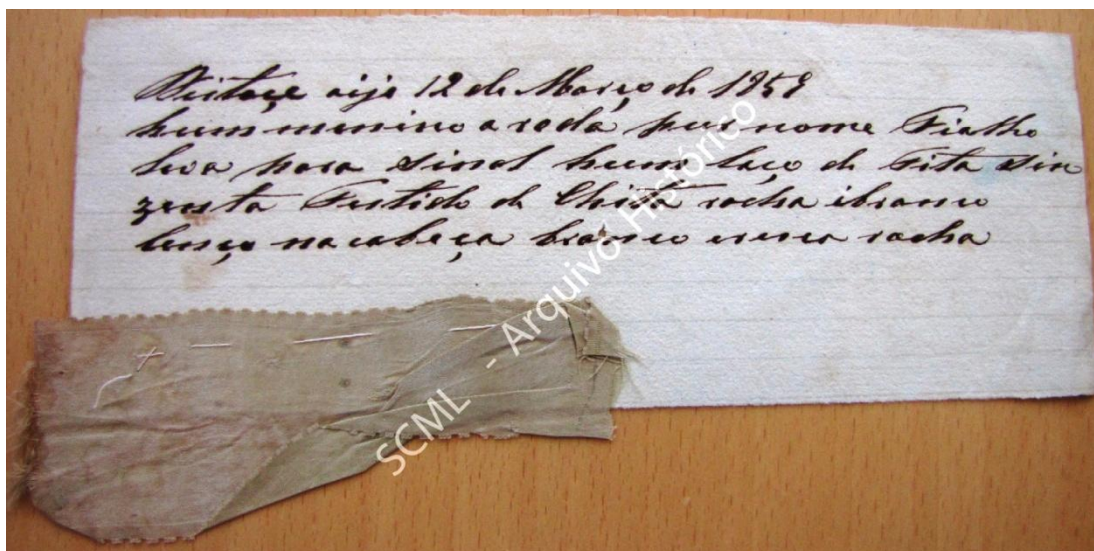
Num grupo de escritos de expostos de Lisboa que Ana Rita Dias estudou a percentagem de intenções expressas de os pais irem buscar as crianças foi cerca de metade, muito superior ao que nós encontrámos, fica a dúvida se foi casual, ou se em décadas anteriores era mais vulgar

<sup>314</sup> REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 92

esta intenção, uma vez que o estudo dela incide desde parte do século XVIII, e o nosso a partir de meados do século XIX.

Com um pedaço de fita de têxtil encontrámos 8 dos escritos, e são 4 os escritos com recortes no papel.

**Imagem 3 – Sinal de entrada do exposto Gregório, com fita de têxtil.**



Fonte: A.H.S.C.M.L., Sinais de Entrada, ano de 1859, exposto nº 604.

Seleccionámos escritos que nos pareceram mais curiosos ou para evidenciar algum aspecto diferente:

Exemplo em que o solicitado, era a ama ser de Lisboa, não se cumpriu:  
nasceu a 21 de Fev.

Ahi va esta menina que Nasceu no dia 21 de Fevereiro do corrente anno pela huma hora da tarde. Vai para baptizar e pertende-se se lhe ponha o nome de Maria Margarinha . Pede-se o favor de a dar a Ama de Lisboa pelo que breve se hirá buscar<sup>315</sup>.

Lxª 29 de Março de 1861

Uma justificação para o abandono:

Este menino nasceu no dia 14 de Março de 1862 as 2 horas da tarde tenham a bondade de lhe por o nome de Manuel. Cujo fica outro igual a este em poder da mãe, não a criou por não ter leite e ser pobre e para signal E. F. S. Lisboa<sup>316</sup>.

Um apontamento invulgar:

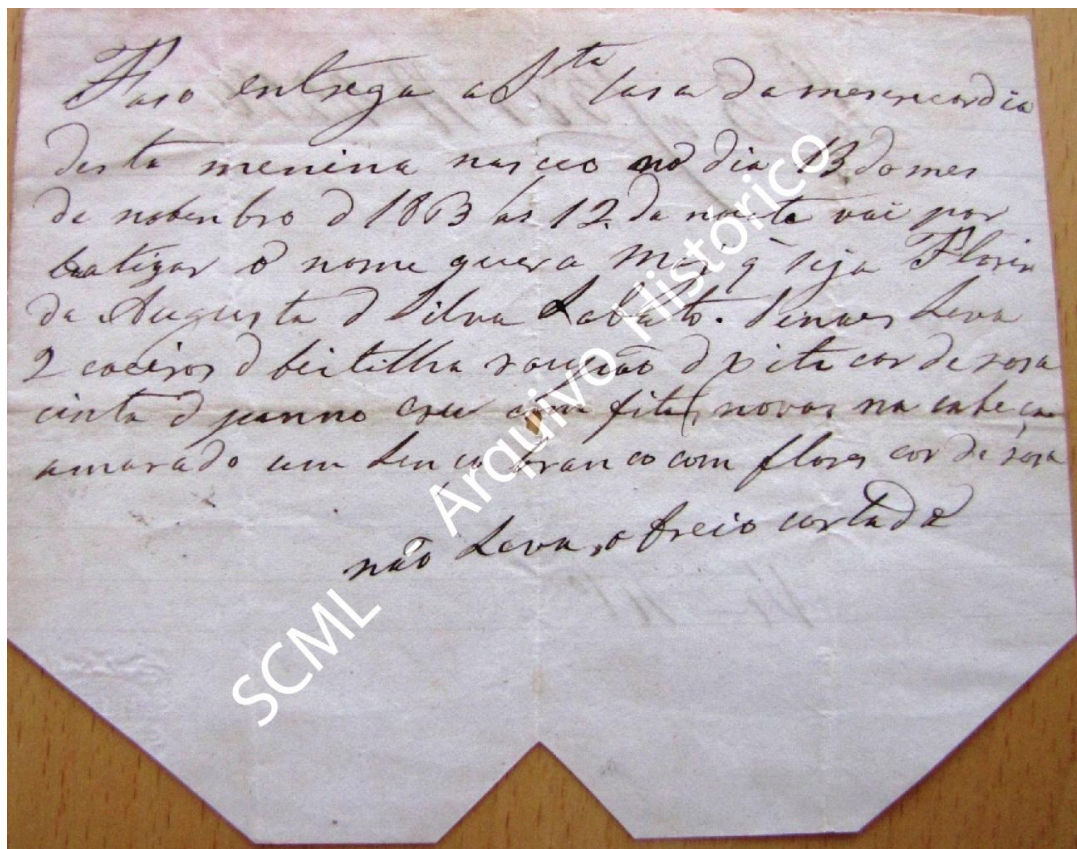
Para entrega a Stª Casa da Misericordia desta menina nasceu no dia 13 do mês de novembro de 1863 as 12 da noite vai por baptizar o nome que a mãe quer seja Florinda Augusta da Silva

<sup>315</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposta Maria, ano de 1861, nº 753.

<sup>316</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposto Caetano, ano de 1862, nº 649.

Lobato sinais leva 2 coeiros beitilha roupão de xita cor de rosa cinta de pano cru com fita novas na cabeça encarnado, um lenço branco com flores rosa, não leva o freio cortado<sup>317</sup>.

#### Imagem 4 – Sinal de Entrada da exposta Caetana.



Fonte: A.H.S.C.M.L., Sinais de Entrada, ano de 1863, exposto nº 2276.

Com pedido de bom tratamento e carinho:

Remeto esta menina que nasceu nas sexta feira 21 pelas 4 horas da manhem do mez de Outubro de 1864 e que rogo a V. Exas a bondade de olharem para ella com zelo e carinho porque logo a maem possa ira tirar e gradecem todo o bom tratamento quanto lhe fizerem Deus guarde a V. Exas. Domingo 23 de Outubro de 1864<sup>318</sup>.

Um exposto enviado pelo Regedor, de um lugar do Barreiro:

Francisco Lopes Regedor da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Palhas concelho do Barreiro

Atesto que hum Remetido a Stª Casa do Hospital de Lisboa hum piqueno de pai en colto e mai falecida e por baptizar e por ser verdade la passo heste que por me va a segunado Santo Antonio da Charneca 5 de junho de 1865<sup>319</sup>.

<sup>317</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposta Caetana, ano de 1863, nº 2276.

<sup>318</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposta Bonifácia, ano de 1864, nº 2252.

Com as iniciais dos pais:

Esta menina nasceu em 24 de Agosto de 1865 pelas duas horas da manhã; pede-se para que seja Baptizada, e se chame Eugenia da Conceição Neves, é filha de M.J.A.S. e de E.C.<sup>320</sup>.

Uma exposta vinda de Almada:

Depositase huma menina na Real Casa da Misericórdia que nasceu a 10 de Novembro de 1867 pelas 11 horas da manhã não está baptizada hade ter por nome Marcelina Roza Avelina, Almada 12 de Novembro de 1867<sup>321</sup>.

Os últimos 20 expostos, como já referimos, só três não têm certidões recebidas do Hospital de S. José, não são escritos deixados no acto do abandono, mas sim documentos circulados entre entidades, e, que acompanham as crianças. Dos três que não têm, dois, os últimos recebidos nesta área do estudo, são duas crianças registadas no livro dos desamparados.

A leitura das certidões permitem tirar algumas conclusões: em 7 é expressamente referido que a mãe é solteira, em 8 é mencionado serem filhos de pais incógnitos, dos quais 5 são coincidentes com as mães solteiras. Só numa certidão há o nome dos dois pais, mas a mãe já era viúva no momento do nascimento do filho.

Uma das crianças é filha de uma mãe que é exposta da Roda de Lisboa.

Em termos de profissões nos escritos em que é referido, há uma mãe em que se diz não ter profissão, 3 são “criadas de servir”, duas são “serviçal”, duas são domésticas, e uma é corista.

### ***A frequência da ida dos 148 expostos para a região***

1859 é o ano com mais expostos a serem entregues às amas desta área em estudo, foram 12, segue-se o ano de 1864 com 11, os anos de 57 e 58 com 9, os de 53, 54, 56, 60 e 63 com 8 cada ano, o de 67 com 7 e os de 61, 62 e 65 com 6 expostos por ano.

Cruzando esta informação com os nascimentos, podemos verificar haver anos em que são tantos os expostos a chegar como os nascimentos de crianças. Os números não são totalmente coincidentes, porque não incluímos o lugar de Ribeira de Palheiros, por não termos efectuado a pesquisa completa dos nascimentos desta localidade, por isso retirámos também os expostos que vieram para este lugar.

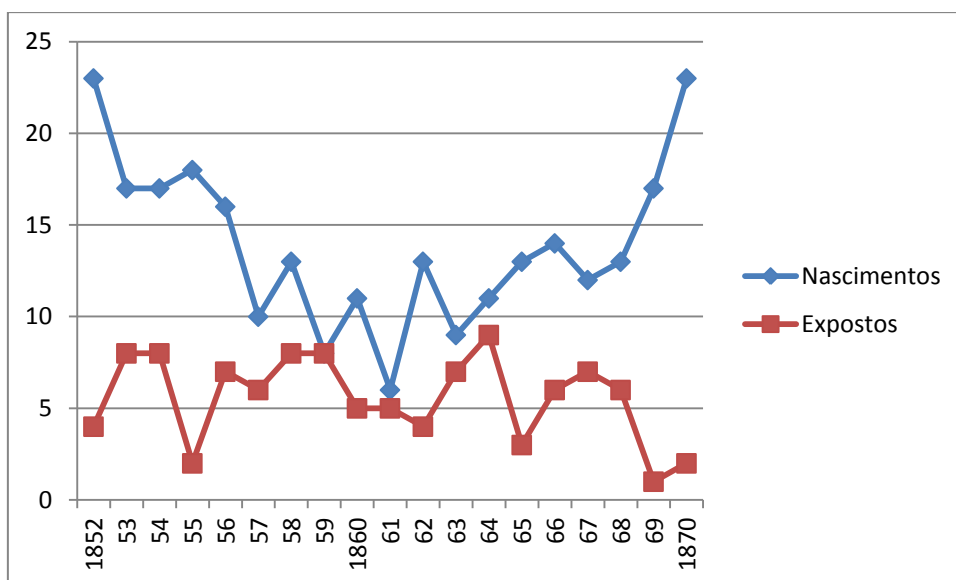
---

<sup>319</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposto Digno, ano de 1865, nº 1223.

<sup>320</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposta Martiniana, ano de 1865, nº 1731.

<sup>321</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposta Triphina, ano de 1867, nº 2245.

**Gráfico 1 - Nascimentos na área, e expostos que para aqui vieram, sem Ribeira de Palheiros.**



Fontes: A.N.T.T., Registos Paroquiais de S. Lourenço dos Francos, e de Santa Maria do Castelo;  
A.H. S.C.M.L., Registo Amas por Concelho, S. Lourenço dos Francos, e Santa Maria do Castelo.

A coincidência deu-se no ano de 1859, nasceram 8 crianças e receberam 8 expostos, normalmente estes só eram entregues a amas que tivessem sido mães há mais de um ano, assim, o universo de amas disponíveis em 1859 eram 13, a quantidade de nascimentos no ano anterior.

Verifica-se não haver carência de Amas, há vários casos em que os expostos são entregues a estas no próprio dia e muitos um ou dois dias depois da entrada do exposto na Casa. Só 31, foram para as amas com mais de um mês depois da entrada na Casa.

Há onze que foram entregues às amas no mesmo dia da entrada, todos na fase do abandono anónimo, o que representa 8,6%.

Nesta área a regra era os expostos irem para as amas com muito poucos dias de vida, na fase da amamentação, foi assim em 79% do total dos expostos, naquele período temporal completo, mas se analisarmos o período do abandono anónimo, ou seja, só até 1870, a taxa é superior, situa-se nos 85%.

Provavelmente haveriam “Recoveiras”, ou “Caminheiras”, mulheres que transportavam as crianças às Amas, pois há várias datas em que vão no mesmo dia mais do que uma criança para a mesma localidade ou das proximidades, verificámos que em 13 vezes há no mesmo dia a entrega de expostos a Amas, entre 1852 e 1867.

Há uma outra leitura a tirar, é a de que a ligação com a Capital, nas condições então existentes que era a pé ou com animais, era mais frequente do que à partida se poderia pensar

### ***73 Expostos faleceram***

Dos 148 expostos que vieram para esta área em estudo, quase metade faleceu, foram 73 no total, entre 1853 e 1919, meninas 33, e meninos foram 40. Com menos de um mês faleceram 4,7% (7), com mais de um mês e até um ano de idade foram 35, o que representa 23,6%, e com mais de um ano 31 falecidos, 20,9%.

A taxa de mortalidade total foi de 49,3%, sendo no primeiro ano de vida de 28,4%. Esta mortalidade é um pouco abaixo da encontrada noutros locais do País, mas esta amostragem também é relativamente pequena. Em Meda a taxa de mortalidade era de 59,2% (1838-1866) dos entrados na Roda, em Coimbra entre 1844 e 1870 atinge os 58,9% <sup>322</sup>, e no Distrito de Viana foi variando dos 30% e os 17,5%, entre os anos de 1854 a 1863 <sup>323</sup>.

Por 73 expostos falecidos as Amas, para os amamentarem e cuidarem deles receberam 1.361.230 réis, com valores que variaram entre os 425, por uma semana, e os 116.600 por 8 anos e seis meses, este último em 1919, com valores muito mais altos. Falta informação sobre pagamentos de um dos expostos, só há referência ao seu falecimento, mas sabe-se que esteve na mesma família cerca de 5 anos.

Para uma análise mais em pormenor vamos dividir em três grupos, um de 1850 a 1860, outro de 1861 a 1876, e um muito residual, mas por isso mesmo deverá ser separado, já no século XX.

No primeiro período faleceram 33 crianças, 19 meninos e 14 meninas.

Tinham sido entregues às amas 72 crianças, 38 masculinos e 34 femininos.

A taxa de mortalidade total foi de 45,8%, sendo de 41,7% até aos 2 anos de vida.

Com menos de um mês faleceram 4 e até um ano mais 18, o que representa uma mortalidade de 30,6% no primeiro ano de vida.

11 foram os falecidos com mais de um ano de vida, e nestes somente 1 com mais de dois anos e dois com mais de 3 anos.

Quatro destas crianças já tinham sido entregues pelas amas na Casa, algumas provavelmente já doentes, pois faleceram passados poucos dias depois da reentrada.

Neste período foi pago às Amas, para cuidarem daquelas crianças, 423.290 réis, com valores limites entre os 425 e os 44.600 réis.

No segundo período faleceram 37 crianças, 19 meninos e 18 meninas.

As amas receberam 56 de ambos os sexos, 27 masculinos e 29 femininos

---

<sup>322</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os expostos de Meda [...]*, p. 152.

<sup>323</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *op. cit.*, p. 273.

A taxa de mortalidade total foi agora de 66,1%, em que 42,9% foi em crianças com menos de 2 anos de vida.

No primeiro ano de vida a mortalidade foi de 32,1%, faleceram 3 crianças com menos de um mês e mais 15 com menos de um ano.

18 é também o número de falecidos com mais de um ano, 6 com mais de um e menos de dois, 4 com mais de dois e menos de três, três com mais de três e menos de quatro, um com mais de quatro e menos de cinco, 3 com mais de 5 e menos de seis, um com mais de 9 e menos de dez, e um com mais de 10 anos de idade.

Nove crianças faleceram depois de entregues pelas Amas, e também a maioria faleceu pouco tempo depois de reentrar, decerto já doentes, uma delas foi no próprio dia.

Só 3 crianças faleceram depois de 1870.

Para o acolhimento destas crianças as amas receberam 784.240 réis, estando neste grupo um de que não dispomos de informação sobre o pagamento, os valores limite foram entre os 1.745 e os 63.490 réis.

Do último período, de 1895 (só duas do Séc. XIX) a 1919 foram para aquela área 20 crianças, 12 meninas e 8 meninos.

Só faleceram três, dois meninos e uma menina, esta e um deles com menos de um ano e o outro já com quase 10 anos.

Temos uma taxa de mortalidade total de 15%, e com menos de um ano de 10%.

Só encontrámos dois registos em que a Santa Casa atribuiu uma quantia pela entrega do exposto, foi em 1910 e em 1916, a Ama recebeu 2.000 réis, ao deixar a criança, o José em 19/1/1910 e a Maria em 9/3/1916, que tudo indica iria doente, pois faleceu 3 dias depois.

As amas receberam 149.100 réis de pagamentos, este valor já foi pago em escudos, mas para equiparar e manter tudo na mesma moeda, convertemos em réis. Valor mínimo de 5.500 e máximo de 116.000 réis.

Fora deste grupo dos 148 expostos, nos registos paroquiais de S. Lourenço dos Francos encontrámos entre 1896 e 1904, registos de falecimento de 9 expostos, oriundos de Lisboa, uns dizem que veio do Hospital dos Expostos, outros que eram pagos pela Misericórdia de Lisboa, após pesquisa no Arquivo desta Santa Casa, só identificámos um, nos livros de Pensões, e que descrevemos quando abordarmos este tópico.

Os outros seriam possivelmente aqui colocados por familiares que receberiam a pensão, ou subsidio de lactação, em que na realidade o dinheiro vinha da Santa Casa, mas eram os familiares que recebiam e pagavam às amas que os criavam.

## **75 Expostos sobrevivem**

Considerando os expostos que foram entregues aos pais, os que sabemos que se casaram ou atingiram entre os 13 e os 16 anos, e, os que chegaram pelo menos aos 10 anos, estes três grupos somam 75 expostos, o que dá uma taxa de sobrevivência de 51%, em relação aos 148 expostos deslocados para esta área no período já referido, é uma percentagem superior ao encontrado para os concelhos de Viana do Castelo e de Ponte Lima, que rondava os 40% de sobrevivência<sup>324</sup>.

E a tendência é para ser maior, pois temos um grupo em que os expostos passaram para outras amas, doutros locais e nós não acompanhámos esses percursos.

## **11 Expostos foram entregues aos pais**

Remonta a 1775 o primeiro dos onze livros existentes no Arquivo da Misericórdia de Lisboa, para registo das entregas de expostos aos pais. Nestes livros registam-se as entregas gratuitas, “por Amor a Deus”, e as que os pais pagam parte ou totalidade das despesas suportadas com a criação da criança.

Só se conhecem regras estabelecidas pela Mesa, em 1821, e de reduzida expressão, com dois únicos pontos, um primeiro com a necessidade de confrontar o bilhete de entrada, caso haja, com o que está na posse dos pais, e um segundo a necessidade de conferir o que se registou na entrada com o que os pais informam; não entregar se os pais forem de outra religião, que não a Católica Romana; a entrega tem de ser aos próprios pais, não pode ser a procuradores; define-se o termo de entrega; quem tiver meios paga, as despesas todas, incluindo o vestuário; se forem pobres é necessário um atestado do Pároco, e leva a criança sem despesa nenhuma<sup>325</sup>.

O mesmo Arquivo guarda em 29 caixas os documentos de entrega dos expostos aos pais, com datas entre 1814 e 1933. É possível nestes documentos encontrar nomeadamente os sinais de entrada dos expostos e os contra sinais que os pais guardavam até ao resgate das crianças, os atestados de pobreza passados pelo Pároco e também dos Regedores, e outros documentos<sup>326</sup>.

A entrega aos pais era em regra sem o ressarcimento das despesas que a Santa Casa realizou com a criação da criança; é a própria Instituição que o reconhece: “*muitas mães de certo não enjeitariam os filhos, se não contassem com a restituição fácil e quase sempre gratuita*”<sup>327</sup>.

---

<sup>324</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *op. cit.*, p. 275.

<sup>325</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação de Expostos*, p. 363-369.

<sup>326</sup> Idem, *ibidem*, p.370-377.

<sup>327</sup> RIBEIRO, José Silvério, *op.cit.*, p. 265.

Dos 75 sobreviventes, deste nosso grupo em estudo, 11 foram resgatados pelos pais, é uma taxa de 14,5%, destes, mas de 0,07% no total dos 148 entregues nesta área.

Mas como 5 são já do séc. XX, e entraram na Casa por serem enviados do Hospital, em que os pais, ou no mínimo a mãe já eram conhecidos. Ficam-nos 6 expostos da fase do anonimato, para um total 128 entradas até 1870, que representa uma taxa de 4,69%.

**Figura 14 – Expostos entregues aos pais.**

Entrada			Nome do	Entrega a pais			Idade	
Ano	M	D	Exposto	D	M	Ano	anos	meses
1854	10	8	José dos Santos	18	1	1855		3
1857	11	12	Manuel Marques	10	3	1858		4
1858	1	12	Emília	30	4	1870	12	3
1861	11	11	Eustachia	19	7	1865	3	8
1861	11	21	Ceciliano	26	6	1863	1	7
1862	9	25	Zita	30	8	1865	2	11
1898	8	28	Manuel	19	1	1899		5
1902	8	30	Alice	21	6	1907	6	10
1903	5	20	José	19	1	1910	6	8
1911	4	6	Solange	14	11	1911		7
1915	5	7	Maria	13	4	1916		11

Fonte: A.H.S.C.M.L., Livros de Matrículas dos Expostos; Termos de Entrega aos Pais.

Todas os expostos entraram com escritos, deixados juntamente com as crianças, excepto os que entraram depois da fase do anonimato em que eram guias do Hospital para a Santa Casa. Os sinais das entradas na fase do anonimato não estavam arquivado nas caixas dos “sinais de entrada”, ou “sinais de exposto”, mas sim nos documentos de entrega aos pais, onde também se encontra o contra sinal.

**José dos Santos**, nome do escrito, entrou na Casa em 8/10/1854, foi entregue no dia seguinte à Ama Mariana Garcia, casada com Sebastião Francisco, lavrador, morador em Carrasqueira, que por ordem do Pároco o passou a Maria Emília em 25/11/1854, sendo esta a entregar a criança à Santa Casa, na data referida na Figura<sup>328</sup>.

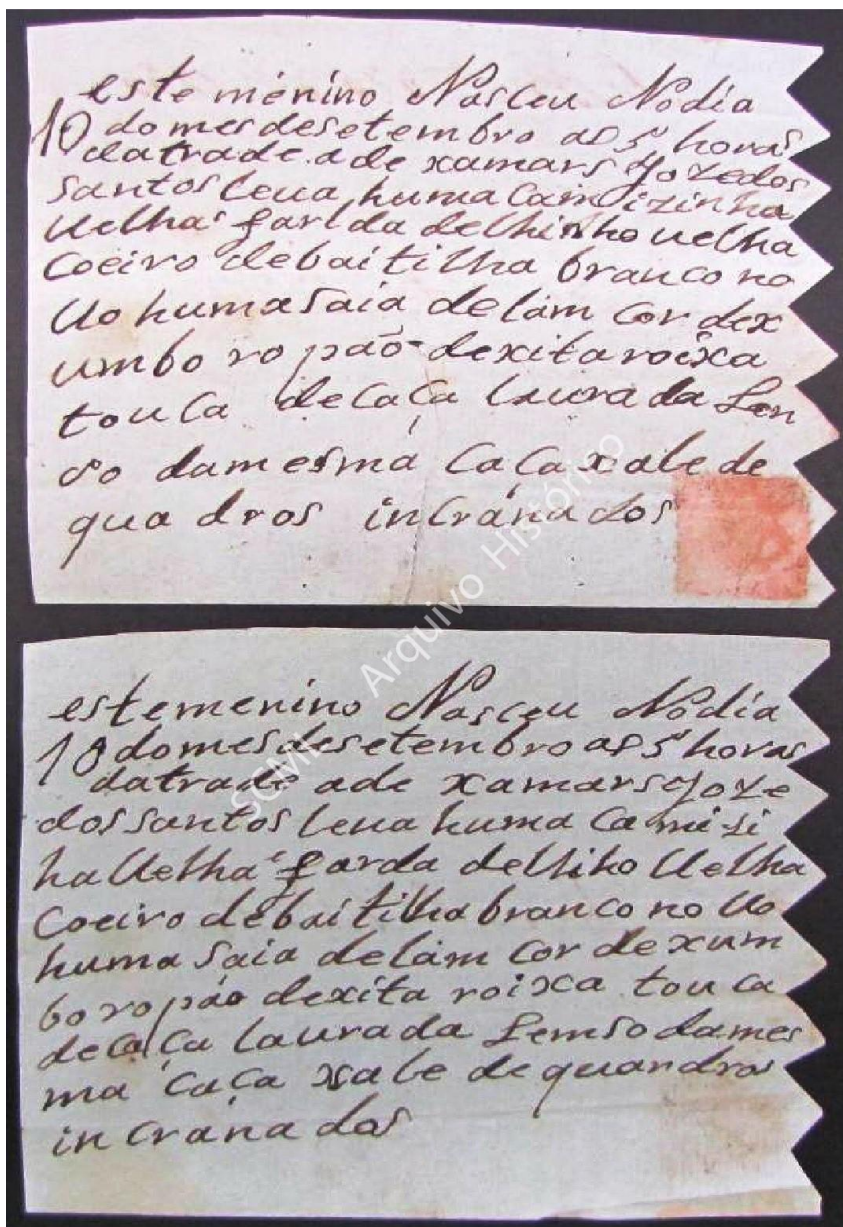
O escrito, é em papel recortado, diz que nasceu em 10 de Setembro, entrou na Roda com quase um mês. O atestado do Pároco diz que a mãe, “ vive em extrema pobreza carecendo para subsistir receber ajuda dos fiéis ao qual por vezes recorre para matar a fome”<sup>329</sup>. Este caso indicia uma forte ligação sentimental da mãe ao filho, primeiro por ter tido dificuldade em o depositar na Roda, fê-lo quase um mês depois de ele ter nascido, e mesmo vivendo em muitas

<sup>328</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas de Varões, livro nº 39, p. 3, nº 285.

<sup>329</sup> A.H.S.C.M.L. Documentos de Entrega a Pais, Caixa de 1855, pasta de Janeiro.

dificuldades decidiu-se a recolhê-lo, para viverem juntos.

**Imagem 5 – Sinal e contra sinal do exposto José dos Santos, ano de 1854.**



Fonte: A.H.S.C.M.L., Documentos de entrega aos Pais, Caixa nº6, Exposto nº 1930, José dos Santos.

Foi entregue “pelo amor de Deus a Maria Ignacia, viúva de José dos Santos, moradora na R. de Stª Ana, nº 82, Freguesia da Pena, por justificar ser sua mãe e combinados os sinais se achou ser o próprio”. Obrigou-se a apresentar neste Hospital todos os meses que lhe for requisitado, efectuado com abonadores<sup>330</sup>.

<sup>330</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de Entrega aos Pais, livro nº 4.

**Manuel Marques**, nome do escrito, entrou a 12/11/1857, a 16 do mesmo mês é entregue a Maria da Conceição, casada com João Rodrigues, trabalhador, morador na Ribeira de Palheiros, foram contratados só cinco meses, o que indicia haver desde logo intenção, e conhecimento para a criança ser resgatada neste período, vindo-se a verificar que até foi antes, aos 4 meses<sup>331</sup>.

Em 18/3/1858 Luisa dos Mártires, viúva, moradora nas Escadinhas de Stº Estevão, freguesia do mesmo nome “*depois de se verificar ser ela a própria mãe do referido exposto, pela confrontação dos sinais a que se procedeu*” presente também os abonadores<sup>332</sup>.

**Emília** entrou a 12/1/1858, no dia seguinte foi entregue a Ama Maria Gertrudes, casada com Joaquim Monteiro, trabalhador, moradores na Cabeça Gorda, criou a criança até aos 3 anos, 18/2/1861, tendo passado para uma Ama de Alfeizerão, Alcobaça<sup>333</sup>.

O sinal e o contra sinal, diz ter nascido a 8 de Janeiro de 1858, “filha de João Pereira e de Margarida Roza, a menina ainda não está baptizada, desse a chamar Imilia”<sup>334</sup>.

A 30/4/1870 “*a mesa entregou gratuitamente a Margarida Rosa, solteira, moradora na freguesia de S. José, a exposta Emília, depois de mostrar ser ela a própria mãe da referida exposta, pela confrontação de sinais a que se procedeu*”. Foram abonadores dois vizinhos da mãe<sup>335</sup>. A Emília já tinha mais de 12 anos.

**Eustachia** é nome da casa, entrou a 11/11/1861, foi entregue à Ama Maria da Assunção, casada com Luís Andrade, trabalhador, moradores em Campelos, onde esteve até 24/10/1864, passando para ama da Vila de Torres Vedras<sup>336</sup>.

No escrito pedia-se que se chamasse Emília, nasceu no dia 10, véspera de entrar na Roda, e diz que é “filha de pais incógnitos”<sup>337</sup>.

A mesa em 19 de Julho de 1865 “*entregou gratuitamente a Maria José, viúva de Manuel António, moradora na Rua Trabuqueira, S. Pedro de Alcântara, Lisboa, depois de mostrar ser ela a própria mãe da referida exposta, pelas confrontações dos sinais a que se procedeu*”. Foram abonadores um soldado e uma vizinha<sup>338</sup>.

**Ceciliano**, nome da Casa, no escrito pediam para ser Domingos António, entrou a 21/11/1861, e foi entregue no dia 9 do mês seguinte à Ama Maria Isabel, casada com António Joaquim, trabalhador, moradores no Casal dos Rijos, onde esteve até 15/6/1863<sup>339</sup>.

O sinal e o contra sinal, têm uma fita preta com corte a meio, confirma que o nome

---

<sup>331</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 56, p. 163, nº 493.

<sup>332</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de Entrega aos Pais, livro nº 4, p. 272v.

<sup>333</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 56, p. 151, nº 691.

<sup>334</sup> A.H.S.C.M.L. Documentos de Entregas a Pais, Caixa de 1870, pasta de Abril.

<sup>335</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de Entrega aos Pais.

<sup>336</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 79, p. 129, nº 455.

<sup>337</sup> A.H.S.C.M.L. Documentos de Entregas a Pais, Caixa de 1865, pasta de Julho.

<sup>338</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega aos Pais, livro nº 5, p. 193.

<sup>339</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 81, p. 271, nº 515.

solicitado era Domingos António, e demonstra intenção de o procurar<sup>340</sup>.

A 15/6/1863 “*se entregou gratuitamente a Maria da Conceição, solteira, e moradora em Vila Franca de Xira, freguesia de S. Vicente, o exposto Ceciliano, que entrou na roda no dia 21 de Novembro de 1861, com o nome de Domingos António, depois de mostrar ser ela a própria mãe do referido exposto, pelas confrontações dos sinais a que se procedeu*”. Foi bastante e único o conhecimento do visitador do Hospital, em Lisboa<sup>341</sup>.

**Zita**, nome da casa, entrou a 25/9/1862, a 15 de Outubro foi entregue à Ama Joaquina Maria, casada com João Silva, trabalhador, moradores na Carrasqueira, onde esteve até à véspera do dia de entrega aos pais<sup>342</sup>.

A 30/8/1865 “*se entregou gratuitamente a Maria Isabel, solteira, moradora na travessa do Chafariz das Terras, S. Pedro de Alcântara, depois de mostrar ser ela a própria mãe da referida exposta, pela confrontação dos sinais a que se procedeu*”. Testemunhas abonatórias alguns vizinhos<sup>343</sup>.

Nos Documentos de entrega aos pais só há o sinal, que é uma carta postal escrita para a mãe da criança, de um soldado, ele escreve-lhe “deste teu amante”, terminando desejando-lhe que viva por muitos anos<sup>344</sup>.

A carta é escrita em Braga quatro dias antes da Zita entrar na Roda, portanto quando o Director do Hospital escreve que os sinais apresentados estão conforme, a confrontação deve ter sido verbal da mãe em relação ao conteúdo da carta. Vide Anexo 8.

Este soldado deverá ter ido de Lisboa, ele diz que tem “passado alguns incómodos tanto no vapor como em terra, e parece-me que tenho para passar ainda mais, pois nós logo que chegámos ao Porto logo marchámos para Braga, e agora não sei para onde marcharemos porque isto aqui não anda nada bom”<sup>345</sup>. Deve ser um dos que foram reforçar as tropas que enfrentaram os motins antifiscais no Minho, em 1862<sup>346</sup>.

Data de 6 de Agosto o atestado do Regedor, confirmado pelo Pároco, sobre a pobreza da mãe, a 18 desse mês o Director informou a Mesa, que nesse dia despachou favoravelmente o requerimento da mãe, esta informação deve ter demorado uns dias a chegar à Ama, a que se segue a viagem para a entrega da criança na Casa no dia 29 de Agosto, e, no dia seguinte a mãe recebeu a sua filha.

Os próximos expostos que foram entregues aos pais vieram para a Santa Casa enviados

---

<sup>340</sup> A.H.S.C.M.L. Documentos de Entregas a Pais, Caixa de 1865, pasta de Junho.

<sup>341</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega aos Pais, livro nº 5, p. 82v.

<sup>342</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 84, p. 329, nº 306.

<sup>343</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega aos Pais, livro nº 5, p. 199.

<sup>344</sup> A.H.S.C.M.L. Documentos de Entregas a Pais, caixa 10.

<sup>345</sup> A.H.S.C.M.L. Documentos de Entrega aos Pais, caixa 10, Exposta Zita.

<sup>346</sup> DIEGO, Palacios Cerezales, O Principio Autoridade e os Motins Antifiscais de 1862, in *Revista Análise Social*, Vol. XLII (1º) nº 182, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 35-46.

pelo Hospital de S. José.

**Manuel**, nome da certidão, nasceu a 26/8/1898, já baptizado na capela do Hospital de S. José, entrou na Casa dois dias depois, a certidão do Hospital dizia que era filho de pai incógnito e de Flaviana Joaquina Rodrigues Alves, só foi entregue a 31 de Outubro à Ama Rosália da Conceição, casada com António Monteiro, moradores nos Casais das Campainhas, onde esteve até 13 de Janeiro do ano seguinte<sup>347</sup>.

Algumas das certidões referem as doenças das mães a impossibilitarem deixar a criança com estas, este talvez tenha sido um dos casos, pois passados cerca de três meses a mãe reclamou a criança, a 19/1/1899, foi *entregue a Flaviana Joaquina Rodrigues, solteira, moradora na Calçada do Garcia, n.º 38, freguesia do Socorro, na Capital*<sup>348</sup>.

**Alice**, nome da certidão, nascida e baptizada no Hospital de S. José em 17/7/1902, filha de pai incógnito e de Joaquina Ferreira, entregue à Santa Casa a 30 de Agosto do mesmo ano, foi em 11/9/1902 para a Ama Maria do Nascimento, casada com Miguel Leonardo, do Casalinho das Oliveiras, que a entregou à Santa Casa em 17/7/1904, desconhecemos onde ficou até ser recolhida pela mãe<sup>349</sup>.

A 21/6/1907 foi entregue a *Joaquim Ferreira, viúvo, morador em Lisboa, provando-se ter sido o reclamante que requereu a admissão da mesma criança, procedeu-se à entrega da exposta em cumprimento do despacho, na presença do reclamante e de testemunhas, que assinaram o termo*<sup>350</sup>.

**José**, nome da certidão, nascido a 23/4/1903, baptizado a 18 de Maio, entrou na Casa a 20 de Maio, filho de Lucinda de Jesus Mendes, solteira, e de pai incógnito. A 22/6/1903 foi entregue à Ama Maria Benedita, casada com Manuel Joaquim, moradores em Campelos onde permaneceu até ser reclamado pela mãe, e possivelmente aqui continuaria, pois já não estavam a ser pagos para o criarem, o último pagamento foi a 22/4/1909, talvez também por isso lhes pagaram 2.000 réis pela entrega, em principio para a jornada<sup>351</sup>.

A 19/1/1910 foi entregue a *Lucinda de Jesus Mendes, solteira, moradora na R. Marques de Ponte de Lima, freguesia de S. Lourenço, o exposto José, por se reconhecer ser esta a criança reclamada. Foram testemunhas um vizinho e outra pessoa*<sup>352</sup>.

**Solange**, nome da certidão, nascida a 28/11/1910, baptizada no hospital a 11 de Dezembro, filha de Júlia da Conceição, solteira, corista. Entrou na Casa a 6/4/1911, e a 8 de Maio seguinte foi entregue a Maria Lucinda casada com Manuel António, moradores em Casal dos Rijos, onde esteve até 13/7/1911, passando para Maria Ludovina, casada com Ernesto

---

<sup>347</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 161, p. 153, nº 42.

<sup>348</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega aos Pais, livro nº 8, p. 133v, nº 4.

<sup>349</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro 158, p. 113, nº 20.

<sup>350</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega a Pais, livro nº 8.

<sup>351</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 164, p. 175, nº 131.

<sup>352</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega a Pais, livro nº 9, p. 14v.

Tomé, moradores em Campelos, que a criaram até 16/9/1911<sup>353</sup>.

*A 14/11/1911 foi entregue a Júlia da Conceição, solteira, moradora em Lisboa, sua filha Solange, que foi admitida no Hospital dos Expostos de Lisboa, por se reconhecer ser esta a criança reclamada*<sup>354</sup>.

**Maria**, nascida a 29/4/1915, filha de Mariana, domestica, natural de Lisboa, onde vive. Entrou na Casa a 7/5/1915, e foi em 19/7/1915 para a Ama Justiniana da Conceição, casada com Francisco Melícias, moradores em Cabeça Gorda, onde ficou até à véspera de ser levada para sua mãe<sup>355</sup>.

*A 13/4/1916, foi entregue a Mariana, actualmente casada com Horácio, moradores em Lisboa, sua filha a exposta Maria, por se conhecer ser esta a criança reclamada. A mãe assinou bem o seu nome*<sup>356</sup>.

### **Os outros 64 sobreviventes**

São 36 femininos e 28 masculinos, parece ser maior a resistência feminina, uma vez que era somente de dois a diferença de sexo aquando das entradas.

### **19 Expostos atingiram ou haverá alta probabilidade de terem atingido a idade adulta**

Há dezanove que sabemos terem chegado a adultos.

Sete dos expostos sabemos pelos registos nos livros da Santa Casa, a Virgínia reentrou na Casa a 11/6/1866, e casou em Lisboa com um soldado, a Leocádia, em que os primeiros anos de vida foi pelo Oeste, seguiu para amas em Alhandra, depois Lisboa, e em 29/11/1864, com 15 anos passou a receber soldada como criada, o Marcos que viveu com família provavelmente até aos 16 anos, a Carolina que foi emancipada com 19 anos, o Rufino estava a servir no Seixal, Lourinhã, com 17 anos, a Rigoberta que veio já com 13 anos para esta família, e a Conceição reentrou na Misericórdia com 15 anos.

Quanto aos restantes 12 sabemos que continuaram as suas vidas nesta área, por aqui casaram e viveram, e deles faremos uma descrição mais desenvolvida.

---

<sup>353</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 161, p. 291, nº 61.

<sup>354</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega a Pais, livro nº 9, p. 50v.

<sup>355</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 163, p. 107, nº 48.

<sup>356</sup> A.H.S.C.M.L. Termos de entrega a Pais, livro nº 9, p. 122v.

**Figura 15 – Expostos que chegaram a adultos**

Entrada			Exposto	Entrega			Ama	
Ano	Mês	dia	Nome	Ano	Mês	Dia	Nome	Residência
1848	12	26	Virgínia <sup>357</sup>	1849	1	9	Joaquina Maria	Carrasqueira
1849	7	8	Leocádia <sup>358</sup>	1849	7	23	Joaquina Roza	Campelos
			Idem	1856	4	8	Luiza Maria	Campelos
1852	3	25	Marcos <sup>359</sup>	1852	3	29	Joaquina Rosa	Campelos
			Idem	1856	10	14	José Fernandes	Campelos
1854	10	31	Carolina <sup>360</sup>	1854	11	6	Isabel Maria	Casais Rijos
1857	1	16	Amaro <sup>361</sup>	1859	1	26	Henriqueta Maria	Casalinho
1857	3	31	Rufino <sup>362</sup>	1862	9	19	Mariana Garcia	Carrasqueira
			Idem	1869	5	21	António Gabriel	Carrasqueira
1859	12	5	Ernesto <sup>363</sup>	1859	12	6	Maria da Piedade	Campelos
1860	2	29	Romana <sup>364</sup>	1860	9	4	Maria Conceição	Carrasqueira
1861	4	10	Jacinta <sup>365</sup>	1861	4	11	Maria Leonarda	Carrasqueira
			Idem	1862	3	20	Maria Conceição	Carrasqueira
1861	8	10	Leopoldo <sup>366</sup>	1861	8	13	Maria Emilia	Campelos
1863	9	20	Zeferino <sup>367</sup>	1863	9	22	Luisa Maria	Campelos
1863	11	5	Dagoberto <sup>368</sup>	1863	11	9	Maria Conceição	Carrasqueira
			Idem	1867	11	22	Maria Gertrudes	Casal do Grilo
1864	1	4	Lucas <sup>369</sup>	1864	1	5	Maria Helena	C. Carvalheira
1864	6	5	Flaviana <sup>370</sup>	1864	6	7	Carlota Nascimento	Cabeça Gorda
1868	12	27	Benvinda <sup>371</sup>	1868	12	28	Maria Conceição	Casais Rijos
1872	5	25	Rigoberta <sup>372</sup>	1885	9	14	Maria Conceição	Casal do Grilo
1903	6	9	Conceição <sup>373</sup>	1903	6	23	Maria Gertrudes	Campelos
			Idem	1905	7	2	Maria Joaquina	Campelos
			Idem	1906	8	17	Maria Jesus	Casal Poços
			Idem	1907	8	1	Maria Rosa	Quintas
1915	6	18	Fernando <sup>374</sup>	1915	7	9	Joaquina Conceição	Casal Grilo
1915	2	27	Raul <sup>375</sup>	1915	3	1	Rosa da Conceição	Carrasqueira

Fonte: A.H.S.C.M.L., Livros Matrículas de Expostos, Fêmeas e Varões; Livros Entrada Desamparados.

<sup>357</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 8, p. 357, nº 564.

<sup>358</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 11, p. 349, nº 27.

<sup>359</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 26, p. 67, nº 906.

<sup>360</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 38, p. 309, nº 366.

<sup>361</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 51, p. 175, nº 681.

<sup>362</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 53, p. 345, nº 990.

<sup>363</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 68, p. 411, nº 598.

<sup>364</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 69, p. 7, nº 913.

<sup>365</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 75, p. 353, nº 1052.

<sup>366</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 80, p. 7, nº 161.

<sup>367</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 93, p. 61, nº 265.

<sup>368</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 93, p. 403, nº 436.

<sup>369</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 95, p. 29, nº 701.

<sup>370</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 95, p. 33, nº 1233.

<sup>371</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 121, p. 385, nº 616.

<sup>372</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 138, p. 313, nº 367.

<sup>373</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas das Fêmeas, livro nº 158, p. 301, nº 114.

<sup>374</sup> A.H.S.C.M.L. Matrículas dos Varões, livro nº 169, p. 111, nº 76.

<sup>375</sup> A.H.S.C.M.L. Livros de Desamparados, livro nº 6, p. 281, nº 8.

## Oito crianças chegaram aos 10 anos, e poderão ter atingido a maioridade

São oito os que provavelmente, pelo menos a maioria, terá chegado a adulto, pois sabemos que sobreviveram até próximo dos 10 anos, idade em que terminavam os pagamentos para a criação dos expostos.

**Figura 16 – Expostos que chegaram pelo menos aos 10 anos.**

Entrada			Exposto	Entrega			Ama	
Ano	Mês	dia	Nome	Ano	Mês	dia	Nome	Residência
1849	1	23	Ludovino <sup>376</sup>	1851	8	27	Luisa Maria	Campelos
1857	7	29	João Ricardo <sup>377</sup>	1857	8	3	Maria da Conceição	Carrasqueira
1861	2	13	Mariana <sup>378</sup>	1861	2	18	Rosa Joaquina	Ribeira de Palheiros
			Idem	1862	3	17	Gertrudes Conceição	Carrasqueira
1862	3	14	Caetano <sup>379</sup>	1862	3	17	Joana Maria	Carrasqueira
1863	7	12	Oséas <sup>380</sup>	1863	7	14	Ana da Conceição	cabeça Gorda
1864	6	17	Hugobaldo <sup>381</sup>	1864	6	20	Maria Gertrudes	Casal dos Carvalhos
1866	10	25	Liborio <sup>382</sup>	1866	10	29	Domingas Conceição	Campelos
			Idem	1868	10	9	Gertrudes dos Reis	Campelos
1868	10	4	Tiburcio <sup>383</sup>	1870	10	6	Rosa Joaquina	Ribeira de Palheiros

Fonte: A.H.S.C.M.L., Livros de Matriculas de Expostos, Fêmeas e Varões.

De referir que nestes dois grupos há famílias que demonstram serem boas na criação dos expostos, são elas:

A **Joaquina Roza**, casada com José Fernandes, trabalhador, moradores em Campelos, que criaram a Leocádia e o Marcos desde o início da amamentação até aos 15 anos.

A **Luisa Maria**, casada com Manuel Andrade, trabalhador, moradores no Casal do Carregado, Campelos, com a criação de Ludovino (desta Figura 16) e de Zeferino, (da figura anterior), cujo pagamento para a sua criação foi efectuado até 6/2/1859, e em três de abril a mesma família passa a estar autorizada a continuar com este exposto, por mais 6 anos.

A **Maria da Conceição**, casada com Joaquim Matias, lavrador, moradores na Carrasqueira, que criaram o João Ricardo e a Jacinta, o primeiro desde o início da amamentação

<sup>376</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 9, p. 111, nº 708.

<sup>377</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 54, p. 245, nº 82.

<sup>378</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 74, p. 309, nº 809.

<sup>379</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 83, p. 379, nº 1019.

<sup>380</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 92, p. 73, nº 45.

<sup>381</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 98, p. 29, nº 1381.

<sup>382</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 112, p. 127, nº 358.

<sup>383</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 124, p. 39, nº 328.

e a última a partir de um ano de idade. O João Ricardo esteve na família até pelo menos 20/4/1868, data do último pagamento, desconhecemos se foi entregue ou ficou nesta área de residência, o mesmo acontece com a Jacinta, só sabemos que esteve com a família até pelo menos o último pagamento, que foi em 20/4/1871.

A **Rosa Joaquina**, casada com Valentim Dias, Carpinteiro, moradores na Ribeira de Palheiros, criaram o Tibúrcio em que sabemos que no último pagamento ele já tinha 10 anos, foi em 6/10/1878, e, também o exposto Duarte, que lhes foi entregue em 13/5/1857 esteve com eles pelo menos durante 7 anos.

Poderemos considerar como provável que em relação a este grupo de 148 expostos há uma taxa global próxima dos 18% de expostos a chegarem a adultos. Mas como nos dados recolhidos a partir de 1872 se sente o reflexo das alterações de funcionamento da Roda, deixando de ser abandono anónimo, e na maioria são crianças enviadas pelo hospital, deveremos retirar 3 expostos das Figuras 15 e 16, descendo a taxa para os 16%, é uma conclusão razoavelmente segura.

### **Dos 37 expostos que desconhecemos o seu percurso de vida**

Estes 37 expostos representam 25% do nosso universo dos 148 vindos para esta área do estudo, deles não temos mais informação, não porque não possa existir, mas porque não continuámos a pesquisa em relação às mesmas, deslocaram-se para outros territórios e não era o nosso foco do estudo.

Para Santarém em finais do século XVII, princípios do XVIII, a ignorância sobre a vida ou sobrevivência dos expostos foi de 32,7%<sup>384</sup>.

### **28 expostos são da fase do anonimato, com a Roda a funcionar**

Só num caso desconhecemos a data de entrega do exposto à Santa Casa, foi o de Justino, que tinha entrado na Casa em 19/9/1853, sem qualquer escrito, entregue em 25 de Outubro à Ama Maria Angelica, casada com António Francisco, trabalhador, moradores em Campelos, onde esteve pelo menos quase 5 anos<sup>385</sup>.

Tempo de permanência na mesma família dos expostos que foram entregues às amas com poucos dias de vida:

---

<sup>384</sup> REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 120.

<sup>385</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 33, p. 465, nº 757.

- 1 menos de um ano
- 7 entre um ano e dois anos.
- 6 entre dois e três anos.
- 3 entre os três e quatro anos.
- 2 entre os quatro e cinco anos.
- 1 entre os cinco e os seis anos.
- 2 entre os seis e os sete ano

Seis destes expostos tinham um mês ou mais quando vieram para as Amas:

Justino, em 1853<sup>386</sup>, e Leandra, em 1859<sup>387</sup>, foram entregues à 1ª Ama um mês depois da entrada na Roda.

Maria Ambrozia, 1853, foi entregue à 1ª Ama quatro meses depois da entrada na Roda<sup>388</sup>.

Ignacia, 1859<sup>389</sup>, e Duarte, 1856<sup>390</sup>, estiveram antes em amas de Lisboa e vieram com dois e cinco meses, respectivamente, anda na fase da amamentação.

Simplicia<sup>391</sup>, 1856, esteve antes em Ama de Leite, em Lisboa e veio para Ama de seco, com dois anos.

### **9 dos expostos do período pós encerramento da Roda**

Nove destas crianças pertencem à fase de exposição pós encerramento da Roda, ou pós anonimato, a partir de 1870. Neste período além de ser um número reduzido de entradas anuais, há também o conhecimento dos pais, a regra é serem enviados do hospital de S. José, e, uma maior quantidade de crianças recolhidas pelos pais, de que demos nota na parte de entrega a pais.

Temos 9 expostos dos 37, com entradas entre 1895 e 1915:

---

<sup>386</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 33, p. 465, nº 757.

<sup>387</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 62, p. 257, nº 807.

<sup>388</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 34, p. 159, nº 479.

<sup>389</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 62, p. 141, nº 749.

<sup>390</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 50, p. 355, nº 549.

<sup>391</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 54, p. 37, nº 189.

**Figura 17 – Expostos entre 1895 e 1915, que passaram para Amas de outros lugares.**

Entrada			Exposto	Entrega			Ama	
Ano	Mês	dia	Nome	Ano	Mês	Dia	Nome	Residência
1895	10	29	Ana <sup>392</sup>	1895	10	30	Maria da Conceição	Casais Rijos
1903	10	17	José <sup>393</sup>	1904	4	22	Gertrudes da Piedade	C. Quintas
1908	11	27	Maria <sup>394</sup>	1908	11	28	Joana Maria	Campelos
1910	6	20	Gabriela <sup>395</sup>	1910	7	4	Josefa Maria	Campelos
1910	6	16	Maria <sup>396</sup>	1910	7	27	Justina Rosa	Campelos
1910	5	9	Amelia <sup>397</sup>	1910	7	4	Maria Conceição	Campelos
1911	5	16	Maria Ferreira <sup>398</sup>	1911	5	22	Maria Rita	Campelos
1914	1	8	Arnaldo Costa <sup>399</sup>	1914	10	9	Júlia da Piedade	Carrasqueira
1915	5	20	Irene Braga <sup>400</sup>	1915	7	21	Mariana da Conceição	Casal do Forno
			Idem	1915	11	14	Justiniana da Piedade	Cabeça Gorda

Fonte: A.H.S.C.M.L., Livros de Matriculas de Expostos, Fêmeas e Varões; Entradas de Desamparados.

Estas crianças foram “devolvidas” à Casa entre os 2 e os 24 meses, que as passou a outras Amas.

A Ana foi para o Casal Moinho, Moita dos Ferreiros e depois para Santa Catarina, Caldas da Rainha.

O José já tinha estado antes com Ama do Casal da Várzea, Moita dos Ferreiros, passou para Ama de Olivais, Lisboa.

A Maria esteve oito anos com esta Ama e passou para outra de Lisboa. Esta criança diz num escrito passado pelo Pároco de Santa Maria do Castelo, Torres Vedras, que a baptizou, que a criança nasceu em Lisboa, em Abril, filha ilegítima de Henriqueta da Conceição, casada e de pai incógnito. Só foi baptizada em Outubro do mesmo ano, apresentada por Joana Maria, que ficou como Ama, declarando que a criança lhe fora entregue em Lisboa por uma mulher que nunca mais viu, e nem conhece.

Gabriela também passou para Ama de Lisboa.

A outra Maria foi para a Ama Justina Rosa, que era uma exposta da Roda de Torres Vedras, que foi mãe do seu nono filho em Fevereiro de 1909, com quem deve ter amamentado conjuntamente com esta exposta. Passou também para Ama dos Olivais, em Lisboa.

<sup>392</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 154, p. 77, nº 37.

<sup>393</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas dos Varões, livro nº 164, p. 281, nº 59.

<sup>394</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 161, p. 343, nº 26.

<sup>395</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 161, p. 165, nº 74.

<sup>396</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 161, p. 179, nº 5.

<sup>397</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 161, p. 151, nº 67.

<sup>398</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 161, p. 315, nº 73.

<sup>399</sup> A.H.S.C.M.L. Livros dos Desamparados, livro nº 6, p. 225, nº 1.

<sup>400</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas das Fêmeas, livro nº 163, p. 111, nº 50.

Amélia passou por amas de três freguesias das Caldas da Rainha.

A Maria Ferreira esteve 10 meses com esta Ama, e é tudo o que se sabe.

Arnaldo entrou para a Casa como Desamparado, já com dois anos, esteve cerca de ano e meio com esta Ama, passou para Lisboa, e, veio com ela morar para A dos Cunhados.

A Irene passou destas amas por duas outras na freguesia da Lourinhã, e depois uma em A dos Cunhados.

Porque desde o início contabilizámos todas as crianças entregues a amas desta área em estudo, optámos por manter a criança “Arnaldo” neste grupo, apesar de ele ter entrado como Desamparado.

## 2.4.5 Assistência a Crianças Desvalidas

### *Crianças Desamparadas*

Além da entrada de crianças pela Roda, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa acolhia também crianças encontradas abandonadas, havendo registos desde 1778 a 1941, estas crianças poderiam vir dos domínios ultramarinos, das ruas, ou dos hospitais.

Estão neste âmbito as duas últimas crianças por nós encontradas nas fichas de amas da freguesia de S. Lourenço dos Francos, registados em Livros de Desamparados, o Arnaldo e o Raúl, entrados na Casa respectivamente em 1914 e 1915.

O Arnaldo nasceu em Janeiro de 1912, e entrou na Santa Casa em Janeiro de 1914, talvez fosse mesmo um desamparado, pois já tinha dois anos. Só em Outubro foi entregue a ama de Carrasqueira, foi entregue à Casa em Março de 1916.

O Raul nasceu em Fevereiro de 1914 e entrou na Santa Casa em Fevereiro de 1915, dois dias depois foi entregue a ama da Carrasqueira, com quem deve ter vivido até adulto, pois os amos receberam em Setembro de 1923 o último pagamento, e ele por aqui casou e teve filhos.

### *Atribuição de Pensão, ou Subsídio de Lactação*

Com extinção do abandono anónimo das crianças, decretado em Novembro de 1867, as Rodas foram-se extinguindo. Em Lisboa só em 1 de Dezembro de 1870 o Provedor fecha a Roda de Lisboa, a Misericórdia cria um novo regulamento do serviço da Roda, e concedendo também *subsídios de lactação* às mães que tinham leite para amamentar os seus filhos<sup>401</sup>.

Estes subsídios de lactação são regulados pelo Governo em Fevereiro de 1887<sup>402</sup>, damos

---

<sup>401</sup> D'OREY MANOEL, Francisco (1999) Os Expostos e Desamparados, p.44.

<sup>402</sup> BRANDÃO, et al., *op.cit.*, p. 62.

conta de alguns casos por nós encontrados.

Pelos registos de óbitos da paróquia de S. Lourenço dos Francos encontrámos o Francisco, falecido a 1 de Outubro de 1899, com 6 meses, natural de Lisboa, filho de Emília Teresa, solteira, que recebia subsídio de pensão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa<sup>403</sup>.

A Ama já tinha sido mãe em Novembro de 1897, do filho Francisco, que faleceu em Julho de 1898, se esta criança, também com o nome de Francisco, mesmo que estivesse a seu cargo desde os primeiros dias de vida, o que seria em Março de 1899, seis meses depois do falecimento do filho, leva-nos a colocar a hipótese da Ama já não ter leite para amamentar.

Há mais algumas crianças que encontrámos nos registos de óbitos e com referência que estavam a cargo da Santa Casa, entre 1898 e 1904, mas não conseguimos encontrar os registos no Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa.

Em Torres Vedras, da área da freguesia de Campelos, há pedidos de subsídio à Câmara Municipal, para criação de filhos, ou de lactação desde o ano de 1885, os primeiros de um viúvo e de uma solteira, e há mais sete pedidos até ao ano de 1916, em que são atribuídos na mesma reunião de Câmara dois subsídios para duas crianças de Campelos, no montante de 3\$00 (três escudos) a cada um e de uma só vez<sup>404</sup>. Em termos de comparação, para o mesmo ano, 3\$00 era quanto a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pagava por mês para a criação de um exposto.

### **3. As Amas Externas e a Assistência aos Expostos**

As Rodas dos expostos tinham as amas internas, sempre disponíveis nas Casas para cuidar das crianças que iam chegando, e que em Lisboa eram várias, pela quantidade de crianças a entrar, e que aguardavam para serem entregues às amas externas.

Neste estudo só vamos abordar estas externas, como já se referiu além de um valor pecuniário que recebiam, usufruíam de privilégios que eram extensíveis a outros membros da família.

Analisando o relacionamento das Amas, por nós estudadas, com a Misericórdia de Lisboa, começamos por lembrar que estamos perante uma distância na ordem dos 70 km, e num período em que as deslocações eram a pé, a cavalo, ou em veículos de tracção animal, por estradas de terra batida, na maioria em mau estado, e, como disse o Inspector do Sobral, em 1874, “em uma área montanhosa e provada ainda de fáceis vias de comunicações”.

Se acrescentarmos a estas dificuldades as outras inerentes a uma mulher que algumas vezes levará o filho que está a amamentar, e no regresso trará outra criança a amamentar, vemos

---

<sup>403</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Pensões nº 3 p. 126.

<sup>404</sup> A.M.T.V. Livros de Acórdãos da Câmara Municipal de Torres Vedras, 1885-1916.

facilmente que teriam de haver fortes razões para realizar estas deslocações.

Como pela recolha que fomos fazendo nos Registos Paroquiais sabemos que estamos perante uma população com poucos recursos, julgamos que a maioria faria o percurso a pé até Lisboa, o que naquelas condições deveriam ser necessários pelo menos dois dias de viagem, ou três, com estadas e tempos de espera. O caso da Maria, abordado na página 66, demonstra bem o tempo necessário, foi baptizada no dia 7 de Março de 1779, e deu entrada na Roda à hora de jantar do dia 11 de Março, mesmo que consideremos que a Ama não partiu no dia do Baptismo, por ser Domingo, se iniciou a caminhada na segunda dia 8, precisou de três dias para a viagem.

Nesta nossa busca de informações, e, quando não as encontramos, na conjectura de hipóteses quanto à concretização destas ligações entre as amas e a Roda de expostos de Lisboa, colocamos como possível a existência de mulheres, as chamadas Recoveiras a fazerem esse “transporte de crianças” para outras mulheres, nomeadamente quando em alguns dias vemos que vêm para aqui mais de uma criança, como aconteceu em 15 de Outubro de 1750, neste dia vieram 3 crianças, parece-nos muito difícil esta tarefa a cargo de uma mulher, não impossível, com recurso a cavalos ou burros com cestas, ou a veículos de tracção animal, mas amamentar as três crianças já seria mais complicado, se assim era as crianças chegariam muito débeis às amas a que estavam destinadas.

São vários os registos de óbitos em que se disseram que o trouxeram (o exposto) do Hospital Real de Lisboa, percebendo-se que foi a própria a ama a trazer a criança<sup>405</sup>. Pensamos que coexistiram as duas modalidades, a de serem as amas a irem buscar os expostos, e noutros casos a serem as Recoveiras a transportá-los, este serviço é confirmado, infelizmente pela negativa, numa observação feita por um visitante de Lisboa, em 1814<sup>406</sup>.

Além do caso supra referido, em 1750, há várias datas em que vão no mesmo dia mais do que uma criança para a mesma localidade ou das proximidades, verificámos que em 13 vezes há no mesmo dia a entrega de expostos a Amas, entre 1852 e 1867.

Outra hipótese é as amas irem em grupo a Lisboa, umas a recolher crianças, outras a mostrar, ou a devolver, assim como para receber pela criação dos expostos.

Há uma leitura a tirar, é a de que a ligação com a Capital, era mais frequente do que à partida se poderia pensar.

Nos séculos XVII e XVIII as amas eram referenciadas por pessoas conhecidas, ou de confiança da Casa. Demos nota deste tipo de informação em relação ao exposto Luciano da Costa, onde é uma pessoa moradora em Lisboa que informa sobre a Ama, para período idêntico entre 1775 e 1778, para esta mesma área geográfica ou na sua proximidade, encontrámos mais sete referências, uma outra de morador em Lisboa, em quatro casos foram amas do mesmo lugar, ou próximo, e em dois foram de pessoas que residiam em Matacães e em Peniche.

---

<sup>405</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 3.

<sup>406</sup> RIBEIRO, Vitor, *op.cit.*, p. 36.

É relativamente frequente haver relações familiares directas, ou indirectas, de habitantes da área em estudo com pessoas originárias ou a morarem em Lisboa, nomeadamente desde o início do século XVIII, o que também poderá ter influenciado a vinda de expostos para esta área geográfica. E a partir da inserção de expostos na sociedade, via casamentos, como os que se verificam neste mesmo século aumenta o leque de pessoas que a Instituição da Roda passa a conhecer nesta área geográfica.

É na estrada que liga Lisboa a Peniche, entre Torres Vedras e Lourinhã que se situam os lugares de Carrasqueira e Marteleira, o que também facilitaria as ligações com a capital.

Gouveia Pinto, em 1828 escreve que a experiência tem provado “que o melhor meio de vingarem as crianças expostas nas grandes casas, é enviá-las para fora, e, podendo ser para o campo, muito melhor que para as cidades.”

Em 1861 a opção pelo envio dos expostos para os Concelhos rurais, é claramente assumido pela Mesa da Misericórdia de Lisboa, provavelmente os bons resultados observados ao longo dos anos terão conduzido a este entendimento:

“a melhor solução de todas as dificuldades morais e económicas da Casa é a saída de todos os expostos são para as freguesias rurais, e com especialidade para os locais indicados, Sobral, Caldas e Leiria, por ali se encontrarem as melhores amas. Os expostos desenvolvem-se melhor no campo que em parte alguma, e raras vezes recolhem à Casa; não adquirem grandes fortunas, nem uma esmerada educação; mas granjeiam as relações e a família, de que a Roda os espoliou, e participam da sorte de seus irmãos de leite, que constituem a classe mais numerosa da população; além disso a vida do campo contraria, como é sabido, o definhamento físico, que se nota geralmente, e a tendência para a aglomeração nas grandes cidades – A entrega dos expostos a amas de Lisboa tem inconvenientes; as habitações quase sempre estão em más condições higiénicas, o exposto geralmente recolhe ao Estabelecimento, e a sua acomodação depois é dificultosa, principalmente sendo do sexo feminino; enfim aumenta-se a exposição, porque mulheres á que, para criarem um exposto, abandonam o filho de todo, ou em quanto ganham com a criação. O único inconveniente na saída dos expostos para terras distantes é a dificuldade da tutela; mas este desaparece em parte com os novos Empregados (os inspectores), e promovendo-se, como se tem feito, a concentração das crianças em localidades próprias”<sup>407</sup>.

Pensamos que nesta região as amas criavam os expostos conjuntamente com os seus filhos, mas não podemos excluir o que alguns autores referem para o século XVIII:

“a camponesa porá o seu filho nas mãos de uma ama para melhor ajudar o seu marido nos campos, ou para se tornar ama de crianças das cidades”<sup>408</sup>.

Tendo havido 165 registos de entregas de expostos a amas da área deste estudo, o total de amas foi de 85, o que dá em média quase dois por ama, mas na verdade 49 só recebeu uma criança.

---

<sup>407</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, Relatório das Contas Anuais de 1860-1861, 1861.

<sup>408</sup> DIAS, Ana Rita Menezes, *op. cit.*, p. 21

Quanto às profissões dos maridos das amas, temos 26 sem profissão, incluindo as solteiras e viúvas, e há informação sobre 67, com profissões assim distribuídas: 56 trabalhadores, 6 lavradores, 2 carpinteiros, 1 fazendeiro, 1 moleiro, e 1 sapateiro.

Há 35 amas com 116 registos de entregas de expostos, assim agrupados:

- 3 amas receberam 7 expostos cada uma.
- 4 amas receberam 5 expostos cada.
- 6 amas receberam 4 expostos cada.
- 7 amas receberam 3 expostos cada.
- 15 amas receberam 2 expostos cada

Só em dois destes casos foram os viúvos a ficarem com o exposto, e que contabilizámos como a mesma ama. Há também duas viúvas e duas solteiras a receberem expostos.

Porque seis dos expostos repetem e só passaram entre as 35 amas, conclui-se que estas só receberam 110, significa isto que 74,3% dos 148 expostos foram entregues a este reduzido grupo de amas. Este valor aumenta para 85,9% se considerarmos somente o período do abandono anónimo, até 1872, pois são 110 em 128 expostos.

### **3.1 Amas: Responsabilidade e negligência**

Há um período que a Misericórdia premeia as melhores amas de leite, parece remontar a 1812 a decisão da Mesa da Santa Casa promover a excelência na criação dos expostos:

“(…)faz saber, que todas as amas de leite, desta Cidade, e de fora dela, que tiverem tomado expostos para criarem de leite desde o dia 22 de Junho do presente ano, e os apresentarem tendo completos seis meses da sua criação, bem criados, e tratados, receberão por gratificação dois mil e quatrocentos réis; e finda a criação de treze meses, na forma do que se pratica, e S.A.R. foi servido aprovar, apresentando-os desmamados, como é costume, bem criados, e tratados, receberão mais três mil e seiscentos réis de gratificação, as quais gratificações receberão em qualquer tempo, que apresentarem os ditos expostos, com as condições acima referidas, e somente as vencerão com a efectiva apresentação dos expostos”<sup>409</sup>.

Aquelas condições devem ter sido alteradas, pois neste nosso estudo só foram seis as amas que receberam gratificação, no montante de 2.000 réis, atribuídos a meio do primeiro ano de aleitamento, por boa criação do exposto. São as seguintes:

- Rosa Joaquina, casada com Valentim Dias, moradores em Ribeira de Palheiros, em Agosto de 1861, pela boa criação de Escoliástica, e no ano a seguir também a mesma

---

<sup>409</sup> Jornal de Coimbra, Volume 2, nº 10, p. 258.

gratificação em relação a Mariana, ambas passadas para outras Amas<sup>410</sup>.

- Isabel Maria, casada com Antonio Clemente, moradores no Casal dos Rijos, em 1858, em relação à exposta Senhorinha, entregue à casa em 1862, passou para Ama de Alfeizerão<sup>411</sup>.

- Maria Joana, viúva de Manuel Xavier, moradora na Ribeira de Palheiros, em 1859, pela boa criação da exposta Eulália, entregue à Casa em 1862, e falecida em 1863<sup>412</sup>.

- Ana da Conceição, casada com Anastácio Bento, moradores na Cabeça Gorda, em Setembro de 1861, pela boa criação da exposta Júlia, que entregou na Casa em 1863<sup>413</sup>.

- Felicidade da Piedade, casada com Manuel Ferreira, moradores em Ribeira de Palheiros, em Abril de 1860, pela boa criação do exposto Ladislau, que faleceu em 1861<sup>414</sup>.

- Maria da Piedade, casada com Tomé Joaquim, moradores em Campelos, em Junho de 1860, pela boa criação do exposto Ernesto<sup>415</sup>.

A partir de 1861 a Misericórdia alterou as regras, no sentido de incentivar a saída dos expostos de leite, para amas a residirem fora de Lisboa, onde se verificava menor taxa de falecimentos, atribuindo um subsídio proporcional à distância da residência, em relação à cidade, em vez da supra referida gratificação<sup>416</sup>. Verificamos a atribuição destes apoios para a viagem atribuídos a várias amas deste estudo, de que daremos nota na parte em que abordamos o “Salário das Amas”.

Dos relatórios das Inspeções dos Expostos da Misericórdia, referente a esta nossa área, ambos datados de 1874, podemos observar que a grande maioria das amas cuidava bem dos expostos que tinham a seu cargo. Foram encontrados “em bom e sofrível estado de tratamento”, na inspeção do Sobral de Monte Agraço estavam neste “estado” 589 dos 629 expostos visitados, o que representa 93,8%, e na de Caldas da Rainha a percentagem foi de 82%, 1859 em 2266 visitados, sendo residual o contrário, conforme enumeraremos onde abordamos “as Amas: Caracterização e Cuidados.”

Não sendo nesta área geográfica do estudo, mas na área da Inspeção do Sobral, parecemos ser de destacar o que escreve sobre o exposto nº 722, no relatório de 1875 diz “acha-se muito bem colocado e estuda no seminário de Santarém”.

Assim como há boas também há más Amas, e para um determinado período é possível identificar estas últimas, pelos relatórios das inspeções às amas dos expostos, promovidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mas felizmente é praticamente nulo, e nenhum é grave.

Torres Vedras estava na Inspeção do Sobral de Monte Agraço, e das várias inspeções realizadas entre 1874 e 1883, na freguesia de Santa Maria do Castelo, que então englobava a

<sup>410</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livros nº 68 e 74, p. 291 e 309, nº 831 e 809.

<sup>411</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 59, p. 175, nº 100.

<sup>412</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 61, p. 105, nº 509.

<sup>413</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 69, p. 5, nº 912.

<sup>414</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 68, p. 63, nº 424.

<sup>415</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 68, p. 411, nº 598.

<sup>416</sup> RIBEIRO, José Silvério, *op. cit.*, p. 266.

área da actual freguesia de Campelos. A regra dos expostos visitados pelo inspector é que os expostos estão em “bom estado”, e em relação à área em estudo só há uma referência em 1882, a uma exposta, a Benvinda, o estado em que se apresentava era sofrível, e havia ainda nota de uma informação da Ama, Maria da Conceição, em que esta informava que estavam nesta área há 3,5 anos (sabemos que antes estava em Braçais, Bombarral), e que ainda não tinha feito termo de vestir por ignorar onde era a inspecção (antes dependia da Inspeção das Caldas da Rainha), nem podia ir a Lisboa pela distância.

Lourinhã pertencia à Inspeção das Caldas da Rainha, e das várias inspecções realizadas à freguesia de Miragaia, entre 1874 e 1912 só um poderá indiciar menor cuidado, o relatório da inspecção de 10 de Abril de 1874, dá nota que por indicação do pároco o Hugobaldo deveria ser transferido, da Ama Maria Gertrudes<sup>417</sup>.

### 3.2 Ofício de Amas

Algumas amas são “profissionais”, vejamos as que receberam mais expostos.

**Figura 18 – A Ama Rosa Joaquina**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		
Ano	mês	dia	Nome	Ano	mês	dia	Nome	Entregou	Faleceu
1856	12	9	Duarte	1857	5	13	Rosa Joaquina	21/7/1863	
1860	2	11	Escolástica	1860	2	13	Rosa Joaquina	1/10/1861	
1861	2	13	Mariana	1861	2	18	Rosa Joaquina	13/3/1862	
1863	7	19	Persio	1863	7	21	Rosa Joaquina	7/3/1865	
1864	5	22	Emerenciana	1864	8	1	Rosa Joaquina	4/9/1865	
1865	6	6	Digno	1865	6	20	Rosa Joaquina		25/9/1865
1868	10	4	Tiburcio	1870	10	21	Rosa Joaquina		

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; Santa Maria do Castelo; S. Lourenço dos Francos.

A Rosa Joaquina é casada com Valentim Dias, ou Valentim Dias Perdigão, Carpinteiro, moradores em Ribeira de Palheiros. Esta Ama é um excelente exemplo quanto à eficácia e aos resultados pretendidos, pois em sete crianças só uma faleceu, em cinco sabemos a data de entrega à Casa, ou passagem para outra Ama, desconhecemos data em relação ao Tibúrcio, mas pelos pagamentos sabemos que ele esteve pelo menos 10 anos com esta família.

Em Agosto de 1861, pela boa criação de Escolástica, recebeu 2.000 réis de gratificação, e no ano a seguir também a mesma gratificação em relação a Mariana.

<sup>417</sup> A.H.S.C.M.L. Relatório da Inspeção das Caldas da Rainha, de 10/4/1874.

Não sabemos se já o seria quando recebeu as crianças, ou se terá sido depois, mas em 1890 no registo de baptismo de um seu neto ela baptizou-o em casa enquanto parteira.

Em 1861 entre Fevereiro e Outubro eram três expostos ao mesmo tempo, duas entre Outubro de 1862 e Março de 1862, eram duas, e o mesmo entre Agosto de 1864 e Março de 1865.

Esta família recebeu 203.565 réis pela criação dos sete expostos, valores entre os 6.800 pelo Digno e os 44.500 pelo Tibúrcio.

**Figura 19 – A Ama Joana Maria**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		Faleceu
Ano	mês	día	Nome	Ano	mês	día	Nome	entregou	
1853	3	15	João	1853	3	21	Joana Maria	28/11/1854	
1853	12	7	Maria	1854	4	24	Joana Maria	20/10/1856	
1858	3	27	Ricarda	1858	3	29	Joana Maria		3/9/1860
1859	2	2	Ignacia	1859	4	11	Joana Maria	11/3/1862	
1861	3	29	Maria	1861	3	30	Joana Maria	9/11/1863	
1862	3	14	Caetano	1862	3	17	Joana Maria	20/8/1873	
1863	4	4	Arnaldo	1863	4	7	Joana Maria		17/7/1865

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; Santa Maria do Castelo; S. Lourenço dos Francos.

A Joana Maria é casada com Francisco Matias, trabalhador, moradores em Carrasqueira, também ela consegue ter um saldo positivo na criação dos expostos, entregando ou passando 5 vivos. Se na família anterior poderíamos ser levados a pensar que por ele ser carpinteiro poderia haver melhores condições económicas, e assim melhor cuidarem das crianças, temos agora um caso de um trabalhador também com sucesso nas mesmas funções.

Entre Julho e Novembro de 1863 a família tem ao mesmo tempo 3 expostos, e dois em vários períodos de 1859 a 1865, um dos expostos o Caetano, está pelo menos durante dez anos. Ou temos falha de informação, ou 4 dos expostos que a família recebeu não tinha filhos recém nascidos, o aleitamento seria de animais? Ou recebia ela e outros criavam, como por exemplo a cunhada Anastácia Maria, moradora no mesmo lugar, que recebeu três entre 1852 e 1859.

A família recebeu 287.515 réis para criar estes expostos, valores entre os 28.255 do João e os 79.000 do Caetano.

**Figura 20 - A Ama Maria Emília**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		
Ano	mês	dia	Nome	Ano	mês	dia	Nome	Entregou	Faleceu
1853	1	7	Victoria	1853	1	12	Maria Emilia		19/9/1853
1856	10	28	Sofia	1856	10	29	Maria Emilia	6/12/1859	
1858	12	4	Maria	1858	12	6	Maria Emilia		14/3/1860
1861	8	10	Leopoldo	1861	8	13	Maria Emilia	5/3/1865	
1863	11	14	Caetana	1863	11	17	Maria Emilia		16/8/1864
1865	12	25	Conrado	1865	12	26	Maria Emilia		31/3/1866
1868	2	16	Roque	1868	2	17	Maria Emilia		16-03-1868

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; Santa Maria do Castelo; S. Lourenço dos Francos.

Esta Ama é casada com João Veloso, trabalhador, moradores em Campelos, por três vezes tem duas crianças ao mesmo tempo, entre Junho de 1858 e Dezembro de 1859, entre Novembro de 1863 e Agosto de 1864, e entre Dezembro e Março de 1866.

Dos 7 expostos só sobreviveram dois.

A Victória quando chegou à família o filho biológico António tinha 13 meses, a Sofia quando chegou a filha Ana tinha um ano, e deve ter falecido, a Maria veio para ao pé do filho Manuel, que tinha um ano, o mesmo tempo tinha a Clementina quando o Leopoldo chegou, assim como os restantes expostos, em relação aos filhos naturais.

O Leopoldo passou em Março de 1865 para Ama do Maxial, mas veio a casar em Campelos, talvez a família tenha mantido contactos com ele.

Estes amos receberam 153.580 réis para criarem estes expostos, com valores que variaram entre os 2.600, para o Roque, em que 2.000 foi para a viagem, e os 47.535 para o Leopoldo.

**Figura 21 - Ana da Conceição.**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		
Ano	mês	dia	Nome	Ano	mês	dia	Nome	entregou	Faleceu
1860	2	28	Julia	1860	2	28	Ana da Conceição	14/7/1863	
1863	7	12	Oséas	1863	7	14	Ana da Conceição	5/9/1873	
1864	21	4	César	1864	8	28	Ana da Conceição		3/9/1864
1866	3	25	Tarquínia	1866	4	14	Ana da Conceição	31/5/1869	
1868	11	23	Clarimundo	1868	11	24	Ana da Conceição	31/5/1870	

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; Santa Maria do Castelo; S. Lourenço dos Francos.

Ana da Conceição é casada com Anastácio Bento, trabalhador, moradores em Cabeça Gorda, a família chegou a ter 3 crianças da Roda, ao mesmo tempo, entre Novembro de 1868 a Maio de 1869.

Parece-nos normal o falecimento do César, pois quando vem para a Ama, o seu filho natural já tinha nascido há mais de 2 anos, e chegou já depois daquele ter falecido havia sete meses, passou a ser amamentado em conjunto com o Oseas.

A Júlia quando chegou à família o filho biológico tinha 16 meses, e com os outros expostos foi sempre próximo de um ano.

Pela boa criação da Júlia a Ama recebeu em Setembro de 1860, a meio do ano de aleitamento, uma gratificação de 2.000 réis.

A Maria Gertrudes, irmã da Ana, também moradora na Cabeça Gorda, recebeu 3 expostos da Roda de Lisboa, entre 1858 e 1862. E um filho desta casou com uma exposta, a Flaviana.

A família recebeu 202.905 réis para a criação destes expostos, com valores entre os 2.585 (inclui 2.000 para viagem) para o César, e os 79.000 para o Oséas.

**Figura 22 - A Ama Maria da Conceição**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		
Ano	mês	dia	Nome	Ano	mês	dia	Nome	entregou	Faleceu
1856	7	17	José	1856	7	21	Maria da Conceição		31/10/1856
1856	6	19	Marcelino	1856	11	20	Maria da Conceição		11/9/1857
1857	7	29	João	1857	8	3	Maria da Conceição		
1860	2	29	Romana	1860	9	4	Maria da Conceição	12-10-1862	
1861	4	10	Jacinta	1862	6	14	Maria da Conceição		

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; Santa Maria do Castelo; S. Lourenço dos Francos.

Maria da Conceição é casada com Joaquim Matias, lavrador, moradores em Carrasqueira

Tanto o João, como a Jacinta estiveram pelo menos até aos dez anos nesta família, há registos desses pagamentos, com a passagem da Romana, de que temos conhecimento ter vivido e casado nesta área, temos mais uma família de sucesso na criação de expostos.

Chegaram a ter três expostos em simultâneo, entre Junho e Outubro de 1862, e durante vários anos o João e a Jacinta.

Os três primeiros expostos chegaram quando a filha biológica Maria, o último dos 10 filhos do casal, já tinha nascido há mais de um ano, o exposto José quando foi recebido colocamos como hipótese que a filha Maria terá falecido com meses de vida, por isso a vinda dum terceiro exposto. Os dois últimos expostos vêm na qualidade de Ama de seco.

A Jacinta é passada da sua filha Maria Leonarda, (ou Maria da Conceição), para a mãe, como Ama de seco.

Analisaremos melhor a recepção de expostos no seio desta “família alargada”, em subcapítulo a que chamaremos amas profissionais na Carrasqueira.

A família recebeu 183.850 réis para a criação dos cinco expostos, com valores entre os 5385 do José, e os 78.000 do João.

**Figura 23 – A Ama Maria Helena**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		
Ano	mês	dia	Nome	Ano	mês	dia	Nome	entregou	Faleceu
1864	1	4	Lucas	1864	1	5	Maria Helena		
1866	9	7	Eusebio	1866	9	12	Maria Helena		2/9/1866
1866	11	2	Valentiniana	1866	11	2	Maria Helena	8/5/1870	
1867	11	12	Triphina	1868	11	12	Maria Helena		13/9/1869
1870	12	24	Atanagildo	1870	12	26	Maria Helena		25/3/1873

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; Santa Maria do Castelo; S. Lourenço dos Francos.

Maria Helena é casada com António Nunes, trabalhador, moradores em Casal da Carvalheira.

Em 1868 há 3 expostos nesta família, Lucas, que sabemos ter ficado com a família pelo menos até aos dez anos, a Valentiniana e a Triphina.

Receberam 183.985 réis para criarem os cinco expostos, com valores entre os 2535, para o Eusébio, que inclui 2.000 para a viagem, e os 80.000 pelo Lucas.

**Figura 24– A Ama Maria Gertrudes**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		
Ano	mês	dia	Nome	Ano	Mês	dia	Nome	entregou	Faleceu
1856	2	18	Angelica	1856	2	19	Maria Gertrudes	9/9/1856	
1858	10	4	Palmira	1858	10	5	Maria Gertrudes		30/10/1858
1858	12	3	Bento	1858	12	6	Maria Gertrudes		26/8/1859
1864	6	17	Hugobaldo	1864	6	20	Maria Gertrudes		
1867	8	17	Josuina	1867	8	20	Maria Gertrudes		6/7/1868

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; Santa Maria do Castelo; S. Lourenço dos Francos.

A Maria Gertrudes é casada com José Francisco, trabalhador, moradores no Casal dos Carvalhos.

O Hugobaldo confirmamos pelos pagamentos que esteve pelo menos dez anos nesta família, mas deve ter sido transferido em 1874, na sequência do relatório da inspeção que apontava essa necessidade pela verificação do pároco<sup>418</sup>.

<sup>418</sup> A.H.S.C.M.L. Relatório de Inspeção das Caldas das Caldas da Rainha, de 10/4/1874.

A família tinha consigo duas crianças da Roda entre Agosto de 1867 e Julho de 1868. Receberam 126.825 réis para a criação destas crianças, valores entre os 1.385 para a Angelica, e os 80.000 para o Hugobaldo.

Porque para o mesmo período do estudo consultámos todas as amas da freguesia de S. Lourenço dos Francos, a próxima família e os respectivos expostos não fazem parte do estudo, mas tendo recebido 10 expostos de Lisboa, julgamos ser pertinente como exemplo deste “profissionalismo” das Amas.

**Figura 25 – A Ama Luiza Maria**

Entrada			Exposto	Para Ama			A Ama		Faleceu
Ano	mês	dia	Nome	Ano	Mês	dia	Nome	Entregou	
1856	2	27	Augusto	1856	2	27	Luiza Maria		12/8/1856
1856	3	8	Balbina	1856	3	11	Luiza Maria		9/6/1856
1856	6	14	Bernabé	1856	6	16	Luiza Maria		10/9/1856
1857	9	9	Anselmo	1857	9	15	Luiza Maria	9/12/1860	
1858	9	28	Elvira	1858	9	29	Luiza Maria		5/2/1859
1861	1	6	Telesforo	1861	1	7	Luiza Maria		27/9/1862
1861	12	21	Geraldo	1862	2	25	Luiza Maria	26/8/1862	
1866	12	21	Rosindo	1866	12	24	Luiza Maria		22/6/1868
1867	9	8	Maria	1868	1	2	Luiza Maria	20/2/1868	
1867	9	8	Alarico	1868	2	20	Luiza Maria	2/3/1871	

Fonte: A.S.C.M.L., Registo de Amas por Concelho; S. Lourenço dos Francos.

A Luiza Maria é casada com Joaquim José Gomes, trabalhador, moradores em Miragaia.

Logo em 1856 tinha duas crianças ao mesmo tempo, novamente entre Setembro de 1858 e Dezembro de 1860, bem como em 1868, e neste ano “trocou” no mesmo dia a Maria pelo Alarico, como sobressai da Figura 25, sinalizado a cor.

### ***Amas Profissionais na Carrasqueira e Marteleira***

Como já o dissemos efectuámos o levantamento de todas as amas da freguesia de S. Lourenço dos Francos, constantes nas fichas desta freguesia, mas o nosso estudo foca somente as da área de residência. Mas para melhor se avaliar a influência das relações familiares na recepção dos expostos, esta análise deste subcapítulo abrange também o lugar de Marteleira.

A Maria da Conceição, casada com Joaquim Matias, moradores na Carrasqueira, supra referidos, como já vimos receberam cinco expostos, entre 1856 e 1862.

Também no âmbito das amas que receberam mais expostos está acima referida a Joana Maria, casada com Francisco Matias, moradores também na Carrasqueira, recebeu sete

expostos, entre 1853 e 1863.

Eugenia Maria, casada com António Matias, moradores na Marteleira, recebeu seis expostos entre 1854 e 1874

Uma irmã daquela Maria da Conceição, a Margarida da Conceição, casada com Francisco Vicente, moradores na Marteleira, recebe um exposto em 1855.

Uma cunhada da Joana, a Anastácia Maria, casada com Joaquim Lourenço, irmão da Joana, moradores na Carrasqueira recebeu três expostos entre 1852 e 1858.

Maria José, casada com Luiz Simão, moradores na Marteleira, é irmã daquela Eugenia, recebeu uma exposta em 1860.

As 3 primeiras mulheres são cunhadas umas das outras, duas são irmãs duma delas, e a cunhada de outra a viverem a uma distância de dois km, receberam em conjunto 23 expostos.

Mas como já vimos aquela Maria da Conceição recebeu de sua filha, Maria Leonarda, a exposta Jacinta, em Abril de 1861, que terá amamentado com a sua filha biológica Maria, nascida em Julho de 1860, mas como ia ser mãe em Outubro de 1862, passou a exposta Jacinta para a mãe 4 meses antes do filho Joaquim nascer, e assim pode receber outro exposto para criação de leite, e manter um salário mais elevado, foi o que aconteceu, em Novembro de 1863, recebeu o Dagoberto, e mais uma vez só por um ano, no Novembro seguinte recebeu a Eucharia, voltou a ser mãe em Março de 1866, e em Março seguinte recebe a Materna tendo ainda o Dagoberto, temos uma profissional Ama de leite. Esta Maria Leonarda recebeu no total 4 expostos, entre 1861 e 1867.

Uma outra filha daquela Maria da Conceição, irmã desta Maria Leonarda, a Dolovina, ou Ludovina da Conceição, casada com Joaquim Amaro, moradores na Cabeça Gorda, também muito próximo de Carrasqueira, recebeu dois expostos, em 1866 e 1867.

Só a exposta Jacinta passou por duas destas Amas, são pois 27 os expostos de Lisboa entregues a esta teia familiar, entre 1852 e 1874, e uma entre 1875 e 1878.

No ano de 1862 chegaram a viver nestas famílias, em simultâneo, 8 expostos de Lisboa. Em termos económicos só temos recolhida a informação das famílias da área em estudo, neste caso moradoras na Carrasqueira e Cabeça Gorda, em conjunto receberam 621.750 réis para a criação daquelas crianças.

Pela leitura dos registos paroquiais de S. Lourenço dos Francos, nomeadamente dos óbitos, vemos que, o “serviço de ama” não ficava só pelas crianças das Rodas dos expostos, havia pais de crianças de Lisboa, e outros lugares a entregarem os seus filhos para serem aqui criados.

Entre 1728 e 1802 há óbitos de nove crianças que estavam a ser criados por amas de Marteleira, Miragaia, Casalinho das Oliveiras, e, Ribeira de Palheiros, sendo aquelas oriundas

de Lisboa (6), de Vila Facaia (2) e de Maceira (1) lugares do concelho de Torres Vedras<sup>419</sup>.

Em dois dos casos sabe-se o nome dos pais e a rua onde moravam em Lisboa, só um aparenta ser uma família com mais poder económico, em Setembro de 1802

“...faleceu Honório, filho de Manuel Caetano Soares de Araújo e de D. Gertrudes Maria, da cidade de Lisboa, cujo estava criando de leite Luiza Maria, mulher de Antonio Rodrigues, assistentes em Miragaia...”<sup>420</sup>.

Esta prática de receber e criar crianças continuou ainda por alguns anos nesta região, mesmo sem o apoio da Santa Casa. Nos registos de óbitos de S. Lourenço dos Francos entre 1898 e 1904 há sete crianças falecidas, cuja naturalidade é de Lisboa e aqui estavam a ser criadas, algumas talvez ainda com apoio da Misericórdia de Lisboa, mas outras por conta dos pais.

Este serviço de aleitamento mercenário que estava baseado na amamentação humana, perde importância a partir do início do século XX, quando passa a ser seguro o uso do biberão por via da sua esterilização. A partir desta data a alimentação artificial está facilitada com recurso ao leite de vaca<sup>421</sup>.

### 3.3 O Salário das Amas

As amas poderiam levar crianças expostas sem qualquer recebimento, beneficiando só dos privilégios que essa “função” lhe permitia obter, (e que vinham já desde o tempo do Rei D. Manuel I) nos expostos que estudámos nenhum veio exclusivo e unicamente pelos privilégios, sem qualquer remuneração.

Para o século XVIII dos poucos casos por nós estudados damos como exemplo a exposta “Barbara”, entrou na Casa em 2 de Novembro de 1748, foi entregue a 21 do mesmo mês à Ama Vicência Pereira, casada com Domingos Martins, trabalhador, morador no Casal das Albergarias, onde esteve até 10 de Junho de 1750, receberam 480 réis, no primeiro dia, que deve ser para a viagem, receberam ano e meio a 1.200 réis mês. Em 10 de Junho de 1750 a exposta foi entregue a Catarina Gomes, viúva de Domingos Ferreira, moradora no Casal do Bom Sucesso, mesmo ao lado das Albergarias, que se obrigou a criá-la “por Amor de Deus”, como se fosse sua filha, e de como se obrigava ao referido com sua pessoa e bens<sup>422</sup>.

A modalidade de se criarem expostos “por Amor de Deus”, só a encontramos para amas de Seco, e na fase antes de 1850.

Para o período em que nos centramos, entre 1851 e 1870, os montantes dos salários das amas foram:

---

<sup>419</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 3, pp. 143-176.

<sup>420</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 4, p. 26.

<sup>421</sup> DIAS, Ana Rita Menezes, *op. cit.*, p. 21.

<sup>422</sup> A.H.S.C.M.L. Livro Conhecimento de Amas, nº 43, p. 505.

Amas de leite para o período de 12 meses, a receberem 1.600 réis mensais

No 2º ano 1.100 réis mensais, a partir de 1861 passou a ser 1.000 por mês, e para 2 anos.

Para o 3º ano 900 réis por mês, a partir de 1861 era contratado o 2º e 3º ano a 1.000 réis. Seguiam-se 4 anos a 500 réis.

Concluía com 3 anos a 300 réis mensais.

Nesta fase, e mesmo antes, a Santa Casa suportava o custo da criação dos expostos durante 10 anos. Terá possivelmente ter-se iniciado quando era o Hospital a ter a responsabilidade da criação dos expostos, e continuado, mesmo após o Alvará de 31 de Janeiro de 1775, que determinava que após os sete anos “passados os quais não se lhes contribuirá com mais alguma coisa”<sup>423</sup>.

Em Santarém para o período estudado por Fátima Reis, até 1710, o Hospital local suportava custos com a sustentação dos seus expostos “dos seis aos dez ou doze anos de idade”<sup>424</sup>, parece ser pois uma regra usual pelos Hospitais dos expostos, a criação até aos 10 anos.

A Virgínia, a primeira exposta do principal período deste estudo, foi entregue à Ama 14 dias depois de entrar na Roda foi contratado o pagamento de onze meses a 1.600 réis, seguindo-se um ano a 1.100 réis, o ano seguinte a 900 réis, seguem-se quatro anos a 500 réis, e conclui-se com três anos a 300 réis, neste caso totalizou 76.400 réis, porque no início já tinha passado meio mês, descontaram o mês inteiro.

Por cada exposto que concluísse o tempo máximo de 10 anos havia um custo de 78.000 réis para a Misericórdia; só temos dois casos, o dos expostos Marcos, entregue à Ama Joaquina Rosa em Março de 1852, e João Ricardo, entregue à Ama em Agosto de 1857.

Durante alguns anos as melhores amas de aleitamento eram gratificadas com 2.000 réis, e nesta área foram seis a receber este prémio, já supra nomeadas, entre 1858 e 1862.

A partir de 1862 passa a ser regra atribuir uma ajuda para a viagem, para esta área geográfica era inicialmente de 1.000 réis. A partir do ano de 1864 passou para 2.000 réis para quem vivesse na freguesia de Miragaia, mantendo-se os 1.000 para quem vivesse ali ao lado, mas na parte de Torres Vedras. Por vezes para os que habitavam na freguesia de Miragaia o valor era de 1.500 réis. Já no século XX, há uma ajuda de 3.000 réis e outra de 4.500, este último valor já foi pago em escudos 4\$50, em 1914.

É pois devido a gratificações, ou ao apoio para a viagem, que houve oito amas a receberem 79.000 ou 80.000 réis pela criação de expostos entrados entre 1859 e 1868.

No grupo de expostos entrados posteriormente à fase do anonimato, em que no nosso levantamento se inicia a partir de 1895, e do qual temos 20 crianças, sobem os valores pagos às

---

<sup>423</sup> BRANDÃO, et al., *op. cit.*, p. 18.

<sup>424</sup> REIS, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 79.

Amas. No ano de aleitamento é de 1.800 réis por mês, de 1.200 réis nos dois anos seguintes, e de 800 réis nos três seguintes, havendo alterações a partir de 1915, neste ano há uma Ama que começa a receber o equivalente a 3.000 réis por mês para amamentar o exposto durante nove meses, mas na verdade foi para onze meses, o que dá um valor mensal de 2.450 réis, seguiram-se dois anos a 1.800 réis por mês, e depois a 1.200 réis/mês, em 1915 já era 1\$50, o equivalente a 1.500 réis, e de 1923 a 1925 foi de 3.500 réis.

Os valores recebidos pelas amas neste período do início do século XX são muito diferentes, mas também o custo de vida o era. Há um caso em que a Ama recebeu em escudos o equivalente a 269.400 réis, para criar um exposto durante 9 anos e nove meses, iniciado em 9 de Julho de 1915 e até 9 de Abril de 1925.

Nos anos em estudo, entre 1849 e 1925 o total de receita recebida foi de 5.069.924 réis, (com a conversão para esta moeda dos últimos pagamentos efectuados em escudos), mas como vimos nos últimos anos há uma grande inflação, pelo que também nesta vertente financeira será melhor analisarmos essencialmente a fase da exposição anónima, que terminou em 1867, e no nosso caso consideramos, pelos registos recolhidos, até 1870.

Para as datas de entrega de expostos às amas entre 1849 e 1870, a Misericórdia de Lisboa pagou 4.054.789 réis, para cuidarem de 128 expostos, sendo que os últimos pagamentos foram em 1878.

Na primeira “década” das entregas das crianças entre 1849 e 1860, as amas receberam 2.047.669 réis para a criação de 72 expostos.

Na segunda década de entrega dos expostos às amas, entre 1861 e 1870, para criarem 56 crianças aquelas receberam 2.007.120 réis.

### ***Local de recebimento do pagamento***

Como já referimos, a distância de Campelos a Lisboa, é cerca de 70 km, o que para a época em estudo é uma distância grande tendo em conta as condições de locomoção das pessoas, julgamos que a maioria recorreria a intermediários para receberem os pagamentos a que tinham direito.

Se não apresentassem a criança teriam de levar um atestado do Pároco, e isso bastava para receberem, o que possibilitava que uma Ama ou o marido dela levasse mais de um documento e receber o pagamento pela criação de vários expostos, ou, mesmo outra pessoa.

Com o aumento do número de expostos diariamente chegavam à Santa Casa dezenas ou centenas de pessoas para receberem os seus pagamentos, sem que a Casa estivesse preparada para uma rápida resposta; é a própria entidade que o reconhece, no seu relatório de 1860-61:

“o espectáculo aflitivo de um páteo atulhado de amas, vindas algumas de grandes distâncias (vinte e vinte e cinco léguas) com os expostos nos braços, e esperando um e muitas vezes mais dias para receber o exíguo salário, que era entregue ao rebatedor à saída do estabelecimento, bradava por prontas providências”<sup>425</sup>.

Para ultrapassar este problema a Mesa, logo no início de 1861, deliberou passar a fazer pagamentos descentralizados, em lugares mais próximos das localidades onde residiam as amas dos expostos. Criou três novas Pagadorias, em Leiria, Caldas e Sobral, onde colocou um empregado, estabeleceu regras de funcionamento via Regulamento Provisório para os Inspectores ali colocados.

Assim tornou-se mais fácil, pela proximidade, receber os salários contratados com as Amas, as do concelho da Lourinhã iam a Caldas da Rainha, e as do concelho de Torres Vedras ao Sobral de Monte Agraço, o que representa cerca de metade da distância a percorrer.

### 3.4 As Amas: Caracterização e Cuidados

O Alvará de 18 de Outubro de 1806 define regras quanto à inspecção:

(...) deverá fazer-se todos os meses a visita dos expostos; e daqueles que forem em lugares distantes, donde as amas não possam comodamente trazer os mesmos expostos á visita, se poderão nomear pessoas de probidade, que o façam: depois do tempo da criação de leite em diante, sempre se fará a visita a todos os expostos uma vez no ano; na visita se providenciará o que for necessário sobre o bom trato, criação, e educação dos mesmos expostos; e se as amas são pagas dos seus ordenados (...) <sup>426</sup>.

Posteriormente, parece ter havido “Visitadores” é este a identificação que encontramos como responsabilidade que ama tinha assim que recebesse a criança, apresentar-se “ao seu respectivo Pároco, ou Visitador”, esta e outras regras eram-lhes entregues num certificado, como se pode ver no anexo 9.

A Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nomeada em 1 de Setembro de 1860, encontrou “um espectáculo aflitivo de um Páteo atulhado de amas” era uma constante aglomeração de amas, sendo uma das suas primeiras acções criar novas regras:

Para as amas residentes nas localidades mais importantes e mais remotas passaram a receber os seus salários na proximidade de suas casas em terras convenientemente escolhidas, aonde os mercados e mais circunstâncias as chamam a miúdo. Estes benefícios correspondem a um acréscimo de salário, e tem por consequência certa o aumento na procura dos expostos, e portanto devem diminuir no estabelecimento a população e a mortalidade.

Passou a haver um livrete por exposto em que só o pároco, o facultativo, o regedor e o inspector

---

<sup>425</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, Relatório de Gerência de 1861.

<sup>426</sup> RIBEIRO, José Silvério, *op. cit.*, p. 154.

assentam todo o serviço relacionado com a criança, facilitando a fiscalização, e impedindo o penhor, uma vez que não se pode separar do exposto<sup>427</sup>.

Às amas que iam a Lisboa davam-lhes hospedagem, deixou de haver concentração de amas e acabaram com os Rebatedores que por ali viviam do serviço de intermediários dos pagamentos às amas, adiantando dinheiro, em valor inferior, e depois recebiam da Santa Casa, com a substituição do certificado, que era possível o Rebatedor levar, pelo livrete, nas condições supra referidas.

Formaram três distritos dos concelhos em que mais abundam os expostos, e onde convém pouco a pouco reuni-los, estabelecendo três pagadorias nos pontos que pareceram mais próprios: Sobral, Caldas, Leiria. Mandando para estas localidades três empregados competentemente abonados, vencendo o ordenado de 12.000 réis, e autorizados a receber das amas 20 réis de cada mensalidade que lhes pagam. Pareceu conveniente interessar o inspector em ter mais expostos, e as amas suportam satisfeitas um pequeno sacrifício, que lhes poupa incómodos e despesas, e já não concorrem à Tesouraria da Santa Casa, onde podem receber sem desconto algum. Os inspectores têm dias certos, sendo um deles o dia do mercado no lugar, para o pagamento dos salários; no resto da semana visitam as amas e os expostos, e fazem a efectiva tutela que a Santa Casa deve a todos os seus filhos, e não pode limitar só aos que vivem em Lisboa, como estava acontecendo<sup>428</sup>.

Com a poupança nos custos com as amas internas conseguem pagar os ordenados destes inspectores, e “compensa de sobejo”, pelo que ponderam criar outras pagadorias<sup>429</sup>.

As Pagadorias, ou inspecções referidas abrangiam as seguintes áreas:

**Sobral de Monte Agraço**, os concelhos: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Mafra, Torres Vedras, e, Vila Franca de Xira. (O Concelho de Sobral tinha sido extinto em 1855, integrado no de Arruda, e só foi restaurado em 1898)

**Caldas da Rainha**, os concelhos: Alcobaça, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, e, Rio Maior. (os concelhos de Nazaré e de Bombarral, estavam integrados respectivamente nos concelhos de Leiria e de Óbidos)

**Leiria**, os concelhos: Batalha, Leiria, Ourém, Pombal, e, Porto de Mós. (o concelho de Marinha Grande fazia parte do concelho de Leiria)

A área do nosso estudo é abrangida pelas inspecções de Caldas da Rainha e Sobral de Monte Agraço, sendo as divisões de abrangência os limites dos concelhos.

No Sobral os registos existentes dos primeiros pagamentos são de Julho de 1861, nas Caldas são do mês anterior.

Desses primeiros pagamentos no Sobral verifica-se o pagamento do exposto Leopoldo, foi pago em 17 de Novembro de 1861, 4.800 réis à Ama Maria Emília, dos Campelos. E nas

---

<sup>427</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, Relatório Gerência, Ano de 1860-1861, 1861, p. 4.

<sup>428</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, Relatório Gerência do Ano de 1860-1861 1861, pp. 4-5.

<sup>429</sup> *Ibidem*.

Caldas em 12 de Junho de 1861 a Ama Eugenia Maria, da Marteleira, recebeu 4.800 réis, pela criação do exposto Joaquim<sup>430</sup>.

Estas Inspecções não terão funcionado bem, a Mesa da Santa Casa reconhece que as inspecções “têm deixado de satisfazer sem motivo autorizado as visitas ordenadas pelo artº 6º do regulamento de 4 de Janeiro de 1861” o que levou a Mesa a criar o lugar de Inspector Geral, para “fiscalizar os expostos existentes nos concelhos que não têm inspecção, outrossim de conhecer da maneira por que é desempenhado o Serviço das referidas inspecções<sup>431</sup>.”

Em 1873 é aprovado e publicado o Regulamento para o Serviço dos Inspectores, onde se cria o lugar de Inspector Geral, mantém-se a maioria dos artigos do regulamento anterior, acrescentam-se mais regras, nomeadamente: permite-se que as amas recebam via procurações por elas assinadas, define-se o pagamento a herdeiros, formas de liquidação, e criam-se em anexo modelos tipo das circulares e outras informações a serem usadas pelos inspectores e pelos Párcos<sup>432</sup>.

Nos primeiros relatórios efectuados após a entrada em vigor do Regulamento definitivo, de 1873, realizados em Abril de 1874, na área da Inspecção das Caldas da Rainha estavam 3.584 expostos, e na área do Sobral de Monte Agraço eram 1.672, o que perfaz um total de 5.256 expostos. Nesta data só foram visitados 2.894, respectivamente 2.266 e 628 em cada uma daquelas inspecções.

É sobre os que foram visitados que os relatórios nos dão a informação mais pormenorizada.

Estas visitas aos expostos eram presenciais, ou com atestados dos párcos, fica-nos algumas dúvidas sobre o método mais usual pelo inspector das Caldas da Rainha. Mas, pelos pormenores do inspector do Sobral percebemos que as visitas foram presenciais, este lamenta-se do esforço que estas visitas representaram, e do curto prazo estipulado para essas visitas.

O inspector do Sobral só conseguiu visitar em Abril 37% dos expostos que estavam na sua área de abrangência, apesar de “principiar os trabalhos às 6 horas da manhã e terminar sempre depois das oito da noite,” justifica assim “as causas que contribuiram para retardar a execução”:

1º lugar as grandes distâncias duns para os outros dos domicílios dos expostos, que regulam vulgarmente 2 a 5 kilómetros, algumas vezes mais, em uma área montanhosa e provada ainda de fáceis vias de comunicações.

2º não ser fácil encontrar os expostos a hora prefixa, tendo-me por vezes visto obrigado a esperar uma hora ou mais.

3º a ignorância local das pessoas pelos nomes de baptismo, vulgarmente substituídos por alcunhas, não mencionadas no registo oficial das amas.

---

<sup>430</sup> A.H.S.C.M.L. Inspecções de Sobral e das Caldas, livros de pagamentos.

<sup>431</sup> MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, Regulamento Serviço das Inspecções, 1873.

<sup>432</sup> *Ibidem*.

Em regra os expostos encontravam-se razoavelmente bem cuidados, como supra referimos onde escrevemos sobre as Amas, nos bons e nos maus exemplos.

Com uma taxa de expostos em estado aceitável em 93,8% e de 82% respectivamente para o Sobral e para as Caldas.

Explicitamente por maus tratos, só um caso no Sobral e 6 nas Caldas, embora com descrições diferentes, pelos primeiros relatórios desse ano de 1874, nestas inspecções é possível apercebermo-nos da importância dos Inspectores, ou Visitadores, na defesa dos expostos, nas Caldas da Rainha acresce aqueles 6 mais 10 expostos que foram transferidos pelas seguintes razões:

- 4 - pelos maus exemplos das suas Amas
  - 4 – por as amas não lhes prestarem a devida educação
  - 1 – o exposto recorre à caridade publica, pedindo esmola por ordem da própria Ama
  - 1 – a ser recebido pela Santa Casa, por estar doente e ama não poder tratar o exposto.
- Há diversas irregularidades encontradas, nomeadamente:

**Figura 26 – Resumo das Irregularidades detectadas pelas Inspecções**

	Caldas	%	Sobral	%
Fugidos, ou não encontrados	12	0,5%	11	1,8%
Falecidos			6	1,0%
Foram transferidos, por:				
falecimentos das amas	43	1,9%		
Amas não terem meios suficientes	73	3,2%		
Devem ser transferidos por não se acharem na casa das amas antigas, ou por estas não quererem continuar a ter a seu cargo	194	8,6%	31	4,9%

Fonte: A.S.C.M.L., Inspecção às Amas dos Expostos; Caldas da Rainha; Sobral de Monte Agraço.

Há ainda os expostos encontrados doentes, mas em tratamento, 16 nas Caldas, e 21 no Sobral.

Destes relatórios as referências à nossa área em estudo são somente na freguesia de Miragaia, resultado da inspecção realizada em 10/4/1874, pelo inspector João Evangelista Cardoso.

**Figura 27 – Irregularidades na Inspeção das Caldas, em expostos da área em estudo**

Exposto	Livro	folha	nº	Ama	Observações
Rufino	52	345	930	Antonio Gabriel	está a servir no Seixal, freg. de Lourinhã
Mariana	74	309	809	Gertrudes da Conceição	A ama morreu, está com o viúvo
Amaro	61	175	681	Henriqueta Maria	está a servir na Ribeira
Reginalda	114	315	374	Maria Cândida	Parece que a ama é falta de meios
Fabia	87	223	937	Maria do Espirito Santo	Os amos são falta de meios
Hugobaldo	98	29	1381	Maria Gertrudes	verificou o Pároco, deve ser transferido
Jacinta	71	321	149	Maria Joana	A ama morreu, está com o viúvo
Peregrino	92	113	65	Valentina de Jesus	A ama tem falta de meios

Fonte: A.S.C.M.L., Inspeção às Amas dos Expostos; Caldas da Rainha,.

Noutras datas e noutros relatórios, há mais algumas informações sobre expostos que vieram para a área deste estudo.

Da Inspeção na freguesia de Miragaia em 28/9/1875 foram inspecionados 32 expostos, a regra é “Em bom Estado”, excepto<sup>433</sup>:

Reginalda, que está com a Ama Maria Cândida, de Marteleira, por informação do Pároco deve ser transferida, ofício ao administrador do Concelho em 17/10/1875, para ser intimada a ama para entregar.

Fábia, criada pela Ama Maria do Espirito Santo, de Miragaia, que por informação do Pároco deve ser transferida porque a ama é falta de Juízo, ofício ao administrador do Concelho em 17/10/1875, para ser intimada a ama a fazer entregar a exposta.

Dagoberto, que está na Ama Maria Gertrudes, Casal do Grilo, há pedido do Pároco dos papéis, livrete e declaração.

Peregrino, que estava com a Ama Valentina de Jesus, tinha sido transferido em 27/10/1875, remetido o livrete em 4/11/1875.

Coleta, confiada à Ama Maria da Conceição, da Marteleira, desde Setembro de 1864, com seis anos, por ofício do Pároco, consta que a exposta fugira para a Vila da Lourinhã, teria então 17 anos.

Da inspeção na freguesia de Miragaia em 27/9/1876 foram inspecionados 27 expostos, a regra é “Em bom Estado”, excepto<sup>434</sup>:

Reginalda, supra referida, volta a ser referida pelo inspector:

Quando fiz a última visita neste concelho informou o Pároco mal em respeito à ama, foi avisada, depois intimada pelo administrador do Concelho para a entregar na Stª Casa, a que não deu cumprimento, o Pároco continua a informar mal da ama.

<sup>433</sup> A.H.S.C.M.L. Inspeção das Caldas, pasta nº 33.

<sup>434</sup> A.H.S.C.M.L. Inspeção das Caldas, pasta nº 56.

O mesmo sucede com Fábria, também com a mesma Ama:

Na ocasião da última visita que foi feita nesta freguesia informou o Pároco mal desta ama, aviso para entregar e mais tarde pelo administrador do Concelho foi intimada para a ir entregar na Santa Casa, o que não cumpriu, e o Pároco e a vizinhança continuam a informar mal dos amos.

Vemos que as ordens dadas pelos inspectores nem sempre eram cumpridas, como aconteceu com a exposta Reginalda, que em 1875, foi solicitado ao Administrador do Concelho para intimar a ama para o entregar, mas no ano seguinte tudo continua na mesma, o mesmo aconteceu com a exposta Fábria que por informação do pároco devia ser transferida porque a Ama é “falta de juízo”, foi intimada para entregar a criança, mas no ano seguinte ainda não tinha cumprido, e o pároco e vizinhança continuam a informar dos amos e assim continua pelo menos até o ano de 1879, tendo nesta ano a Fábria ido com os amos morar para Lisboa.

Não sendo um caso desta área em estudo, mas da Inspecção das Caldas, é um exemplo de casos reais, a exposta nº 210, declara o inspector, que se acha vivendo amancebada com o filho da ama, contando ter a exposta dado à luz uma criança, filho daquele individuo.

#### *Avaliando o valor actual dos salários pagos às Amas*

Para uma melhor percepção sobre se as Amas eram ou não bem pagas, precisamos de comparar com outros salários, ou custos de produtos alimentares.

A comparação mais real, por ser mesmo local e referente a um mesmo ano, é possível de efectuar com Gouveia Pinto ainda Juiz de Fora em Torres Vedras.

Sabemos o valor pago às amas, a jorna que um trabalhador agrícola ganhava, e o custo dos géneros alimentares.

Estamos no ano de 1814:

- as amas de leite pela criação dos expostos recebiam, por mês, 1.600 réis da Roda de Torres Vedras, e 2.000 réis das crianças da Roda de Lisboa.
- A jorna diária máxima (homem) para o concelho de Torres Vedras era de 400 réis a seco, e de 200 com comer<sup>435</sup>.
- Um alqueire de centeio custa em média 620 réis, de trigo 700<sup>436</sup>.

Pela Jorna vemos que a ama recebe por mês o equivalente a 4 dias de trabalho homem, se dum exposto de Torres Vedras e cinco dias se for de Lisboa.

Mas como quem trabalhava à jorna havia períodos do ano em que não obtinha trabalho diário, nomeadamente no Inverno, ficando por vezes semanas sem trabalho, e o salário das amas

---

<sup>435</sup> A.M.T.V. Livro nº 25 de Acórdãos da Câmara de Torres Vedras, p. 57, vide Anexo 5.

<sup>436</sup> A.M.T.V. Livro de Acórdãos da Câmara de Torres Vedras.

estava certo mensalmente, comparativamente, vamos considerar que não trabalhavam quatro semanas (de cinco dias de trabalho) por ano, assim o valor médio de jorna diária desce para os 370 réis. Com esta correcção as amas recebem o equivalente a 4,3 jornas diárias se o exposto é de Torres Vedras, e 5,4 se for de Lisboa.

Hoje a jorna de um trabalhador agrícola nesta mesma região ronda os 40 € dia, assim teríamos um valor mensal a receber pela Ama entre os 172 e os 216€, consoante a proveniência da criança. Em valores diários dá entre 5,7 e 7,2€.

Actualmente nesta mesma região é possível encontrar uma ama para crianças bebés por 100€/mês, embora seja só em período diurno, e sem a comida. Há muitas pensões de alimentos pagas por pais separados, entre os 100 e os 120€. Vamos considerar o custo mensal de uma criança em amamentação de 220€ por mês.

Hoje há muito mais cuidados com as crianças, vai-se mais ao médico, são as fraldas descartáveis, os cremes, as papas, as roupinhas diversas, os sapatos, há pois um custo superior ao da época, em que ida ao médico não se fazia, só mesmo em casos muito graves, as fraldas eram de pano e iam sendo lavadas, os cremes não eram usuais, as papas eram de farinha, o vestir era simples e até romper, sapatos não se usavam, e, no caso dos expostos de Lisboa vinham com roupa.

Em Coimbra para esta mesma data o salário era de 1.200 réis<sup>437</sup>, menos 400 réis mensais, e, o custo de vida nestes meios rurais não devia ser muito diferente para com a região Oeste, diferença considerável com a Roda de Torres e ainda maior com a de Lisboa, de 800 réis.

A diferença é ainda maior em Póvoa do Varzim, no mesmo ano, 1814, as amas recebiam 1.000 réis pela criação de leite, metade do valor pago em Lisboa e menos 600 réis do que pagava a Roda de Torres Vedras<sup>438</sup>. O mesmo valor de 1.000 réis pagavam em Trancoso, em 1819<sup>439</sup>.

Em termos de géneros os 1.600 réis davam para comprar 2,5 alqueires de centeio, e 2,3 de trigo, no caso de serem pagas por Lisboa 3,2 de centeio e 2,9 de trigo.

Para Meda, Maria Antónia Lopes que fez a avaliação tendo como referência o preço do alqueire de centeio, que ali se praticava e dando o salário das amas dava para comprar entre 2 e 3 alqueires, levando-a considerar que é um baixo salário<sup>440</sup>.

Para o Minho, Teodoro da Fonte concluiu que naquela área o valor pago às amas só

---

<sup>437</sup> LOPES, Maria Antónia, *As Mulheres e a Família na Assistência aos Expostos de Coimbra (Portugal) 1708-1839*, in *Caderno Espaço Feminino* Vol. 26, nº 2. Uberlândia: Universidade Federal Uberlândia, Centro de Documentação e Pesquisa em História, 2013, p.298.

<sup>438</sup> LEANDRO, Joana M. Fernandes, *Os Expostos da Póvoa de Varzim: 1792-1836*, Tese de Mestrado, Repositório da Universidade de Lisboa, 2008, p. 30.

<sup>439</sup> DINIZ, Leonor do Céu P. Rocha, *A Protecção à Infância abandonada em tempos de conflito: os Expostos de Trancoso (1803-1825)*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras, Repositório Digital, Universidade de Coimbra, 2011, p. 92.

<sup>440</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os expostos de Meda [...]*, p. 150-151.

dava para comprar “um alqueire de trigo, ou dois de milho”, no que concordamos serem “claramente salários muito baixos”<sup>441</sup> pela comparação com os valores recebidos nesta área, Um alqueire de trigo, leva 11kg, vai para o moleiro, que mói o trigo, separando os farelos e o rolão, ficando no fim 6 kg de farinha, mas quem entregara o alqueire de trigo só leva para casa 4 kg de farinha, porque dois ficam para os custos da moagem efectuada pelo moleiro, era a chamada “maquia”. Julgamos que para o centeio em tudo devia ser semelhante. Com os quatro kg de farinha que vinha para casa coziavam-se quatro pães.

Em 1863 os 1\$600 réis mensais que as amas de leite recebiam era igual ao ordenado de servente na Misericórdia de Lisboa<sup>442</sup>, o que representa uma boa ajuda financeira no rendimento familiar de quem vive fora de Lisboa com um menor custo de vida e a poder fazer as suas tarefas domésticas normais. Uma enfermeira recebia 2\$000 réis por mês<sup>443</sup>.

Quando se entregavam os expostos às amas de leite, aqueles “vão vestidos todos de novo, e levam duas camisas, dois coeiros, uma envolta, um còvado de baeta, roupinhas, e touca; e aos seis meses de criação de leite, se lhes torna a dar outro vestuário, quando o exposto não está maltratado”<sup>444</sup>, julgamos que haveria reposição de roupa sempre que se renovavam os contratos da criação de seco.

Além do dinheiro, a ama e família obtinham outros privilégios, estabelecidos desde D. Manuel I. Em 1502, isentava do pagamento de *sisas, fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos, que pelo concelho onde for morador sejam lançados*, estes privilégios mantiveram-se e foram aumentados ao longo dos anos. Em 1695 os maridos e os filhos das amas passam a estar isentos de *servir nas companhias de ordenanças e ir aos alardes e exercícios*<sup>445</sup>.

Consideramos que as amas nesta área em estudo eram bem pagas, pelas justificações supra referidas, e, se outras informações faltassem, a quantidade de expostos recebidos em toda a área Oeste, seria inferior, ninguém se daria ao trabalho e despesas nas deslocações necessárias para receber a criança e ir periodicamente ao local da recebedoria, que primeiro era em Lisboa e mais tarde nos lugares que tinham inspecções sediadas.

Pensamos que o mesmo valor pago às amas, seria insuficiente para as amas a viverem em Lisboa, onde, ontem, como hoje, o custo de vida é mais caro, e não há a facilidade de se cultivar a terra e dela obter produtos alimentares.

---

<sup>441</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *op. cit.*, p. 346.

<sup>442</sup> Orçamento de Estado, *Orçamento para o ano Económico 1863-1864*, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Hospital dos Expostos de Lisboa, 1863.

<sup>443</sup> *Ibidem*.

<sup>444</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim, *op. cit.*, pp. 142-143.

<sup>445</sup> GOODOLPHIM, Costa, *op. cit.*, pp. 75-76.

## **4. Inserção de Expostos na Região: Impacto Demográfico**

### **4.1 Distribuição dos Expostos de Lisboa e os Censos Populacionais de 1864**

Com base nos primeiros censos populacionais realizados em Portugal, no ano de 1864, e no relatório da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do mesmo ano podemos ver o impacto demográfico dos expostos de Lisboa, em cada concelho para onde os mesmos eram enviados.

Ressalva-se que há uma diferença temporal de 6 meses, os censos são para o dia um de Janeiro e o número de expostos é do dia 30 de Junho, haverá diferenças, mas julgamos ser pouco significativa, onde sabemos haveriam também os expostos entrados nas Rodas dos Concelhos.

Consideramos os expostos de Lisboa como residentes, tendo por base as “instruções que fazem parte do decreto de 23 de Julho de 1863, para se levar a efeito o recenseamento geral da população” nomeadamente no artigo 16º que obriga o chefe de família a relacionar todas as pessoas que debaixo do mesmo tecto pernoitem na noite de 31 para 1 de Janeiro, declarando os que estavam de passagem, e os que estivessem temporariamente ausentes. Ora as crianças que as famílias estavam a criar não estavam somente de passagem, nem temporariamente ausentes, tinham de ser consideradas residentes<sup>446</sup>.

A meio do ano de 1864 a Misericórdia de Lisboa tinha ao seu encargo 13.232 expostos, distribuídos por 50 concelhos, com alguns a distâncias consideráveis, como sejam: Figueira, Figueiró dos Vinhos, Ferreira do Zêzere.

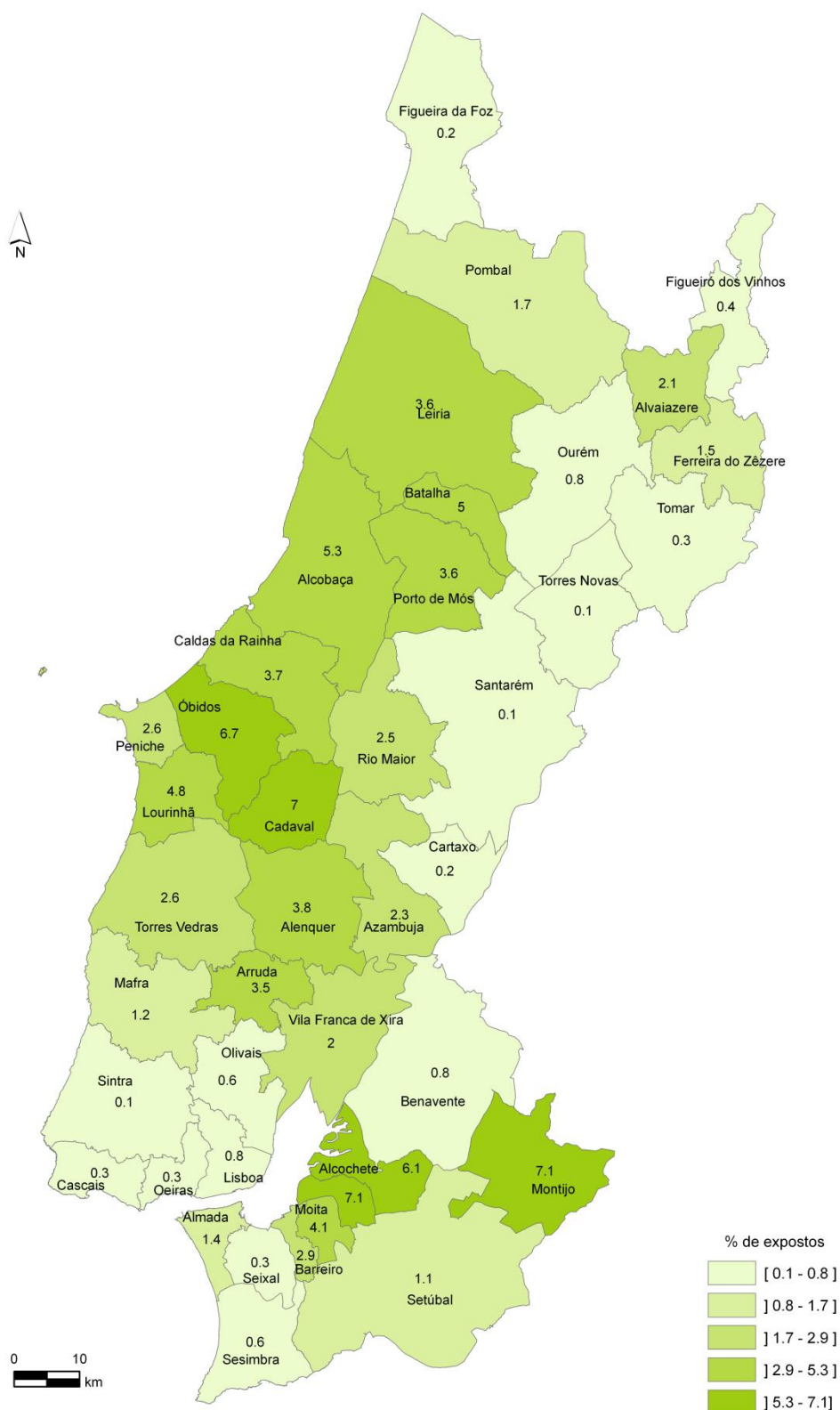
Para melhor visualização da distribuição geográfica dos expostos de Lisboa elaborámos um mapa, com informação por concelho, relativa ao ano de 1864, onde inserimos a percentagem de expostos de Lisboa, que estava nesses concelhos entregue a amas para criação, no mês de Junho em relação à população residente em Janeiro.

Não estão os 50 concelhos porque a informação da Misericórdia termina com indicação de haver onze expostos em “vários concelhos”.

---

<sup>446</sup> I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censo Populacional de 1864, pp. XVIII-XIX.

**Figura 28 - Percentagem de Expostos de Lisboa, por concelho, no ano de 1864.**



Fontes: I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censo Populacional de 1864.

A.H.S.C.M.L., Relatório da Mesa com as Contas de Gerência de 1864.

Naquela data a delimitação dos concelhos não é coincidente com a de hoje, na Figura 28 considerámos as seguintes diferenças:

Marinha Grande pertencia ao concelho de Leiria; Nazaré estava no concelho de Alcobaça; Bombarral pertencia a Óbidos; Alcanena estava integrado em Santarém; O Concelho de Olivais abrangia a área do actual concelho de Loures, e outras freguesias actualmente no concelho de Lisboa; Odivelas considerámos no concelho de Lisboa, um pouco por compensação com as freguesias de Lisboa no então concelho de Olivais; Amadora pertencia ao concelho de Oeiras.

Como já vimos anteriormente a área do nosso estudo estava na Misericórdia de Lisboa, para efeitos de inspecção e pagadoria nas Inspecções de:

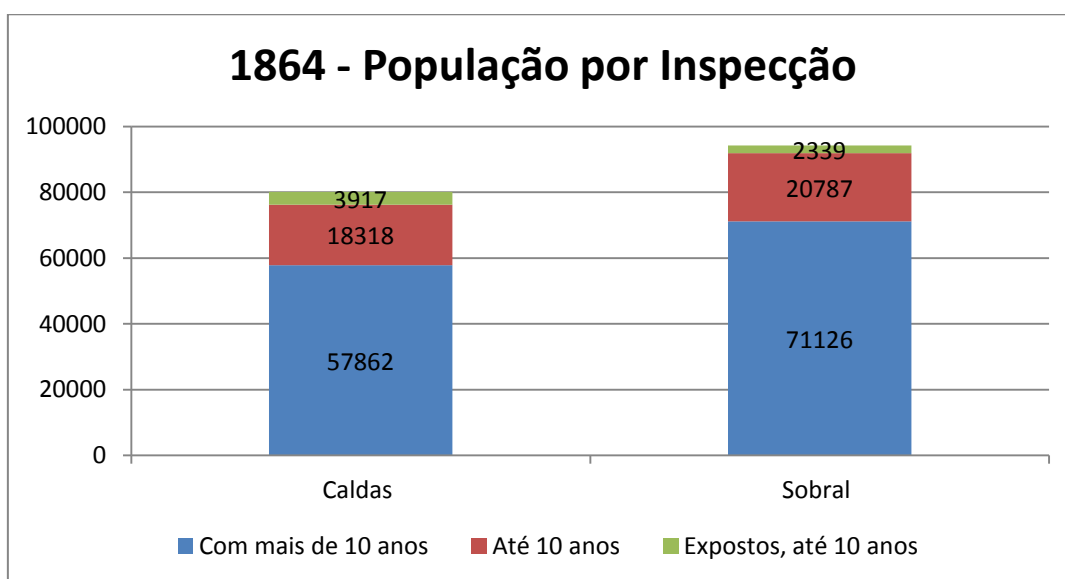
**Sobral de Monte Agraço**, com os concelhos: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Mafra, Torres Vedras, e, Vila Franca de Xira. (o concelho de Sobral tinha sido extinto em 1855, integrado no de Arruda, e só foi restaurado em 1898).

**Caldas da Rainha**, com os concelhos: Alcobaça, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, e, Rio Maior. (os concelhos de Nazaré e de Bombarral, estavam integrados respectivamente nos concelhos de Leiria e de Óbidos)

Na área geográfica das duas Inspecções, em 1864 habitavam no total 174.349 pessoas, 128.988 tinham mais de 10 anos, 39.105 tinham até 10 anos de idade, e neste grupo 6.256 eram expostos da Roda de Lisboa.

Razão porque fazemos uma leitura das áreas destas duas inspecções, com a população e os expostos.

**Gráfico 2 – População e Expostos, área das Inspecções de Sobral e Caldas, ano de 1864.**



Fontes: I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censo Populacional de 1864;

A.H.S.C.M.L., Relatório de Gerência do ano de 1864-1865.

Na área da Inspeção das Caldas da Rainha habitam no total 80.097 pessoas, 57.862 têm mais de 10 anos, e, 22.235 estão no escalão etário até aos 10 anos, entre os quais 3.917 eram expostos de Lisboa.

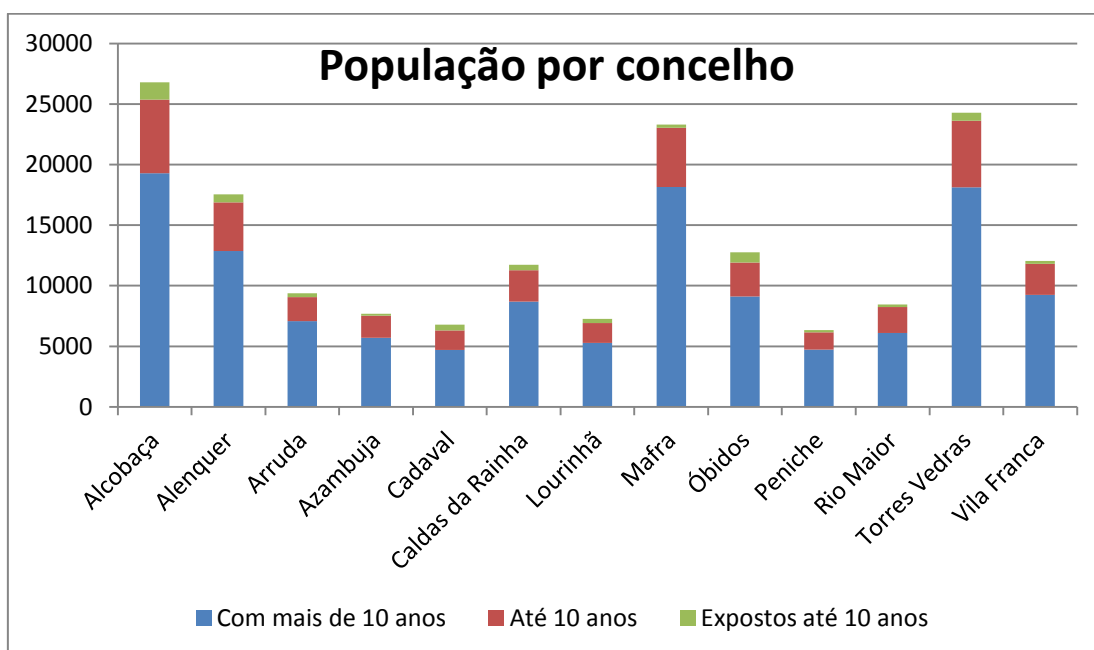
Na área geográfica da Inspeção do Sobral de Monte agraço habitam no total 94.252 pessoas, 71.126 com mais de anos, e, 23.126 têm até 10 anos de idade, nos quais há 2.339 expostos da Roda de Lisboa.

Na área da Inspeção das Caldas da Rainha havia mais expostos por habitante, 4,9% da população total eram expostos de Lisboa, no escalão etário até aos 10 anos 18% das crianças com esta idade eram expostos da Roda da capital.

Na área da Inspeção do Sobral de Monte Agraço era de 2,5% a percentagem de Expostos de Lisboa, em relação à população total, e de 10 % no escalão etário até aos 10 anos, significativamente mais baixo em relação à outra área.

Desagregando a informação contida para a mesma área supra referida, mas agora por concelho, podemos observar a distribuição da população, onde os expostos de Lisboa estão incluídos, o Gráfico seguinte ilustra essas proporções.

**Gráfico 3 – População por concelho, ano de 1864.**



Fontes: I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censo Populacional de 1864;  
A.H.S.C.M.L., Relatório de Gerência do ano de 1864-1865.

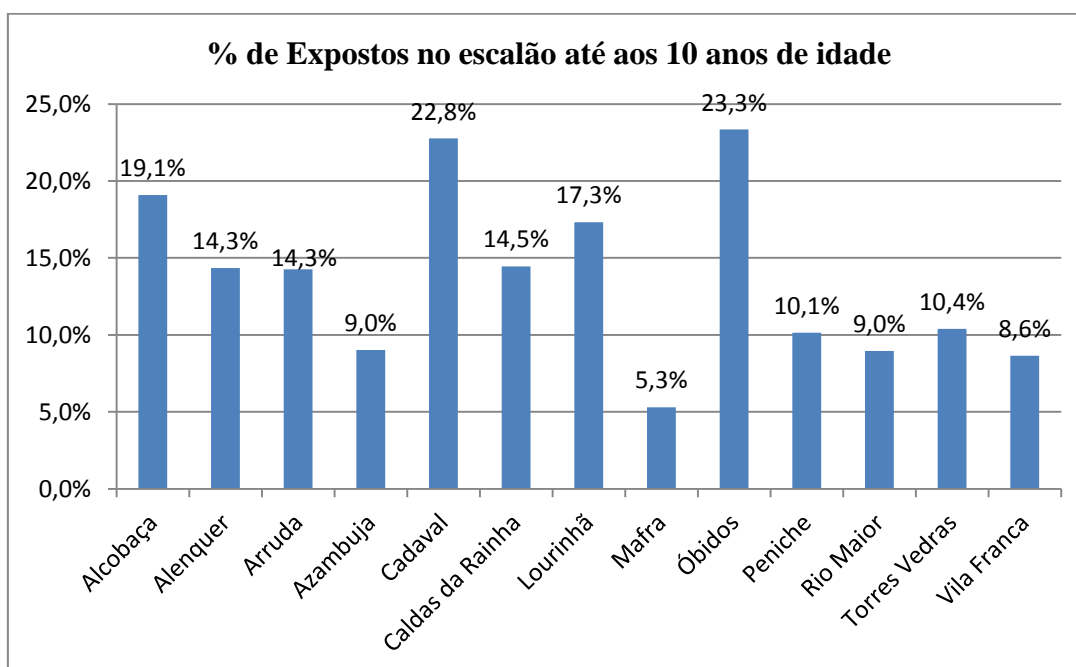
Alcobaça era o concelho com mais população, com 26.796 habitantes, seguido dos concelhos de Torres Vedras, com 24.268 e de Mafra, com 23.311.

Os concelhos com menos habitantes eram: Peniche com 6.324, seguido de Cadaval com 6.744, e de Lourinhã com 7.270 habitantes.

O concelho com maior percentagem de expostos de Lisboa em relação ao total da população é o Cadaval com 7%, seguem-se os concelhos de Óbidos com 6,7%, o de Alcobaça com 5,3% e o da Lourinhã com 4,8%, em Torres Vedras é de 2,6% e com a menor taxa Mafra, com 1,2%.

E uma análise mais em pormenor dá-nos a percentagem que os expostos de Lisboa representavam por concelho, na população até aos 10 anos de idade,

**Gráfico 4 – Percentagem de expostos de Lisboa, até aos 10 anos, por concelho, ano de 1864.**



Fontes: I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censo Populacional de 1864;

A.H.S.C.M.L., Relatório de Gerência do ano de 1864-1865

A percentagem de expostos da Roda de Lisboa, naquele ano de 1864, no grupo etário até aos 10 anos, oscila entre os 23,3 e os 5,3%. A taxa mais elevada está nos concelhos de Óbidos com 23,3 %, Cadaval com 22,8%, Alcobaça com 19,1%, e com as percentagens menores os concelhos de Vila Franca de Xira, com 8,6% e o de Mafra, com 5,3%.

Observando esta relação entre a população residente e o número de expostos de Lisboa somente na área dos dois concelhos onde o estudo se baseia, para a mesma data, vemos:

Que o concelho da Lourinhã estava incluído na área da Inspeção das Caldas da Rainha, onde a média dos expostos é de 4,7% em relação ao total da população daqueles

concelhos, e de 16,6% em relação ao escalão etário até aos 10 anos.

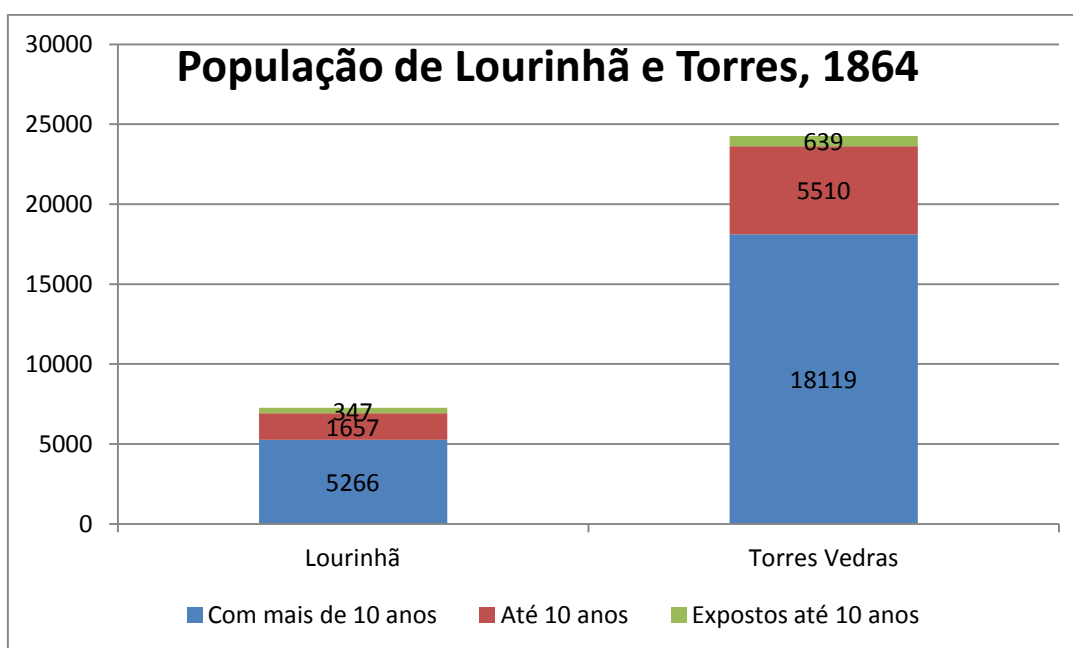
O concelho de Torres Vedras estava na área da Inspeção do Sobral de Monte Agraço, nos concelhos abrangidos nota-se que era inferior a vinda de expostos de Lisboa para esta área, a média é 2,6% para o total da população e de 10,3% em relação ao escalão etário até aos 10 anos.

Os dois concelhos estavam dentro das médias das respectivas inspeções:

No da Lourinhã era de 4,8% a percentagem de expostos de Lisboa, em relação à população total, e de 17,3 % até aos 10 anos de idade.

Em Torres Vedras era de 2,6% a percentagem em relação ao total da população, e de 10,4% até aos 10 anos de idade.

**Gráfico 5 – População dos concelhos de Lourinhã e Torres Vedras, ano de 1864**



Fontes: I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, Censo Populacional de 1864;

A.H.S.C.M.L., Relatório de Gerência do ano de 1864-1865

Torres Vedras como já vimos era um dos maiores concelhos da área, com 24.268 habitantes, onde 18.119 tinham mais de 10 anos de idade, sendo de 6.149 os que tinham até esta idade, dos quais 639 eram expostos da Roda de Lisboa.

No concelho da Lourinhã habitavam 7.270 pessoas, 5.266 tinham mais de 10 anos, 2.004 até essa idade, sendo 347 expostos da Roda de Lisboa.

Lourinhã tem uma maior percentagem de expostos de Lisboa, tanto em relação à população total, 4,8%, contra 2,6% em Torres Vedras, como em relação ao grupo etário das

crianças até aos 10 anos, 17,3% contra os 10,4% do concelho de Torres Vedras.

No Distrito de Viana do Castelo o concelho que mais expostos tem neste ano de 1864 é Ponte de Lima, com 129 <sup>447</sup>, como tinha uma população de 32.280 habitantes, temos 0,4% de expostos em relação ao total da população, e analisando no grupo etário até aos dez anos havia 1,8% de crianças que eram expostas, número muito inferior ao que se verificou nesta área, com os expostos vindos da Roda de Lisboa.

## **4.2 Quantos descendentes de expostos**

A nossa base de dados contém os registos de baptismos, casamentos e óbitos dos residentes na actual área geográfica da freguesia de Campelos, desde os mais antigos, (Séc. XVI) até à criação da freguesia, em 1945, e todos os registos da paróquia de S. Lourenço dos Francos da segunda metade do século XIX. Há a acrescentar a descendência de algumas (poucas) famílias até à aos dias de hoje.

Não há portanto uma definição precisa, nem temporal, nem geográfica, apesar de claramente incidir na área geográfica deste estudo e maioritariamente incluir os registos até 1945.

Quisemos, mesmo assim, verificar qual a importância dos expostos neste universo de pessoas da base de dados, verificamos que dos 144 expostos (de Lisboa e outros lugares) temos 4147 descendentes num total de 16170 pessoas, o que nos dá uma percentagem de 25,6% .

Esta percentagem é meramente indicativa, mas julgamos poder afirmar que a tendência será de aumentar, se estivesse limitada geograficamente e com a inclusão dos registos ainda em falta de algumas localidades da paróquia de S. Lourenço dos Francos.

## **5. Filhos da Roda: Percursos de vida, Expostos de Lisboa**

### **5.1 - Os Apelidos dos expostos**

Como supra referimos alguns dos expostos adoptaram por apelido o de famílias que os criaram, sendo esta uma prova da excelente relação que se estabeleceu entre a criança e os Amos, são os casos de:

Simão Francisco, a Ama Ana Francisca, casada com António Francisco;

Luciano da Costa, a Ama Rosa Maria, casada com João da Costa;

Ponciano Filipe, a Ama Maria Joaquina, casada com José Filipe;

Amaro Rodrigues, a Ama Henriqueta Maria, casada com José Rodrigues;

---

<sup>447</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *op. cit.*, p. 258.

Ernesto Tomé, a Ama Maria da Piedade, casada com Tomé Joaquim

Sucedeu também que alguns perderam o apelido, ou segundo nome, do registo de baptismo, porque nas entregas às amas a regra era escreverem só o primeiro nome, um dos exemplos é o do Carlos Albuquerque Cardoso, nome do escrito deixado na Roda, que fica no registo de baptismo, mas que se “perdeu”, na entrega à Ama foi só como Carlos, e mais tarde, possivelmente no casamento o seu apelido passou a ser Santos.

O apelido “Santos” é o mais utilizado, dos 116 expostos oriundos de Lisboa, 32 têm este apelido, o que nos dá uma percentagem de 28% relativamente a todos, e de 38% nos apelidos masculinos, reforça-se a ideia comum de que os “Santos” são de pessoas que foram expostas, justificando-se pelos seguintes motivos:

Santos, porque sendo crianças inocentes, eram “santinhos”.

Santos porque vinham do Hospital de Todos os Santos, e por isso eram “dos Santos”.

Mas não eram só os que vinham de Lisboa a ficarem com o apelido “Santos”, também os que temos com origem nas Rodas dos Concelhos a percentagem não anda muito longe é de 24 % em relação ao total e de 39% em relação aos apelidos masculinos.

Quanto aos apelidos femininos predomina “Conceição”, com destaque nos expostos originários de Lisboa, com 17% em relação a todos os expostos, e de 65% em relação aos apelidos femininos.

Ao contrário de outros autores, nomeadamente Teodoro da Fonte, não encontramos nenhum exposto com este mesmo apelido<sup>448</sup>.

## 5.2 Dos expostos que foram criados na área do estudo

\Segue-se agora a apresentação de dados recolhidos na documentação compulsada sobre os percursos de vida de alguns expostos, que consideramos importantes quer enquanto histórias de vida, quer enquanto expressão dominante de uma realidade histórica.

### **Simão Francisco,**

Entrou na Casa a 28 de Outubro de 1689, no dia seguinte foi para a Ama Isabel Francisca, casada com António Francisco, lavrador, moradores no Casal do Prior (Marteleira), S. Lourenço dos Francos<sup>449</sup>.

Casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos a primeira vez a 5 de Fevereiro de 1713, com Clara Maria, natural de Marteleira, de quem não se conhece descendência<sup>450</sup>. Voltou a casar a 4 de Novembro de 1715, com Maria Francisca, de 20 anos, natural da Cabeça Gorda,

---

<sup>448</sup> Idem, *ibidem*, p. 485.

<sup>449</sup> A.H.S.C.M.L. Entrada de Expostos, livro nº 12, p.301, nº423.

<sup>450</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 3, p. 52v.

filha de João Francisco e de Britis Fernandes<sup>451</sup>.

Deste casamento sabemos que nasceram pelo menos seis filhos, entre 1716 e 1739 e que três deles casaram e viveram na Marteleira, conhecem-se 11 netos.

### **Luís Francisco,**

Entrou na Casa em 26 de Fevereiro de 1714, e dois dias depois foi entregue à Ama Maria Fernandes, casada com Manuel Jorge, lavrador, moradores em Moledo, Lourinhã<sup>452</sup>.

Casou em 13 de Junho de 1740 na Igreja de S. Lourenço dos Francos, com Isabel da Conceição, de 21 anos, natural das Albergarias de Baixo, (junto a Campelos), Santa Maria do Castelo, filha de António Dias e de Mariana Henriques, não temos descendência deste casamento<sup>453</sup>.

O que nos levou a identificar este exposto, que não viera inicialmente para a área deste nosso estudo, foi o facto de o padrinho de casamento ser o Bartolomeu Martins, morador também nas Albergarias, que era natural da freguesia de Reguengo Grande, e Moledo ser ali mesmo ao lado.

### **Luciano da Costa,**

Entrou na Casa em 4 de Março de 1781, e no dia seguinte entregue à Ama Roza Maria, casada com João da Costa, trabalhador, moradores em Miragaia, Lourinhã.

Deu conhecimento desta ama Matildes Gertrudes, mulher de João Ribeiro, carpinteiro, da Ribeira das Naus<sup>454</sup>.

Casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos em 2 de Março de 1807, com Ana Maria, de 16 anos, natural de Casal dos Rijos, Santa Maria do Castelo, filha de José Gomes e de Izabel Maria<sup>455</sup>.

Deste casamento nasceram nove filhos, entre 1808 e 1832, 4 rapazes e cinco raparigas, dois faleceram ainda crianças e um já jovem. Pelo menos três filhos casaram e deram pelo menos 26 netos a este casal, todos nascidos em Campelos<sup>456</sup>.

Em 1830 o Luciano da Costa tem fazendas que produzem dois almudes de vinho, tendo de pagar de décima 16 réis, em princípio são propriedade própria, pois as que são de renda ou de foro estão referidas, e neste caso não<sup>457</sup>.

Temos na nossa base de dados 575 descendentes deste Luciano, e ainda hoje há descendentes com apelido Luciano, ou mesmo como primeiro nome.

### **Ponciano Filipe**

Na base de dados tínhamos o nome Passiano, feita pesquisa com referência a 1844, (que pela idade no casamento seria o ano de nascimento), em vários anos antes e depois não encontrámos mais nenhum nome parecido, só o Ponciano, que entrou a 13/3/1844.

---

<sup>451</sup> *ibidem*, p. 55v.

<sup>452</sup> A.H.S.C.M.L. Entrada de Expostos, livro nº 20, p. 691, nº 128.

<sup>453</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, casamentos 1, fl. 61v.

<sup>454</sup> A.H.S.C.M.L. Criação de Leite, Comarca de Torres Vedras, 1781, fl. 234v, nº 292.

<sup>455</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, misto 4.

<sup>456</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, baptismos, casamentos e óbitos.

<sup>457</sup> A.H.T.C. Décima de 1830.

Texto da entrada, exposto, baptizado com o nome Ponciano José, nome de escrito, nº 475<sup>458</sup>:

No dia treze de Março de 1844, entrou um menino com os sinais seguintes: Camiza de algodão; fralda de linho; dois coeiros, um de baeta azul, outro de baetilha branca com raminhos encarnados e rosa, cinto, uma tira de seda escura com risca branca; na cabeça meio lenço de paninho, touca cume? Bordada com folha de bobinete e fita azul clara; vinha embrulhado em um lenço de lã verde com barra de cores, tudo velho, excepto as roupinhas que são novas (...)

Pelo livro criação de leite, nº 31 sabemos que foi entregue a ama do Milharado, Enxara dos Cavaleiros, Mafra, que o entregou a 9/4/1845<sup>459</sup>.

Em 10/4/1845 foi para a ama Maria Joaquina, casada com José Filipe, trabalhador, moradora no Casal da Estrada, freguesia do Carvalho, Cadaval (hoje Bombarral), por 23 meses de seco, a 800 Réis<sup>460</sup>.

Ficou com os mesmos amos, a partir de 22/4/1847, por 48 meses de seco, a 500 Réis mês<sup>461</sup>.

A partir de 10/3/1851 os mesmos amos aceitaram, criá-lo nas condições que constam do seu certificado, por mais 36 meses, sendo o vencimento de 300 Réis por mês<sup>462</sup>.

A 7/9/1852 os amos apresentaram-no na Santa Casa<sup>463</sup>.

Foi passado, no Hospital dos Expostos de Lisboa, em 12/6/1854, para Maria Victória casada com Francisco Gomes, moradores na freguesia de Stª Maria, Óbidos, que o entregou em 27/10/1856<sup>464</sup>.

Fugiu do Hospital dos Expostos de Lisboa no dia 28/10/1856, o dia seguinte da sua reentrada. Recolheu em 16/12/1856 por officio do Administrador do Concelho de Óbidos de 8 deste mesmo mês<sup>465</sup>.

No dia em que reentrou depois de recolhido, foi entregue a Manuel Ferreira, casado com Maria Jacinta, morador na freguesia de Amoreira, Óbidos, pelo tempo de quatro anos<sup>466</sup>.

Penso que se poderá depreender que gostou de viver com os amos do Carvalho, deve ter sido para ai que fugiu e viveu durante cerca de 4 meses de 1856, o seu apelido Filipe indicia esta forte ligação a esta família.

O seu casamento realizado em 29 de Outubro de 1876, na Igreja de S. Pedro da Cadeira, concelho de Torres Vedras, com Maria Nazaré, natural e moradora em Casalinhos de Alfaiate,

---

<sup>458</sup> A.H.S.C.M.L. Entrada de Expostos, livro nº 118, p. 278v.

<sup>459</sup> A.H.S.C.M.L. Criação de Leite, livro nº 31, p.75.

<sup>460</sup> A.H.S.C.M.L. Criação de Seco, livro nº 32, p. 343.

<sup>461</sup> A.H.S.C.M.L. Criação de Seco, livro 43, p. 136.

<sup>462</sup> A.H.S.C.M.L. Reforma de Termos, livro nº 7, p. 148.

<sup>463</sup> *Ibidem*.

<sup>464</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Vestir nº 13, p.230.

<sup>465</sup> A.H.S.C.M.L. Reforma de Termos, livro nº 7, p. 148.

<sup>466</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Vestir, nº 15, p. 322v.

da referida freguesia, ele morador na Vila da Lourinhã. Ela é referida como moradora na sua terra natal, mas é provável que já vivesse nas proximidades de Campelos, ou pelo menos já viria algumas vezes, pois uma sua irmã já vivia desde 1873 no Casal do Rocio, e mais dois irmãos vieram também residir para esta área.

Deste casamento nasceram 12 filhos, 8 meninos e 4 meninas em Campelos, ou na Quinta do Bom Sucesso, durante 20 anos, de 1877 a 1897, sabendo-se que pelo menos 5 casaram e viveram na área em estudo.

Em 1885 era pastor.

A maioria das vezes surge com o nome Passiano, e é este apelido que passa para os seus descendentes, dos quais conhecemos 59.

### **Virgínia,**

É a exposta que tem a data de entrada mais antiga na pesquisa efectuada nas Gavetas da Santa Casa, entrou em 26/12/1848, trazia com ela um escrito que dizia: *esta menina nascei no dia 27 nobrenbo hade semar Virginia Matides d'Oliveira, não vai baltizada*<sup>467</sup>.

Foi entregue em 9/1/1849 à Ama Maria Joaquina, casada com Luiz Henriques, trabalhador, moradores em Ribeira de Palheiros, estes amos receberam para a sua criação 76.400 réis, durante 9 anos e 11 meses, com valores que se iniciaram nos 1.600 e terminaram nos 300 réis mensais, com pagamentos até 8/1/1858<sup>468</sup>.

Não sabemos se terá permanecido na família, ou se reentrou na Santa Casa, entre Janeiro de 1858, e Abril de 1859, sabemos que a 3/4/1859 foi entregue à mesma família por 6 anos. Mas na realidade esteve mais de 7 anos, até 11 de Junho de 1866, data em que regressa a Lisboa.

Bastou passar um mês, e com apenas 16 anos, casou-se com Francisco Rodrigues, de 25 anos, soldado nº 131 da 7ª Companhia de Infantaria 7, natural de Penajoia, Vizeu, morador no quartel, Cova da Moura, Santos o Velho<sup>469</sup>.

### **Amaro Rodrigues,**

Entrou na Casa em 16 de Janeiro de 1857, foi entregue a Ama do Gradil, Mafra, com dois anos veio para a Ama Henriqueta Maria, casada com José Rodrigues, trabalhador, moradores no Casalinho, que o criaram, tendo recebido o último pagamento em Abril de 1868, já tinha o Amaro 11 anos<sup>470</sup>.

Na família que o recebeu a Ama tinha 33 anos quando casou em 1848, com o José Rodrigues, de 30 anos, viúvo de primeiro casamento, mas só encontrámos uma filha deles, nascida em 1856, de que nos fica a dúvida se terá falecido em criança, pois não temos

---

<sup>467</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposta Virgínia, ano de 1848, nº 2416.

<sup>468</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 8, p. 357, nº 564.

<sup>469</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Vestir nº 17, p. 169.

<sup>470</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 51, p.75, nº 681.

continuidade<sup>471</sup>. Para a família veio outra exposta de *Lisboa* a Escolástica, em Novembro de 1861, e que foi entregue à Santa Casa em Março de 1863<sup>472</sup>.

Amaro deve ter sido bem acarinhado por esta família, pois adoptou o apelido do José Rodrigues. Sabemos pelo relatório do Inspector dos Expostos, que em 1874 estava a servir na Ribeira de Palheiros, lugar confinante com o da família onde foi recebido<sup>473</sup>.

Casou em 25 de Fevereiro de 1886, na Igreja de S. Lourenço dos Francos, com Maria da Nazaré, natural de Papagovas, Miragaia, filha de João da Silva Carruço e de Gertrudes da Conceição<sup>474</sup>.

Foram viver para Campelos, e deste casamento só nasceu uma filha a Amélia, que faleceu com 12 anos, não encontramos o óbito do Amaro, mas no nascimento de outro filho da Maria da Nazaré, em 1895, esta já está viúva<sup>475</sup>.

**Ernesto Tomé**, ou Ernesto Santos,

Chegou à Roda de Lisboa no dia 5 de Dezembro de 1859, e no dia seguinte foi entregue à Ama Maria da Piedade, casada com Tomé Joaquim, sapateiro, moradores em Campelos.

Ernesto foi amamentado ao mesmo tempo que Manuel, filho primogénito daquela família, e conviveu com os outros dez filhos do casal, pois deve ter vivido com esta família até se casar, ou próximo dessa data. A família recebeu pagamentos da Santa Casa até Dezembro de 1869, e com uma gratificação de 2.000 réis aos seis meses de criação, num total de 80.000 réis.

A adopção do apelido Tomé denuncia o bom relacionamento e o bom acolhimento que o exposto recebeu na família.

Dos filhos da família só um faleceu em criança, dez chegaram à idade adulta, só um solteiro, todos os outros viveram em Campelos, excepto uma filha que foi morar para Vila Facaia, lugar próximo.

O Ernesto casou-se na Igreja de Santa Maria do Castelo, com o nome de Ernesto Tomé, a 2 de Janeiro de 1886, com Maria Ludovina, de 19 anos, natural de Cabeça Gorda, filha de Joaquim Amaro e de Dolovina da Conceição.

A noiva já estava grávida, pois o primeiro filho nasceu em Março, e já era habitual o convívio com expostos, a sua mãe recebeu dois, embora tenham falecido quando ela tinha dois anos, no entanto a sua tia materna Maria, a morar na Carrasqueira, ali bem próximo, recebeu 4 expostos de Lisboa, e duas até 1871, já ela tinha 5 anos.

Viveram em Campelos, e foram pais de 12 filhos, nascidos entre 1886 e 1910. Só temos registos de casamentos de três, que continuaram a viver nesta área, e sabemos de outros três que faleceram em Alcântara, Lisboa.

---

<sup>471</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, baptismos, casamentos e óbitos.

<sup>472</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 68, p. 291, nº 831.

<sup>473</sup> A.H.S.C.M.L. Inspeção das Caldas da Rainha.

<sup>474</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, casamentos 7, assento 3 de 1886.

<sup>475</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, baptismo, casamentos e óbitos.

Este casal recebeu durante um mês a exposta Solange, em 1911, dois meses antes daquela ser entregue a sua mãe.

Temos 31 descendentes do Ernesto na nossa base de dados.

### **Romana da Conceição,**

Entrou na Casa em 29 de Fevereiro de 1860, o registo de Baptismo:

No dia 29/2/1860, pelas 11h da manhã, na capela do hospital dos expostos desta corte o reverendo padre tesoureiro da Santa casa da misericórdia, no impedimento do capelão do baptismo dos expostos, baptizou solenemente e pos os Santos óleos a uma criança do sexo feminino a que deu o nome de Romana, exposta que entrou pela roda deste hospital, hoje pelas 4 horas, trazendo os sinais seguintes: camisa e fralda de pano patente, um coeiro de baetilha, e outro de flanela, mandrinho de chita, alvadia e azul, meio lenço branco, um xaile de sarje azul e listas brancas<sup>476</sup>.

No mesmo dia foi entregue à Ama Mariana Delfina, casada com Valentim Lopes, sapateiro, moradores em Marteleira, onde esteve durante quase sete meses, a ser amamentada conjuntamente com o filho biológico José, nascido também em 1860<sup>477</sup>. Esta família já tinha recebido a exposta Adriana, em 1859<sup>478</sup>.

Passou em Setembro para a Ama Maria da Conceição, casada com Joaquim Matias, moradores na Carrasqueira, esta família já havia recebido antes 3 expostos de Lisboa, dois sabemos que faleceram antes da chegada da Romana.

E em Outubro de 1862 passa para Ama Joaquina Maria, viúva de João Ferreira, moradora em Vale de Lobos, onde permaneceu até ao casamento<sup>479</sup>.

A Romana casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos, com António Joaquim Marquez, de 22 anos, natural de Campelos, filho de José Joaquim Marquez, e de Carlota do Nascimento, e foram viver para a Cabeça Gorda<sup>480</sup>.

Deste casamento há seis filhos nascidos entre 1885 e 1904, quatro rapazes e duas raparigas, um faleceu com um ano e outro com cinco, viveram e casaram dois homens e duas mulheres.

Joaquim Marquez nasceu em 1887, casa em 1914, e tem 10 filhos, todos nascidos em Cabeça Gorda, e sabemos do nascimento de pelo menos 7 netos.

Amélia da Conceição nasceu em 1892, casou em 1921, e teve 7 filhos, nascidos em Cabeça Gorda, sabemos do nascimento de 3 netos.

João Joaquim nasceu em 1896, casou e viveu em Casal do Grilo, tendo pelo menos dois filhos, sabemos do nascimento de 2 netos.

---

<sup>476</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Entradas de Expostos de 1860, nº 487.

<sup>477</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 69, p. 7, nº 913.

<sup>478</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, Miragaia.

<sup>479</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 69, p. 7, nº 913.

<sup>480</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Casamentos 6, assento nº 6.

Ricardina da Conceição nasceu em 1904, casou em 1928, e em 1942, teve pelo menos 4 filhos, nascidos em Ribeira de Palheiros e Cabeça Gorda, desconhecemos mais descendência<sup>481</sup>.

#### **Jacinta da Conceição,**

Entrou na Roda em 10 de Abril de 1861, no escrito diz que nasceu às nove horas da noite desse mesmo dia, no dia seguinte foi entregue à Ama Maria Leonarda, ou Maria da Conceição casada com António Pereira, trabalhador, morador na Carrasqueira. Em 20 de Março de 1863 passou para Ama Maria da Conceição, do mesmo lugar, casada com Joaquim Matias.

Há uma passagem desta exposta de filha, a Maria Leonarda, para a mãe, como Ama de seco, a Maria da Conceição, com quem a criança ficou até pelo menos os dez anos.

A Jacinta casou em Maio de 1881, com Francisco Maria de Matos, natural de Miragaia, viveram primeiro em Vale de Lobos e depois em Miragaia, foram pais de pelo menos 12 filhos

#### **Leopoldo dos Santos,**

Entrou na Casa em 10 de Agosto de 1861, e três dias depois era entregue à Ama Maria Emília, casada com João Veloso, moradores em Campelos<sup>482</sup>, é o quarto exposto de Lisboa que vem para esta família, para ser amamentado conjuntamente com a filha biológica Clementina Emília, nascida em Agosto do ano anterior.

Leopoldo casa-se com 27 anos, na Igreja de Santa Maria do Castelo, em 5 de Setembro de 1888, *num acto gratuito, pela pobreza dos noivos*, com Perpétua de Jesus, de 18 anos, natural de Campelos, filha de pai incógnito e de Maria Roza<sup>483</sup>.

Deste casamento nascem em Campelos 7 filhos, dos quais não conhecemos descendência, e dos óbitos só temos dois registos, o de um falecido em criança, e outro que faleceu com 39 anos<sup>484</sup>.

#### **Zeferino dos Santos,**

Entrou pela Roda do Hospital Real dos Expostos, pelas 7 horas da manhã do dia 20 de Setembro de 1863, trazendo os seguintes sinais: *camisa de malha, mandrião de chita branca e roxa, meio lenço das mesmas cores e uma coberta feita de retalhos de chitas*.

Foi baptizado no dia seguinte, pelas 10 h da manhã, na Capela do mesmo Hospital, com o nome de Zeferino, (nome escolhido pela Casa)<sup>485</sup> pelo Capelão de baptismos dos expostos – João Rafael Nunes, foi padrinho o sacristão da Misericórdia Félix dos Santos<sup>486</sup>.

---

<sup>481</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

<sup>482</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 80, p. 7, nº 161.

<sup>483</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo, casamentos 5, p. 77.

<sup>484</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo, baptismos, casamentos, óbitos.

<sup>485</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Matriculas de Varões, nº 93, fl. 61.

<sup>486</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Baptismo 1863, fl. 319, nº 1911.



agrícola, e ela empregada no serviço doméstico, ela moradora em Campelos e ele morador no Casal do Carregado<sup>491</sup>, onde passam a residir.

Entre 1893 e 1907 têm pelo menos 7 filhos, 4 masculinos e 3 femininos, todos a chegarem a adultos, casaram e viveram nas proximidades, e com descendentes, a ordem de nascimentos foi a seguinte:

1. 7/6/1893 – Laureano dos Santos, casou em 26/12/1921, com Florinda da Conceição<sup>492</sup>.
2. 20/3/1895 - Calixto Zeferino, casou em 8/1/1919, com Adelaide Lucinda<sup>493</sup>.
3. 14/7/1897 – Maria da Boa Hora, casou com Quintino Manuel Junceira<sup>494</sup>.
4. 27/6/1900 – Policarpa de Jesus, casou em, Fev. de 1921, com Custodio Manuel Junceira<sup>495</sup>.
5. 28/7/1902 – António dos Santos, casou 22/2/1930, com Benvinda Lucinda<sup>496</sup>.
6. 27/11/1904 (baptismo) – José dos Santos, casou em 28/1/1933, com Maria da Conceição<sup>497</sup>.
7. 23/11/1907 (baptismo) - Beatriz Adelaide, casou em 4/12/1950, com José Rafael<sup>498</sup>.

A Adelaide de Jesus teve uma filha de pai incógnito, antes do casamento com Zeferino, em 8/6/1891<sup>499</sup>, de nome Policarpa, que talvez fosse filha deste, e que em principio faleceu ainda criança, não encontrámos esse registo, mas o facto de alguns anos mais tarde uma outra filha se chamar Policarpa, indicia que a outra falecera.

Em 1897, no casamento de uma cunhada, também com outro exposto, neste caso da Roda de Torres Vedras, o Calixto dos Santos, o Zeferino dos Santos foi testemunha, ou padrinho, e está como proprietário<sup>500</sup>.

O Zeferino dos Santos faleceu em Campelos em 4 de Setembro de 1940<sup>501</sup>, a dias de completar 77 anos, podendo-se concluir que foi uma criança forte e saudável, e, bem alimentada pela sua ama.

### **A memória sobre possíveis pais do Zeferino**

Já tínhamos sido abordados anteriormente, por descendentes do Zeferino dos Santos, com uma versão, de que gostariam de saber mais, fomos junto de alguns dos seus descendentes, para ouvi-los.

Uma das versões diz que ele era filho de um padre, que esteve no Carvalhal, Bombarral, e

---

<sup>491</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Casamentos, 9, fl. 2v.

<sup>492</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Baptismos 19, fl. 21.

<sup>493</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Baptismos 21, fl, 21v.

<sup>494</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Baptismos 23, assento 80.

<sup>495</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Baptismos 26, fl. 32v.

<sup>496</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Duplicado de Baptismos 21, fl.55.

<sup>497</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Duplicado Baptismos, 23, assento 117.

<sup>498</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Duplicado Baptismos, 26, assento 119.

<sup>499</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Baptismos 17, fl. 22v.

<sup>500</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Santa Maria, Torres Vedras, Casamentos, 14, fl. 5v.

<sup>501</sup> Paróquia de Torres Vedras, Óbitos, 1940, fl.33.

depois no Ameal, freguesia de Ramalhal, Torres Vedras, e desta última localidade ia a cavalo visitar o filho, no seu hábito de sacerdote.

Duas das netas, disseram que nem ele, nem pessoas próximas, sabiam quem eram os pais, o Zeferino que ia muito a feiras, com um amigo e cunhado, também exposto, da roda de Torres Vedras, o Calixto dos Santos, um dia no Bombarral foram abordados por umas pessoas que se identificaram como primos, pois a mãe seria a D. Sofia, da Quinta da Granja, próximo do Bombarral, que foi entregue em Lisboa, o avô só soube disto por acaso e era um assunto pouco falado na família. Também confirmam a informação de que era filho de um padre, e dizem que era da Aldeia Grande<sup>502</sup>.

Ambas as versões podem completar-se, o Zeferino poderia conhecer a sua paternidade e só na tal feira ouvir falar da mãe.

Perante esta informação, passada verbalmente pelas gerações de descendentes, seria um caso de filho ilegítimo, cujos pais queriam esconder este nascimento, mantendo a sua honra, e por isso o foram entregar na Roda de expostos de Lisboa.

Talvez seja possível identificar os nomes destes possíveis pais do Zeferino, mas é quase impossível confirmá-los como seus progenitores, a não ser que haja base para prova por ADN.

A ser verdade esta visita frequente do padre ao seu filho, este facto contribuiria para a integração social do Zeferino.

### **Dagoberto dos Santos,**

Entrou na Casa em 5 de Novembro de 1863, com um escrito:

Entra nesta Santa Casa de misericórdia um menino que nasceu a 5 de Novembro as 6 da tarde de 1863, pedem que se lhe ponha por nome Francisco<sup>503</sup>.

Quatro dias depois foi entregue à Ama Maria da Conceição, casada com António Pereira, trabalhador, moradores na Carrasqueira, onde esteve até 11 de Março de 1867.

Esta Ama já tinha criado a exposta Jacinta, entrada em 1861, terá sido amamentada conjuntamente com o filho natural José, criou-a durante cerca de 4 anos, até Novembro de 1867, após o nascimento do filho Luiz, e depois passou-a para sua mãe Maria da Conceição, então viúva de Joaquim Matias, moradora muito próximo, no Casal do Grilo<sup>504</sup>.

O Dagoberto foi criado com o filho biológico Joaquim, nascido Outubro de 1862, e provavelmente falecido com poucos meses, não temos o registo do óbito, mas como não temos referências enquanto adulto, e temos outra exposta, a Eucharia, a ser entregue a esta Ama um ano depois, em Novembro de 1864, também recém nascida, leva-nos a colocar a hipótese do falecimento do filho Joaquim<sup>505</sup>.

Esta Ama recebeu ainda mais uma exposta, a Materna, em Novembro de 1867,

---

<sup>502</sup> Audição oral realizada em 8/6/2013, por Vanessa Lourenço, jornalista, e neta destas pessoas.

<sup>503</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposto Dagoberto, ano de 1863, nº 2214.

<sup>504</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, nº 93, p. 403, nº 436.

<sup>505</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

amamentada ao mesmo tempo que o filho biológico Luiz, nascido em Março de 1866, e após a passagem do Dagoberto para a sua mãe.

Com a segunda Ama, Maria Gertrudes, mãe da Ama anterior, o Dagoberto esteve até 1873.

O Dagoberto casou em S. Lourenço dos Francos, a 15 de Dezembro de 1886, com Joaquina da Conceição, de 28 anos, viúva de António Maria, natural e moradora em Vale de Lobos, próximo de Marteleira, a nubente já tinha dois filhos, foram viver para Casal do Grilo, e deste casamento nasceram oito filhos, sabemos que dois faleceram ainda crianças.

Há pelo menos quatro filhos que casaram e viveram nas proximidades, conhecem-se pelo menos 18 netos<sup>506</sup>.

### **Lucas dos Santos,**

Entrou na Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no dia 4 de Janeiro de 1864, e no dia seguinte foi entregue à Ama Maria Helena, casada com António Nunes, trabalhador, moradores no Casal da Carvalheira, freguesia de Miragaia, Lourinhã, foram sempre estes os seus amos, tendo eles recebido apoio durante dez anos, o tempo máximo que a Santa Casa pagava, no total receberam 80.000 réis, que incluiu 2.000 réis de gratificação para a viagem<sup>507</sup>.

Esta família nem sempre viveu na freguesia de Miragaia, terá vivido também na freguesia da Lourinhã, donde o António Nunes é natural. Sabemos do nascimento de seis filhos, em que um deles faleceu em criança, e, que três chegaram a adultos e casaram.

A família recebeu 6 expostos de Lisboa, entre 1864 e 1883, o Lucas terá sido amamentado com a Luiza, filha biológica daquela Ama, nascida a 16 de dezembro de 1862, com quem terá brincado, conjuntamente com a outra filha do casal, nascida em janeiro de 1860, a Maria do Rosário.

Como curiosidade refira-se que havendo só 4 anos de diferença entre o Lucas e esta Maria do Rosário, eles terão convivido durante muitos anos, e mantido essa amizade em adultos, a ponto de se tratarem por irmãos até que uns anos mais tarde, em 1931, um filho dela, o Avelino, casa com uma filha dele, a Rosinda. A partir desta data passaram a ser só compadres, esta informação foi-nos prestada por uma neta.

O Lucas dos Santos tinha 24 anos quando casa a 18/7/1888, em S. Lourenço dos Francos, com Maria Augusta, então com 20 anos, filha de João Filipe e de Maria da Conceição, natural e residente na Marteleira, freguesia de Miragaia, onde os dois nubentes residiam<sup>508</sup>.

Deste casamento nascem entre 1891 e 1916, pelo menos sete filhos, 4 raparigas e 3 rapazes, dos quais sabemos que pelo menos 4 casaram e viveram na mesma área, e conhecem-se pelo menos 14 netos<sup>509</sup>.

---

<sup>506</sup> *ibidem*.

<sup>507</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 95, p. 29, nº 701.

<sup>508</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, casamentos 7, assento 7 de 1888.

O Lucas era pedreiro, e segundo informação de familiares terá sido ele a fazer os aquedutos da Estrada Nacional que liga Lourinhã a Peniche, por esta razão alguns o apelidavam de “engenheiro”.

Alguns dos seus netos são grandes empresários, criaram um grande grupo empresarial, com dezenas de empresas, em Portugal e no estrangeiro, de que daremos nota noutro capítulo.

#### **Flaviana da Conceição,**

Entrou na casa em 5 de Junho de 1864, dois dias depois foi entregue à Ama Carlota do Nascimento, casada com José Joaquim, trabalhador, moradores em Cabeça Gorda, e com eles viveu pelo menos 10 anos, o último pagamento recebido pela família, foi quando ela concluiu dez anos na família, a 7 de Junho de 1874, estamos perante uma das poucas famílias que recebeu o máximo da Santa Casa, 80.000 réis, que incluiu 2.000 para a viagem<sup>510</sup>.

Casou com 21 anos, em 25 de Novembro de 1885, na Igreja de S. Lourenço dos Francos, com Antonio Joaquim Monteiro, de 29 anos, natural de Cabeça Gorda, filho de Joaquim Monteiro e de Maria Gertrudes (esta Maria Gertrudes recebeu três expostos de Lisboa), e neto de Maria Gertrudes que era *exposta da Real Casa dos Expostos de Lisboa*<sup>511</sup>.

Faleceu na Cabeça Gorda em 20 de Junho de 1891, com 27 anos, sem descendência<sup>512</sup>.

#### **Benvinda da Conceição,**

Entrou na Casa em 27 de Dezembro de 1868, e no dia seguinte foi entregue à Ama Maria da Conceição, moradora nos Braçais, Óbidos (hoje Bombarral), exposta da Roda de Óbidos, casada com António Gomes, moradores em Braçais<sup>513</sup>.

A Benvinda foi amamentada conjuntamente com o quinto e último filho da família, o Hipólito que nasceu a 1 de Março de 1868<sup>514</sup>.

A Benvinda veio com 10 anos viver para Casal dos Rijos, com a Ama Maria da Conceição, quando esta casou com António Joaquim, também ele viúvo, morador neste lugar. Foi mãe aos 21 anos do filho José, acto ilegítimo pelos pais serem solteiros, o registo do baptismo foi gratuito devido à pobreza dos pais<sup>515</sup>.

Em 25 de Maio de 1895 realiza-se o casamento da Benvinda com João Tomaz, de 25 anos, natural de Casais do Rijo, filho de José Tomaz e de Gertrudes Roza. Com este acto legitimaram o filho José e o António<sup>516</sup>. Quatro meses depois o nubente faleceu repentinamente, deixando portanto a Benvinda viúva e com dois filhos pequenos.

Passados poucos anos a Benvinda inicia uma nova relação com Miguel Rodrigues,

---

<sup>509</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Baptismos, casamentos e óbitos.

<sup>510</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 95, p. 33, nº 1233.

<sup>511</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, casamentos 24, assento nº 9.

<sup>512</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, óbitos 11, assento 13.

<sup>513</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Fêmeas, livro nº 121, p. 385, nº 616.

<sup>514</sup> A.D.L. Registos Paroquiais, Bombarral, Roliça, baptismos, casamentos e óbitos.

<sup>515</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo, Baptismos 16, p. 36.

<sup>516</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo, casamentos 12, p. 2v.

também ele viúvo e pai de filhos, morador na mesma localidade, nascendo o primeiro filho desta relação em 1899, e outros três até 1912, que só são legitimados pelo casamento dos pais em 6 de Maio de 1922<sup>517</sup>, provavelmente com o Miguel Rodrigues já doente, pois faleceu dois dias depois.

A Benvinda viveu um pouco à margem das regras então vigentes, por opção ou casuisticamente, sendo mãe de todos os seus seis filhos antes dos casamentos.

Deste filhos sabemos que um morreu ainda criança, e que três casaram e viveram no lugar onde nasceram, ou muito próximo, só se conhece uma descendente do José Tomaz, (morreu com 32 anos), a Maria Joaquina, que deu 8 netos à Benvinda, e criou uma exposta em 1905.

São 27 os descendentes da Benvinda, na nossa base de dados, mas como o nosso levantamento só foi realizado até 1945, hoje serão muitos mais<sup>518</sup>.

### **Fernando,**

Nasceu em Abril de 1915, foi enviado para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pelo Hospital de S. José, em Junho do mesmo ano, é filho de **Maria da Encarnação**, também ela exposta da Santa Casa, era serviçal, e vivia em Lisboa.

Desde a sua entrada na Santa Casa que temos o nome completo do Fernando, que o acompanha ao longo da vida, ao contrário de outros, que já vimos perderam os apelidos pelo seu percurso de vida. Mas não o identificamos aqui porque ainda não se completaram os 100 anos de vida, e podendo até estar vivo, impõe-se a necessária reserva sobre esta informação.

Em nove de Julho foi entregue à ama Joaquina da Conceição, casada com António Ferreira, moradores no Casal do Grilo, freguesia de S. Lourenço dos Francos, hoje integrada no lugar de Cabeça Gorda, e por eles foi criado pelo menos durante dez anos, pois o último pagamento refere-se até Abril de 1925, ou seja até ele completar os dez anos<sup>519</sup>.

Deve ter sido amamentado conjuntamente com o José, primeiro filho natural da família, nascido em Outubro de 1914.

Esta família foi a última a receber durante 10 anos pagamento da Santa Casa, já em escudos, em réis foram 269.400, onde se inclui 1.500 réis para a viagem.

O Fernando por aqui continuou a viver, casou em 1943 com a Fortunata, também ela do Casal do Grilo, e tiveram pelo menos um casal de filhos nascidos nos três anos seguintes, na Cabeça Gorda.

A Fortunata era sobrinha paterna dos avós com quem o Fernando foi criado, dez anos mais nova, viveram no mesmo lugar deviam ser vizinhos muito próximos, sendo de admitir que o Fernando até tenha andado ao colo com a Fortunata, é mais um caso que demonstra bem a integração dos expostos nesta sociedade.

---

<sup>517</sup> Paroquia de Torres Vedras, Registos de Casamentos, 1922.

<sup>518</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, e de Torres Vedras, Santa Maria do Castelo.

<sup>519</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 169, p. 111, nº 76.

### **Raul,**

Está registado no livro dos desamparados, é o último dos nossos expostos, entrado na Casa em 27 de Fevereiro de 1915, foi entregue alguns dias depois, a 3 de Março à Ama Rosa da Conceição, casada com Guilherme Henriques, moradores na Carrasqueira, e com eles ficou pelo menos durante oito anos e seis meses, o último pagamento pela sua criação é de Setembro de 1923, mas deve ter continuado<sup>520</sup>.

Casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos, em 1 de Maio de 1937, com Maria da Piedade, natural do Casal do Grilo, onde ficaram a viver, conhecem-se pelo menos dois filhos<sup>521</sup>.

## **5.3 Expostos não criados na zona, mas que aqui viveram**

### **Frutuoso Ignacio,**

Sabemos que casou na Lourinhã com Domingas Maria, do Casal do Sentieiro, Freguesia da Lourinhã, e foi pai de Lourenço Ignacio, em 2 de Agosto de 1761, quando morava em Joaria, freguesia de S. Lourenço dos Francos, este Lourenço casou em Janeiro de 1793 com Maria da Conceição, natural de Carrasqueira, onde viveram e tiveram pelo menos quatro filhos, dos quais sabemos que um casou e viveu naquele lugar e outro casou e viveu nos Campelos, conhecendo-se pelo menos sete netos, e alguns continuaram a geração, havendo na nossa base de dados 77 descendentes deste Frutuoso.

### **Manuel Henriques,**

Não sabemos qual a data de entrada na Casa, nem quem o criou, só temos informação após o seu casamento, na Igreja de S. Lourenço dos Francos em 3 de Agosto de 1772, com Maria Lourença de 21 anos, natural de Casal dos Rijos, filha de António Andrade e de Maria da Conceição, viveram em Casais das Campainhas, e tiveram pelo menos 4 filhos, dois de cada sexo, entre 1774 e 1780, os quais casaram, dois continuaram a viver na área e outros dois foram viver para freguesias vizinhas, conhecem-se 6 netos.

Uma das suas filhas, a Teresa casou em 1806 com um exposto, o António Paulino

O Manuel Henriques terá falecido entre 1780 e 1784, nesta última data a Maria Lourença tem uma filha doutro casamento<sup>522</sup>.

### **Elena Maria,**

Terá nascido por volta de 1755, uma vez que no seu registo de óbito em 1805, é referido

---

<sup>520</sup> A.H.S.C.M.L. Entrada de Desamparados, livro nº 6, p.281, nº 8.

<sup>521</sup> Paroquia de Miragaia, Livros de Baptismos e de Casamentos.

<sup>522</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

que tem cerca de 50 anos mais ou menos.

Casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos em 4 de Julho de 1784, com Faustino Francisco, de 30 anos, natural das Albergarias de Cima, filho de Pascoal Francisco e de Josefa Maria.

Viveram em Campelos, e tiveram 8 filhos, 3 rapazes e 5 raparigas, entre 1785 e 1804, um deles faleceu com três meses. Há três que sabemos se terem casado, dois ficando a viver em Campelos e uma no Ramalhal, conhecem-se 23 netos.

Temos 719 descendentes da Elena Maria.

A sua filha Maria da Piedade, nascida em 1785 casou também em S. Lourenço dos Francos, em 10 de Março de 1806, com Manuel do Espirito Santo, exposto da Real Casa dos Expostos de Lisboa, e foram viver para o Ramalhal, lugar e freguesia próxima<sup>523</sup>.

#### **Tomé da Silva,**

Casou em Fevereiro de 1785 com Teresa Maria, natural de Nadrupe, Lourinhã, e já eram pais de Maria, que nascera quatro meses antes, na Amieira Pequena, lugar da actual freguesia de Campelos<sup>524</sup>.

#### **António Rodrigues,**

Morava na Ribeira de Palheiros, quando casou com Guitéria da Conceição, natural dos Casais dos Rijos, em 20 de Fevereiro de 1797, na Igreja de S. Lourenço dos Francos, foram pais de pelo menos um filho que casou, e talvez tenha ido viver para a terra da mulher, que era do Camarão, Bombarral<sup>525</sup>.

#### **Manuel do Espirito Santo,**

Só sabemos que casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos, em 10 de Março de 1806, com Maria da Piedade, de 19 anos, natural de Campelos, filha da exposta Elena Maria e de Faustino Francisco.

Foram viver para o Ramalhal, e tiveram pelo menos 5 filhos, quatro rapazes e uma rapariga, pelo menos um filho com o mesmo nome casou e viveu no Ramalhal, tendo pelo menos 3 filhos<sup>526</sup>.

#### **António Paulino,**

Casou-se em 1 de Abril de 1806, em S. Lourenço dos Francos com Tereza Maria, nascida em 1776 nos Casais das Campainhas, neste registo ao Pároco deve ter sido apresentada uma certidão, é o único caso que encontrámos, em que é referido o livro e a folha do Baptismo do exposto no Hospital Real de Lisboa, ao contrário do que encontrou Ana Maria Silva, quando estudou os casamentos dos expostos na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa, em que

---

<sup>523</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã Miragaia, e Torres Vedras, Ramalhal.

<sup>524</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1, p. 192v.

<sup>525</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1.

<sup>526</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã Miragaia, e Torres Vedras, Ramalhal.

o normal era os nubentes expostos terem certidões passadas pela Santa Casa, mas também ela verificou que quando os expostos iam de outras terras também não havia as respectivas certidões<sup>527</sup>.

Com esta informação foi fácil ir ao encontro da entrada deste António no Arquivo da Santa Casa, entrou pela Roda no dia 25 de Fevereiro de 1778, no mesmo dia foi entregue à Ama Teotónia Maria casada com José Ferreira, moradores em Reguengo Grande, que o levou a criar por ano e meio, a 1.200 réis por mês, renovando o contrato por mais cinco anos e meio<sup>528</sup>. A Teotónia tinha sido mãe de Aurélia, em Junho de 1776<sup>529</sup>.

A 31 de Agosto de 1785 foi entregue a Paulina Maria, viúva, moradora no mesmo lugar do Reguengo Grande, pelo tempo de cinco anos a 500 réis mês. Recebeu o último pagamento em 4 de Junho de 1790<sup>530</sup>.

A adopção do apelido Paulino deve dever-se a esta última Ama.

A noiva é filha de um exposto, o Manuel Henriques, supra citado, e que já fora mãe solteira em 1803, de Manuel, não encontramos descendência deste casal<sup>531</sup>. Um irmão desta Teresa casou também com uma filha de um exposto, o Eusébio Correia, que terá vivido em Porto de Mós, pois há pelo menos duas filhas que ai nasceram e vieram viver para aqui, hipoteticamente fugidas das Invasões Francesas, pois casaram logo a seguir à última Invasão Francesa.

### **Maria Gertrudes,**

Casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos em 2 de Fevereiro de 1818, com António de Matos, de 40 anos, natural de Cabeça Gorda, filho de Feliz de Matos e de Catarina Maria.

Do casamento nasceram na Cabeça Gorda 5 filhos, entre 1820 e 1831, quatro raparigas e um rapaz, dos quais sabemos de três que casaram e viveram também na Cabeça Gorda, dando 20 netos, pelo menos<sup>532</sup>.

Duas das filhas desta família receberam expostos de Lisboa, a Maria Gertrudes recebeu 3, entre 1858 e 1862, e a Ana da Conceição recebeu 5, entre 1860 e 1868<sup>533</sup>.

### **António Clemente,**

Surge-nos em alguns registos natural do Casal Torneiro, Moita dos Ferreiros, como filho de Joaquim Clemente e de Joana Maria, mas no 2º casamento, realizado na Igreja de Santa Maria do Castelo, em 10 de Agosto de 1868, com Maria Eugenia, diz que é exposto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Ele de cinquenta anos, viúvo de Isabel Maria, e ela de quarenta

---

<sup>527</sup> SILVA, Ana Maria Pires da, *O Casamento dos Expostos na Freguesia. Santíssimo Sacramento de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Antropologia Social, Lisboa, ISCTE, 2002, p. 60.

<sup>528</sup> A.H.S.C.M.L. Livro Criação de Seco nº 4, p. 276.

<sup>529</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Reguengo Grande, Lourinhã, Baptismos 3, p. 73v.

<sup>530</sup> A.H.S.C.M.L. Livro Criação de Seco nº 16. P. 7.

<sup>531</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã Miragaia, Misto 4, p. 108v.

<sup>532</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã Miragaia, baptismos, casamentos e óbitos.

<sup>533</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por Concelho, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

anos, viúva de João Luiz, natural de Ramalhal. Não há descendência deste casamento<sup>534</sup>.

Do casamento anterior, realizado na Igreja do Ramalhal, em 16 de Dezembro de 1846, com a Isabel Maria, de 29 anos, natural de Casal dos Rijos, filha de Izidoro Antunes e de Maria da Conceição, nasceram pelo menos 5 filhos, 4 rapazes e uma rapariga, entre 1847 e 1862, três faleceram em criança, e os outros dois casaram e viveram no mesmo lugar, havendo pelo menos 14 netos<sup>535</sup>.

Esta família recebeu dois expostos de Lisboa, em 1854 e 1864.

### **Mariana da Conceição,**

Foi, segundo consta no registo do seu segundo casamento, criada desde criança nos Casalinhos de Alfaiate, S. Pedro da Cadeira.

Neste casamento realizado na Igreja de S. Pedro da Cadeira, Torres Vedras, em 3 de Dezembro de 1884, com Sebastião Severino, de 34 anos, solteiro, natural de Casalinhos de Alfaiate, filho de Severino Damião e de Felicidade da Conceição, ela Mariana tinha 40 anos, *pouco mais ou menos, viúva de José Mariano*<sup>536</sup>. Há pelo menos um filho, nascido em Campelos em 1886, que por aqui casou duas vezes e viveu, sabendo-se pelo menos de 4 filhos, uma das quais casa com um filho do Fabrício, exposto de Lisboa<sup>537</sup>.

A família recebeu a exposta Alice em 1904.

Os pais do Sebastião devem ter-se mudado para as proximidades de Campelos, pois há 4 filhos que por aqui vivem.

Uma irmã do Sebastião, a Maria da Nazaré casou com o Ponciano Filipe, outro dos expostos de Lisboa, que aqui viveu.

### **José Lisboa,**

Morava em Campelos, como a nubente, quando se casou na Igreja de Santa Maria do Castelo, em 20 de Agosto de 1881, ambos tinham 32 anos, ela Joaquina das Dores, era natural de Matacães, filha de Vital dos Santos e de Ana Rita<sup>538</sup>. Não temos mais informação.

### **António Francisco,**

Terá nascido por volta de 1851, pois faleceu em 1909 e teria 60 anos.

Casou na Igreja de Santa Maria do Castelo, com 27 anos, em 16 de Janeiro de 1878, com Clementina Emília, de 17 anos, natural de Campelos, filha de João Veloso e de Maria Emília<sup>539</sup>.

Do casamento nasceram em Campelos 11 filhos, seis rapazes e cinco raparigas, entre 1880 e 1902, os dois últimos faleceram com meses de vida, e um outro antes com 2 anos. Os

---

<sup>534</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo, Casamentos 4, p. 17.

<sup>535</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

<sup>536</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, S. Pedro da Cadeira, Casamentos 8, p.210.

<sup>537</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Santa Maria do Castelo e Paróquia de Torres Vedras.

<sup>538</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo, Casamentos 4, p. 98v.

<sup>539</sup> *Ibidem*, p. 70v.

restantes oito casaram e viveram nas proximidades, e deles há pelo menos 34 netos<sup>540</sup>.

A Clementina enquanto solteira conviveu sempre com expostos, os seus pais receberam sete expostos de Lisboa, um deles o Leopoldo, que chegou a adulto, terá sido amamentado conjuntamente com ela.

O António Francisco faleceu em Campelos, com 62 anos.

### **Félix dos Santos,**

Descendentes seus dizem que terá ido dos lados da Nazaré, como um dos operários da construção da estrada nacional que liga Torres Vedras a Peniche, sabemos que nasceu por volta de 1852, pois no registo diz-se que tinha 26 anos, quando se casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos, em 29 de Abril de 1878, com Maria do Rosário, de 18 anos, natural da freguesia da Lourinhã, filha de António Nunes e de Maria Helena, ambos os nubentes moradores em Casal da Carvalheira<sup>541</sup>.

Este casal já dois meses antes tinham sido pais de Maria, e depois nasceram mais 8 filhos, no Casal do Prior, ou na Marteleira, até 1903, destes sabemos de cinco que casaram e viveram por estes lugares, sabemos de 14 netos.

Em 1897 estavam a criar, à custa da mãe uma criança natural de Lisboa.

Profissionalmente, pelos vários registos, encontrámo-lo como Cantoneiro em 1881, fazendeiro dois anos mais tarde, e como trabalhador em 1886.

A Maria do Rosário viveu toda a sua infância e adolescência com expostos de Lisboa pela sua casa, os seus pais receberam 5, entre 1864 e 1870<sup>542</sup>, nomeadamente o Lucas dos Santos, supra referido, com quem o filho mais novo, o Avelino casou com Rosinda, filha deste Lucas dos Santos<sup>543</sup>.

Alguns dos seus netos, que são simultaneamente netos do Lucas dos Santos são grandes empresários, criaram um grande grupo empresarial, com dezenas de empresas, em Portugal e no estrangeiro, e que como já referimos quando escrevemos sobre este Lucas, daremos nota noutro capítulo.

### **Carlos Santos,**

Deste exposto só conseguimos encontrar os dados na Santa Casa com a ajuda da memória colectiva que os seus descendentes mantiveram. É mais um exemplo da importância e da urgência dum necessária recolha da nossa cultura imaterial, junto da geração ainda viva, nascida até às décadas de 50-60 do século passado, a quem lhes foi transmitido oralmente histórias que foram passando de geração em geração durante centenas de anos, e que actualmente se começa a perder, pois deixou de haver os grandes serões à volta da lareira.

---

<sup>540</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

<sup>541</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, casamentos 4, p. 88v.

<sup>542</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por Concelho, gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

<sup>543</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, baptismos, casamentos e óbitos.

Não tínhamos nenhum exposto Carlos dos que vieram para as amas desta nossa área em estudo, nem nenhuma outra informação, a não ser o seu casamento, e descendência. Abordámos descendentes vivos, e uma das suas netas disse-nos que ouvia o pai dizer que o avô Carlos ia a Melroeira, freguesia do Turcifal, concelho de Torres Vedras, visitar um irmão.

Fomos pesquisar para este período, nas amas de leite daquela freguesia, nela encontrámos três Carlos, um faleceu, outro foi entregue e era noutra localidade, e só um entrado na Casa em 4/10/1854, tinha ido para Melroeira, em 14 de Outubro de 1856<sup>544</sup>.

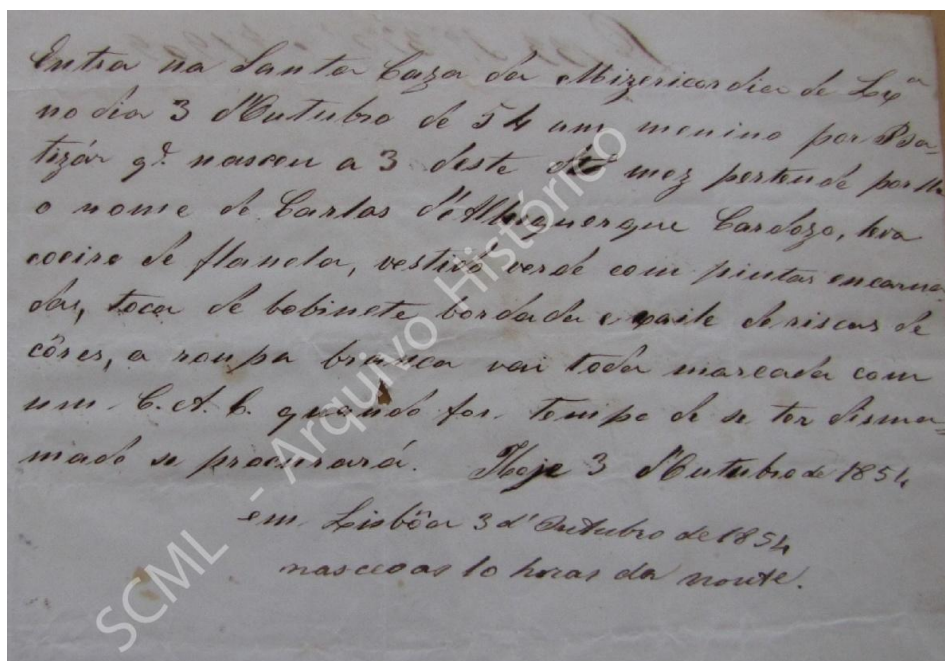
O nosso Carlos no casamento tinha 25 anos, em Janeiro de 1880, este exposto nascera em Outubro de 1854 tinha os tais 25 anos no casamento, julgamos poder concluir ser este o nosso Carlos dos Santos.

Carlos d'Albuquerque Cardoso é o nome de escrito, e que ficou no baptismo, deve ter-se perdido com a passagem da primeira para a segunda ama.

No dia quatro de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e quatro às seis horas e três quartos da manhã, entrou pela Roda, para este Hospital dos Expostos de Lisboa um menino com os seguintes sinais:

camisa de pano patente, fralda de linho; coeiro de flanela debruado de fita de linho; vestido de chita verde com salpicos encarnados; na cabeça meio lenço branco e toca de bobinete guarnecida de folho, vinha envolvido em um chaile de algodão azul riscado, toda a roupa vinha marcada com C.A. C; foi solenemente baptizado (...) <sup>545</sup>.

### Imagem 7 – Sinal de Entrada do exposto Carlos dos Santos



Fonte: A.H.S.C.M.L., Sinais de Entrada, ano de 1854, exposto nº 1909.

<sup>544</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por Concelho, gavetas, Torres Vedras, freguesia de Turcifal.

<sup>545</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Entradas de Expostos nº 133, p.370, nº1909.

No mesmo dia da entrada foi entregue a Rosa Maria, casada com Manuel Duarte, trabalhador, moradores na Labrugeira, Merceana, Alenquer, onde esteve dois anos, até 13/10/1856, sendo entregue no dia seguinte à ama Teodora Maria, casada com António Alves, trabalhador, moradores na Melroeira, Turcifal, Torres Vedras, onde possivelmente ficou até adulto, estes anos receberam apoio financeiro até 1865<sup>546</sup>.

Não sabemos se o irmão que ele ia visitar seria mesmo um irmão de sangue, hipótese possível de colocar, uma vez que a mesma família já tinha recebido um outro exposto, o João, em 1852, ou se seriam os filhos legítimos do casal, pois sabemos terem sido pais pelo menos em 1745 e 1747 de José e de Maria<sup>547</sup>.

Carlos Santos casou segunda vez em 1893, depois de em 1892 ficar viúvo da primeira mulher, ambas as vezes na Igreja de Santa Maria do Castelo, de Torres Vedras<sup>548</sup>.

Dos dois casamentos teve pelo menos 16 filhos, entre 1880 e 1911, só três raparigas, 9 dos filhos casaram e viveram aqui, ou nas proximidades, e temos conhecimento de no mínimo 33 netos<sup>549</sup>.

#### **Bento dos Santos,**

Tinha 28 anos quando casou na Igreja da Moita dos Ferreiros, em 10 de Fevereiro de 1886, com Maria Justina, de 18 anos, natural de St<sup>a</sup> Catarina da Serra, Leiria, ambos eram moradores no Casal do Moinho, Moita dos Ferreiros, sabemos de um filho nascido dois anos depois em Casalinho das Oliveiras<sup>550</sup>.

#### **José Carvalho,**

Está como exposto no seu registo de baptismo, realizado em Santa Maria do Castelo, em 21 de abril de 1906, um mês antes do casamento, onde *declarou ser exposto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foi miúdo de leite nos Casais da St<sup>a</sup> Teresa, freguesia de S. Vicente de Aljubarrota, concelho de Alcobaca e diz ter idade 42 anos*<sup>551</sup>.

Mas no baptismo de filho Jayme diz que é de Aljubarrota, morador na Qt<sup>a</sup> do Arneiro, freguesia de Arneiro, filho de Joaquim Carvalho, e Maria Assunção<sup>552</sup>.

Casou na Igreja de Santa Maria do Castelo a 2 de Maio de 1906 com Joaquina de Jesus, de 25 anos, natural de Campelos, filha de Joaquim Félix e de Gertrudes da Conceição<sup>553</sup>. Antes do casamento já tinham nascido dois filhos e outro nasceu em 1908, todos em Campelos, não temos descendência.

José Carvalho em 1905 era carvoeiro.

---

<sup>546</sup> A.H.S.C.M.L. Livro de Matriculas de Varões, nº 38, p.489, nº 277.

<sup>547</sup> A.N.T.T. Registos Paroquias de Turcifal, Torres Vedras, livro de Baptismos nº 11.

<sup>548</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, concelho de Torres Vedras, freguesia de Santa Maria do Castelo.

<sup>549</sup> *Ibidem*.

<sup>550</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Moita dos Ferreiros, casamentos 4, p. 2.

<sup>551</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, duplicado de Baptismo 24, assento 52.

<sup>552</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, duplicado de Baptismos, 22, assento 46.

<sup>553</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria do Castelo, Casamentos 23, assento 19.

### **Daniel dos Santos,**

Nome da Casa, onde entrou em 21 de Novembro de 1864, e dizem que terá nascido três dias antes, foi dois dias depois, a 23, para a Ama Isabel Maria, casada com António Pinheiro dos Santos, moradores no Casal da Várzea, freguesia de Moita dos Ferreiros, onde esteve durante pelo menos 10 anos<sup>554</sup>.

Casou naquela freguesia, em 17/6/1893, com Isabel Catarina, de 21 anos, natural do Casal das Quintas, freguesia de Santa Maria do Castelo, filha de João Maurício, natural da freguesia da Lourinhã, e de Catarina Maria, natural da Serra de El Rei<sup>555</sup>.

O casal foi viver para Casal Campinas, freguesia da Moita dos Ferreiros, do casamento nasceram pelo menos dois filhos que faleceram ainda crianças<sup>556</sup>.

### **Adolfo dos Santos,**

Entrou na Casa em 16 de Outubro de 1868, com o seguinte escrito:

No dia 15/10/1868 nasceu pelas 9 horas da manhã um menino pede-se que seja Manuel leva camisa de pano patente fralda he de pano patente de algodão um coeiro de betilha branca vondão de pano patente ropinhas de chita branca com palmas roxas e encarnadas e as mangas não são irmãs mas são da mesma cor, na cabeça um lencinho de quatro pontas branco com raminhos roxos e mais um lenço branco<sup>557</sup>.

No dia seguinte foi entregue à Ama Mariana da Conceição, casada com Augusto Maria, moradores na Marteleira, onde permaneceu pelo menos dez anos<sup>558</sup>.

Adolfo casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos em 29 de Dezembro de 1894, com Maria da Conceição, de 50 anos, viúva de Francisco Ferreira e de José Joaquim Neto, natural de Casal dos Rijos, Santa Maria do Castelo, filha de José Rodrigues e de Maria Antunes<sup>559</sup>.

Ambos os nubentes moravam na Marteleira, a Maria da Conceição já tivera 9 filhos dos dois casamentos, mas nesta data somente 5 estariam vivos, todos do último casamento. Não temos referência de haver algum filho do Adolfo, o que não é de estranhar, atendendo à idade da mulher<sup>560</sup>.

### **Adelmano Santos,**

Entrou na Casa no dia 12 de Maio de 1870, com um escrito, e assinado:

Nasceu em Lisboa aos 12 de Maio de 1870 pede-se o favor de ser Baptizado e com o nome de João Baptista<sup>561</sup>.

No dia seguinte foi entregue à Ama Guilhermina da Conceição, casada com Manuel Miguel, moradores na Atalaia, Lourinhã, onde permaneceu pelo menos 10 anos

<sup>554</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 100, p. 321, nº 549.

<sup>555</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Moita dos Ferreiros, Casamentos 11, p. 2v.

<sup>556</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Moita dos Ferreiros.

<sup>557</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada, exposto Adolfo, ano de 1868, nº 2163.

<sup>558</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 124, p. 143, nº 380.

<sup>559</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Casamentos 15, assento nº 9 de 1894.

<sup>560</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

<sup>561</sup> A.H.S.C.M.L. Sinais de Entrada exposto Adelmano, ano de 1870, nº 1148.

Casou no dia 31 de Agosto de 1892, na Igreja da Lourinhã, com Gertrudes da Conceição, de 17 anos, natural e residente no Casal Novo, Lourinhã, filha de António Jacinto e de Gertrudes da Piedade. Neste registo ele é jornaleiro (trabalhava à jorna diária), e morava também no Casal Novo, e no baptismo do filho, em 1905 era moleiro<sup>562</sup>.

Deste casamento temos conhecimento de um filho, o Boaventura dos Santos, nascido em 1905, no referido lugar de Casal Novo<sup>563</sup>, por não investigarmos, não sabemos de outros filhos, mas este Boaventura casou em 1927 com Rosalina, natural de Santa Maria do Castelo<sup>564</sup>, viveram na Cabeça Gorda, e tiveram pelo menos duas filhas.

### **Fabricio dos Santos,**

Entrou na Casa em 21 de Janeiro de 1870, foi entregue à Ama Guilhermina da Conceição Santos, casada com Sebastião de Sousa, moradores em Casal do Bom Sucesso, Atouguia, e em 8 de Outubro de 1874 passou para a Ama Libânia Nobre, casada com Rafael Soares, moradores em Pero Moniz, Cadaval<sup>565</sup>.

A pista para a identificação deste exposto é-nos dada no registo de baptismo do filho António<sup>566</sup>, por nele constar que o pai era de Pero Moniz, fizemos uma pesquisa dos expostos enviados para esta freguesia, onde só há um Fabrício, e com a idade a coincidir com a que ele tinha quando se casou.

O Fabrício casou na Igreja de Santa Maria do Castelo, em 1 de Maio de 1899, com Belmira Gertrudes, de 19 anos, natural de Campelos, filha de Joaquim Lourenço e de Gertrudes de Jesus. Pelo casamento legitimaram a filha que tinha sido já baptizada em Janeiro desse ano<sup>567</sup>.

Deste casal nasceram 6 filhos, três rapazes e três raparigas, nascidos em Campelos, entre 1899 e 1917, pelo menos 3 casaram e viveram em Campelos, dos quais se conhecem 14 netos<sup>568</sup>.

### **Augusto dos Santos e Henriqueta da Conceição,**

Um filho deste casal casou com uma filha do Lucas dos Santos, exposto supra identificado, e com o respectivo percurso de vida.

São poucos os casos encontrados por nós em que ambos os membros do casal são expostos de Lisboa, pareceu-nos haver interesse em descrever este caso, mesmo não tendo eles vivido na área deste nosso estudo.

Do Augusto dos Santos nada sabemos antes do seu casamento, realizado na Igreja de S. Lourenço dos Francos, em 31 de Janeiro de 1885, com a Henriqueta da Conceição, ele de 29 e

<sup>562</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 42, assento 26.

<sup>563</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Baptismos 70, p.46.

<sup>564</sup> Paroquia de Miragaia, Livro de Casamentos, 1927, assento 26.

<sup>565</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 132, p. 195, nº 783.

<sup>566</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, duplicado de Baptismos 23, assento 105.

<sup>567</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, Casamentos 16, p.4.

<sup>568</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Torres Vedras, Santa Maria, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

ela de 25 anos, ambos moradores na Marteleira, onde ficaram a viver<sup>569</sup>.

A Henriqueta entrou na Casa da Roda em 16 de Agosto de 1860, e quatro dias depois foi entregue à Ama Maria José casada com Luiz Simão, lavrador, moradores na Marteleira. Este Luiz Simão foi padrinho de casamento deste casal de expostos<sup>570</sup>.

A Ama tem uma irmã, a morar na mesma localidade que recebeu 6 expostos de Lisboa, entre 1854 e 1878, estamos perante mais uns familiares com uma boa capacidade de receberem expostos.

Deste casamento nasceram pelo menos 5 filhos, entre 1885 e 1898, todos a chegarem à idade adulta, mas como da Marteleira não temos uma investigação tão aprofundada, só sabemos do casamento do filho José Augusto, com Maria Augusta, filha de Lucas dos Santos, e que deste casamento há pelo menos duas filhas, também nascidas na Marteleira<sup>571</sup>.

#### **5.4 Outros expostos de Lisboa,**

**na maioria encontrados nos registos paroquiais da Paróquia de S. Lourenço dos Francos. Poderá ser para uns demasiado pormenor, para futuros estudos pode ser útil, são 74, 41 estão como tendo vindo para a área do estudo, e mais a Gracia, que está referenciada por ser a mais antiga, dá os 116.**

##### **Adolfo dos Santos,**

Entrou na Roda em 1863<sup>572</sup>, passou por quatro Amas, todas da freguesia da Lourinhã, casou em 1888, com Maria Teresa da Conceição, natural da Marteleira, onde viveram e tiveram pelo menos dois filhos. Quando casou era alfaiate e vivia no Nadrupe<sup>573</sup>.

##### **Adriana da Conceição,**

Casou em 1888, tinha 19 anos, com José Oliveira, natural do concelho de Torres Novas, viveu na Marteleira, e teve pelo menos dois filhos<sup>574</sup>.

##### **Adrião dos Santos,**

Casou em 1899, com 28 anos, com Matildes da Conceição, natural da Marteleira, onde ficaram a viver, tiveram pelo menos quatro filhos<sup>575</sup>.

##### **Álvaro dos Santos,**

Entrou pela Roda em Outubro de 1863<sup>576</sup>, foi criado por Ama da Marteleira, casou em 1899, com Maria da Conceição, natural do Perdigão, mesma freguesia, e viveram na Marteleira,

---

<sup>569</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, Casamentos 1885, assento nº1.

<sup>570</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por Concelho, gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

<sup>571</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Miragaia, baptismos, Casamentos e Óbitos.

<sup>572</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas de Varões, livro nº 90, p. 205, nº 1066.

<sup>573</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 9, p. 3.

<sup>574</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 9, p. 3v.

<sup>575</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 20, assento 13/1899.

<sup>576</sup> A.H.S.C.M.L. Amas de Leite, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

onde nasceram pelo menos 3 filhos<sup>577</sup>.

#### **Ângelo Ferreira,**

Casou com Maria Domingos, natural da Ventosa, Lourinhã, onde viveram, e desta união nasceram pelo menos três filhos<sup>578</sup>.

#### **Ana da Conceição,**

Entrou na Casa em Dezembro de 1872<sup>579</sup>, foi entregue a Ama de Miragaia, casou em Junho de 1892, com Francisco João, natural da freguesia da Lourinhã, viveram em Miragaia, e tiveram pelo menos cinco filhos. No casamento a Ana assinou, o que era raro, na época, nesta região, com o nome de Ana da Conceição Pereira, o apelido Pereira, deve estar relacionado com os Amos, pois ele era António Pereira<sup>580</sup>.

#### **António Francisco.**

Casou em Janeiro de 1708, com Catarina Francisca, natural de Marteleira<sup>581</sup>.

#### **António Joaquim,**

Casou com 32 anos, em Janeiro de 1889, com Gertrudes da Conceição, natural de Marteleira, onde viveram e tiveram pelo menos três filhos<sup>582</sup>.

#### **António Joaquim, o Saias,**

Casou na Igreja do Vimeiro, com Maria da Anunciação, tiveram pelo menos um filho em 1894, nascido em Marteleira, que morreu com dois anos. O António Joaquim morreu em 1895 com 43 anos<sup>583</sup>.

#### **António Jorge,**

Casou com Maria da Conceição, natural da freguesia de Miragaia, pai por volta de 1862 de Joaquina da Conceição, nascida na Marteleira, consta do registo de casamento desta em 1879<sup>584</sup>.

#### **António Teixeira,**

Foi criado na freguesia de Dois Portos, terá casado com Angela Teodora, foi pai de Anacleto, em Março de 1800, quando eram moradores na Joaria, freguesia de S. Lourenço dos Francos<sup>585</sup>.

#### **Atanagildo dos Santos,**

Casou em Dezembro de 1896 com Luiza da Conceição, natural de Nadrupe, Lourinhã,

---

<sup>577</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 20, assento 9/1899.

<sup>578</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 37, p. 33.

<sup>579</sup> A.H.S.C.M.L. Amas de Leite, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

<sup>580</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 42, p. 13.

<sup>581</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 3, p. 44v.

<sup>582</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 10, assento 1/1889.

<sup>583</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Óbitos 15, assento 27/1895.

<sup>584</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 4, assento 5/1879.

<sup>585</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 6, p. 9.

onde ele também morava<sup>586</sup>.

**Augusto Nobre,**

É pai de Júlia de Jesus Nobre, professora régia, na Marteleira, nascida na freguesia dos Anjos, Lisboa, que casou em Julho de 1901 com José Caseiro, natural de Papagovas, ficaram a viver em Marteleira, e tiveram pelo menos dois filhos<sup>587</sup>.

**Bazílio Francisco,**

Casou em Janeiro de 1803, na Igreja de S. Lourenço dos Francos, com Tereza de Jesus, natural de Casal Novo, Lourinhã. Ele era viúvo de Joaquina Maria, de Papagovas, onde ambos moravam<sup>588</sup>.

**Bernardino António,**

Casou em Outubro de 1847, com Perpetua de Jesus, natural de Miragaia<sup>589</sup>.

**Caetana dos Anjos,**

Casou com 23 anos, em Janeiro de 1891, com José Dias Perdigão, natural de Marteleira, onde viveram e tiveram pelo menos sete filhos<sup>590</sup>.

**Caetano dos Santos,**

Casou em Agosto de 1894, com Maria da Piedade, “tessedeira”, natural da Moita dos Ferreiros, local onde se realizou o casamento<sup>591</sup>.

**Cândido Francisco,**

Casou com 38 anos, em Janeiro de 1888, na igreja de S. Lourenço dos Francos, com Gertrudes da Anunciação, natural da freguesia de Lourinhã, viúva de Manuel Francisco Buço, e viviam na freguesia de S. Lourenço<sup>592</sup>.

**Cândido da Silva,**

Casou com 31 anos, em Janeiro de 1886, com Felicidade da Conceição, natural da freguesia de Miragaia, viúva de António Henrique. O Cândido morreu nas Papagovas, em Outubro de 1898<sup>593</sup>.

**Carlos dos Santos,**

Foi pai de Maria Inácia, que casou no Maxial, em Outubro de 1906, com Pedro António Marques, natural de Campelos, viúvo de Josefa Maria<sup>594</sup>.

**Carolina dos Santos,**

Entrou na Roda em Maio de 1851, veio para Ama da Marteleira, foi mãe neste lugar, de

---

<sup>586</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 46, assento 33/1896.

<sup>587</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 21, assento 19/1901.

<sup>588</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 4, p. 96.

<sup>589</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Misto 4.

<sup>590</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 12, assento 1/1891.

<sup>591</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Moita dos Ferreiros, Lourinhã, Casamentos 2, p. 3.

<sup>592</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 9, assento 3/1888.

<sup>593</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 7, assento 1/1886.

<sup>594</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Maxial, Torres Vedras, Casamentos 21, assento 13/1906.

uma criança nascida em 1874<sup>595</sup>.

#### **Cassiodoro dos Santos,**

Deu entrada na Casa em Junho de 1870, foi entregue a Ama de Toxofal de Baixo, freguesia de Lourinhã, e passou para outra do mesmo lugar, casou na Lourinhã, com Maria da Anunciação, natural de D. Durão, Cadaval, filha de outro exposto de Lisboa, o Fernando Santos, infra referido<sup>596</sup>.

#### **Cristóvão Ferreira,**

Casou em Fevereiro de 1725, com Luiza Jorge, natural de Vale de Lobos, viveram na Marteleira, onde foram pais de pelo menos quatro filhos<sup>597</sup>.

#### **Demétria de Jesus,**

Foi mãe solteira de Albino, nascido nas Papagovas em Novembro de 1884, talvez seja a exposta que entrou na Roda em Outubro de 1862, e que veio para a Ama Lucinda dos Anjos<sup>598</sup>, da freguesia de S. Lourenço dos Francos<sup>599</sup>.

#### **Diogo Nobre,**

Foi pai de João Diogo Nobre, natural de Lamas, Cadaval, donde a mãe era natural, que casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos, com Maria da Conceição, desta freguesia e foram viver para Papagovas<sup>600</sup>.

#### **Egídia da Conceição,**

Entrou na Roda em Novembro de 1864, foi para Ama do Casal de S. Miguel, Moita dos Ferreiros<sup>601</sup>, casou com Sebastião Francisco, natural do Casal Moinho, da mesma freguesia, foram viver para o Casal da Várzea, onde foram pais de pelo menos dois filhos<sup>602</sup>.

#### **Elias dos Santos,**

Casou com 30 anos, em Janeiro de 1882, com Maria Dionizia, natural da freguesia de S. Lourenço dos Francos, onde foram recebidos<sup>603</sup>.

#### **Elisa da Conceição,**

Entrou na Roda em Janeiro de 1861, no dia seguinte foi entregue a Ama de Marteleira<sup>604</sup>, casou em Agosto de 1881, com Carlos da Silva, natural da freguesia de Santiago, Torres Vedras, viveram na Marteleira, onde tiveram pelo menos sete filhos<sup>605</sup>.

#### **Eusébio Correia,**

---

<sup>595</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 13, assento 43/1874.

<sup>596</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 51, p. 1.

<sup>597</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1.

<sup>598</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, S. Lourenço dos Francos, Lourinhã.

<sup>599</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 16, assento 2/1885.

<sup>600</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 4, assento 15/1876.

<sup>601</sup> A.H.S.C.M.L. Matriculas Fêmeas, Livro nº 97, p. 327, nº 511.

<sup>602</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 2, p. 2v.

<sup>603</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 5, assento 2/1882.

<sup>604</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, S. Lourenço dos Francos, Lourinhã.

<sup>605</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 5, assento 7/1881.

É pai de duas filhas, naturais do concelho de Porto de Mós, naturalidade da mãe delas, ambas casaram e viveram no Amial, Ramalhal, Torres Vedras, como estes casamentos foram em 1812 e 13, leva-nos a colocar a hipótese de serem deslocações de pessoas na sequência da última Invasão Francesa, que teve nas Linhas de Torres Vedras o travão no avanço das tropas Napoleónicas<sup>606</sup>.

#### **Felícia da Conceição,**

Casou com 25 anos, na Igreja da Lourinhã, em Maio de 1890, com Francisco da Silva, natural do Nadrupe, Lourinhã, lugar onde ela morava<sup>607</sup>.

#### **Fernando dos Santos,**

É pai de Maria da Assunção, supra referida que casou com o exposto Cassiodoro, e que terá nascido por volta de 1877. O Fernando casou com Matilde da Conceição, viveram em D. Durão, Cadaval<sup>608</sup>.

#### **Francisco dos Santos,**

Casou a primeira vez com 28 anos, na Igreja da Moita dos Ferreiros, em Dezembro de 1886, com Maria da Conceição, natural desta freguesia, e em segundas núpcias em Novembro de 1895, na mesma Igreja, com Ana Pedrosa, natural do concelho de Figueira da Foz, e que já devia morar naquele lugar. O Francisco foi pai pelo menos três vezes, um filho do primeiro casamento e dois do segundo<sup>609</sup>.

#### **Gonçalo José,**

Foi criado por Ama de Nadrupe, Lourinhã, casou na Igreja da Lourinhã, em Abril de 1806, com Aurélia Maria, natural de Montoito, da mesma freguesia, foram pais pelo menos de uma filha, nascida no Nadrupe, e que casou e viveu nas Papagovas<sup>610</sup>.

#### **Jacinta da Conceição,**

Entrou para a Roda em Agosto de 1860, em Maio de 1864 veio para a Ama Ana Rita, casada com Mateus da Silva, moradores na Marteleira, onde continuou a viver depois de casar em Dezembro de 1883, com Boaventura Custódio, natural do mesmo lugar, foram pais de pelo menos cinco filhos<sup>611</sup>.

#### **Jerónima da Conceição,**

Casou com 28 anos, na Igreja da Lourinhã, em Agosto de 1888, com **Porfirio dos Santos**, de 18 anos, também ele exposto de Lisboa<sup>612</sup>.

---

<sup>606</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Ramalhal, Torres Vedras, Casamentos 2, p. 9v.

<sup>607</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 40, p. 18.

<sup>608</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 51, p.1.

<sup>609</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Moita dos Ferreiros, Lourinhã, Casamentos 4, p. 4, e, 13, p. 2.

<sup>610</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Misto 9, p. 184v.

<sup>611</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 5, assento 10/1883.

<sup>612</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 38, p. 27v.

**Joaquim Francisco,**

É pai de Maria da Anunciação que casou na Lourinhã, em 1890<sup>613</sup>.

**Joaquim José,**

Casou com 28 anos, em Fevereiro de 1887, com Maria Florinda, natural de Marteleira, de quem já tinha um filho, nascido em Outubro de 1885. Viveram naquele lugar e tiveram pelo menos mais cinco filhos<sup>614</sup>.

**Joaquim Oliveira,**

Casou a primeira vez com 25 anos, em Outubro de 1868, com Maria da Conceição, natural da Marteleira, foi Ama de Leite de uma exposta de Lisboa, tiveram pelo menos dois filhos. Casou em segundas núpcias em Maio de 1875, com outra Maria da Conceição, natural de Vale de Mouro, viveram na Marteleira e tiveram pelo menos sete filhos<sup>615</sup>.

**Joaquim Teodoro,**

Entrou na Roda em Agosto de 1859, dois dias depois foi entregue à Ama Maria Teodora, casada com Teodoro Joaquim, trabalhador, moradores em Pragança, Lourinhã<sup>616</sup>. Casou em Março de 1886 com Gertrudes da Conceição, natural de Capelas, também freguesia de Lourinhã, viveram em Pragança, onde nasceram pelo menos dois filhos<sup>617</sup>.

**José António,**

Foi criado em casa de João Nunes e Maria Nunes, do Amial, casou em Outubro de 1732, na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, com Vicência Maria, natural do Ramalhal, viveram no Ameal, lugar da freguesia do Ramalhal, e tiveram pelo menos uma filha<sup>618</sup>.

**José Francisco,**

Foi pai de Gertrudes Maria que foi mãe em 1820, em Atalaia, Lourinhã, e faleceu em 1881<sup>619</sup>.

**José Luís,**

Casou em Outubro de 1774, com Maria da Fonseca, viúva, moradora nas Papagovas, freguesia de S. Lourenço dos Francos, onde se realizou o casamento<sup>620</sup>.

**José de Freitas,**

Foi criado desde pequeno por Domingos de Freitas e Madalena Freire, moradores na Quinta do Hespanhol, Dois Portos, casou na Igreja de Dois Portos, Torres Vedras, em Abril de

---

<sup>613</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 40, p. 28.

<sup>614</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos, assento 6/1887.

<sup>615</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 4, pp. 37; 69v.

<sup>616</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

<sup>617</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 36, p. 12.

<sup>618</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Ramalhal, Torres Vedras, Casamentos 1, p. 41v.

<sup>619</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Óbitos 1, p. 90.

<sup>620</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1, p. 142.

1724, com Josefa Maria Conceição, natural da mesma freguesia<sup>621</sup>.

**João dos Santos,**

Casou com 28 anos, na Moita dos Ferreiros, em Junho de 1887, com Guiomar da Conceição, natural da freguesia de S. Lourenço dos Francos, foram viver para Papagovas, da mesma freguesia, onde nasceram pelo menos nove filhos<sup>622</sup>.

**João dos Santos,**

Faleceu em Novembro de 1904, em Miragaia, com 40 anos, solteiro, era pastor<sup>623</sup>.

**Lino Correia,**

Faleceu com 46 anos, em Maio de 1905, em Marteleira, solteiro, não deixou bens<sup>624</sup>.

**Luís José,**

Casou com 30 anos, em Maio de 1870, com Leonor da Conceição, natural de Papagovas, onde ficaram a residir, e tiveram pelo menos quatro filhos<sup>625</sup>.

**Manuel Custódio,**

Foi pai solteiro, de Amélia nascida em Vale de Lobos, freguesia de S. Lourenço dos Francos, em Novembro de 1904, foi legitimada pelo casamento do pai com a sua mãe, Gertrudes da Conceição, natural do mesmo lugar, em Novembro de 1908. O Manuel era almocreve de peixe<sup>626</sup>.

**Manuel Francisco,**

Casou em Setembro de 1741, com Antónia Maria, natural da Marteleira, onde ficaram a residir e tiveram pelo menos seis filhos<sup>627</sup>.

**Manuel Nunes,**

Foi criado em casa da Ama Rosa Maria, casada com José Nunes, moradores no Casalinho, Bombarral, casou com 25 anos, em Fevereiro de 1866, com Maria da Conceição, natural das Papagovas, onde viveram e foram pais de pelo menos três filhos<sup>628</sup>.

**Marcelina da Conceição,**

Entrou na Casa em Julho de 1874, encaminhada pelo Hospital, em Agosto de 1877, foi entregue à Ama Rosa Maria, casada com José Joaquim, moradores em Miragaia<sup>629</sup>. A Marcelina foi mãe de uma menina, em Agosto de 1892, filha de pai incógnito, que casou em Óbidos<sup>630</sup>.

**Maria Petronilha,**

Por volta de 1833 foi mãe de António, nascido na freguesia de Roliça, Bombarral, que

---

<sup>621</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Dois Portos, Torres Vedras, Casamentos.

<sup>622</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Moita dos Ferreiros, Lourinhã, Casamentos 5, assento 4/1887.

<sup>623</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Óbitos 24, assento 37/1904.

<sup>624</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Óbitos 25, assento 8/1905.

<sup>625</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 4, assento 2/1870.

<sup>626</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 36, p. 5v.

<sup>627</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1.

<sup>628</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 4, assento 2/1866.

<sup>629</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

<sup>630</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 23, assento 16/1892.

pelo casamento veio viver para Miragaia<sup>631</sup>.

**Martim José Rodrigues,**

Foi pai de Boaventura, que nasceu em Toxofal de Baixo, Lourinhã, em Julho de 1904<sup>632</sup>.

**Martinho Francisco,**

Casou em 1734 com Luiza Ribeira, natural de Vale de Lobos, S. Lourenço dos Francos, onde ficaram a viver, e nasceram pelo menos dois filhos<sup>633</sup>. Esta família recebeu pelo menos um exposto, em Outubro de 1750.

**Maurícia da Conceição,**

Foi mãe de Jacinto, nascido em Toledo, Vimeiro, Lourinhã<sup>634</sup>.

**Mercedes da Conceição,**

Entrou na Casa em Julho de 1897, três dias depois foi entregue à Ama Camerina de Jesus, casada com Manuel Inácio, moradores no Casal da Areia Branca, Lourinhã. A Mercedes casou em Setembro de 1915, com António, natural do Casal do Forno, S. Lourenço dos Francos<sup>635</sup>.

**Natália Felismina,**

Entrou na Roda em Julho de 1864, dois dias depois foi entregue à Ama Felismina Rosa, casada com António Jorge, moradores na Marteleira<sup>636</sup>, casou em Fevereiro de 1882, com Alexandre Inácio, carpinteiro, natural do mesmo lugar, viúvo, já com uma filha. Continuaram a viver na Marteleira, e foram pais de pelo menos 13 filhos<sup>637</sup>.

**Norberta da Conceição,**

Casou a primeira vez com 22 anos, em Janeiro de 1880, com Mateus Custódio, natural de Miragaia, de quem teve pelo menos três filhos<sup>638</sup>. Casou segunda vez em Fevereiro de 1887 com José Patrício, natural de Silveira, sapateiro, morador em Miragaia, e foram pais de pelo menos cinco filhos<sup>639</sup>.

**Olaú dos Santos,**

Entrou na Roda em Junho de 1863, em Setembro de 1868 veio para a Ama Mariana Jacinta, casada com Joaquim Nunes, moradores em Capelas, freguesia de Lourinhã<sup>640</sup>.

Casou em Novembro de 1892, com Maria da Conceição, natural de Carvoeira, Torres Vedras, viúva de Jacinto Dias, de quem tinha seis filhos, ficaram a viver em Marteleira, ele era

---

<sup>631</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 3, p. 23v.

<sup>632</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Baptismos 29, p. 38v.

<sup>633</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1.

<sup>634</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Vimeiro, Lourinhã, Misto 9, p. 11.

<sup>635</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 18, p. 9.

<sup>636</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

<sup>637</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 5, assento 5/1882.

<sup>638</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 5, assento 4/1880.

<sup>639</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, S. Pedro da Cadeira, Torres Vedras, Casamentos 9, assento 5/1887.

<sup>640</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

sapateiro, ofício talvez aprendido com anterior marido desta Maria da Conceição, que também era sapateiro, tiveram pelo menos dois filhos<sup>641</sup>.

#### **Pastaxio dos Santos,**

Casou com 34 anos, em Outubro de 1880, na Igreja da Lourinhã, com Joana Rosário, natural da Vila da Lourinhã, ficaram a viver nesta freguesia e tiveram pelo menos um filho<sup>642</sup>.

#### **Paula de Jesus,**

Foi mãe por volta de 1859 de Sebastiana, natural da freguesia de Atouguia da Baleia, e veio a casar em S. Lourenço dos Francos. A Paula faleceu em Julho de 1898, com 69 anos, em Miragaia<sup>643</sup>.

#### **Pedro Francisco,**

Casou em Maio de 1777, viúvo de Maria Filipa, com Justiniana Maria de Jesus, natural de Miragaia<sup>644</sup>.

#### **Phedra da Conceição,**

Entrou na Roda em Abril de 1863, foi entregue em Novembro de 1875 a D. Delfina da Conceição da Silva Rego, moradora na Quinta do Perdigão<sup>645</sup>. Casou em Outubro de 1887, no Vimeiro, com António Jorge, natural desse lugar, onde ambos moravam, tiveram pelo menos dois filhos<sup>646</sup>.

#### **Rafael dos Santos,**

Entrou na Roda em Novembro de 1854, um mês depois foi entregue à Ama Felizarda de Jesus, casada com António Lourenço, moradores na Pinhoa, Moita dos Ferreiros, entregou-o em 25/6/1864, e foi-lhe entregue novamente, em principio definitivamente, em 12/10/1864. Casou com outra exposta de Lisboa, a **Teodorica de Jesus**, entrada na Roda em Setembro de 1862, entregue dois dias depois à Ama Rosa Maria, casada com José Garcia, trabalhador, morador na Moita dos Ferreiros, em Julho de 1879 passou para a Ama Albertina da Silva Rego, casada com José Onofre, do mesmo lugar<sup>647</sup>. O Casamento destes dois expostos, realizou-se na Igreja daquela localidade, em Novembro de 1884, e conhece-se pelo menos uma filha<sup>648</sup>.

#### **Reginalda da Conceição,**

Entrou na Roda em Outubro de 1867 e no dia seguinte foi entregue à Ama Maria Cândida, casada com José António, moradores na Marteleira<sup>649</sup>, em Maio de 1894 foi mãe de

---

<sup>641</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismo, Casamentos e Óbitos.

<sup>642</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 30, p.21.

<sup>643</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos, Casamentos e Óbitos.

<sup>644</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1.

<sup>645</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

<sup>646</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Vimeiro, Lourinhã, Casamentos 8, assento 10/1887.

<sup>647</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, Moita dos Ferreiros.

<sup>648</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Moita dos Ferreiros, Lourinhã, Casamentos 2, p. 4v.

<sup>649</sup> A.H.S.C.M.L. Registo de Amas por concelho, Gavetas, Lourinhã, S. Lourenço dos Francos.

Francelina, filha de pai incógnito, nascida naquele lugar<sup>650</sup>.

**Rodrigo dos Santos,**

Faleceu com 39 anos, em Fevereiro de 1895, em Vale de Lobos, S. Lourenço dos Francos, era solteiro, e serrador<sup>651</sup>.

**Rogado dos Santos,**

Casou com 27 anos, na Lourinhã, em Fevereiro de 1890, com Júlia do Sacramento, natural de Sobral, Lourinhã, de que se conhece uma filha<sup>652</sup>.

**Rosa Maria,**

Casou com José Nunes, viveram no Casalinho, Bombarral, tiveram pelo menos cinco filhos, entre 1839 e 1856, dos quais pelo menos três viveram nos Campelos<sup>653</sup>.

**Severino Luís,**

Casou na Igreja de S. Lourenço dos Francos, em Setembro de 1858, com Gertrudes Maria, natural de Matas, Lourinhã, viveram na Marteleira onde nasceram pelo menos seis filhos<sup>654</sup>. O Casal recebeu por duas vezes expostos de Lisboa.

**Simplício Nobre,**

Casou com 23 anos, em Fevereiro de 1871, com Delfina da Conceição, natural da freguesia de S. Lourenço dos Francos, viveram em Papagovas, ele era Almocreve, e tiveram pelo menos três filhos<sup>655</sup>.

**Teresa Monteiro,**

Casou em Março de 1745 com António dos Santos, natural de Vale de Lobos, S. Lourenço dos Francos, onde Viveram e foram pais de pelo menos quatro filhos. Ele era viúvo de Maria Teresa, natural de S. Domingos de Benfica, onde ambos moravam<sup>656</sup>.

**Tobias dos Santos,**

Casou com 22 anos, em Novembro de 1886, em Moita dos Ferreiros, de onde a noiva, Maria Joaquina é natural, e onde viveram e tiveram pelo menos dois filhos<sup>657</sup>.

**Ventura Ferreira,**

Casou em Junho de 1735, viúvo de Clara Maria, com Catarina dos Santos, viúva de Domingos Luís, natural de Marteleira<sup>658</sup>.

---

<sup>650</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Baptismos 25, assento 42/1894.

<sup>651</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Óbitos 15, assento 8/1895.

<sup>652</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Lourinhã, Lourinhã, Casamentos 40, assento 11/1890.

<sup>653</sup> A.D.L. Registos Paroquiais, Bombarral, Bombarral, Baptismos e Casamentos.

<sup>654</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 2, p. 17.

<sup>655</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 4, assento 6/1871.

<sup>656</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1.

<sup>657</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Moita dos Ferreiros, Lourinhã, Casamentos 4, p. 3v.

<sup>658</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais, Miragaia, Lourinhã, Casamentos 1.

## 6. Expostos: Estigma ou Exclusão Social?

Há uma ideia generalizada que os expostos carregam consigo e transmitem aos seus descendentes esse estigma, com toda a carga pejorativa que isso pode acarretar, não aconteceu com a generalidade dos expostos que estudámos, fomos tentar perceber porquê.

Uma das principais razões será a vinda para esta área geográfica de muitos expostos, e, desde o século XVII, como supra identificámos, sendo pois normal que muitos por aqui continuassem as suas vidas, integrando-se socialmente, e, pela via do casamento, adquirirem esse reconhecimento social.

As fontes consultadas nada nos disseram sobre o pagamento das soldadas aos enjeitados que foram ficando nas famílias que os criaram, o que nos leva a pensar o mesmo que Maria de Fátima Machado, após o tempo contratado para a sua criação, “as crianças enjeitadas continuavam integradas nas famílias de criação, contribuindo com a sua força de trabalho para a economia do agregado familiar”<sup>659</sup>, facto a que também não seriam alheios os laços sentimentais que muitas vezes se deveriam estabelecer com os amos, e seus filhos biológicos.

O casamento era um “instrumento” que muito facilitava a integração dos enjeitados, e foi essa a via que muitos usaram para se inserirem socialmente nos lugares onde foram criados. Pela via do casamento os enjeitados recuperavam uma parte do que nunca tiveram uma “família biológica”.

Confrontando a ideia pré concebida dos expostos serem segregados, Maria Antónia Lopes conclui, junto de pessoas vivas que tinham conhecido expostos, havia “unanimidade em afirmar que os expostos eram como as outras pessoas”, e encontra um que foi nomeado para a Junta da Paróquia<sup>660</sup>. Na mesma linha conclui Teodoro da Fonte, “pelo menos para o século XIX e princípios do século XX, não nos parece que as crianças expostas tivessem sido estigmatizadas, com algumas delas a conseguirem uma completa integração social”<sup>661</sup>.

Os nossos melhores exemplos de integração de enjeitados, oriundos de Lisboa, na sociedade onde foram criados são os expostos Zeferino, Lucas dos Santos e Félix dos Santos, não vamos voltar a escrever sobre eles porque já o fizemos, vamos ver como os descendentes continuaram a sua inserção na sociedade.

### Descendentes de Zeferino dos Santos

Se a filha Policarpa, que a Adelaide de Jesus teve, enquanto solteira, em 1891, não era filha do Zeferino, ou mesmo sendo, mas fora do casamento, esta poderia ser uma razão para

---

<sup>659</sup> MACHADO, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 327.

<sup>660</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os expostos de Meda [...]*, p. 158.

<sup>661</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *op. cit.*, p. 495.

facilitar o casamento daquela com um exposto, pois por ter um filho fora do casamento estava marginalizada pela sociedade. Sendo uma hipótese, não nos inclinamos para ela, pelas razões supra referidas quando falámos dos filhos do casal, e pelo facto da Adelaide Jesus ser bisneta materna de um exposto da Roda de Lisboa, o Luciano da Costa, criado pela ama Rosa Maria, mulher de João da Costa, em Miragaia, lugar da freguesia de S. Lourenço dos Francos, e que casou em 1807<sup>662</sup>, com Ana Maria, natural dos Casais do Rijo, lugar junto aos Campelos.

Estamos pois perante uma noiva com família descendente de expostos, já na terceira geração, era pois normal um casamento com um exposto da Roda.

Os filhos e gerações seguintes do casal Zeferino e Adelaide estavam completamente inseridos na sociedade local, sem qualquer marginalização, e a melhor prova disso é o 2º filho do casal, o Calixto Zeferino.

O Calixto Zeferino foi um comerciante de sucesso com talho e padaria no lugar de Campelos, que terá aproveitado as ligações de seu pai a Lisboa, sabe-se que durante muitos anos diariamente enviava carne para umas freiras, desta cidade. Com a criação da freguesia de Campelos, em 24 de Novembro de 1945, é ele o eleito, passando a ser o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Campelos, após a tomada de posse em 23 de Dezembro do mesmo ano, cargo que ocupou até finais de 1950.

Em 1951 um seu filho, o António Calixto Zeferino, portanto já um neto do Zeferino dos Santos, que entra para a mesma Junta de Freguesia, onde exerce dois mandatos, até o ano de 1960<sup>663</sup>.

Estamos perante um exemplo de sucesso de integração social, de um exposto da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

### **Descendentes de Lucas dos Santos e de Félix dos Santos**

No Capítulo de Percurso de Vida de expostos de Lisboa já referimos o casamento entre filhos de dois expostos, mas individualmente, vamos agora abordar um caso de perfeita integração social dos próprios expostos, continuado pelos seus descendentes.

Estamos a falar de Lucas dos Santos, como já antes referimos entrou na Roda em 4 de Janeiro de 1864, no dia seguinte foi entregue à Ama Maria Helena, casada com António Nunes, esta família que o acolhe entre outros tem a filha Maria do Rosário, nascida em 1860, decerto sua companheira de brincadeiras.

O outro exposto é Félix dos Santos, como também já referimos, não sabemos a data da sua entrada na Roda, mas como casou em 1878 com 26 anos, terá nascido por volta de 1852,

---

<sup>662</sup> A.N.T.T. Registos Paroquiais de Miragaia, Lourinhã.

<sup>663</sup> ANTUNES, José Damas, Composição das Junats de Freguesia, in *45º Aniversário, Freguesia de Campelos*, Campelos, Junta de Freguesia de Campelos, 1990, pp.12-13.

casou com a Maria do Rosário, supra referida, filha portanto dos Amos do Lucas.

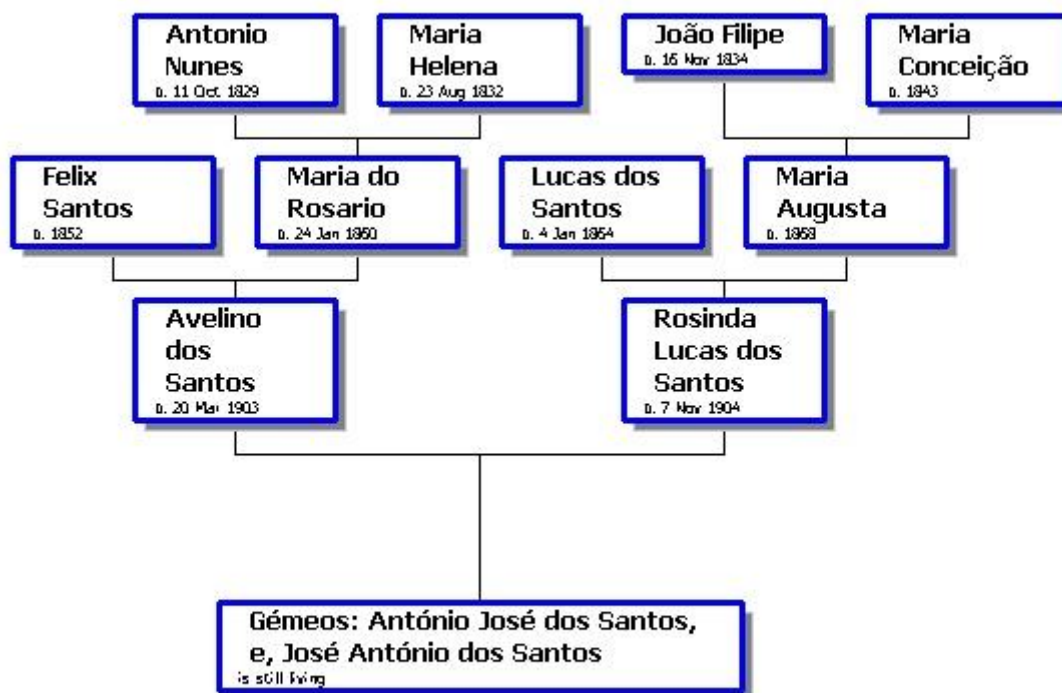
A proximidade entre estes dois expostos, ou talvez mais pelo lado da Maria do Rosário, está confirmada com o Lucas a ser padrinho do 3º filho do casal Félix e Maria do Rosário, o Manuel, baptizado em 27 de Maio de 1883, ainda com o Lucas solteiro.

O Félix dos Santos e a Maria do Rosário têm 9 filhos, no Casal Novo do Prior, e Marteleira, o último dos quais em 1903, o Avelino dos Santos.

O Lucas dos Santos casa em Julho de 1888, com Maria Augusta, natural e moradora na Marteleira, onde ficam a viver. Sabemos do nascimento de pelo menos 7 filhos do Lucas e da Maria Augusta, em que a penúltima é a Rosinda Lucas dos Santos, que se casa em Janeiro de 1931 com o Avelino dos Santos, filho do Félix dos Santos.

Desta união nasceram em 1941 os gémeos António José dos Santos e José António dos Santos, cujos avós são ambos expostos da Roda de Lisboa, o paterno é o Félix dos Santos, e o materno é o Lucas dos Santos.

#### Imagem 8 - Ascendentes dos Gémeos Santos



Pelos registos paroquiais sabemos que o Félix dos Santos em 1881 era cantoneiro, segundo familiares, ouviram dizer que ele na construção da estrada Torres Vedras – Peniche tinha responsabilidades nessa construção, não seria um trabalhador menor. Em 1883, é

referenciado como fazendeiro, e em 1886 como trabalhador.

O Lucas dos Santos surge como trabalhador em 1895, e como pedreiro em 1916, e segundo informação dos netos foi ele que construiu os aquedutos da Estrada Nacional que liga Torres Vedras a Peniche, senão todos, pelo menos a maioria.

Manuel dos Santos, terceiro filho de Félix dos Santos assume, em Lisboa, um negócio onde já trabalhava, na venda de aves para consumo humano, com base na compra de aves de capoeira, maioritariamente nos lugares da sua freguesia de origem, (Miragaia, Lourinhã) e suas proximidades. Vemos um descendente directo de um exposto, vencer em Lisboa, estabelecendo-se por conta própria em plena baixa de Lisboa.

Os dois irmãos gémeos deram continuidade a este negócio familiar e a partir da década de 70 do século XX incrementaram a produção avícola de frangos em moldes industriais, abrangendo o ciclo completo, desde as galinhas para postura de ovos, a incubação, a produção de ração, a criação, o abate, a transformação e a distribuição.

As áreas de negócio foram aumentando para a produção com outras aves, outros animais, nomeadamente os suínos e os bovinos, a produção dos cereais para a ração e outros negócios.

Constituíram o Grupo Valouro, que tem como Presidente do Conselho de Administração o José António dos Santos, e como Vice-Presidente o irmão António José dos Santos. O Anexo 11 tem o organograma do Grupo, com as empresas que o constituem.

O Grupo Valouro actualmente é composto por 36 empresas em Portugal e no Estrangeiro, no final de 2013 fecharam o ano com 1.990 empregados e um volume de negócios de 297,5 milhões de euros.

Consciente ou inconscientemente estes netos já terão pago e continuam a pagar os custos suportados pelo erário público e pela Misericórdia de Lisboa com a criação dos seus avós, enquanto expostos da Roda, ao terem fundado em 20 de Outubro de 1983 a Santa Casa da Misericórdia da Marteleira, que mantém como Provedor José António dos Santos. E anualmente a apoiam, nas suas valências de apoio a idosos, onde se inclui um Lar.

José António dos Santos além da Presidência do Grupo Valouro, tem outros cargos nos Órgãos Sociais das empresas do Grupo, também exerce outras funções dirigentes em associações empresariais, e, é também Presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Lourinhã, desde 1988, Presidente da Assembleia Geral C.A. Seguros, desde 2007.

Como mecenas além de fundador, sempre foi o Provedor da Misericórdia da Marteleira, tem colaborado de forma significativa com doação de terrenos e monetariamente para com a igreja e autarquia da sua terra natal, a Marteleira. Na Vila da Lourinhã com o Sport Club Lourinhanense e, no Hóquei Clube da Lourinhã como fundador e Presidente até 2004. O seu currículo por ele elaborado, pode ser consultado no Anexo 12.

Em 10 de Junho de 2009, em cerimónia realizada em Santarém, José António dos Santos, foi condecorado pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, com a Grande-Cruz da Ordem de Mérito (Classe de Mérito Industrial).

Estes três expostos, o Zeferino, o Lucas e o Félix, são excelentes exemplos de integração social dos expostos da Roda, com a sua plena inserção na sociedade onde viveram, com os filhos a destacarem-se, no caso do Zeferino é com um filho em Presidente de Junta de Freguesia e sucesso empresarial; no caso do Félix o seu filho Manuel dos Santos, em Lisboa assume negócio, a que os seus sobrinhos, netos ainda de outro exposto o Lucas, dão continuidade e transformam numa empresa de dimensão internacional.

Se há algo a distingui-los não são a marginalização, ou estigmatização, mas sim o sucesso empresarial e social, reconhecidos e distinguidos pela sociedade.

Cumpram-se aqui o que Gouveia Pinto escreveu, sobre os Enjeitados, ou expostos, em relação aos custos que o erário público estava a suportar na sua criação, na Introdução do seu livro:

“Eles fazem parte da população geral; eles pagarão, pode ser, um dia os socorros que tiverem recebido da sociedade, que os adopta, e alguns pode ser que possam ilustrar o Estado por seus trabalhos, façanhas, e indústria, e aumentar a sua gloria”<sup>664</sup>.

E em nota de rodapé exemplifica com várias crianças que ao longo dos séculos foram abandonadas e mais tarde grandes figuras imortais da história mundial, como por exemplo Moisés, Rómulo e Remo.

## Conclusão

O abandono de crianças era uma prática nesta área, deixando as crianças à porta de famílias, que decerto seriam conhecidas por terem capacidade de cuidarem delas, e confirmou-se que havia a entrega de algumas na Roda de Lisboa.

No concelho de Torres Vedras esta prática continua mesmo após a criação da Casa da Roda, na terceira década do século XIX continua a ser usual, 7,7%, (30) das crianças tinham sido deixadas à porta de alguém.

A Casa da Roda deste concelho só foi criada cinco anos depois da Ordem da Intendência Geral da Policia, de 10 de Maio de 1783.

António Gouveia Pinto considerado um especialista em matéria de enjeitados, praticou no concelho de Torres Vedras muito do que escreveu nos seus livros, e, foi um grande impulsionador de melhorias no funcionamento da Roda desta Vila, em colaboração com o

---

<sup>664</sup> GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim (1828) p. 7

médico local.

Cedo se iniciou a vinda de expostos de Lisboa para serem criados nestes concelhos de Torres Vedras e Lourinhã, pelo menos desde finais do século XVII. Com o primeiro casamento em 1666, alguns a ficarem, casando, e assim facilitando a sua integração social nesta sociedade. Como exemplo temos o mais antigo exposto que para aqui veio, o Simão Francisco, com pelo menos 3 filhos a casarem e com netos nascidos na Marteleira.

Quando se dá o crescimento desmesurado das exposições de crianças nas Rodas, já haviam famílias constituídas com expostos, provavelmente sem nada de mau a referenciar, o que terá facilitado o envio de mais crianças para a área.

Para o período de 1850 a 1870, foram aqui recebidos 148 crianças, 58% delas acompanhadas com escritos, sendo o ano de 1859 o que enviou mais crianças, foram 12. 49,3% daquelas crianças faleceram, 38 chegaram pelo menos até aos 10 anos, o que representa 25%, e quanto aos outros 25% terá havido mais sobreviventes, mas como foram crianças que passaram para amas de outros locais não fizemos essas pesquisas.

As amas rurais são referenciadas como as melhores, desde o tempo de Gouveia Pinto, como ele escreveu em 1828, no mesmo sentido também a Mesa da Santa Casa de Lisboa aponta em 1861 como a melhor solução para a criação dos expostos, e em especial nos “distritos” de Sobral, Caldas e Leiria, onde esta área está inserida.

Encontramos alguma “indústria familiar na criação de expostos,” com uma ama a receber ao longo dos anos 10 crianças, três amas receberam 7 cada, e outras amas um pouco menos. Das 165 amas só 49 receberam um único exposto.

A maioria das amas desempenhou bem ou razoavelmente o seu serviço de criação de expostos, e são várias a receber da Casa prémio pela “boa criação,” e, poucos os casos referenciados como de mau tratamento.

O valor pago às amas nesta área, foi sempre interessante, ao contrário de outros pontos do País. Era um bom rendimento complementar para o agregado familiar. Não parece ter havido aqui falta de amas.

Foram oito as amas a receberem o máximo possível de dinheiro, pelo limite temporal dos 10 anos que a Santa Casa pagava, cada uma recebeu cerca de 80.000 réis.

Entre 1849 e 1870 para pagamento às amas vieram 4.054.789 réis, é muito dinheiro.

Na área em estudo, bem como por todo esta área hoje conhecida por Oeste, há um grande impacto pela vinda dos expostos de Lisboa, pelo lado económico e também pelo demográfico, pois foram muitos os que continuaram as suas vidas por aqui.

Pelo primeiro Censo Populacional de 1864 vemos que há concelhos em que os expostos são 23% das crianças no escalão etário até aos 10 anos. Em Torres Vedras era de 10,4% e no da Lourinhã de 17,3%.

Na nossa base de dados temos 4147 descendentes de expostos, o que representa 25% do

seu total, com tendência para aumentar.

Foi possível acompanhar o percurso de vida de 17 expostos, desde a sua entrada, e de mais 22 que também viveram na área. Houve poucos casamentos entre expostos, isso não lhes facilitava a integração social, foram só três e todos fora dos 148.

Não há estigma por terem sido expostos, daqueles percursos de vida escolhemos exemplos de sucesso nas suas vidas, ou dos seus descendentes, que pelo seu trabalho angariaram o respeito e reconhecimento das populações onde viveram, com destaque para os Gémeos Santos do Grupo Valouro, empresa de dimensão internacional.

Os descendentes de dois dos expostos de Lisboa passados mais de cem anos retribuíram à sociedade os custos gastos com os seus avós, criando dirigindo e suportando custos na Santa Casa da Misericórdia da Marteleira.

Também nós concluímos, como Teodoro da Fonte concluiu para o Minho, que em regra os expostos eram filhos de gente pobre, ilegítimos ou não, e também eram pobres as mães que os recebiam, havendo muitos a ficarem com estas amas.

Com o mesmo autor também concordamos com muitas das suas propostas, quanto a questões a fazer, pelos trabalhos de expostos, com a recomendação de “recolha informatizada de toda a informação, seria interessante conceber um programa que facilitasse o cruzamento da informação e a partilha das bases de dados criadas, para facilitar e potenciar os estudos comparados” e acrescentamos uma sugestão, a de se criar uma plataforma *online*, com acesso bem controlado, que permitisse aos muitos genealogistas que encontrem expostos, os fossem sinalizando, por concelho, ou distrito, assim se reconstituíam mais percursos de vida dos expostos sobreviventes.

Há uma lição a tirar para os dias de hoje, é possível vingar na vida, mesmo oriundo de uma difícil infância.

A inserção dos expostos na sociedade precisa de ser estudada igualmente por outras áreas académicas, numa convergência interdisciplinar, que permita aumentar os âmbitos interpretativos sobre a vida social destas pessoas, esperando ter contribuído para possíveis pistas de investigação.

## Fontes e Bibliografia

### 1 – Fontes

#### 1.1 – Manuscritas, Arquivos

**A.D.L., Arquivo Distrital de Leiria.** Registos Paroquiais Bombarral, Bombarral.

— *Registos Paroquiais, Bombarral, Carvalhal.*

— *Registos Paroquiais, Bombarral, Roliça.*

**A.H.S.C.M.L., Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.** SC: Criação dos Expostos (CE), SSC Registo de Amas (RA) SR 06: Registo de Amas por Concelho (1851-1935) Gavetas; Concelho da Lourinhã, freguesias de Lourinhã; S. Lourenço dos Francos; Vimeiro.

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Entrega de Expostos a Amas (EA); SSSC: Criação de Seco (SC); SR 01: Criação de Seco (1775-1786); SR 03: Criação de Seco - Meninos e Meninas (1834-1847).

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Entrega de Expostos aos Pais (EP); SR 01: Termos de Entrega aos Pais (1775-1941); SR 02: Documentos de Entrega (1814-1933) .

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Gestão Financeira (GF); SR 01: Despesa das Amas; SSR 01/02: Pagamento das Amas - Inspeção das Caldas da Rainha (1861-1883); SSR 01/03: Pagamentos das Amas - Inspeção de Sobral de Monte Agraço (1861-1883) .

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Gestão Financeira (GF); SSSC: Novas Obrigações (NO); SR 06: Termos de Vestir; .

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Inspeção às Amas dos Expostos (IA); SR 03: Inspeção das Caldas da Rainha (1874-1912); SR 04: Inspeção de Sobral de Monte Agraço (1874-1883).

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Registo de Amas (RA); SR 06: Registo de Amas por Concelho (1851-1935) - Gavetas; Concelho do Cadaval, freguesia de Pero Moniz.

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Registo de Amas (RA); SR 06: Registo de Amas por Concelho (1851-1935), Gavetas; Concelho de Torres Vedras, Freguesias de: Santa Maria do Castelo; Turcifal.

-. SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: Registo de Amas (RA); SR 06: Registo de Amas por Concelho (1851-1935), Gavetas; Concelho da Lourinhã, Freguesias de: Lourinhã; S. Lourenço dos Francos; Vimeiro.

— SC: Criação dos Expostos (CE); SSC: SSSC: Entrega para Ofício (EO); SR 02: Termos de Criados (1777-1943) .

— SC: Criação dos Expostos; SSC: Entrada dos Expostos; SR 01: Entrada; SR 04: Entrada de Desamparados; SR 08: Sinais de Entrada .

—. SC: Criação dos Expostos; SSC: Entrega de Expostos a Amas (EA); SSSC: Matriculas (MT); SR 01: Reforma dos Termos; SR 02: Matriculas dos Expostos; SSR 01/01: Matriculas de Varões; SSR 01/02: Matriculas de Fêmeas; SR 03: Matriculas de Desamparados.

—. SC: Criação dos Expostos; SSC: Entrega de Expostos a Amas (EA); SSSC: Registo de Entrega a Amas (RE); SR 01: Conhecimneto das Amas; SSSC: Criação de Leite (CL); SR 02: Criação de Leite - por Comarcas; SSR 02/02/05 Comarca de Torres Vedras (1775-1786) .

**A.H.T.C., Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. 1830.** Conjunto Documental da Décima da Provincia. *Prédios da Comarca de Torres Vedras - Torres Vedras e Termo, Vintena de Vila Facaia.* 1830.

—. Décima de 1764, Torres Vedras, vintena de Vila Facaia.

**A.M.T.V., Arquivo Municipal de Torres Vedras.** Livro de Sizas de 1670.

—. Livros de Acórdãos da Câmara Municipal de Torres Vedras.

—. Livros dos Expostos.

—. Paróquia de Santa Maria do Castelo, Róis de Confessados.

**A.N.T.T., Arquivo Nacional da Torre do Tombo.** Chancelaria de D. Manuel I, livro 20, 105v, Alvaro de Brito. <http://digitalq.dgarq.gov.pt>. [Online]

<http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3867644>.

—. Colegiada de Santa Maria do Castelo, Torres Vedras, volume 32, maço 23.

—. Intendência Geral da Policia, livros nº 2, 94, e 95 .

—. Manuscritos da Livraria, cota nº 1147.

—. Memórias Paroquiais, Concelho de Torres Vedras, freguesia de Santa Maria do Castelo; Concelho de Lourinhã, freguesia de S. Lourenço dos Francos. 1758.

—. Registos Paroquiais, Concelho de Lisboa, paróquias de: Anjos; Santa Justa; Santo Estevão.

—. Registos Paroquiais, Concelho de Lourinhã; paróquias de: Miragaia, ou S. Lourenço dos Francos; Lourinhã, Vimeiro, Moita dos Ferreiros, Reguengo Grande.

—. Registos Paroquiais; Concelho de Torres Vedras, paróquias de: Santa Maria do Castelo, A dos Cunhados, Ramalhal, Maxial, Matacães, S. Pedro, S. Tiago, S. Pedro da Cadeira, Carvoeira, Monte Redondo, Ponte do Rol, Dois Portos, Turcifal.

**A.S.C.M.T. V., Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.**

**Paróquia de Miragaia.** Livros de Registos de Baptismo e de Casamentos.

**Paroquia de Torres Vedras.** Livros de Baptismos e Casamentos.

## 1.2 - Impressas

**BIBLIOTECA NACIONAL, Subsídios Para a Investigação Histórica em Portugal.** *Index das Notas de Vários Tabeliães de Lisboa, entre os anos de 1580 e 1747,* Tomo 3º. Lisboa : Biblioteca Nacional de Lisboa, 1944.

**CAMPELLO, João Nazareno**, *Notas Genealógicas, organizadas e escritas por João Nazareno Carneiro Campello*. *www.4shared.com*. [Online] 1899-1900. [Citação: 04 de 12 de 2012.] [http://www.4shared.com/office/uNNd10G8/BRAZ0021D\\_D0003-04\\_Notas-Genea.html](http://www.4shared.com/office/uNNd10G8/BRAZ0021D_D0003-04_Notas-Genea.html).

**DURÃO, José Joaquim**. Conta Médica de José Joaquim Durão, Médico do Partido da Câmara Municipal da Vila de Torres Vedras, pertencente ao mês de Janeiro de 1813, in *Jornal de Coimbra, nº 28*, .Coimbra, Jornal de Coimbra, 1814, pp..239-241. Biblioteca da Universidade de Coimbra: Biblioteca Geral Digital [Online]. [Citação: 23 de 08 de 2013.] [http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1814-6/UCBG-RP-2-1-1814-6\\_item1/P336.html](http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1814-6/UCBG-RP-2-1-1814-6_item1/P336.html).

**DURÃO, Jose Joaquim**. Conta Médica dos meses de Janeiro e Fevereiro de 1818; por José Joaquim Durão, Formado em Filosofia e Medicina, e Médico da Câmara, Hospital Civil e Expostos da Vila de Torres Vedras. in *Jornal de Coimbra, nº 71*. Coimbra, Jornal de Coimbra, 1818, pp. 161-165. Biblioteca a Universidade de Coimbra; Biblioteca Geral Digital [Online].. [Citação: 06 de 11 de 2013.] [http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1818-13/UCBG-RP-2-1-1818-13\\_item1/P326.html](http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1818-13/UCBG-RP-2-1-1818-13_item1/P326.html).

**DURÃO, José Joaquim**. Conta Médica dos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1817. in *Jornal de Coimbra, nº 60*, Coimbra, Jornal de Coimbra, 1818,, pp. 340-344. Biblioteca da Universidade de Coimbra; Biblioteca Geral Digital; [Online], [Citação: 06 de 11 de 2013.] [http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1817-11/UCBG-RP-2-1-1817-11\\_item1/P708.html](http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1817-11/UCBG-RP-2-1-1817-11_item1/P708.html).

**GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim de**. *Exame Critico e Historico Sobre os Direitos Estabelecidos pela Legislação Antiga, e Moderna, Tanto Patria, Como Subsidiaria, e das Nações Mais Vizinhas e Cultas, Relativamente aos Expostos, ou Enjeitados*. Lisboa : Typografia da Academia Real das Ciências, 1828

**I.N.E, Instituto Nacional de Estatística**. Matainformação, conceito Área Medianamente Urbana. *www.ine.pt*. [Online] [Citação: 17 de 01 de 2013.] <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=5717&lang=PT>.

**I.N.E., Instituto Nacional de Estatística**. Censos de Portugal. [Online]

**Jornal de Coimbra, nº 10**. *Biblioteca da Universidade de Coimbra; Biblioteca Geral Digital; Jornal de Coimbra, nº 10*. [Online] Outubro de 1812. p. 258. [Citação: 21 de 07 de 2014.] [http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1812-2/UCBG-RP-2-1-1812-2\\_item1/P270.html](http://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1812-2/UCBG-RP-2-1-1812-2_item1/P270.html).

**MADEIRA TORRES, Manuel Agostinho**. *Descrição Histórica e Economica da Vila de Torres Vedras*. Coimbra, (1ª ed. 1819, Academia Real das Sciencias de Lisboa; "fac-simile" editado em 1988, pela Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras) : Imprensa da Universidadada, 1861.

**MANSO LIMA, Jacinto Leitão**. *Famílias de Portugal*.Lisboa, Texto Policopiado. [s.n.], 1925-1931

**MOURA, Miguel.** *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e a vida de Miguel de Moura, escrita por ele mesmo.* Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, com algumas anotações, 1840.

**FIGUEIRÓ dos VINHOS, Câmara Municipal de.** Junta de Freguesia de Campelo. *cm-figueirodosvinhos.pt*. [Online] Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos. [Citação: 12 de 01 de 2013.] <http://cm-figueirodosvinhos.pt/c/o-concelho-freguesia-de-campelo.html>.

**MUNICIPIO de Lourinhã, Câmara Municipal de Lourinhã.** Juntas de Freguesia. *www.cm-lourinha.pt*. [Online] [Citação: 09 de 01 de 2013.] <http://www.cm-lourinha.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=5e1690ba-04bd-46e3-b00a-d96a978534e8&m=a65>.

**MUNICIPIO de Sobral de Monte Agraço, Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço.** Municipio do Sobral de Monte Agraço. *Cultura*. [Online] [Citação: 24 de 07 de 2014.]

**Orçamento de Estado,** Ministério das Finanças e da Administração Pública. *Santa Casa da Misericórdia e Hospital dos Expostos de Lisboa, orçamento para o ano económico 1863-1864.* [Online] 1863. [Citação: 8 de 6 de 2013.] [http://badigital.sgmf.pt/OE-1863/1/OE-1863\\_PDF/OE-1863\\_PDF\\_01-B-R0300/OE-1863\\_0000\\_0278-0286\\_t01-B-R0300.pdf](http://badigital.sgmf.pt/OE-1863/1/OE-1863_PDF/OE-1863_PDF_01-B-R0300/OE-1863_0000_0278-0286_t01-B-R0300.pdf).

**Ordenações Manuelinas.** Ordenações Manuelinas transcritas na integra, on-line, feito por: Armenio Alves Fernandes; SANTOS; Pedro Manuel Amaro; RODRIGUES, Joaquim Pereira; CASTRO, Manuel Fraga; WYNANTS, Hugues;. COIMBRA, Universidade de Coimbra. [Online] [Citação: 20 de 10 de 2013.] <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>.

**RIBEIRO, José Silverio.** *Resoluções do Conselho de Estado, na Secção do Contencioso Administrativo, Coligidas e Explicadas, Tomo X.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

## 2 - Bibliografia

### 2.1 - Dicionários e Corografias

**CASTRO, João Bautista de.** *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno.* Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luis Ameno, 1763.

**COSTA, António Carvalho da,** *Corografia Portuguea e Descriçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal,* 3 tomos, Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1706-1712.

**ENCICLOPÉDIA, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.** *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume 5.* Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda, 1936 a 1960.

## 2.2 - Repertórios Bibliográficos e Documentais

**BRANDÃO, Elvira, CARDOSO, Rogério Seabra e ANTUNES, José Luis Sobreda.** *Colectânea Legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

**ESCUTEIROS DE CAMPELOS, Agrupamento nº 648, do Corpo Nacional de Escutas.** *Um Século de Notícias da Zona de Campelos, Recortes de Imprensa Reginal de 1885 a 1985, policopiado.* Campelos : Agrupamento de Escuteiros do CNE, nº 648, 1987.

**MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da.** *Inventário da Criação dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

**TORRES VEDRAS, Câmara Municipal de,** *Torres Vedras em Números.* Torres Vedras : Câmara Municipal de Torres Vedras, 2006.

## 2.3 - Obras Gerais

**ABREU, Laurinda,** *Pina Manique, Um Reformador no Portugal das Luzes.* Lisboa : Gradiva Publicações S.A., 2013.

**ANDRÉS-GALLEGO, José.** *História de Gente Pouco Importante.* Lisboa : Editorial Estampa, 1993.

**ANTUNES, José Damas.** Composição das Juntas de Freguesia, in *45º Aniversário, Freguesia de Campelos.* Campelos : Junta de Freguesia de Campelos, 1990, pp. 12-13.

—. *Memória e História da Paróquia de Campelos.* Campelos, Torres Vedras : Fábrica da Igreja de Santo António de Campelos, 2006.

**BANDEIRA, Ana Maria Leitão.** Percurso Académico na Universidade de Coimbra, nos séculos XVI a XX (orientações para pesquisa). *www.uc.pt.* [Online] [Citação: 14 de 12 de 2012.] [http://www.uc.pt/auc/orientacoes/UC\\_GuiaPercursoAcademico.pdf](http://www.uc.pt/auc/orientacoes/UC_GuiaPercursoAcademico.pdf).

**BARBOSA, Pedro Gomes.** "A Ocupação do Espaço Torriense - Séculos XII-XIII". in *Turres Veteras I Actas de História Medieval*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo "Alexandre Herculano", 2000.

**BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo.** *Arquivo Histórico Portuguez*, Vol. 6. nº 1 e 2 - Janeiro e Fevereiro de 1908, Lisboa, Of. Tip., 1908. <http://books.google.pt>. [Online]. [Citação: 04 de 12 de 2012.]

<http://ia902304.us.archive.org/4/items/arquivohistoric00pessgoog/arquivohistoric00pessgoog.pdf>

**CAEIRO, Francisco.** *O Arcebispo Alberto de Áustria, Vice-Rei e Inquisidor-Mor de Portugal, Cardeal Legado do Papa, Governador e depois Soberano dos Países Baixos, História e Arte.* Lisboa : Edição de Autor, 1961.

**CATROGA, Fernando.** *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo, Memória e Fim do Fim da História.* Coimbra: Edições Almedina, 2009.

**CONNERTON, Paul.** *Como as Sociedades Recordam*, tradução de Maria Manuela Rocha. Oeiras, Celta Editora, 1999. *pt.scribd.com*. [Online] 1999. [Citação: 08 de 01 de 2013.] <http://pt.scribd.com/doc/52960963/Paul-Connerton-Como-as-Sociedades-Recordam-1>.

**DIEGO, Palacios Cerezales, traduzido por Ruy Blanes,** "O Princípio de Autoridade e os Motins Antifiscais de 1862", in *Revista Análise Social*, Vol. XLII(1º), Nº 182, 2007, Lisboa, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 35-53.

**DRUMOND BRAGA, Paulo.** *Torres Vedras no Reinado de Filipe II, Crime, castigo e perdão.* Lisboa : Colibri, e Câmara Municipal de Torres Vedras, 2009.

**FIORUCCI, Rodolfo.** *Historia Oral, Memória, História.* *www.periodicos.ufgd.edu.br*. [Online] Jul/Dez de 2010. [Citação: 09 de 01 de 2013.] <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/952>.

**GAIO, Felgueiras.** *Nobiliário de Famílias de Portugal.* Braga : Oficinas Gráficas da PAX, 1938-1941.

**GOODOLPHIM, Costa.** *As Misericórdias.* Lisboa : Imprensa Nacional, 1897.

**HALBWACHS, Maurice.** *La Mémoire Collective.* Paris, Presses Unviseritaires de France, 1967. *classiques.uqac.ca*. [Online] 1950, ed. elect. de 2001. [Citação: 09 de 01 de 2013.] [.http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs\\_maurice/memoire\\_collective/memoire\\_collective.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/memoire_collective/memoire_collective.pdf).

—. *Les Cadres Sociaux de La Mémoire.* Paris, Félix Alcan, 1925. *classiques.uqac.ca*. [Online], ed. elect. de 2002. [Citação: 09 de 01 de 2013.] [http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs\\_maurice/cadres\\_soc\\_memoire/cadres\\_sociaux\\_memoire.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_sociaux_memoire.pdf).

**HENRIQUES NOGUEIRA, José Félix.** *Estudos sobre a Reforma em Portugal.* Lisboa : Typographia Social, 1851.

**JOHNSON Jr, Harold B.** "Para a História Social de Torres Vedras. Um Documento Eclesiástico do ano de 1309." in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, nº 73-74, Lisboa : Junta Distrital de Lisboa, 1970, pp. 53-175.

**LOPES, Maria Antónia,** "Pobreza, Assistência e Política Social em Portugal nos Sécs. XIX E XX - Perspectivas Historiográficas." *A Cidade e o Campo, Colectânea de Estudos.* Universidade de Coimbra; Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000. pp. 63-83. [Online] ; [Citação: 17 de 05 de 2013.] <http://hdl.handle.net/10316/25049>

**LUIS, Maria dos Anjos Santos Fernandes.** "A dos Cunhados no Antigo Regime (séculos XVI a XVIII), a criação da freguesia de A dos Cunhados". in *A dos Cunhados, Itinerários de Memória*, FONTES, João Luis Inglês (coordenação). A dos Cunhados, Pró-Memória - Associação Cultural e Etnográfica de A dos Cunhados, 2002.

—, *Vivências Religiosas e Comportamentos Sociais, Visitas Pastorais ao Concelho da Lourinhã nos séculos XVII e XVIII*. Lourinhã : Câmara Municipal da Lourinhã, 2014.

**MANTAS, Vasco Gil.** "A Rede Viária Romana e Medieval da Região de Torres Vedras", in *Turres Veteras I Actas de História Medieval*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras.. Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo "Alexandre Herculano", 2000, pp. 9-26.

**MATOS, Sérgio Campos,** "*História e Memória: um debate em aberto*", no "*Encontro de História. Território, Quotidiano e Sociabilidade*." Conferência proferida em Sobral de Monte Agraço. 29/9/2012.

—, "História Nacional e História Local no Portugal Oitocentista", in *Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea*, Torres Vedras : Câmara Municipal de Torres Vedras, sector da Cultura e Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo "Alexandre Herculano", 2000, pp. 9-18.

**MATOS, Venerando António Aspra de.** - Prior do Crato em Torres Vedras. *Vedrografias2.blogspot.pt*. [Online] 29 de Maio de 2009. [Citação: 02 de 03 de 2011.] <http://vedrografias2.blogspot.pt/search?q=prior+do+crato>.

—, "Torres Vedras no Antigo Regime", in *Torres Vedras - Passado e Presente*, Cecilia Travanca RODRIGUES, et al.. Torres Vedras : Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996.

**MATTOSO, José (Direcção).** *História de Portugal, Quinto Volume - O Liberalismo (1807-1890)*, coordenadores: Luis Reis Torgal, e João Lourenço Roque . Lisboa : Circulo de Leitores , Lda e Autores, 1993.

**REGO, A. da Silva, introd.** *Manuscritos da Ajuda (guia)*. Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1866.

**RIBEIRO, Vitor.** *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua historia) 1498-1898: Instituição, vida historica, estado presente e seu futuro*. Lisboa : Typogarfia da Academia Real das Ciências, 1902.

**RODRIGUES, Teresa Ferreira, e outros.** *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto, CEPESSE e Edições Afrontamento, 2008. [www.cepese.pt](http://www.cepese.pt). [Online] 2008. [Citação: 04 de 01 de 2013.]

<http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/livro-historia-da-populacao-portuguesa>.

**SERRÃO, Joaquim Verissimo.** *A Misericórdia de Lisboa, Quinhentos Anos de História*. Lisboa : Livros Horizonte, Lda, 1998.

—. "Nos 5 Séculos da Misericórdia de Lisboa: Um Percurso na História." *Revista Oceanos*. nº 35 - Julho/Setembro, Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. pp. 8-22.

—. *O Reinado de D. António Prior do Crato, Volume I (1580-1582)*. Coimbra : Instituto de Alta Cultura, 1956.

—. *Portugueses no Estudo de Salamanca I (1250-1550)*. Lisboa, [s.n.], 1962.

**SILVA, Manuela Santos.** "Galegos e Minhotos à Conquista do Litoral do Centro de Portugal . Vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos". *publicado em Carlos Alberto Ferreira de Almeida, in memorium*, Volume II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto , 1999, pp. 397-407. *ler.letras.up.pt*. [Online], [Citação: 20 de Dezembro de 2012.]

[http://ler.letras.up.pt/site\\_uk/geral.aspx?id=3&tit=Browse%20titles&tp=2&l=g](http://ler.letras.up.pt/site_uk/geral.aspx?id=3&tit=Browse%20titles&tp=2&l=g).

**VARELA, José de Sousa.** *Notas sobre a Lourinhã e seu concelho*. Torres Vedras : Sociedade Progresso Industrial, 1937.

**VEIGA, Carlos Margaça.** A Vivência Quotidiana Municipal Torriense no Século XVI. *Conferência assistida por mim*. Santa Cruz, Azenha : Câmara Municipal de Torres Vedras, Chás de Pedra, 20/7/2012.

## 2.4 - Obras Específicas

**ABREU, Laurinda.** "As crianças abandonadas no Contexto da Institucionalização das Práticas de Caridade e Assistência, em Portugal, no Século XVI", in *A Infância no Universo assistencialda Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Maria Marta Lobo de Araújo e Fátima Moura Ferreira (orgs). Braga: Barbosa e Xavier, Lda- Artes Gráficas, 2008.

**ARAÚJO, Maria Marta Lobo de.** *Dar aos Pobres e Emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima, (Séculos XVI-XVIII)*. Barcelos : Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000.

**CATARINO, Maria Manuela.** "Assistência no Seculo XIX", in *Torres Vedras, Passado e Presente*, Cecília Travanca RODRIGUES, et al., Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996.

**DIAS, Ana Rita Botelho Menezes.** O Abandono de Crianças na Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa No Século XVIII e XIX. *Instituto Universitário de Ciências Psicológicas Sociais e da Vida. Repositório do ISPA. Dissertações de Mestrado*. 2007, [Online] [Citação: 20 de 04 de 2013.] <http://hdl.handle.net/10400.12/482>.

**MANOEL, Francisco d'Orey.** "A Voz dos Sinais." *Cidade Solidária, Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 15, ano IX, 2006. pp.76-85

**MANOEL, Francisco d'Orey e ANTÃO, Nelson Moreira,** "Para Além dos Silêncios dos Arquivos, Acervo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Investigação Historiográfica", *Cidade Solidária, Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, ano XIII, Nº 24, 1998, pp. 174-193.

**MANOUEL, Francisco d'Orey.** *Visita a 516 Anos de Ação por Boas Causas.* [autor do livro] Maria Margarida, MONTENEGRO (Coordenação geral) e Francisco, D'OREY MANOEL. (Coordenação Executiva). *Visitação, O Arquivo: Memória e Promessa, Catálogo de Exposição.* Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014.

**MANOUEL, Francisco d'Orey, e, Maria Luisa Barbosa Colen.** "Os Expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa". *Cidade Solidária, Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* nº 2, ano II, 1999. pp. 38-49.

**DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha.** A Protecção à Infância abandonada em tempos de conflito: os Expostos de Trancoso (1803-1825). *Repositório Digital. Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, Secção de História, Teses de Mestrado.* [Online] 2011. [Citação: 10 de 03 de 2013.] <http://hdl.handle.net/10316/20196>.

**DRUMOND BRAGA, Isabel M.R. Mendes.** "Criar por Devoção e Amor de Deus: As Senhoras da Corte e os Expostos da Misericórdia de Lisboa (1778-1851)". *Caderno. Espaço Feminino, vol. 24, nº 2. Uberlândia/m6.* Jul/Dez, 2011. pp.519-535

**FONTE, Teodoro Afonso da.** *No Limiar da Honra e da Pobreza: A Infância Desvalida e Abandono no Alto Minho (1698-1924).* Universidade do Minho, Repositorium, Teses de Doutoramento. [Online] 2004. [Citação: 27 de 01 de 2014.] <http://hdl.handle.net/1822/887>.

**LEANDRO, Joana Maria Fernandes.** *Os Expostos da Póvoa de Varzim: 1792-1836;* Repositório da Universidade de Lisboa. Universidade de Lisboa.Repositorium, Teses de Mestrado. [Online] 2008. [Citação: 05 de 12 de 2013.] <http://hdl.handle.net/10451/1729>.

**LOPES, Maria Antónia,** "As mulheres e as Famílias na Assistência aos Expostos, Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839." in *Caderno Espaço Feminino Vol. 26, nº 2. Uberlândia: Universidade Federal Uberlândia, Centro de Documentação e Pesquisa em História.* 2013, pp.290-322 [Citação: 11 de 04 de 2014.]

<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/24684>

—. "Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866) Subsídios para o seu estudo". *Revista Portuguesa de História, Coimbra, XXI,* 1985. pp. 119-176. [Citação: 20 de 06 de 2014.] <http://hdl.handle.net/10316/25332>

--. "As Misericórdias de D. José ao final do século XX", *Portugaliae Monumenta Misericordiarum,* Volume I. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Históricos Religiosos. [Online], [Citação: 16 de 08 de 2014.] <http://hdl.handle.net/10400.14/8630>.

**MACHADO, Maria de Fátima.** *Os Órfãos e os Enjeitados da Cidade e do Termo do Porto*

(1500-1580); Tese de Doutoramento. Repositório Aberto da Universidade do Porto. [Online] Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2010. [Citação: 09 de 08 de 2014.] <http://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/55375/2/5HDD17S4VDFPYSS48FJ2BPESTPM A3C000127495.pdf>.

**MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da.** *Regulamento para o Serviço das Inspeções*. Lisboa : Typografia do Futuro, 1873.

--. *Relatório das Contas de Gerência do Ano Económico de 1860-1861*. Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1861.

--. *Relatório que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Excelentíssimo Senhor Ministro d'Estado dos Negócios do reino, com as Contas de Gerência do ano Económico de 1864-1865*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1865.

**PAIVA, José Pedro e, Isabel dos Guimarães SÁ (Direcção Científica) do Vol. 3.** *Portugaliae Monumenta Misericordiarum - vol 3*. Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Históricos Religiosos. [Online]. <http://hdl.handle.net/10400.14/8634>.

**PAIVA, José Pedro e LOPES, Maria Antónia.** Introdução. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum - vol. 8*. Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2010. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Históricos Religiosos [Online], [Citação: 16 de 08 de 2014.] <http://hdl.handle.net/10400.14/8637>.

**PAULINO, Joana Catarina Vieira.** "Os Expostos em Números, Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)". *Atas do IX Encontro Nacional dos Estudantes de História, eBook, pp. 185-215*. Porto : Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014.

**REIS, Maria de Fátima.** *Os Expostos em Santarém, A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*. Lisboa : Edições Cosmos, 2001.

**SÁ, Isabel dos Guimarães.** "As Idades da Misericórdia de Lisboa: Velhice e Novos Pobres". MONTENEGRO (Coordenação geral) Maria Margarida e Francisco D'OREY MANOEL. (Coordenação Executiva). *Visitação, O Arquivo: Memória e Promessa; Catálogo de Exposição*. Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014.

—. "Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário", *In Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, ed. Francisco D'Orey Manoel e Maria Luísa Colen Guterres. Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

**SILVA, Ana Maria Pires da.** *O Casamento dos Expostos na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa (1736-1887)*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social. Lisboa : ISCTE, Exemplar Policopiado, 2002.

**SOROMENHO, Ana.** "Sinais que Ardem". *Revista do jornal Expresso. n.º 2174*, 2014.



## **Anexo 2 - Testemunhos orais recolhidos, sobre Gaspar Campello**

Além dos testemunhos recolhidos pelos escuteiros por volta de 1985, e dos quais não há registos, a não ser o resumo publicado e supra referido, recolheram-se mais alguns testemunhos em 1988, de que se guardou o que abaixo se transcreve.

A pergunta que se fez foi: *o que ouviu contar sobre o Gaspar Campello?*

**José Francisco Martins**, 87 anos, natural e residente em Campelos disse que pelo que lhe contaram o Gaspar Campello morava aqui (casa dele) e no stº Antónimo, e tinha um túnel, a mãe disse que quem “herdou” as terras do Campello, foi a ti Custódia velha, dizia-se que o Gaspar Campello era falso, fazia dinheiro. O cálice de ouro dele foi para S. Lourenço .A mulher do Campello era a Jacinta da Cunha

O S. Gião era do Bomsucesso, e a Albergaria era do Campello

**Josué António**, 67 anos, natural e residente em Campelos, recolha em 22/7/1988

O avô (António Luiz, nascido em 1841) dizia que o Gaspar Campello tinha casas no Stº Antónimo, onde é a do Alexandrino (onde hoje está prédio de 3 pisos, entre a E.N e a rua das Malhadinhas), e onde é dos pais do Mário Barreto (junto a E.N., ao lado do café adega da Vila) No Stº Antónimo há a parte superior em abóboda de um túnel, do lado nascente e passeio empedrado (o passeio foi confirmado, por escavações feitas em 1990 ou 91, por jovens, liderado por Nelson Lopes)

O cunhado Joaquim José Luis, talvez tenha umas moedas encontradas pelo tio do Josué, do tempo do Gaspar Campello.

A casa do “Flauta”, era do bisavô (do Josué), que comprou a parte da Quinta do Campello. A propriedade foi adquirida em leilão, era foro, da família de uma Rita, familiar do Júlio Martins (Xincra), foi indicada ao Bisavô pelo Padre “Pastor”, e com dinheiro emprestado pela Santa Casa da Misericórdia de Torres vedras, por hipoteca (há documento desta hipoteca, no arquivo da Santa Casa). Os limites: Norte o rio Grande, e Sul a Qtª da Bogalheira.

**Maria Josepha**, com 82 anos, Casais das Campainhas, na entrevista, em 30/7/1988,:

Diz que a mãe (era dos campelos, flª do Joaquim Severiano) ouvia nas missas em S. Lourenço dos francos, pedirem pelas almas e pelo Gaspar Campello

**Júlio Machado**, 76 anos, natural e residente em Campelos disse: era casado com Maria da Cunha

**Júlio Martins**, com 75 anos, natural e residente em Campelos.

O Gaspar andava num cavalo calçado às avessas, diziam que tinha um túnel no Stº António

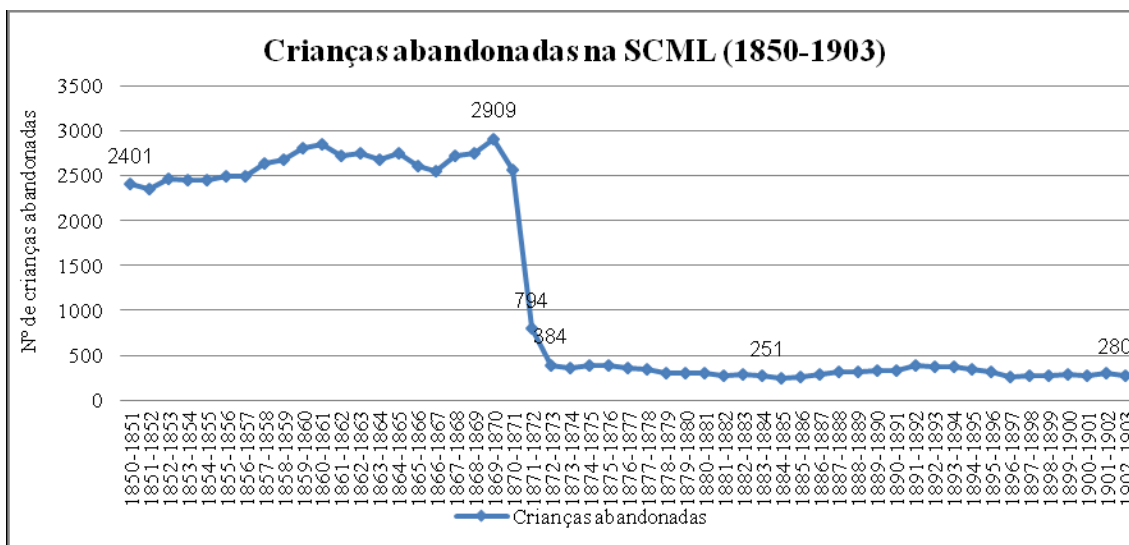
**Filipe Vicente, 70 anos, morador em Campelos, disse** : não deixou família. A quinta do Campelo foi doada a Custódia do Nascimento, que casou com alguém de apelido Luis, era avó da Custódia esposa do António Martins.

**Joaquim Luis**, 69 anos, natural e residente em Campelos, o filho chamava-se António e foi frade.

Não tendo anotado quem afirmou, em datas de finais da década de 80 do Sec XX, recolhi e anotei, também sobre o Gaspar Campelo:

- Deixou um cálice de ouro e custódia de prata à Igreja de S. Lourenço. Outra versão diz que encontraram o cálice em Stº António e doaram-no à Igreja.
- Era fugitivo, e escondia-se em buracos
- A propriedade do Stº António foi dada para o Convento da Graça, pelo Gaspar Campelo, e depois leiloadada
- Havia um túnel da casa dele aos moinhos, outros dizem que o túnel era até ao S. Gião.
- Deixou código com o que oferecia ao Concelho.

### Anexo 3 – Total de crianças Abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



Fonte: Relatório da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

665

<sup>665</sup> PAULINO, Joana Catarina Gomes (2014) Os Expostos em Números

## Parte I.

165

## Observações.

Do Mappa se-conclue, 1.<sup>o</sup> que em 4 annos findados no fim de 1811 dos 100 que entrárão, apenas restárão vivos 26, isto é, a 4.<sup>a</sup> parte: 2.<sup>o</sup> que tendo entrado 238 nos seguintes 6 annos, devendo terem entrado 150, se se-guardasse a mesma proporção, houve por isso um aumento de 108, isto é, mais 18 expostos por anno: 3.<sup>o</sup> que reunidos estes 238 com os restantes 26 formando um todo de 264 deverião no fim dos seguintes 4 annos pela proporção da mortandade ficar reduzidos á sua 4.<sup>a</sup> parte, isto é, a 51, quando pelo contrario se-vê, que ficarão restando 96, ou perto do duplo; e que igualmente devendo estes 96 reunidos aos 81, que entrárão nos últimos 2 annos findados no fim de 1817 formando um todo de 177 ficarem pela primeira proporção no fim dos ditos 2 últimos annos reduzidos á sua metade, isto é, a 68, pelo contrario ficarão existindo 129, havendo uma vantagem sôbre aquella esperada proporção quasi dupla: 4.<sup>o</sup> que se aquella primeira proporção se-conservasse (a que felizmente tem sido destruida pela vigilancia do Govérno, e zêlo dos Magistrados) de cada 350 Expostos apenas poderião chegar á idade de 20 annos alguns 50, isto é,  $\frac{1}{7}$ , d'entre os quaes só teriamos 24 varões: 5.<sup>o</sup> que existindo 110 desde a 1.<sup>a</sup> idade até o fim dos 5 annos, e apenas 25 indivíduos desde o principio dos 6 annos até o fim dos 10, apenas desde o fim da idade de 5 annos até o complemento dos 10 deverá vingar a 4.<sup>a</sup> parte d'êsta tenra geração: 6.<sup>o</sup> que dos nascidos em 1808 só nos-restou  $\frac{1}{4}$ ; dos nascidos em 1809 sobreviveo  $\frac{1}{6}$ ; dos nascidos em 1810 nos-restárão  $\frac{2}{7}$ ; dos nascidos em 1811 ficarão  $\frac{1}{8}$ ; dos de 1812 mal escapou  $\frac{1}{7}$ ; dos de 1813 restou igualmente  $\frac{1}{7}$ ; dos de 1814 (1.<sup>o</sup> anno de providências) restou  $\frac{1}{4}$ , isto é, o duplo de 1809; que desde 1815 (vagavão esporadicamente por alguns remotos lugares as bexigas; e ainda se não tinha estabelecido a vaccinação) restárão  $\frac{4}{11}$ , isto é, o quadruplo dos annos de 1808, 1812, 1813; que dos de 1816 restárão  $\frac{4}{11}$ , ou pouco mais de  $\frac{1}{7}$ ; que dos de 1817 sobrevivem  $\frac{1}{6}$ , ou o quintuplo de 1809. Ultimamente os nascidos em 1813, 1814, 1815 forão com preferencia colhidos. Sua entrada foi pela maior parte no Inverno, e houve entre elles uma epidemia de diarrheias, e febres meningo-gastricas. E como 112 expostos a 1600 rs. por mez dispendem annualmente 21500<sup>00</sup>400 rs., e não é muito que em vestuario, rodeira, e casa, criada, mortalha, remedios, e premios se dispendão 4500<sup>00</sup>000, pôde-se orçar esta despeza em 26000<sup>00</sup>000 rs.

## **Anexo 5 - Jorna, em Torres Vedras, 1814**

E na mesma vereação (18 de Junho de 1814) determinaram que todo o trabalhador ou jornaleiro daqui em diante não ganhará mais de quatrocentos réis por dia, pena de seis mil réis pagos de cadeia, e a mesma pena pagará o fazendeiro que lhe pagar por mais um real, digo que nenhuma pessoa pagará daqui em diante, a trabalhador algum por mais de quatrocentos réis por dia seco, e sendo a de comer duzentos réis por dia, com a pena de ser preso e pagar seis mil réis de condenação para o concelho, e os trabalhadores não se apresentando nos trabalhos os senhorios, digo trabalhos ao Nascer do Sol, os fazendeiros lhes descontarão um quartel com a mesma pena acima e no caso que algum trabalhador falte ao respeito ao fazendeiro se os caseiros ou Feitores, os juízes de vintena mais próximos dando-lhe parte os prenderão, e recolherão a cadeia, até a Justiça tomar conhecimento do caso. E que deste Acórdão se passassem Editais para todas as vintenas do Termo e para a Praça desta Vila, para não se alegarem ignorância.<sup>666</sup>

---

<sup>666</sup> A.M.T.V. Livro nº 25 de Acórdãos da Câmara de Torres Vedras, p. 57

130  
141

Hoje neste dia de Augusto do Anno  
de mil e seiscentos e sessenta e seis  
anos pela minha nesta Igreja de S. Salvador  
f. do Sr. Francisco em presença de Gracia Lopes  
mia q. e cura Sr. Philippe sendo  
presentes Sr. Teixeira, Joseph  
Graos, e Sr. Teixeira estudante  
e cura curadore no lugar da Matilha  
e Sr. May Sr. Correa tambem estudante  
emorador no mesmo lugar da Matilha,  
e outros mais p. p. q. se acharam  
presentes, se casaram por palavras  
de presente in face da Igreja Santo  
da S. Maria natural em na villa  
da Leorninha unius de Maria  
ferr. e foram de f. f. de Leorninha  
da ditta villa co gracia Lopes  
mohrer q. foi esposa no hospi-  
tal del Rey da cidade de La  
emoradora no lugar da Matilha  
desta freguesia de S. Pedro e San-  
tos termos da ditta villa da Leorninha  
de q. tudo fiz este termo em  
affirmação e testis q. aqui affirmados  
hoje dia mes e era ut sup.

João Philippe      Sr. João  
Sr.      Sr.      Joseph Br

Anexo 7 - Casamento de Joana Maria, dotada da Misericórdia de Lisboa.

Por este presente dia de dez de Setembro de mil e setecentos e vinte e cinco de tarde, eu Antonio de Silva Ferrer  
m. cura desta Parochial de San Lorenzo dos Santos for-  
mo da Villa de Coimbra em gratia, e licenca da Misericórdia da cidade de Lisboa e de a lya da obispor-  
tancia da Villa de Coimbra em face e vista na gra-  
matia do Sagrado Concilio Tridentino, e Constitucões e em-  
prehençoes do Indico, e Romanas e das Constitucões e lya  
de Coimbra e monchos na Synodo de Tracia e de Tracia  
da mesma Villa, e do legitimo Antonio de Silva e  
de sua mulher e herdeiros de Tracia ja defunta e de  
quarta de San Victor da cidade de Braga donde e Helen-  
ta lente foi baptizado em forma e Maria ogha dotada  
da Misericórdia Santa Casa e natural e moradora natu-  
ral da cidade desta dita Synodo de San Lorenzo dos  
Santos donde e da contrahente foi baptizada, e da de Tracia  
de Tracia ja defunto, e de sua legitima e natural e de Tracia  
de Tracia moradora no dito lugar, e de natural do mesmo  
lugar de Tracia, e de natural da Synodo de Tracia  
de Tracia na cidade de Tracia de Tracia (João de Tracia  
de Tracia) e de Tracia aqui em Tracia de Tracia

Anexo 8 – Sinal da exposta Zita, nº 2050, do ano de 1862, Carta escrita em Braga.



Anexo 9 – Certificado, com os Deveres e Penas a que as Amas estavam sujeitas.

**DEVERES**  
E  
**AMAS DOS EXPOSTOS,**  
E PENAS A QUE FICAM SUJEITAS POR FALTA DE CUMPRIMENTO D'ELLES.

- 1.<sup>o</sup>  
Logo que a ama receber o Exposto deverá apresental-o ao seu respectivo Parocho, ou Visitador.  
Para constar d'esta apresentação a ama solicitará do dito Parocho ou Visitador que declare no logar competente do seu certificado o dia da apresentação.
- 2.<sup>o</sup>  
A ama tem obrigação de apresentar o Exposto na Administração, alem das vezes que extraordinariamente lhe for ordenado, nos periodos seguintes: A que residir a mais de uma legoa do centro de Lisboa, de seis em seis mezes, na occasião do pagamento, quando o Exposto tenha menos de 3 annos, e de 12 em 12 mezes quando exceda aquella idade.  
A ama residente em Lisboa, ou a menos de uma legoa do centro da Cidade, deve apresentar o Exposto todas as vezes que lhe couber pagamento de salario.
- 3.<sup>o</sup>  
A ama que receber os seus salarios por qualquer das Pagadorias filiaes, deverá apresentar o Exposto n'esta Administração uma vez em cada anno.  
Do mesmo modo apresentará o Exposto ao respectivo Pagador, todas as vezes que lhe fizer entrega dos documentos para haver os seus salarios, isto porem quando não residir a mais de uma legoa do local da Pagadoria; porque excedendo aquella distancia, somente é obrigada a apresental-o de seis em seis mezes.
- 4.<sup>o</sup>  
É o principal dever da ama tractar bem o Exposto como se fosse seu proprio filho, educando-o e instruindo-o na doutrina christã.
- 5.<sup>o</sup>  
A ama deve ter todo o cuidado na conservação do collar do Exposto, e quando a nutrição d'este, ou outro qualquer incidente imprevisto, exigir que o collar seja cortado, a ama apresentará, para este effeito, o Exposto ao Parocho, e haverá d'este o collar cortado, e attestação do ser elle que o cortou.  
Cortado o collar a ama o deverá apresentar com o Exposto n'esta Administração, para se lhe pôr novo collar.
- 6.<sup>o</sup>  
É prohibido á ama fazer passagem do Exposto para qualquer outra pessoa.  
Exceptua-se o caso unico em que a passagem seja ordenada por auctoridade do Parocho, por motivo de perigar a vida, ou a saúde do Exposto.
- 7.<sup>o</sup>  
Não querendo a ama, ou não podendo, continuar na criação do Exposto deverá fazer entrega d'elle n'esta Administração, apresentando attestado do Parocho, em que se declare o motivo da entrega.
- 8.<sup>o</sup>  
A ama que criar de leite um Exposto, não pôde amamentar ao mesmo tempo outra criança.
- 9.<sup>o</sup>  
Sempre que a ama mude de Freguezia deverá dar parte ao seu antigo Parocho, e a esta Administração.  
Effectuada a mudança a ama apresentará o Exposto ao Parocho da nova Freguezia para onde for residir, na fórma estabelecida no art. 1.<sup>o</sup>
- 10.<sup>o</sup>  
Adoecendo o Exposto a ama o fará tractar pelo Facultativo da Terra, ministrando-lhe os necessarios remedios, e caso ali não haja Facultativo a ama entregará o Exposto na Administração d'elles.
- 11.<sup>o</sup>  
Vindo a fallecer o Exposto em poder da ama é esta obrigada a apresental-o ao Parocho, a fim de que este corte o collar, e lho entregue com o competente attestado que lhe deverá passar.  
Alem d'isto a ama é tambem obrigada a apresentar attestado do Facultativo que tractou do Exposto, e a dar parte do obito á Administração dos Expostos, dentro de seis mezes contadas do dia do fallecimento.
- 12.<sup>o</sup>  
A ama residente em Lisboa, no caso de fallecimento do Exposto, deveo-ha apresentar ao P.<sup>o</sup> Thesoureiro da Igreja da Santa Casa, a fim d'este lhe cortar o collar, e passar-lhe d'isto declaração; devendo a mesma ama dar parte do fallecimento n'esta Administração dentro do prazo de 24 horas.
- 13.<sup>o</sup>  
Acabada a criação do Exposto por salario, deverá a ama apresental-o na Administração dos Expostos para tractar de novo contracto, ou fazer entrega d'elle.
- 14.<sup>o</sup>  
Nenhum pagamento de salario se fará sem que a ama apresente attestado do respectivo Parocho (ou Visitador quando residir em Lisboa) por onde conste ter ella exactamente cumprido com as obrigações mencionadas nos artigos anteriores.
- 15.<sup>o</sup>  
Suspende-se o salario á ama todas as vezes que ella não cumprir o determinado nos art.<sup>os</sup> 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup>, 9.<sup>o</sup>, e 13.<sup>o</sup>
- 16.<sup>o</sup>  
A ama perde o salario vencido, pela contravenção do disposto nos artigos 6.<sup>o</sup>, 10.<sup>o</sup>, 11.<sup>o</sup>, e 12.<sup>o</sup>
- 17.<sup>o</sup>  
A ama perde o salario vencido, e é obrigada a fazer entrega do Exposto n'esta Administração, ficando prohibida de poder criar outro qualquer a cargo da mesma Administração, quando não observe as disposições dos art.<sup>os</sup> 1.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup>, 6.<sup>o</sup>, e 8.<sup>o</sup>

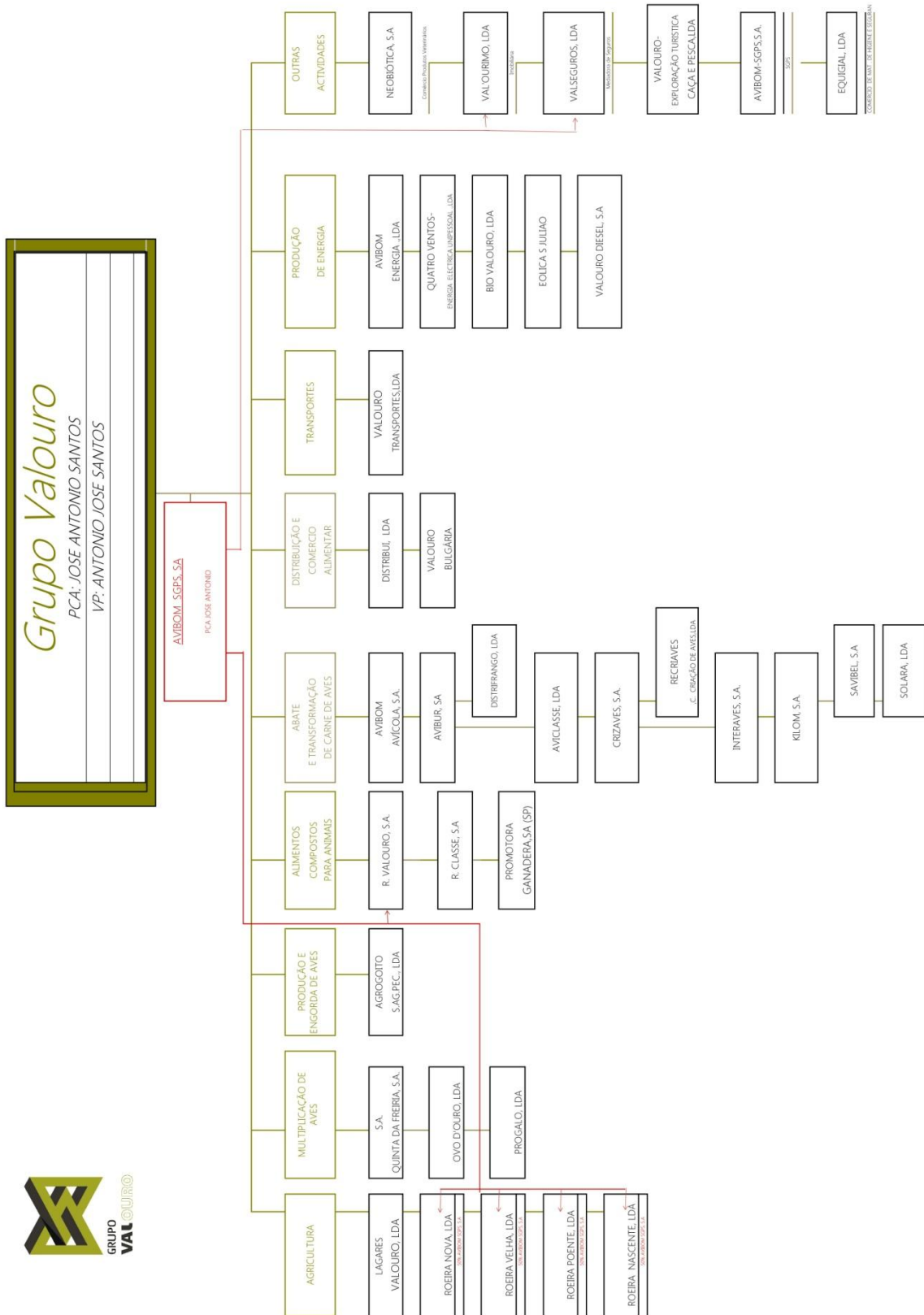
Fonte: MISERICÓRDIA DE LISBOA, Santa Casa da, *Inventário da Criação dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p.251.

Anexo 10 - Termos de Vestir de Zeferino

Aos seis dias de Dezembro de mil  
oitocentos setenta e três n'este hospital dos expostos de Lisboa, foi entre-  
gue a Spuzza Maria, viuva de Manoel  
de Andrade, moradora no lugar  
dos Canfullos, freguezia de Santa Ma-  
ria de Castella, da Villa e Concelho  
de Torres Vedras.

o exposto: Zeferino por tempo de oito annos,  
sob as seguintes condições: apresental-o ao parochio da sua freguezia, e se fôr residente  
em Lisboa ao regedor, conjunctamente com o livrete que acompanha o exposto, aonde  
devem declarar que a apresentação teve logar; dar parte a este estabelecimento quan-  
do mudar de residencia, e de todas as occurrencias respectivas ao exposto, entregar  
o livrete quando não queira continuar com o exposto, e bem assim se o mesmo fal-  
lecer, devendo n'este caso apresentar preenchida a certidão d'obito que se acha no  
livrete; apresentar o exposto n'este estabelecimento, ou ao inspector do districto to-  
das as vezes que lhe fôr determinado; tratal-o como seu proprio filho, sustentan-  
do-o, vestindo-o, educando-o e instruindo-o quanto lhe fôr possivel; sendo o ex-  
posto do sexo feminino, não lhe permittirá que saia á rua, senão acompanhado de  
pessoa idonea, e do mesmo sexo; fazel-o cumprir todos os deveres da nossa reli-  
gião, sollicitando do ecclesiastico que lhe ministrar a primeira communhão que pre-  
encha o attestado que para este fim contem o livrete; procurar ou ensinar-lhe uma  
profissão com que o exposto possa ganhar os meios de subsistencia; quando o ex-  
posto seja emancipado, ou por alvará da mesa, ou por ter completado a idade, deve  
entender-se directamente com elle ácerca do salario que lhe deverá pagar: a que  
se obrigon por este termo e em que o Sr. João Lou-  
renes Traves de Mattos, Nac.  
assignal al anno, por nas estar pre-  
sente

# Anexo 11 - Organograma da Valouro



**Anexo 12 – Currículo de José António Santos, cedido pelo próprio**

**CURRICULUM VITAE**

Nome : **JOSE ANTONIO DOS SANTOS**

Filiação : Avelino dos Santos e Rosinda dos Santos

Nascimento : 28 de Junho de 1941

Naturalidade : Freguesia Marteleira

Concelho Lourinhã

Distrito Lisboa

Estado civil : Casado

Residência : Rua José Augusto Lopes Júnior, Lote 17 - 5º

2560-346 TORRES VEDRAS

Profissão : Empresário

Habilitações : 2º ano Industrial

**NA ACTUALIDADE:**

- Presidente do GRUPO VALOURO, SGPS SA, desde a Fundação em 1990
- Presidente da CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA MUTUO DA LOURINHÃ, desde 1988
- Presidente da Assembleia Geral da C.A. SEGUROS, desde 2007
- Provedor SANTA CASA DA MISERICORDIA MARTELEIRA (Fundador), desde 1983

**HISTORIAL DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO EMPRESARIAL**

- de 1958 a 1974 Gerente das seguintes empresas:
  - Casa Manuel dos Santos (Fundada em 1875)
  - Herdeiros Manuel dos Santos
  - Granja Avícola do Oeste, Lda.
  - Sociedade Progresso Araújo Oeste, Lda.

Estas empresas deram origem à constituição da empresa PERSUINOS, S.A. e posteriormente

AVIBOM AVICOLA, S.A.

### **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

- AVIBOM AVICOLA, S.A. (centro abate e transformação aves)
- INTERAVES, S.A. (centro de abate e transformação de aves)
- AVIBOM, S.G.P.S., S.A.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL**

- RAÇÕES VALOURO, S.A. (fabrico de rações)
- CAIXA CREDITO AGR. MUTUO LOURINHA, desde 1985 a 1988

### **PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL**

- SOCIEDADE AGRICOLA DA QUINTA DA FREIRIA, S.A.  
(produção agrícola, bovinos, suínos e reprodução de aves)

### **VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

- CAIXA CENTRAL de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, desde 2003 até 2005

### **ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO COOPERATIVO, DESPORTIVO, SOCIAL E**

#### **ASSOCIATIVO**

- Presidente da ANCAVE (Ass. Nacional Centros Abate Aves)
- Membro do ROTARIO CLUBE TORRES VEDRAS (actualmente pediu a suspensão)
- Presidente FEPASA (Federação Port. Assoc. Avícolas)
- Presidente do HOQUEI CLUBE DA LOURINHÃ (Fundador) desde a fundação até 2004

#### **MECENATO**

- Cedência do espaço para a Junta de Freguesia da Marteleira
- Colocação de relva no campo do Sport Club da Lourinhã
- Contribuição decisiva para a construção do Lar da Terceira Idade da Marteleira
- Reconstrução da Escola Básica da Marteleira
- Restauro da Igreja S. Sebastião da Marteleira (Igreja Matriz)
- Restauro da Igreja Nª Sª da Saúde da Marteleira
- Contribuição para a construção do Hoquei Clube da Lourinhã

#### **CONDECORAÇÕES**

- Em 10 de Junho de 2009  
CONDECORAÇÃO DE GRANDE OFICIAL DA ORDEM DE MÉRITO (Classe do Mérito Industrial)

Recebido por Sua Excelência o Presidente da República Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva.